

Política, Violência e Autoritarismo no Brasil (Século XX)



Angelo Priori
Eliana Evangelista Batista
Guilherme Alves Bomba
(Organizadores)



Política, Violência e
Autoritarismo no Brasil
(Século XX)



EDIÇÕES
DIÁLOGOS

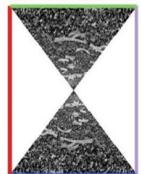
Editora PPH/UEM

Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790
Bloco H-12, sala 16
Maringá/PR
CEP: 87020-900

Conselho editorial

Alexandre Fortes (UFFRJ)
Angelo Priori (UEM – Coordenador Editorial)
Cláudia Viscardi (UFJF)
Carlos Alberto Sampaio Barbosa (UNESP)
Carlos Gregório Lopes Bernal (Universidad de El Salvador)
Francisco Carlos Palomanes Martinho (USP)
Gilmar Arruda (UEL)
Luiz Felipe Viel Moreira (UEM)
João Fábio Bertonha (UEM)
José Luiz Ruiz-Peinado Alonso (Universitat Barcelona, Espanha)
Peter Johann Mainka (Universität Würzburg, Alemanha)
Ronny Viales Hurtado (Universidad de Costa Rica)
Solange Ramos de Andrade (UEM)

GTNHP



ANPUH

Coordenação Nacional do GT de História Política da ANPUH

Raimundo Nonato Pereira Moreira (UNEB)

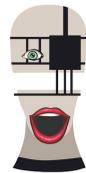
Luis Carlos dos Passos Martins (PUC-RS)

Eliana Evangelista Batista (IFBA)

Guilherme Alves Bomba (UEM)

Angelo Priori
Eliana Evangelista Batista
Guilherme Alves Bomba
(Organizadores)

Política, Violência e Autoritarismo no Brasil (Século XX)



EDIÇÕES
DIÁLOGOS

Maringá: Edições Diálogos, 2021

Copyright © 2021 para os organizadores Angelo Priori, Eliana Evangelista Batista e Guilherme Alves Bomba.

Todos os direitos reservados. Autorizada a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., com a obrigação de citar a fonte.

EQUIPE TÉCNICA

Revisão textual e gramatical: Responsabilidade dos autores

Normalização textual e de referências: Responsabilidade dos autores

Projeto gráfico/diagramação: Jaime Luiz Lopes Pereira

Foto Capa: Diogo Luis Batista Balbino

Ficha catalográfica: CBL

Tamanho da obra: 17x24cm

Fonte: Bell MT

Publicação online: www.amazon.com

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P958 Priori, Angelo
Política, autoritarismo e violência no Brasil (Século XX)
/ Angelo Priori, Eliana Evangelista Batista, Guilherme Alves
Bomba (Org.). Apresentação dos organizadores. -- Maringá, PR :
Edições Diálogos; São Paulo, SP : Anpuh-GTNHP, 2021.
5,0 MB. PDF.

Inclui bibliografia. Inclui Ilustração.

ISBN: 978-65-00-25876-9

1. História. 2. História Política. 3. Autoritarismo. 4.
Violência. I. Priori, Angelo. II. Batista, Eliana Evangelista.
III. Bomba, Guilherme Alves. IV. Título.

CDD 981.06
94.81



Edições Diálogos
Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790 – Bloco H-12, sala 16
CEP: 87020-900 – Maringá/PR

Sumário

Apresentação	7
Capítulo 1. Populismos de extrema-direita: heurística possível na temporalidade presente? <i>Carla Brandalise</i>	13
Capítulo 2. Sobre 1932: repressão e conflitos na memória e na historiografia <i>Marcio Luiz Carreri</i>	47
Capítulo 3. A IC e a criação do PCB: uma revisão sobre os antecedentes do I Congresso <i>Ede Ricardo de Assis Soares</i>	67
Capítulo 4. A atuação política de Juraci Magalhães na Bahia: de esteio da Revolução de 1930 à figura suspeita frente ao golpe de 1937 <i>Eliana Evangelista Batista</i>	91
Capítulo 5. Elites políticas e representação: dados, métodos e análises para uma história do poder <i>Martinho Guedes dos Santos Neto</i>	119
Capítulo 6. “Nunca minha pintura foi um ato gratuito”: o social e o político na atuação de Eugênio de Proença Sigaud <i>Luciana de Fátima Marinho Evangelista</i>	149
Capítulo 7. A violência que nos toca: o cotidiano dos trabalhadores na Zona da Mata sul de Pernambuco (1950) <i>José Rodrigo de Araújo Silva</i>	175
Capítulo 8. Artimanhas contra os trabalhadores em tempos autoritários: demissão disfarçada e violência verbal no Processo nº 585.65 da JCI Goiana/PE <i>Lara Maria de Holanda Soares</i>	201
Capítulo 9. O PCB em João Pessoa no pré-1964: cultura política e arte engajada <i>Rodrigo Freire de Carvalho e Silva</i>	227
Capítulo 10. A atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): a vigilância sobre as atividades acadêmicas extracurriculares (1977-1986) <i>Paulo Giovani Antonino Nunes</i>	247
Capítulo 11. Anseios constituintes contra a institucionalidade autoritária da Ditadura de 1964 <i>Ozias Paese Neves</i>	271
Sobre os autores.....	295

Apresentação

Os textos que compõem este livro são resultados de pesquisas apresentadas nos simpósios do Grupo de Trabalho de História Política (GTNHP) da Associação Nacional de História (ANPUH), durante o 30º Simpósio Nacional de História, realizado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na cidade de Recife/PE, em 2019.

Ambientadas no Brasil do século XX, as reflexões deste livro enfocam análises sobre política, violência e autoritarismo, expressões que representam nossa história recente. O autoritarismo e a sua ação mais insana, a violência, devastou percepções democráticas, experiências exitosas e a participação popular na política brasileira, o que nos tornou uma nação com intensos conflitos e uma sensação de insegurança social, capitaneada pela repressão e pela injustiça social.

Assim sendo, nossa preocupação é a de proporcionar ao público leitor e àqueles/as que se dedicam aos estudos da temática e suas interfaces e diálogos com campos e disciplinas próximas, uma contribuição que permeia o debate historiográfico sobre a História Política.

No primeiro capítulo, Carla Brandalise analisa os movimentos populistas de direita, em perspectiva histórica, para melhor compreender os novos “populismos de extrema direita” que surgiram com força na Europa, no final do século passado e início deste século, com desdobramentos em outras regiões do mundo, como são os casos do Trumpismo e do Bolsonarismo, que afetaram e afetam os dois maiores países em termos populacionais, do continente americano. Em suas conclusões, Brandalise problematiza o sentido político do vocábulo “populismo”, ou mais especificamente, “populismos”, para demonstrar como eles aparecem, geralmente em situações de crise de “um sistema de representatividade de democracias mais ou menos liberais, em que o sentido de participação ampliada e/ou plena transparece como falhas de forma contundente em parcelas da população”. E nos casos dos populismos de extrema-direita, há um elo que envolve todos eles, sintetizados na violência, no racismo, no preconceito e na escalada das ideias autoritárias com certo desprezo pelos sistemas democráticos.

No segundo capítulo, Marcio Luiz Carreri revisita o movimento conhecido como a “Revolução Constitucionalista de 1932”, fazendo uma reflexão para apontar como este movimento está vivo tanto na memória como na historiografia. Segundo Carreri, o vencedor, no caso o Governo Vargas, investiu “antes e durante, em um discurso que apregoava aos paulistas o caráter separatista, conservador e oligárquico”. Por sua vez, as elites de São Paulo, amparadas em uma monumental historiografia, “investiram para produzir outra narrativa, de celebração cívica ao 24 de julho, feriado estadual, como um marco de resistência a um poder central autoritário e inconstitucional”. Assim sendo, o capítulo apresenta as estratégias de construção da memória oficial sobre o evento, da produção da memória histórica e os limites da crítica historiográfica, além das diversas posições políticas sobre o conflito, desde representantes do capital, do trabalho, da política e da literatura.

No capítulo três, Ede Ricardo de Assis Soares analisa a fundação do PCB e as suas relações com a Internacional Comunista (IC). Tomando como referência o I Congresso daquele partido, percebe-se na ampla pesquisa, como os comunistas brasileiros se relacionavam com a política nacional, mas também com o Movimento Comunista Internacional. E com este, o diálogo nunca foi tranquilo, como pode ser verificado nos argumentos divergentes, de que, por um lado, a IC não teria se envolvido na fundação do PCB, e por outro, que Moscou se envolveu diretamente neste processo. Nem para lá, nem para cá. Como destaca o autor, as abordagens “variam entre esses dois polos, recebendo também distintos aportes das memórias de ex-militantes, que se lançaram no intento de analisar as razões e as articulações em torno da criação do Partido Comunista”. Assim, ao se recuperar as principais teses sobre o assunto, permeado com a análise de novos documentos e de ampla historiografia, é possível perceber que houve uma importante reciprocidade que vai além do debate entre autonomia e heteronomia do PCB diante da IC.

No capítulo quatro, Eliana Evangelista Batista, ao analisar a atuação política de Juraci Magalhães, no Estado da Bahia, ao longo da década de 1930, “especialmente os anos de 1936 e 1937”, como destaca a autora, desvenda como foi se avolumando um distanciamento político

entre Magalhães e Vargas, que o havia nomeado interventor da Bahia em 1931. Com base em ampla pesquisa documental, sobretudo de cartas, de telegramas, de fontes jornalísticas e de memória, a autora pode acompanhar a trajetória política de Magalhães, que passou de “um dos principais esteios da Revolução de 1930 no nordeste” para um ator que colocava “empecilho à escalada autoritária de Getúlio Vargas, que culminou no golpe de 1937 e na instalação do Estado Novo no Brasil”. Incapaz de barrar o projeto autoritário de Vargas, com a consumação do golpe do Estado Novo, demitiu-se do Governo da Bahia e retornou ao Exército, reaparecendo como político novamente no final do Estado Novo.

Martinho Guedes dos Santos Neto, no capítulo cinco, analisa a formação das elites políticas do Brasil, no contexto dos anos de 1930 a 1950, tomando como referência o Estado da Paraíba. Ao estudar as elites políticas da Paraíba, o autor nos proporciona compreender as transformações ideológicas e de representação do poder político na sociedade paraibana, além de identificar, nominar e caracterizar a representação política do Estado. Com isso, é possível entender a dinâmica social dos grupos políticos influentes nas eleições estaduais, os seus desdobramentos frente a conjuntura nacional/local a partir da estrutura burocrática do Estado brasileiro e paraibano e como estas elites constroem ferramentas para permanecer no poder.

No capítulo seis, escrito por Luciana de Fátima Marinho Evangelista, encontra-se uma das mais intrigantes histórias familiares e políticas do Século XX. A história do pintor ateu e comunista Eugênio de Proença Sigaud, um pintor reconhecido pela sua obra nos meios artísticos da capital da República e em outros salões artísticos internacionais, que foi contratado pelo seu irmão, o Bispo ultraconservador, Dom Geraldo de Proença Sigaud¹ para realizar a pintura de afrescos e de murais na catedral metropolitana de Jacarezinho, norte do Estado do Paraná, cidade que Dom Geraldo, na época, era o bispo responsável. Eugênio Proença Sigaud aceitou o convite do irmão

¹Dom Geraldo de Proença Sigaud foi bispo de Jacarezinho/PR (1947-1961) e arcebispo metropolitano da Arquidiocese de Diamantina/MG (1961-1980). Fervoroso defensor das elites conservadores, travou imensas batalhas contra as ideias de reforma agrária e contra o comunismo, tema central dos principais livros que escreveu. O seu “Catecismo Anticomunista”, publicado no mês de novembro de 1962, tornou-se um *bestseller* da época, vendendo 85 mil exemplares nos primeiros seis meses da publicação (SIGAUD, 1963).

bispo e pintou diversos painéis e aproximadamente 600 m² de paredes da catedral, lembrando as simbologias da igreja católica, mas também a cultura local, sobretudo rostos e performances dos habitantes locais.

No capítulo sete, José Rodrigo de Araújo Silva analisa a conjuntura e as transformações sociais que ocorreram no mundo rural do Estado de Pernambuco, na década de 1950. Para embasar seu estudo, pesquisa os processos judiciais da Comarca de Ipojuca, localizada no sul da Zona da Mata de Pernambuco. Constatou-se que a violência - simbólica e reais, como as agressões físicas e assassinatos - era uma prática comum e recorrente na vida cotidiana dos trabalhadores rurais daquela região. O autor enfatiza: “nesta região de passado escravista, onde a proletarianização rural se estabeleceu com maior força, encontramos inúmeros relatos de agressões físicas e morais, bem como os casos de assassinatos desses trabalhadores”. Uma violência, que quase sempre foi banalizada pela sociedade, o que contribuiu não só para a não apuração destas violações, como para uma certa negação da mesma. Ao ressaltar este debate, Silva contribui para não deixar cair no esquecimento este passado violento, mas também para dar visibilidade às lutas e conquistas dos trabalhadores rurais.

Ainda em Pernambuco, mas agora com um estudo sobre a região de Goiana, na Zona da Mata Norte², no capítulo seguinte, Lara Maria de Holanda Soares também se utiliza de um processo judicial, instaurado nos anos iniciais da Ditadura Militar, para demonstrar, tal qual o caso estudado por José Rodrigo de Araújo Silva, no capítulo anterior, que a violência se veste de diversas formas, sempre no intuito de esbulhar os povos pobres do campo. Neste caso específico, dos trabalhadores de um engenho na cidade de Goiana/PE, e num contexto já de Ditadura Militar³, mais uma vez a violência foi o mecanismo utilizado para desqualificar as lutas sociais dos trabalhadores, favorecer os latifundiários para descumprir a lei e burlar os direitos trabalhistas.

²Segundo estudos de Maria de Socorro Abreu e Lima (2005), o que difere as duas regiões da Zona da Mata pernambucana, em termos ambientais, é que a Norte é conhecida como seca, enquanto a Sul é conhecida como úmida.

³A Ditadura Militar no Brasil, desde o seu início, se mostrou efetivamente agressiva contra os trabalhadores do campo, como se pode constatar em várias fontes, mas sobretudo no tomo II do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV, t. II, 2014) e no livro relatório “Retrato da repressão política no campo” (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011).

O nono capítulo, escrito por Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, apresenta um breve perfil do PCB em João Pessoa entre o final dos anos 1950 e o golpe militar de 1964, período de grande efervescência das lutas sociais em todo o país. A análise centra especial atenção à participação de intelectuais e artistas comunistas nessas lutas, preocupados com a produção de uma arte politicamente engajada e identificada com as posições nacionalistas e democráticas então sustentadas pelo Partido, que servisse de instrumento de intervenção social. Para o objetivo, Carvalho e Silva se utiliza de depoimentos de militantes comunistas do pré-1964, articulados com as novas descobertas documentais propiciadas pelas recentes aberturas de arquivos.

No capítulo dez, escrito por Paulo Giovani Antonino Nunes, o autor debruça-se sobre a atuação do Serviço Nacional de Informações, mais especificamente no trabalho das Assessorias de Segurança de Informações (ASIs), órgão criado na estrutura do Serviço de Informações para vigiar e controlar ministérios, fundações e empresas da administração pública. Como estudo de caso, Nunes analisa a produção de informações realizada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) referentes às atividades acadêmicas extracurriculares no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Para isto, utiliza-se da sua experiência como integrante e presidente da Comissão Estadual da Verdade do Estado da Paraíba e das fontes primárias impressas, especificamente, os documentos do Fundo SNI – Agência Pernambuco – recolhidos pela Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado Paraíba e arquivados na Casa Fundação José Américo, na cidade de João Pessoa/PB.

No último capítulo, Ozias Paese Neves analisa o debate realizado durante os trabalhos da Constituinte de 1988, demonstrando como aquela Assembleia transformou-se em pauta importante da oposição à ditadura militar (1964-1985). Para sustentar a sua tese, Paese Neves faz uma radiografia das grandes mobilizações populares pós-*Diretas Já* e do *Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte*, cujos protagonistas de tal demanda foram desde partidos políticos, juristas, políticos e representantes da sociedade civil. Da leitura do texto, depreende-se que desde o final dos anos 1960 até o começo dos anos 1980, a Constituinte foi um instrumento de refundação da sociedade brasileira.

Pode-se afirmar, como diz o autor, que os “anseios por uma Assembleia Constituinte foram uma espécie de sombra ao regime, constantemente lembrando à sociedade mobilizada de que havia necessidade de superar o *status quo* via potência da mobilização organizada”.

Os organizadores agradecem às autoras e aos autores, bem como a direção do Grupo de Trabalho de História Política da ANPUH, por proporcionarem a publicação e a divulgação deste livro. Desejamos uma boa leitura a todos/as!

São Paulo, julho de 2021.
Os organizadores.

Referências

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos**. Recife: Ed. UFPE, 2005.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retratos da repressão política no Campo (Brasil: 1962-1985): camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. 2ª ed. Brasília: SDH/MDA, 2011.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório (volume II)**. Brasília: CNV, 2014.

SIGAUD, Geraldo de Proença. **Catecismo anticomunista**. 4ª ed. São Paulo: Vera Cruz, 1963.

Capítulo 1

Populismos de extrema-direita: heurística possível na temporalidade presente?

Carla Brandalise

Desde meados de 1980, observa-se, especialmente no contexto europeu, a ressurgência na ação política de movimentos e partidos que passaram a ser identificados como populistas, estando situados no espectro da extrema-direita, a exemplo do *Austrian Freedom Party* (FPÖ), *National Front* (FN) ou *Dutch List Pim Fortuyn* (LPF), em países que professam uma democracia consolidada. Em inícios do século XXI, a questão do chamado ‘populismo de extrema-direita’ migrou fortemente para o centro do debate político na esteira de sucessos eleitorais inauditos de Jean-Marie Le Pen (FN-2002) na França; da LPF na Holanda (2002) - país notório por sua longa história de tolerância¹ - e da entrada no governo austríaco de Jörg Haider (FPÖ-2000).²

De tal recidiva, a expressão não dá mostras de recuo no vocabulário político, pelo contrário, atualmente o “populismo de extrema-direita” ou

¹Para se referir as mudanças que impregnaram o país na virada do milênio, Voogd (2010, p. 5) rememorava a fluidez cultural da Holanda, “no plano societal, o ‘laboratório’ holandês era objeto de todas as curiosidades, pela suavidade de sua estrutura penal, o casamento gay, a reabertura das *maisons closes*, a política liberal em matéria de drogas ou a legalização da eutanásia. A perspectiva mudou profundamente depois dos acontecimentos trágicos ocorridos em 2002 e em 2004, com o assassinato do líder populista Pim Fortuyn e do cineasta Theo Van Gogh, que confrontaram a Holanda ao espectro da violência política, atitude proscrita nos costumes nacionais (...) ao que se agregou à reversão durável da conjuntura econômica.” Nota dos organizadores: a autora optou pela tradução, realizada por ela mesma, de todas as citações ao longo do texto para efeitos de facilitação da leitura.

²Mudde (2004, p. 542) afirmava que a Europa se deixara invadir pelo “espírito do tempo populista” (*populist Zeitgeist*) e que “o discurso populista se tornara *mainstream* na política das democracias ocidentais.”

“nacional-populismo”³, a vertente que será tratada aqui⁴, é indicado em vários meios, como em parcela da grande mídia⁵ e em múltiplos ambientes acadêmicos, como a maior ameaça que pesa sobre as instituições democráticas em diversos países.⁶ E isso porque, ao longo do tempo, tal gênero se propagou para diversas porções geopolíticas do planeta.

Não obstante, a centralidade não serviu para que essa nomenclatura polissêmica avançasse a uma melhor compreensão do fenômeno.⁷ Em seus usos comuns, o termo populariza-se como um insulto político, sem precisões do que se trata. As vulgarizações e os empregos extensivos de ‘populismo’, onde engloba-se agentes políticos dos mais variados espectros partidários, provoca em alguns analistas, inclusive, a sua rejeição enquanto uma ferramenta investigativa possível.⁸ Mesmo um

³A simbiose entre os dois vocábulos e a criação do termo, ‘Nacional-populismo’, tem suas origens em Gino Germani (1978), a consagração do seu uso se deu através de Pierre-André Taguieff (1984), a partir de sua análise sobre Jean-Marie Le Pen e o Front National.

⁴Parte-se, no presente trabalho, do princípio de que as possíveis existências de ‘populismos de esquerda ou de extrema-esquerda’ devem encontrar matrizes de perquirição diferenciadas, onde podemos, talvez, encontrar diretrizes em Chantal Mouffe (2016). Sobre tudo, considera-se que não se deve confundir políticas demagógico-populistas com políticas públicas populares, erro muito comum quando se quer colocar políticos de variadas ordens no mero anátema populista. Halimi (1998, p. 117) já advertia que a etiqueta ‘populista’ pode igualmente servir a desacreditar movimentos e iniciativas contestatórias honoráveis. Se frequentemente a designação ‘populista’ é associada as tendências antidemocráticas e demagógicas, existe uma leitura diferente desse termo, que coloca em destaque o ‘populismo’ como uma articulação legítima das reivindicações populares. Ainda, conforme frisa Taguieff (2012, p. 9), “a palavra ‘populismo’ assumiu usos pejorativos de tal forma que, desde os anos de 1980, expurgaram seus outros e antigos usos não depreciativos (designando um movimento em direção ao povo, um interesse cultural pelos desassistidos etc.)” Ou nas palavras de Jamin (2018, on-line), «o populismo não é nem bom, nem ruim, nem positivo, nem negativo. É um discurso que é associado a extrema-direita, mas ele se adapta à ideologia mobilizada pelo orador. Existe, assim, populismos de extrema-esquerda, de esquerda, de direita, e de extrema-direita. Quando ele está em concordância com a democracia, o populismo denuncia um déficit da representação do povo, e constitui um apelo radical em favor da democracia.”

⁵Para uma averiguação aprofundada da ressurgência da nomenclatura na mídia, bem como suas imprecisões, em fins do século XX e início do século XXI, ver: (MAZZOLENI, 2003).

⁶A exemplo de Mudde (2017, p. 3, 6, 11), que concebe o populismo como por essência “antipluralista” e, como tal, “um verdadeiro perigo para a democracia (...) a sombra permanente da democracia representativa”. Tratar-se-ia de uma ameaça não só a democracia liberal, mas a qualquer democracia, de onde a proposição do autor de o combater de forma radical.

⁷Nas palavras de Mayer (2005, p. 161), não existe termo mais “inapreensível que o de populismo”.

⁸Para Olivier Ihl (apud Le Point, 2016, on-line), populismo “não é um conceito”, e sim “uma categoria moralizante. Serve tanto a enunciar quanto a denunciar. É uma palavra-valise”, que, segundo o caso, pode-se substituir por “nacionalismo, protecionismo, xenofobia, chauvinismo, simplismo.”

dos precursores de seu estudo, Ernesto Laclau (1979, p. 143), apontava as dificuldades intrínsecas:

Populismo é um conceito tão escorregadio quanto recorrente. Poucos termos foram tão amplamente empregados na análise política contemporânea, ainda que poucos o tenham definido com uma mínima precisão. Nós sabemos intuitivamente a que nós nos referimos quando chamamos de populista um movimento ou uma ideologia, mas nós experimentamos grande dificuldade em traduzir essa intuição em conceito. Isso frequentemente conduziu a um tipo de prática *ad hoc*: o termo continua a ser empregado de uma maneira alusiva, e toda a tentativa de verificar seu conteúdo é abandonada.

Nesse sentido, o capítulo busca, mais uma vez, voltar à problematização dos usos e aplicabilidades do conceito no tempo presente. Parte-se, para tanto, de um desmembramento do seu conteúdo intrínseco, qual seja, o sentido de povo, de elites, de líder. Com o que, ao voltarmos à interpermeação dessa equação linguística, ensaia-se, com a bibliografia especializada e através de casos históricos, pontificar sobre sua heurística.

A pertinência do diagnóstico terminológico aparece quando, inclusive nas próprias análises internacionais lançada em anos recentíssimos, o atual presidente brasileiro assume papel de destaque. Sem tratarmos especificamente do caso, mostra-se interessante algumas citações de sua inclusão em tal espectro do político. Goodwin e Eatwell (2019, p. 11), trazem o líder do governo do Brasil na primeira página introdutória à obra por eles redigida:

Este livro fala do nacional-populismo, um movimento que, desde princípios desse século, está questionando cada vez mais a política dominante no Ocidente. Seu auge tem sido notável em numerosos países europeus e nos Estados Unidos, porém existem outras manifestações importantes, como a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais do Brasil em 2018.

Ou na obra organizada por Guamán, Aragones e Martín (2019, p. 9), quando, na terceira página da introdução à coletânea, o dirigente brasileiro é citado por sua “retórica populista”, aliás, contribuindo para complexificar ainda mais as classificações possíveis do episódio, ao colocá-lo também na chave do neofascismo:

O primeiro, e mais decisivo: a íntima conexão entre os novos fascismos e o neoliberalismo. Mesmo que a retórica populista, ou algumas medidas pontuais de governantes como Trump ou Bolsonaro, podem fazer pensar ao contrário, os novos fascismos mantêm um forte vínculo com o mercado, o poder financeiro e o capitalismo global.

Em meio às ambiguidades, uma das atrações do populismo de extrema-direita parece encontrar-se justamente na crença do fim do político e no anúncio da antipolítica, em seu desprezo por valores democráticos, humanistas, multiculturalistas e de inclusão social. Fato que o torna especialmente preocupante quando suas ocorrências abandonam as margens periféricas do campo político, o que nos conduz à defesa potencializada e intransigente daqueles mesmos valores. Logo, certa compreensão intrínseca desse instrumento heurístico torna-se especialmente fundamental em época presente.

O que é o povo? Origens históricas do populismo

É preciso observar, antes de mais nada, o sentido mesmo da ‘noção de povo’ a que se refere o ‘populismo’, pois não é justamente na ideia de povo soberano que a democracia constrói sua legitimidade?⁹ Segundo Voogd (2016-online), pode-se identificar determinados usos correntes do termo ‘povo’. Um sentido sociológico, “designado às classes menos

⁹Nunca se deve esquecer que a relevância fundamental da relação entre poder político e povo encontrava-se desde os primórdios da fundação de formas modernas de governos democrático-constitucionais, bem como em perspectivas pregressas, como demonstraram as reflexões de Tocqueville (1848, p. 6) por ocasião de sua viagem aos EUA, “quando a guerra de independência teve fim, e que se tratou de estabelecer as bases do novo governo, a nação se encontrou dividida entre duas opiniões. Essas opiniões eram tão antigas quanto o mundo, e se as encontram sob diferentes formas e revestidas de nomes diversos em todas as sociedades livres. Uma queria restringir o poder popular, a outra o estender infinitamente.”

afortunadas da sociedade”, aqueles situados abaixo do patamar de recursos médios considerados na métrica social geral. Um sentido político-filosófico, “o conjunto de cidadãos implicados no exercício do poder em sua fonte”. Um sentido mediático, que “parece se exprimir com a equivalência crescente povo/opinião pública.” E, por fim, “o uso polêmico da palavra”, quando “no debate público o ‘povo’ é invocado como recurso político por inúmeros agentes”, sentido que estaria mais diretamente relacionado ao ‘populismo’.

Para Mény e Surel (2000, p. 256), por sua vez, “toda definição de populismo (...) permanece, na prática, fortemente indexada aos universos de sentidos semanticamente, socialmente e culturalmente construídos que aderem à palavra povo.” Quadro onde a concepção ‘povo’ se caracteriza “por uma polissemia e uma variedade de usos que a fazem um instrumento de retórica extremamente apreciado e uma noção difícil de analisar.” (p. 182) Ou seja, não existe “um povo como princípio intangível constitutivo do político, mas povos, artefatos historicamente e culturalmente situados em torno de várias linhas essenciais de fraturas possíveis.” (p.185)

Noções essas que repousariam em “três universos analiticamente isolados, mas que se confundem frequentemente na prática: o povo-soberano, na ordem política; o povo-classe na acepção socioeconômica; o povo-nação em uma perspectiva cultural.” (p 185) O populismo, detalham Mény e Surel, colocaria o primado absoluto da soberania do povo na ordem política, o que supõe a desconfiança constante aos seus representantes, sempre susceptíveis de trair seus mandatos. Em seguida, o populismo se afirmaria através da luta entre uma imensa maioria sã e dominada da população contra uma minoria malfeitora dominante. Por fim, o populismo é a afirmação categórica dos direitos de uma comunidade, o mais frequentemente inscrita em um território, reivindicado como uma nação. Os três elementos se mesclariam, então, nas diversas ocorrências de mobilizações populistas¹⁰ conhecidas na história ao longo dos dois últimos séculos.

¹⁰ Mény e Surel (2000, p. 258) explicam a adoção da palavra “mobilização populista” em seus argumentos, “não existem partidos populistas no mesmo sentido em que falamos de partido comunista ou partido liberal. A análise dos atores etiquetados ‘populistas’ nos conduziu a preferir o termo mais vasto (e de sentido, sem dúvida, menos rigoroso) de ‘mobilização’ [aplicável] tanto para as organizações políticas quando esse é o caso, quanto para os líderes ou eleitorado que animam essa onda”

Por sua vez, Müller (2016, p. 40-45) explicita que o mais importante na definição de um líder populista constitui suas convicções a se considerar como a alma do ‘verdadeiro povo’, quer dizer, porta voz legítimo da maioria silenciosa. Esse mesmo líder, no entanto, ao estabelecer quem seria o ‘verdadeiro povo’, incorre em uma dupla exclusão. De um lado, torna ilegítima as demais agremiações políticas, vistas como corrompidas, e, assim, compromete o jogo democrático, do qual o populismo necessariamente emerge. De outro lado, elide os cidadãos que não o apoiam, os quais se tornam os inimigos, dado que se há um ‘verdadeiro povo’ forçosamente homogêneo, há igualmente um ‘falso povo’ heterogêneo.

Logo, o centro do populismo, para Müller, é a rejeição do pluralismo da oferta política democrática. Uma vez estabelecido, o líder populista coloca-se para além do sistema representativo, dado como algo sem nexos. Prefere se reportar diretamente ao ‘seu povo’, através do *referendum*, estando ele apto e somente ele, a interpretar a ‘vontade popular.’ Essa oposição povo/elite é apontada pela maior parte dos analistas como o cerne da retórica populista¹¹. Dessa forma anteriormente abordara Canovan (1981, p.4), para quem o conceito de povo reenvia à ideia de maioria legítima em face de outros componentes minoritários da população. Dado que a voz daquela incorre em legitimidade, verdade e virtude, para o populismo todos deveriam necessariamente a escutar. A autenticidade desse amplo povo funcionaria na contraposição a uma elite restrita, manipuladora e desonesta.

Canovan (2005, p. 2-3), em obra mais recente, volta ao assunto ao relatar “que as ambiguidades atuais de ‘o povo’ constituem uma herança de séculos de usos políticos controversos(...)a imprecisão de ‘o povo’ é o resultado da instrumentalidade política capturada em diferentes tempos por várias causas políticas”. Ao que Canovan (1981, p. 295) rememora sua máxima reveladora, “o potente charme de ‘o povo’ para um político (...) encontra-se no fato de que o termo vem a ser ao mesmo tempo vazio de toda significação, mas preciso e rico

¹¹Na dualidade antagonica, corrobora Jamin (2018, on-line), “os defeitos das elites correspondem às qualidades do povo”, sendo esse “maioritário, homogêneo e trabalhador” e estas “heterogêneas, minoritárias e corrompidas.”

em ressonância retórica.” Ao que Teguieff (2002, p. 139) contribui: “A retórica populista não faz mais do que ressuscitar o mito do bom selvagem, com seu lote de moralismo e primitivismo, ela o imbrica na mitologia nacional de identidade, de homogeneidade e de unidade do povo.”

Na contraposição, pode-se precisar melhor quem seriam as ‘elites’ cuja presença definicional é igualmente fluída. Como coloca Charaudeau (2011, p. 106), “a fonte do mal é frequentemente designada de maneira fluída: o culpado não deve ser perfeitamente identificado, de modo a deixar planar a impressão que ele não é visível e conduz seus assuntos na surdina, o que permite sugerir a existência de complôs.”

Muitas vezes, invoca-se ‘o sistema’ para falar das elites, presentes que estariam em partidos políticos tradicionais no seu exercício democrático parlamentar, em associações de classes empresariais, em instituições oficiais; na burocracia estatal; na imprensa. Mais genericamente acusa-se “os intelectuais, os tecnocratas.” (Taguieff, 2012, p. 52).

Em relação ao caso francês, Rioux (2012, p. 67) exemplifica com o *Front National*, sob a família Le Pen, como e quem são as ‘elites’ na retórica do partido que “se constituiu e constitui em uma recusa de um jogo político formal em seu desfile de partidos dominantes” e que, para tanto, proclama

(...) o grito de angústia dos empobrecidos e de vítimas de um ‘sistema’. Ele formula uma esperança de revanchismo, uma rejeição aos ‘mal-acostumados’ e ‘corrompidos’, aos ‘ineficientes’, aos ‘grandes’, uma negação às elites políticas e mediáticas, aos tecnocratas, aos altos funcionários do Estado, aos agentes do fisco, aos aproveitadores, aos intelectuais: todos conspiradores, todos ‘vendidos’...

Ainda, mais algumas palavras devem ser ditas sobre quem é o ‘líder populista’ que interpela e pretende-se a voz ao ‘povo’. Trata-se de um personagem que se declara a encarnação, senão o próprio ‘verdadeiro povo’ e conclama seus concidadãos a se manifestar em um arrombo comum, a ultrapassar ao ponto de se fundir em uma alma

coletiva. Ele deve ser dotado de certa fascinação e transcendência, pois o face a face entre o chefe e o povo se dá muito mais em uma ordem sentimental, do que em uma ordem racional. Em suas performances, se colocando como emissário, porta-voz e receptáculo daquilo que formula como a ‘vontade direta’ do povo, na recusa dos corpos intermediários de representação, legislação e justiça. Colocando-se acima disso, demonstra seu desejo de legitimidade plebiscitária e aclamação. (CHARAUDEAU, 2011, p. 107-110)

O líder populista convida a todos os afetados pela situação em curso a reagir contra as ‘elites’, com vistas a terminar com o sistema vigente. Uma luta contra o *status quo* por elas instaurado. Taguieff (2012, p. 40) mostra que, em tal artifício, paira no ar uma teoria do complô como quadro explicativo da atuação dos privilegiados, os quais são acusados de haver confiscado o poder originário do povo. Nesse mote, quase sempre os líderes populistas se postulam como *outsiders*, pessoas que vem de fora do meio político, sem contaminação da “partidocracia” ou do “*establishment*”, alguém praticamente forçado a ser porta-voz da indignação popular, em seu designo sincero de servir ao povo.

Casullo (2019, p.71-72), por seu turno, elucida a natureza do líder populista em seu caráter ‘regeneracionista’ em uma sociedade considerada enferma pela ação de poucos e poderosos, em sua missão de ‘salvador’ sem benefícios pessoais, que ultrapassa a mera representação personalista:

O líder populista se auto percebe como um redentor do povo, que com coragem e abandono de si acode em seu resgate. O uso da palavra ‘redentor’ não é casual, porque a liderança populista se coloca como algo mais do que a ‘representação transacional’ de interesses comuns. O tipo de vínculo que propõe o líder populista se baseia em fazer presente os seguidores dentro do espaço político que lhes estava fechado. O líder não pede o voto como contraprestação de uma promessa de campanha; promete encarnar em si mesmo a luta do povo contra o opressor.

O líder, em seus traços definitivamente singulares, carismáticos e performáticos, retira sua autoridade de vínculos diretos com ‘o

povo’, algo imanente em si mesmo, e que só se mantém enquanto a excepcionalidade com que o ‘chefe’ é visto e/ou sentido se reproduz e se perpetua nesse mesmo ‘povo’, como nos explica a tempos Max Weber (2004, p.159).¹² Por conseguinte, “o líder populista deve criar e recriar a legitimidade de sua própria autoridade mediante a apelação discursiva recorrente, na repetição de palavras de ordem e a mobilização ininterrupta de seus seguidores.” Ele é obrigado a constantemente explicitar em discursos mediáticos quem são o ‘nós’ e os ‘outros’, com declarações de efeito, forjando liames intersociais e se transformando em “um símbolo, um significante e um programa.”¹³ (CASULLO, 2019, p.73)

Em meios às tentativas acadêmicas de discernir o que ou quem seriam o ‘povo’, ‘as elites’ e o ‘líder’ para o populismo, observa-se que, em disposições históricas, parcela do ‘populismo original’, em conotação mais ampla, possuía espectro positivo, ao contemplar reformadores progressistas. Haveria três ‘populismos fundadores’ em meados do século XIX, mesmo que se reconheça que seus contornos mais gerais remontem longe no tempo e espaço. Segundo Hermet (2019, p. 23), seriam eles: o Narodnitchestvo, People’s Party e o Boulangismo. Os dois primeiros imbuídos dessa marca progressista, o último sinalizando a virada à direita.

Uma primeira corrente identifica-se no Narodnitchestvo (Narodismo) russo, nas gerações iniciais de revolucionários nos anos de 1860-1880, com suas novas vias de transformação social. É provavelmente daí que se origina o termo populismo (narod = volk). Há elementos identificáveis de um socialismo utópico, mas compostos com

¹²Quando se fala de carisma, nunca é demais recordar o clássico conceito de Max Weber (2004, p.159): “Denominamos ‘carisma’ uma qualidade pessoal considerada extra cotidiana (...) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanas ou, pelo menos, extra cotidianas específicas ou então se a toma como enviadas por Deus, como exemplar e, portanto, como líder.”

¹³Milza (1997, p.115-116), por exemplo, não hesita em incluir o líder fascista italiano na categoria, “há em Mussolini (...) uma vontade destacada de fundamentar o regime instaurado por ele em uma mobilização-adesão das massas e promover uma estratégia de integração das camadas populares no quadro do Estado autoritário, investido com uma dupla missão: modernizar as estruturas econômicas do país e impor aos diversos atores sociais uma política de colaboração de classes. Traços que, aplicados ao principal dirigente do partido, o incluem incontestavelmente à ação populista.”

aspectos teológicos. Uma cinesia social que encontra a *intelligentsia*¹⁴ e o ‘povo’ em sua revolta contra o sistema de opressão czarista a que era submetido o campesinato, com vistas à regeneração da comunidade nacional russa.

Uma cruzada em direção à libertação do povo, o movimento é contemporâneo à abolição, pelo czar Alexandre II, da servidão de 50 milhões de *moujiks* em 1861 e as profundas transformações que se seguiram. Segundo Hermet (2019, p. 24), seus militantes, os narodniki, pretendiam “a ação com e para o povo” e concebiam que “a salvação” da Rússia “viria de seus camponeses (...) organizados em uma rede de cooperativas.” Tal execução seria factível dado que os camponeses se assomavam como “não contaminados pelos valores do Ocidente que perverteram as cidades do Estado czarista.” Como condutor desses grupos cooperativados, no entanto, pregavam “um governo central hierarquizado e autoritário.”

Tendo como pensador precursor, sobretudo, Alexandre Herzen (1812-1870)¹⁵, em 1853 a agremiação já contava com cerca de três mil membros, a maior parte, estudantes, mas também profissionais liberais, professores, oficiais, funcionários públicos e “idealistas de nobre extração como, por um tempo, Mikhaïl Bakounine ou o príncipe

¹⁴O surgimento do populismo russo repousa suas primeiras heranças sobre um corpo social original, a *intelligentsia* nascente na Rússia, a qual constrói um sistema de ideias engajado em um projeto histórico. A *intelligentsia* constitui-se a partir de indivíduos de alta extração social, formados no Ocidente, cujo repertório encontrará adesões, sobretudo e em um primeiro momento, nas Universidades, as quais estavam em rápida expansão em meados do século XIX. Conforme explicação de Kantchalovski (1960, p. 120): “Fenômeno puramente russo, *intelligentsia* é um produto de caráter nacional (...) procede da evolução espiritual da Rússia desde a época em que essa começou a participar da cultura europeia, e isso mais particularmente em um momento político determinado, qual seja, aquele de reação opressora governamental advinda de Nicolas I. Após, esses acossamentos imperiais se prolongaram, em algumas irrupções mais incisivas, até a Revolução de fevereiro de 1917. Tais reações que, por suas próprias perseguições, fertilizaram o terreno (...) sobre o qual se desenvolveu a *intelligentsia* russa.”

¹⁵Alexandre Herzen pode ser visto, talvez, como fundador dessa corrente populista ou do próprio ‘populismo’ como manifestação do século XIX. Tratava-se de alguém com intensa participação na vida intelectual de Moscou e voltado às concepções de vanguarda desenvolvidas no Ocidente. Recusava-se a deixar que o indivíduo se inclinasse a tiranias, procurava respostas libertárias em movimentos populares. Ele constrói seu pensamento através de relações teóricas entre o desenvolvimento ocidental e a comunidade rural russa, com vistas a destruir o “despotismo glacial de Petersburgo”, mas onde não fosse necessário passar pela fase democrático-burguesa da evolução europeia, o que levaria a necessidade de mudanças internas através de uma “guerra de camponeses”. VENTURINI (1952, p. 155)

Kropotkine.” Essa corrente daria origens a noções de “populismo utópico” (HERMET, 2019, p. 25)

Nos Estados Unidos, em 1892, surge o *People’s Party* (PP), em uma pequena cidade estadunidense Omaha, Nebraska. Nas palavras de Hermet (2019, p. 28), seriam as raízes do “radicalismo-populista”, com um discurso agressivamente “anti-elite”, onde o PP caracterizava-se, porém, mais por uma “postura reformista que subversiva, fixando um arquétipo do populismo norte-americano.” Seus partidários se autodenominavam ‘populistas’ e, por um curto período, chegaram a questionar o bipartidarismo republicano-democrata estadunidense com o slogan ‘Direitos iguais para todos, privilégios para ninguém’. Sua maior base de apoio provinha de um sindicato de agricultores, intitulado a *Farmers’ Alliance*, mas desde os seus inícios a associação demonstrava simpatias pelas causas do ascendente movimento operário. Como coloca Zinn (2002, p. 329-330), a *Alliance* foi

a mais importante tentativa de organização conduzida por um grupo de cidadãos americanos do século XIX(...) no mais forte da crise de 1877, fazendeiros brancos em uma fazenda do Texas criaram a primeira *Farmers’ Alliance* (...) em 1882, havia 120 grupos em doze condados. Em 1886, 100 mil fazendeiros se subdividiam em dois mil grupos. [Entre as propostas, estava] fundar cooperativas.

Zinn (2002, p. 330) chama igualmente a atenção para o teor do manifesto redigido pelo grupo neste mesmo ano de 1886, conhecido como “reivindicações de Cleburne”, ao citar diretamente um trecho dele, na medida em que constituiu “na primeira expressão verdadeira de ocorrência populista, que exigia ‘uma legislação visando garantir nosso povo contra os abusos pesados e vergonhosos, que os capitalistas arrogantes e as empresas poderosas fazem atualmente pesar sobre a classe trabalhadora.’”

A *Alliance* não chegou a ter um real poder, mas propagou novas ideias, as quais encontraram respaldo e incorporação justamente no *People’s Party*, o qual ainda sob resquícios mal resolvidos da grave crise econômica deflagrada em meados de 1870, pregava a luta do trabalho

contra o capital e seu sistema financeiro dominado pelas elites, o combate do povo rural contra a tirania do dinheiro, a democratização da política monetária, a nacionalização das estradas de ferro, a interdição das milícias privadas - que reprimiam duramente o agir grevista-, o voto feminino e a instauração do princípio de referendun. Em 1892, o PP anuncia sua plataforma:

A corrupção domina as eleições, as legislaturas, o Congresso e aflora a ganância dos magistrados. Os jornais são subvencionados ou sufocados. Nosso trabalho perde valor, a terra se concentra em mãos dos capitalistas. Os operários não podem se sindicalizar (...) o produto do trabalho de milhões de trabalhadores é roubado para edificar colossais fortunas. (*Apud* HALIMI, 1998, p. 116)

Inicialmente com discurso antirracista, propunham candidaturas de negros em suas listas eleitorais, segundo Hamini (1998, p. 116), “radical, o movimento é também, interracial, inclusive no sul. Mais de sessenta anos antes do desmantelamento das leis segregacionistas, os populistas do Arkansas já falavam dos ‘oprimidos, seja qual for sua raça.” Como candidato às eleições presidenciais, designa-se o general James B. Weaver, que recolhe “8,5% dos votos”. Em 1894, o partido dispunha de nove cadeiras no Congresso e 1,2 milhões de membros nos estados do sul. (HERMET, 1997, p. 4)

No entanto, as pressões eleitorais e o quadro de alianças com os principais partidos acabam por descaracterizar os anseios e defesas iniciais do PP. O imperativo ‘branco’ toma conta, em meio ao vigente credo protestante puritanismo sectário. Até um momento em que “o menor traço de populismo dentro do partido democrata pareceu pouco tolerável às grandes cabeças da sociedade, que usaram de todos os seus meios para o fazer desaparecer.” (ZINN, 2002, p. 340)

Em fins dos anos de 1880, surge na França o boulangismo, movimento em muito precursor do Front National de Jean-Marie Le Pen, que surgiria um século depois, nos anos de 1980. O boulangismo, manifestação política ocorrido entre os anos de 1886 e 1889, expõe particularidades fundamentais para posteriores populismos, “inaugura,

com seu culto ao general Boulanger¹⁶(...), o populismo carismático”, anuncia transfigurações importantíssimas, “ele ilustra uma translação do populismo da esquerda idealista para a direita nacionalista radical”, se constitui enquanto “primeiro movimento aberto de massas” e introduz “uma nova tecnologia de mobilização, uma invenção de especialistas da persuasão política.” (HERMET, 2019, p.25 e 27)

Sua irrupção política está relacionada com uma conjuntura de crise econômica conjugada com os persistentes traumatismos da derrota para a Alemanha em 1871, conforme contextualiza Garrigues (2014, p. 239),

esse movimento de protesto e populista encontra suas origens e seu terreno na crise econômica que atinge em cheio a sociedade francesa nos anos de 1880. A quebra da *Banque de l'Union générale*, em 1882, mergulhou a economia na mais grave crise depois daquela do meio do século. Acentuada pela conjuntura de depressão internacional que se abriu em 1873, a crise francesa se traduziu por uma forte desaceleração de crescimento, que engendrou um clima social difícil.

As tensões sociais se agravam frente ao desemprego, perda de rendas e falências. As greves se multiplicam. O regime parlamentar exibiu-se a uma grande parcela da opinião pública com uma imagem de instabilidade, divisões e personalismos. No momento, o ministro da Guerra, general Boulanger se destaca em cena com discurso de ‘pacificação’ na Câmara de deputados. Em 13 de março de 1886, considera “como uma calamidade todo o eventual conflito entre soldados e operários” (*apud* GARRIGUES, 2014, p. 239), vendendo um discurso de liderança, ação, segurança e protesto, adquirindo alta popularidade.

Ao se lançar em campanha política, seus temas versaram sobre nacionalismo, antiparlamentarismo, revisão constitucional, regeneração

¹⁶O general Georges Ernest Jean-Marie Boulanger (1837-1891) era um oficial republicano em um Exército composto por um alto comando saudosista do Segundo Império napoleônico e por monarquistas. Em 1886, foi nomeado Ministro da Guerra, quando empreende modernizações nas Forças Armadas, mas seus posicionamentos políticos provocaram seu afastamento já em 1887. Segundo Hermet (2019, p. 27), “um personagem ultrapassado pelo culto do qual foi objeto (...) o boulangismo já se inscreve na modernidade industrial no que diz respeito a suas bases urbanas, as quais recortam todos os grupos sociais. Sua modernidade se manifesta também no seu modo de emergência, sintomático das convulsões de sociedades avançadas.”

moral e cívica do país, com ideal patriótico e belicista. Boulanger, também conhecido como “o revanchista”, mantinha uma retórica agressiva contra a Alemanha, com o que angariara desde o começo a adesão dos defensores dessa causa, bem como de setores da extrema direita. A esses se agregaram descontentes com a condução do governo frente à crise. A intenção estava em instaurar um estado forte, com tonalidades militaristas e denúncias às divisões que seriam ocasionadas pelos partidos em suas versões tradicionais de esquerda/direita. (HERMET, 2019, p. 25-26)

O Boulangismo se colocava para além dessa cisão ordinária, ao opor-se à democracia parlamentar no exercício de um sistema plebiscitário, mas compatível com o voto universal. Seu aparato de comunicação era dirigido por especialistas, promovendo uma aclamação do personagem que se exteriorizava como o apanágio da salvação. Mas, o movimento, com um grande sucesso eleitoral momentâneo, não sobreviveu aos efeitos positivos da recuperação econômica da III República francesa. (MAYEUR, 1984, p.119-122)

Nota-se, assim, a evolução de três formas originais de populismo, o utópico, o radical e o de direita carismática. Em comum, e em largos traços, seu reportar-se ao povo e a sua natureza purificadora em detrimento a elites corrompidas, bem como um discurso de regeneração, de revisão ou transformação. Migrando, agora, para o objeto de análise do presente capítulo, qual seja, as ressurgências do ‘populismo de extrema-direita’ na segunda metade do século XX e perpetuação no tempo presente, perfila-se sua incursão mais significativa e duradoura justamente na França, nos anos de 1980.

Figura-se em Jean-Marie Le Pen¹⁷ e a criação oficial do partido denominado *Front National* em 4 de setembro de 1983, reconfigurando

¹⁷Jean-Marie Le Pen (nascido em La Trinité-sur-Mer- FR, em 1928) é um antigo soldado que serviu durante as guerras da Indochina e da Argélia. Esse último conflito vai servir como uma das bandeiras para a fundação do futuro FN, como antigo defensor da perpetuação de uma Argélia francesa, adquire o mote de seu forte teor nacionalista. Candidatou-se cinco vezes às eleições presidenciais na França (1974, 1988, 1995, 2002 e 2007) e, em marco histórico de sucesso da extrema-direita nesse país, ascendeu ao segundo turno da eleição em 2002, quando foi derrotado por Jacques Chirac. Elege-se deputado ao parlamento europeu em 1984, lugar em que foi reeleito sucessivamente até 2019, e que lhe permitiu constante plataforma discursiva. Ao fim de seu último mandato, se despede com essa bravata: “Deputados que permaneceram cegos, surdos e mudos, a posteridade os amaldiçoará.” (LE FIGARO, 17 abr. 2019). Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/les-adeieux-sans-larme-de-jean-marie-le-pen-a-parlement-europeen-20190417> Acesso: 06 jun. 2020.

como uma de suas bases o boulangismo e tendo como pano de fundo a crise econômica dessa década de oitenta. Porém, antes de mais nada, é preciso frisar, como colocam Mény e Surel (2000, p. 267-268), que

o paralelismo nas formas de emergência dos diversos partidos populistas não deve levar ao esquecimento das variáveis de um país a outro, em razão da extrema variedade das estruturas de oportunidade política que se oferece aos movimentos contestatórios (...) tanto a irrupção como a instalação desses partidos nos sistemas políticos nacionais permanecem diretamente indexados às datas respectivas das crises políticas e econômicas próprias a cada um.

Dito isso, o que se sobressai é a modelização que o FN exerceu, por sua vez, sobre o renascimento prolongado e sem sinais de esgotamento que o ‘populismo de extrema-direita’ apresenta atualmente. Antes de chegarmos a uma consequente e possível definição do fenômeno, vale a pena um pequeno detalhamento da retórica inicial do J. M. Le Pen, onde ele aparece em sua versão mais crua. Observa-se nas palavras do líder, o qual dirigiu o FN de sua criação a janeiro de 2011, o quanto os recursos retóricos populistas são recorrentes, não deixando de frisar, mas uma vez, as questões conjunturais próprias do período a que o FN imaginava responder.

Os analistas logo perceberam o estilo de intervenção populista marchetado nessa nova agremiação, a exemplo de Olive (1995, p.128), “os porta-vozes do Front National não perdem uma ocasião para atacar o ‘establishment político’, de vilipendiar essa ‘oligarquia’, que ‘instrumentaliza’ em seu proveito as instituições republicanas, de estigmatizar essa casta de *apparatchiks* voltados a seus ‘privilégios’ e distante do povo, de quem eles ignoram as aspirações.” Ou como afirma Winock (1990, p. 41), Jean Marie Le Pen retoma máximas do populismo de extrema-direita ou nacional-populismo, em abordagens que podem ser resumidas em “nós estamos em decadência”; “os culpados são conhecidos”; “felizmente eis aqui o salvador”. Ainda com Tagueiff (1984, p. 115-116), que já sublinhava no discurso do líder do FN, as reincidências da ‘representação do povo’, dos ‘esquemas decadentistas-regeracionistas’ e do ‘lugar da salvação’:

‘as ideias que eu defendo? Às de vocês’, afirma classicamente Le Pen. Ele fala ser o homem que se dirige ao povo, verdadeiramente e sinceramente (...) esse discurso revela-se do gênero panfletário, sustentado por uma teatralidade da cólera frente ao intolerável, denunciando nominalmente os responsáveis pelo estado de decadência onde se encontrava o Ocidente (cristão, é preciso frisar), indicando a via simples e única da salvação (...) o Front National se concede o título de última barragem ao avanço das forças decadentistas (...) Le Pen se apresenta também como homem de Estado portador da mensagem de redenção nacional.

O FN traz uma reverberação de protesto e de antipolítica, fundado na denúncia do ‘sistema’, das ‘elites’ e de ‘dirigentes’ em seus constantes apelos ao ‘povo’, reunindo descontentes e revoltados em situação de mal-estar social, nomeando-se como o ‘partido anti-partidos’, o ‘partido dos nacionalistas’. Enuncia refrões, retomados de um passado populista francês mais distante e que farão escola posteriormente em outras agremiações semelhantes, “*France d’abord*” (França antes de tudo); “*la France aux Français*” (a França aos franceses); “*la France est de retour*” (a França está de volta). Nas palavras de Taguieff (2002, p. 135), “o movimento lepenista se afirma como um movimento nacionalista (...) centrado sobre a defesa da identidade nacional pensada em termos históricos e étnicos, e funciona em um modo populista.”

O ‘povo’ de Le Pen é aquele “culturalmente intacto” (*apud* TAGUIEFF, 2002, p. 138), honesto, ilibado, não desviado pelos que subvertem o ‘verdadeiro interesse geral do povo’. O ‘povo’, bem entendido, é o ‘francês’, aquele que ele chama de ‘origem’ (*souche*), dotado de qualidades positivas intrínsecas, as quais, nem sempre a ‘mera’ consecução da nacionalidade ou o nascimento na França são suficientes para garantir, “nós acreditamos que a França ocupa um lugar singular na Europa e no mundo, porque o nosso povo resulta da fusão única em si das virtudes românicas, germânicas e celtas.”¹⁸

À vista disso, para ser um ‘autêntico’ francês, devia-se ser produto de uma ‘linhagem superior’, hereditária e identitária, preservado da influência e miscigenação estrangeira. Vê-se aqui a rejeição ao ‘outro’,

¹⁸J. M. Le Pen. (*Apud* SCHLEGEL, 1985, p.33).

ao ‘diferente’, do “Français de papier” (o francês só no papel). Para Le Pen, a questão se mostrava bastante óbvia, dado que todo o mal poderia advir com a negligência da ‘opção nacional’. A partir desse fato, eis as suas defesas, “nasce francês toda criança nascida de pai e mãe franceses (...) suprimir toda a aquisição automática da nacionalidade francesa (...) expulsar imediatamente todos os imigrantes irregulares (...) colocar fim a todo o reagrupamento familiar.”¹⁹

Em sua acusação à distância que haveria entre o “país legal”, aqueles das elites e o “país real”, o do ‘povo’, Le Pen se promulga como o meio, a personificação e a voz do ‘povo’, “(...) quando falamos do povo, isso nos é natural, nós nos originamos nele, nós fazemos parte dele, nós interpretamos sua vontade de felicidade, se sobrevivência e de liberdade (...) o povo da França, somos nós”²⁰

Em tal campo, o líder do FN tenta se referendar na juventude francesa, ao falar de “regressão do civismo” e do “relaxamento dos vínculos sociais”, em meio à crise generalizada que se abateria na nação francesa. Essa juventude conheceria “hoje os frutos amargos da decadência econômica, social, política, moral, os flagelos do desemprego, o individualismo forçado que conduz ao isolamento e à desesperança.”²¹

Os ‘inimigos’ para Le Pen são bem conhecidos, em seu discurso permeado pela violência, truculência e oportunismo, onde o ‘verdadeiro’ povo francês deve lutar, de forma inclusive darwiniana, para sobreviver. É o ‘sistema’ de modo geral, essa abstração incriminada. E de forma mais específica, os comunistas, os socialistas, “no fim das promessas socialistas, há penúria, a restrição e, no fim das contas, o Goulag.” Mas, o inimigo maior é o ‘imigrante’, que sofrerá todo o nível de estigma e que, desde princípios, é a marca registrada do FN e, por décadas, o seu nicho. Já nas eleições legislativas de 1978, será lançado o slogan “Três milhões de imigrantes, três milhões de desempregados.”

¹⁹J.M. Le Pen. (*Apud* LIBERATION, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.liberation.fr/france/2002/04/25/la-france-selon-le-pen-immigration-expulsables-papiers-ou-pas_401564. Acessado 06 jun. 2020.

²⁰J. M. Le Pen (15 set. 1987). (*Apud* NATIONAL HEBDO, 12 nov. 1989).

²¹J.M. Le Pen, discours du 13 mai 1984 à l’occasion de la “Fête du travail et des travailleurs” organisée par le Front national. (*Apud* LE MONDE, 4 abr. 1987).

Indica Le Pen que, sem uma ação imediata e forte, não haverá salvação, pois “os pilares da sociedade: as Forças Armadas, a polícia, a justiça vacilam, anunciando um tempo de anarquia e de desordem”.²² Uma situação presente em decadência espiral na qual não se poderia contar com o Estado e seus quadros, muito menos com o corpo político de representação, já que esses haviam perdido toda a sua autoridade, isolados em sua “torre de marfim”, “frias e calculistas” que eram “o establishment (...) designa a classe de dirigentes que impõe hoje seu poder. Ele tem seu evangelho segundo Freud e Santo Marx. Ele tem seu clero, seu arquiteto e seus maços. Seu lugar de culto, o Panthéon republicano, seus ritos, ele prega a moral.”²³

Os incriminados são identificados em bloco, assim como os promotores da ‘desordem’, por Le Pen ao identificar as razões do que ele via como a aceitação do FN, “na origem da nossa ascensão estão (...) o desemprego, a corrupção, o fiscalismo, a imigração e a insegurança.”²⁴ A anti-imigração, ou ‘noção de preferência nacional’ em sua xenofobia, assume especial destaque em suas críticas, “nós não podemos dividir a França com não importa quem, nossa herança é nossa nacionalidade transmitida por nosso ancestrais.”²⁵ Ele persistia nessa recorrência: “Os imigrantes são frequentemente de raça, religião, costumes muito diferentes daqueles dos franceses de origem (...) nós somos antes de tudo um povo europeu de raça branca, cultura latina e religião cristã.”²⁶

Discussão semântica. Populismo de extrema-direita, definição possível?

Enfim, chega-se ao momento de uma maior abordagem semântica do conceito, em muitos aspectos já adiantada ao longo do texto. Antes de mais nada, deve-se reconhecer que ‘populismo’ é dotado de uma legitimidade epistemológica, pois, mesmo que controverso e com

²²J.M. Le Pen. (*Apud* PRESENT, 5-6 set. 1996).

²³J.M. Le Pen. (*Apud* IDENTITE, jan. 1990).

²⁴J.M. Le Pen. (*Apud* LE NOUVEL OBSERVATEUR, 12-18 mar. 1999).

²⁵J.M. Le Pen, (*Apud* SCHLEGEL, 1985, p.33).

²⁶J.M. Le Pen. (*Apud* LE MONDE, 22 set. 2012).

mutações constantes, ele procura dar conta de uma realidade para além de noções como conservadorismo, fascismo e da própria extrema-direita isolada. Populismo é um movimento político constituído de elementos próprios comuns e de contextos históricos específicos, portanto, deve ser lido inclusive em suas conjunturas de ascensão e permanências.

Em mais, é preciso fazer uma decomposição de termos com vistas a elucidar o que seria a ‘extrema-direita’ enquanto definição em si. Bihl (1999, pp.15-40) trouxe uma reflexão sobre essa forma do político, ao sistematizar suas características mais destacadas. A despeito de sua heterogeneidade e diversos modos de afirmação, a vertente comportaria uma estrutura permanente de pensamento: o indivíduo é subordinado à identidade coletiva, ele só existe por causa e para sua comunidade de origem; a desigualdade dos indivíduos, dos povos e das ‘raças’ é uma ‘lei natural’; viver é lutar para fazer triunfar o mais forte, o melhor. Teríamos então o estabelecimento de três fetichismos básicos: a identidade, que se materializa desde os mais remotos tempos e na qual a coletividade pertencente não tem poder decretório, apenas existe; a desigualdade, que orquestra as relações sociais; o combate, exaltado como princípio ético, existencial e político.

Essa noção de Bihl é amplamente corroborada, entre outros por Kersten e Hankel (2013, p. 86), para quem tratar-se-ia de um conjunto de ideias, comportamentos e ações, organizadas ou não, que partem da perspectiva de uma desigualdade social intrínseca ligada a supostos de ‘raça’ ou pertencimento étnico. Aspiram a essa homogeneidade étnica dos povos, conjugada com a defesa da prioridade irrestrita da comunidade sobre o indivíduo e a subordinação do cidadão à razão de um Estado forte. Rejeitam o pluralismo/multiculturalismo dos valores democráticos, praticando o recuo sistemático desse regime.

Tais componentes se conjugam, por sua vez, às características intrínsecas ao populismo, em especial, na sua perspectiva mobilizadora, dado que a extrema-direita em sua versão não concorre para a agitação das massas, antes pelo contrário, tende a reprimir ou suprimir os indícios de confluências populares. O populismo aporta ainda outro determinante, a figura retórica de ‘o povo’, nem sempre presente na extrema-direita, a qual se reporta, em muitas vezes, justamente às elites conservadoras e reacionárias.

Outra questão importante acerca das interpretações acadêmicas do fenômeno populista provém da perspectiva dos autores que o consideram como uma ideologia, mesmo que de frágil dimensão, não comparável às grandes concepções ideológicas como os demais ‘ismos’ (liberalismo, socialismo etc.) e os que preferem o ver como uma prática e um estilo políticos. Sem entrar no debate, esse trabalho procura uma filiação na segunda chave de inteligibilidade, dado que o populismo não hesita em conjugar variantes de outros espectros ideológicos para construir seus fundamentos e ações em função de interesses pontuais e circunstâncias históricas distintas.

No primeiro ângulo encontramos autores como Mudde (2004, p. 543), que traz o populismo como uma “ideologia que considera, em última análise, a sociedade separada em dois grupos homogêneos e antagônicos, o “*pure people*” versus a “*corrupt elite*”, onde o argumentação reporta a uma ‘verdadeira’ política, vista na expressão da “*volonté générale* do povo.” Ou Mény e Surel (2000, p. 256), que denotam “o populismo como uma das grandes ideologias da modernidade”, mesmo que sem grandes pensadores, ao atribuir sentido à experiência vivida dos indivíduos que a adotam.

Assim, prefere-se aqui, a segunda abordagem, a que observa certas particularidades identificáveis e condensáveis a ponto de desenharem uma heurística, mas que não desvela o populismo enquanto uma ideologia propriamente dita. Nas palavras de Taguieff (2002, p. 80), “os diferentes movimentos políticos que puderam emergir não são dotados de uma linha doutrinal que permita identificar uma ideologia populista.”

Como, em constante, o populismo surge em momentos de crises econômicas, de desvalias na cultura moderna, de perturbações na democracia representativa, e se manifesta através de um líder mais ou menos carismático de ocasião, não expõe aos seus adeptos, e tampouco aos seus detratores, definições transparentes ou um sistema coerente e racional de ideias: “Ele pode se agregar a não importa qual [grande ideologia], a camuflar, a nuançar ou endurecê-la, lhe conferir um alvo ou uma orientação.” Aliás, essa seria talvez, para Taguieff (2002, p. 84), “a sua característica formal mais específica” e o que o torna especialmente perigoso, em sua “irreduzível ambiguidade [e seu] princípio de onipotência sincrética.”

Esse líder populista supõe exprimir um descontentamento e um mal-estar difusos. Suas atitudes obedecem a ciclos recorrentes e repetitivos, ao exercer, via de regra, grande influência mediática ao apostar no sensacionalismo, o que contribui à distração acerca de sua perquirição. Ao mesmo tempo, “o líder pode revelar-se na figura de um simples demagogo ou naquela de um ditador popular. É por isso que populismo rima frequentemente com bonapartismo ou com autoritarismo”, explicita Taguieff (2012, p. 37)

Badie (1997, p. 228) parte da mesma posição de Taguieff ao não considerá-lo como uma ideologia, “o populismo descreve (...) uma técnica e uma função: mobilizar o povo circunscrevendo sua natureza de comunidade política; lisonjear e amplificar suas mais pulsões profundas; o dirigir contra o “outro” ou contra o “exterior” para melhor dissimular os impasses dos sistemas de mobilização e de governo.”

O populismo é, assim, um estilo retórico-discursivo mobilizador “susceptível de operacionalizar diversos materiais simbólicos e de se fixar em múltiplas dinâmicas ideológicas, tonalizando-se conforme o lugar de acolhimento.” Ele se revela na exploração alegórica de certas representações sociais, segundo Taguieff (2002, p. 80), para quem “pode-se dizer que uma mobilização ou ação coletiva é populista se nela é possível reconhecer certos traços ligados ao apelo ao povo como modo de legitimação”, em uma oposição formal ao *status quo*, ao nutrir um imaginário sociopolítico.

Para uma maior especificidade desse rogo nos deparamos com suas latitudes, momento em que Laclau (1997, p. 172-173) o delimita chamando a atenção “para uma forma particular de articulação das interpelações populares-democráticas”, na medida em que, em seu conjunto sintético, apresenta enquanto mote maior a oposição ao que reconhece como poder dominante, em seu suposto de antagonismo ativo, constante e conflitante.

O populismo, a partir de seu estilo, é também uma prática de conquista e exercício de poder político ao engendrar essas compatibilidades com as principais ideologias possíveis em conformidade com seu quadro de interesses do momento, sejam elas o liberalismo, antiliberalismo, o maior ou menor nacionalismo,

o anticomunismo. Não há compromisso a priori com um quadro doutrinário fixo e sim com uma desenvoltura de fascinação, “como uma fusão de si com um todo exaltando.” (DORNA, 2006, p. 5)

Por consequência, as motivações e os almejados resultados não são necessariamente os mesmos ao longo do tempo. Não constituindo um corpo ideário estável, ele pode, eventualmente, atuar em contradições aparentes ao se identificar com um discurso liberal no plano econômico e autoritário-nacionalista em registro político de governo, por exemplo, o que, em tempos presentes, tem sido uma marca significativa. Mesmo que, em geral, seja mais presente uma concepção política da economia em um sentido nacional-protetionista, com via soberana em oposição à globalização. Ainda, dentro do nacional-protetionismo, denuncia a ‘insegurança cultural’ com a perda da ‘identidade do povo’, frente à imigração, à proliferação de grupos culturais concorrentes à tradição vista como ‘oficial’ em um país. (ROSANVALLON, 2020)

O populismo tampouco encarna um tipo definido de regime político. Ele é, antes, transversal à política e às suas correntes, ao se enquadrar em formas variadas do político, “uma democracia ou uma ditadura podem apresentar uma dimensão ou uma orientação populista, conter um estilo populista.” (TAGUIEFF, 2002, p. 80) Porém, ao menos sua ascensão pressupõe o jogo democrático, onde melhoram suas chances de repercussão discursiva às massas.

Mesmo que o populismo esteja longe de honrar a democracia e o sistema representativo, ele precisa deles em sua escalada, para ser ouvido sem maiores censuras, já que pratica a agressividade linguística. O populismo faz sua escalada na era democrática, ao conceber a política como uma expressão imediata da ‘vontade geral’ do povo e a qual somente esse líder é capaz de decodificar. E é justamente em nome desta ‘soberania do povo’ que o populismo subverte as próprias liberdades do povo, pois a ideia do conjunto subscreve a discriminação do individual e da diversidade, isolam e excluem as minorias e submetem as maiorias ao dogmatismo.

Logo, apesar de sua escalada no ambiente democrático, o populismo se averba como o único representante legítimo de um ‘povo’ em sua homogeneidade. Isso o torna diferente dos outros partidos em disputa política democrática, os quais têm por regra reivindicar

parcela da população, a maioria, conforme o cânone da democracia representativa. Com o que o populismo rejeita o pluralismo e mostra a sua essência profundamente antidemocrática. Para Müller (2016, pp. 43-44), o populismo se sustenta em uma oposição entre o “empírico e o simbólico”, na mesma proporção em que os “democratas reivindicam a representação de uma parte do povo (uma maioria) a partir de resultados eleitorais legítimos (porque empíricos), os populistas se apoiariam, ao contrário, sobre representações simbólicas e morais de um povo imaginário.”

O populismo incide, assim, nessa prática de tornar público o apelo dicotômico ao povo contra inimigos/opositores internos e/ou externos, conforme a circunstância da época em questão. Conforme Taguieff (2012, p.38), “ele incita a reagir contra categorias sociais julgadas inquietantes ou ameaçadoras.” Tal chamado ao povo, objetificação de um culto em toda a sua virtuosidade, intenciona uma via direta, sem filtros e sem a mediação de instâncias representativas, almejando, em seus primeiros deslocamentos, uma democracia plebiscitária, o contato direto com o povo.

Ou seja, nas palavras de Rosanvallon (2020, p. 78-79), o populismo tem como proposição central uma visão de poder imediata, bipolarizada e majoritária sacralizada, do ponto de vista democrático, pelo referendun. Sobretudo, ele “deprecia os corpos intermediários, as autoridades e poderes independentes, as cortes constitucionais, a imprensa, que são considerados obstáculos à relação direta” entre líder e povo. Tais corpos intermediários são acusados de distanciar o povo dos lugares de poder no que, maniqueísta, sua visão de sociedade é “dividida entre amigos e inimigos.”

O populismo é uma mobilização do ‘contra’, de reação em meio a uma ideia de exclusão. Em seu apelo ao povo, prescreve, em palavras de ordem, resultados, em geral, impactantes, como romper com o sistema político existente, acabar com a burocracia, a partidocracia, a plutocracia, uma ‘grande limpeza’. Trata-se de um chamado à comunhão do povo, para além das clivagens ideológicas-políticas ou de separação de classes. Muitas vezes, almeja produzir justamente um outro tipo de agrupamento retórico, nem de direita, nem de esquerda, ao dimensionar-se como antipartido e antipolítica.

Por este ângulo, Taguieff (2002, p. 125-134) faz importante distinção quanto ao tipo de apelo ao povo que é feito pelo líder populista e sua claue. A primeira forma de apelo é a que contempla um populismo protestatário, delibera que o inimigo é “interior”, ou seja, a catalogação entre o “amigo e o inimigo” se oferece dentro do próprio “demo”, entre o povo “de baixo” e o povo “do alto”, entre aquele que pena o árduo trabalho e aquele que só se beneficia dos lucros. As elites contra povo honesto.

A segunda forma de apelo remete-se ao populismo identitário, onde o inimigo está no “exterior”, a permeação se estabelece entre “nós” e “eles”. Mas a distância está a geometria variável, os imigrantes, em especial, os muçulmanos, os latinos, os recém-chegados migrantes africanos e do oriente-médio, em sua suporta ameaça ao ‘ethos nacional’, ao pleno emprego etc. Mas diz respeito, e muito, a intolerância interna às minorias, como os negros, os indígenas, as feministas ou ao gênero feminino em bloco, as comunidades LGBTQ+, os judeus, os comunistas, os intelectuais. Esses ameaçariam o ‘ethos moral’ e a ‘hierarquia natural’ da nação.

O populismo joga principalmente com o ‘reino da emoção’, com os ressentimentos, a moral do desgosto, através da elaboração de estratégias persuasivas que abocanham estados anteriores de forte insatisfação e arrebanham parcela da população que se encontra em disponibilidade política. Joga no excesso, no emocional, na dramatização ao extremo, com a “exacerbação da crise, denunciação dos culpados, com a exaltação de valores e a aparição de um Salvador (...) deslegitimação dos adversários, a relegitimação do povo”, nas palavras de Charaudeau (2011, p. 106), o qual em mais demonstra que, dado esses elementos de partida retórica, “discursa sobre a regressão do civismo, o empobrecimento geral da nação, da decadência moral, da perda das noções identitárias, em breve, explora as aflições da comunidade social”.

Panizza (2005, p. 1), por sua vez, resume a assunto ao realizar fundamental reflexão e proposição metodológicas afirmando que, embora “não haja acordo sobre o significado de populismo, é possível identificar um núcleo analítico em torno do qual existe um grau significativo de consenso acadêmico.” Este núcleo teórico forneceria

a base para uma fértil análise empírica, a qual se constitui através de três elementos: “um modo de identificação, um processo de nomeação e uma dimensão da política.” O que se traduziria na resposta às seguintes questões, as quais, as duas primeiras tentamos delinear ao longo do presente texto: “Quem são as pessoas? Quem fala pelas pessoas? Como ocorre a identificação populista?”

Faltaria aqui então um desenvolvimento à terceira indagação, o que provoca aceitabilidade, identidade, interpelação e corroboração entre líder populista e seu público alvo, ‘o povo’? Quais são as condições de possibilidade em situações históricas e geográficas tão diversas no tempo e espaço?

Antes de mais nada, como coloca Taguieff (2002, p. 84-85), “a conjunção de emergência de uma mobilização populista é uma crise de legitimidade ou de legitimação política afetando o conjunto do sistema de representação”, o que resulta na violenta denúncia e na rejeição do sistema de partidos. Ao que Jamin (2018, online) complementa ao explicitar que, em determinados momentos de disfunção, “os grandes conjuntos políticos acarretam insatisfação entre os cidadãos, dado que estes não conseguem responder a demandas concretas em nível local. Essa insatisfação é então explorada por indivíduos que contemplam que o sistema não funciona e que é preciso o alterar.”

Aí reside um grande mote de comunicação e identificação entre emissão e recepção, entre líder e parcela da população concernente e concernida. Onde, eventualmente, se configura que para ‘regenerar’ a democracia, se pode ultrapassar seus aspectos formais, romper a divisão e o equilíbrio dos poderes e instaurar uma *não* limitação institucional do ‘poder do povo’, afastando as regras jurídicas. Nessa redenção cria-se o ‘cidadão ativo’, o ‘cidadão do bem’, contra a ‘lassidão’ e a ‘imoralidade’ vigentes no sistema social. O preço dessas ações é a perpetuação da aura do conflito como elemento discursivo e de atitudes e, no seu extremo, a ruptura de toda e qualquer liberdade democrática.

Poderíamos, em matéria de exemplo, recuperar algumas passagens do “Discurso de Investidura” de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos da América, realizado em 20 de

janeiro de 2017, no *Inauguration Day*.²⁷ Nessa comunicação, a qual se reverbera quase uma caricatura populista em sua exploração dos contínuos efeitos da crise de 2008, a relação povo/elite é especialmente referendada, com citações, já em início do texto, à ‘equivocada’ representação política e à ‘verdadeira’ soberania do país, cuja resolução do problema seria um marco de sua eleição:

a cerimônia de hoje reveste um sentido muito particular, porque hoje não se trata de uma simples passagem entre governos e entre dois partidos. Trata-se da passagem do poder que parte de Washington e que é devolvida a vocês, o povo.

Ao que reforça pincelando a acusação ao conjunto abstrato das ‘elites’, em sua visão binária da sociedade, “durante muito tempo, uma pequena elite na capital de nosso país tirou proveito do governo em detrimento do povo.” Trump insiste na reprovação tenaz aos ‘políticos’, “nós não aceitaremos mais os políticos que têm muita lábia, mas que não fazem nada”, em ataques ao *‘establishment’*, ao sistema vigente até então, permeado pelo individualismo do ‘capital’, tomado em um todo sem exceções,

Washington prosperou, mas o povo não tirou proveito. Os políticos prosperaram, mas os empregos desapareceram. E as indústrias fecharam as suas portas. Os membros do establishment se protegeram, mas eles não protegeram os cidadãos desse país. A vitória deles não foi a de vocês. O triunfo deles não foi o de vocês. E enquanto eles os celebravam em nossa capital, as famílias em dificuldades, espalhas em todo os lugares do país, tinham poucas razões de se contentar.

Agora, novos tempos se anunciavam, pois o ‘salvador’ lá estava para restabelecer a ‘verdadeira’ democracia, aquela do interesse do ‘povo’, acima da política partidária e seus partidos. Os EUA, finalmente, se colocariam no seu lugar, ao lado e travestidos no ‘povo’, sua fonte

²⁷TRUMP, Donald. *Inauguration Day*, 20 jan. 2017. Disponível: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/the-inaugural-address/>. Acesso: 10 maio. 2020.

primordial, onde ninguém seria deixado de lado. Era a vez do *outsider*, do cidadão ordinário, do esquecido pelo sistema:

Tudo isso vai mudar, aqui e agora. Porque esse momento é o momento de vocês. Ele pertence a vocês (...) E esses Estados Unidos da América são o país de vocês. O que importa, não é saber qual partido está no poder; o importante é saber se o governo está nas mãos do povo. Lembraremos do dia 20 de janeiro de 2017 como a data na qual o povo reencontrou o poder nessa nação (...) vocês vieram em dezenas de milhões para participar desse movimento histórico, um movimento como o mundo jamais conheceu.

Trump afirma sua missão nacionalista-securitária em face de opções governamentais anteriores, julgadas equivocadas, de exteriorização e globalização, que não teriam feito nada mais do que empobrecer e deixar desprotegidos os EUA,

durante numerosas décadas, nós enriquecemos as indústrias estrangeiras às despesas das nossas, subvencionamos as forças armadas de outros países quando assistíamos à depauperização das nossas. Nós defendemos as fronteiras de outros países recusando em proteger as nossas. E nós gastamos milhares e milhares de dólares no estrangeiro enquanto a infraestrutura americana era negligenciada e declinava. Nós enriquecemos outros países ao mesmo tempo em que a riqueza, a força e a assistência em nosso país se dissiparam ao longo do tempo (...) sem mesmo um pensamento pelos milhões e milhões de trabalhadores americanos deixados por conta.

Para chegar à apoteose de suas pretensões, Trump hiperboliza as angústias e incertezas identitárias advindas do contexto internacional. O que importa é a ‘regeneração’ da nação e a elevação dessa ao plano central no novo começo societal. Ao mesmo tempo, elege antagonistas externos, na figura do imigrante, da internacionalização do capital e da produção etc.,

a partir de hoje, será estritamente ‘América antes de tudo’, todas as decisões sobre relações econômicas, fiscalidade, imigração, assuntos externos serão tomadas para beneficiar os trabalhadores e as famílias americanas. Nós devemos proteger nossas fronteiras das devastações provocadas por outros países que fabricam nossos produtos, roubam nossas empresas e destroem nossos empregos. A proteção levará a uma grande prosperidade e força (...) a América será novamente vencedora, mais ainda do que um dia foi.

Já durante a campanha, Trump procurou se mostrar como uma oferta política diferenciada, incarnada pelo bem-sucedido homem de negócios, que não pertencia ao quadro tradicional partidário estadunidense. Era o ‘homem novo’, não corrompido pelas intrigas de Washington, disposto a se sacrificar pelo bem da nação, já que, sendo milionário, a única coisa que o movia era a luta pelo retorno da ‘Grande América’, como demonstra a muito boa análise feita pelo *The Guardian* acerca do teor populista dos enunciados do futuro presidente.²⁸

Em termos gerais, frente a adesão e auto reconhecimento com o discurso do tipo populista, Rosanvallon (2020, p. 130) fala em “desencanto” com a democracia e sua assim vista “disfunção” por parte da sociedade, uma “expressão de impaciência, de cólera que se enraíza em um sentimento de mal representação, de uma função democrática percebida como deficiente.” A robustez desse discurso provém justamente de simplificações resolutivas diretas e imediatas. Uma resolução de problemas onde a democracia seria bem regulada, afirmaria um populista, “se o referendun passasse a ser utilizado de maneira permanente” e, onde, na maior parte dos países, “o protecionismo” sanearia a economia. Ou, em outras nações, com o discurso oposto, quando o ultraliberalismo e a privatização resolveriam todas as crises. Sua força atual e sua proliferação estariam no que é sentido como “falta de alternativas”, o que deveria levar um esforço de outras correntes políticas em repensar o efetivo bom funcionamento democrático.

²⁸New research into Donald Trump’s speeches reveal why the president’s scripted brand of populism doesn’t come easy. In: (THE GUARDIAN, 06 mar. 2019. Disponível: <https://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2019/mar/07/the-teleprompter-test-why-trumps-populism-is-often-scripted> Acesso: 10 maio. 2020

Neste sentido, Hermet (2019, on-line) já enunciara que “o populismo contemporâneo é o resultado de um profundo desencanto com a democracia, alimentado pelo sentimento de numerosos cidadãos de que não são escutados, de que não contam para nada.” Insiste igualmente no fato democrático de que ser representado não significa apenas contar como um delegado, e sim ser contemplado no debate social em suas necessidades cotidianas, o que, se de fato executado, talvez o populismo encontraria letra morta.

Em conclusão, deve-se reafirmar que a proliferação semântica publicitária, jornalística e mesmo acadêmica do vocábulo populismo nos leva a impreteríveis análises de caso a caso, em suas possíveis obliterações de direita/esquerda; extrema direita/extrema-esquerda. As definições entre os espectros políticos, por sua vez, exigem necessárias explicitações diferenciadas, dado que, como vimos em suas raízes, certos populismos de esquerda podem bem ter legitimidade enquanto manifestações progressistas não demagógicas, em nome de uma valorização de setores efetivamente excluídos da sociedade e condenados à marginalidade. Populismos de esquerda esses que defendem uma perspectiva reformista, concebendo uma democracia que vai além de supostos critérios meritocráticos não inclusivos e de não contemplação de minorias.

De resto, populismos usualmente aparecem em situações de crise de um sistema de representatividade de democracias mais ou menos liberais, em que o sentido de participação ampliada e/ou plena transparece como falhas de forma contundente em parcelas da população. Nos casos de populismos de extrema-direita, em geral, essas dissintonias são hiperbolizadas, até se tornarem fantasiosos em seu perigo de violências, racismos, preconceitos, os quais têm por resultados, ainda mais exclusão e escaladas de autoritarismos ou rupturas de legítimos sistemas democráticos. Tal gênero de populismo engendra estratégias discursivas com vistas à identificação social, mas que encontra respaldo em expectativas e valores antecedentes de seu público, o qual está especialmente sensível aos níveis variados de carisma político e a situação emocional da ocasião.

Referências

- BADIE, Bertrand et ally. Le populisme? **Vingtième Siècle, revue d'histoire**, n°56, p. 224-242, octobre-décembre 1997.
- BIHR, Alain. **L'actualité d'un archaïsme**. La pensée d'extrême droite et la crise de la modernité. 2^oed. Lausanne: Page deux, 1999 [1998].
- CANOVAN, Margaret. **Populism**. New York: Harcourt Brace, 1981.
- CANOVAN, Margaret. **The people**. Cambridge: Polity, 2005.
- CASULLO, María Esperanza. **Por qué funciona el populismo?** Buenos Aires: Siglo XXI, 2019.
- CHARAUDEAU, Patrick. Réflexions pour l'analyse du discours populiste. **Mots. Les langages du politique**, n°97, p. 101-116, 2011.
- GARRIGUES, Jean. Le boulangisme comme mouvement social, ou les ambiguïtés d'un socialpopulisme. In: PIGENET, Michel et al. **Histoire des mouvements sociaux en France**. Paris: La Découverte, 2014, p. 238-248.
- GERMANI, Gino. **Authoritarianism, Fascism and National Populism**. New Brunswick: Transactions Books, 1978.
- GOODWIN, Matthew; EATWELL, Roger. **Nacionalpopulismo: por qué está triunfando y de qué forma es un reto para la democracia**. Barcelona: Península, 2019 [2018].
- GUAMÁN, Adoración; MARTÍN, Sebastián; ARAGONES, Alfons. **Neofascismo**. A besta neoliberal. Madrid: Siglo XXI, 2019.
- HALIMI, Serge. Le «populisme», voilà l'ennemi!. **Mots**, n°55, p. 115-121, juin. 1998.
- HERMET, Guy. Narodniki, boulangisme, People's Party : trois populismes fondateurs du XIXe siècle. In : BADIE, Bertrand; VIDAL, Dominique (dir.). **Le retour des populismes**. L'état du monde (2019). Paris: La Découverte, 2019.

HERMET, Guy. Populisme et nationalisme. **Vingtième Siècle, revue d'histoire**, n°56, p. 34-47, octobre-décembre 1997.

IHL, Olivier. Cinq questions sur le populisme. **Le Point**, 2016. Disponível : https://www.lepoint.fr/monde/cinq-questions-sur-le-populisme-02-12-2016-2087565_24.php.

JAMIN, Jérôme. Le populisme aux Etats-Unis: le rejet de l'élite. **Amnis**, 2018. [En ligne], URL : <http://journals.openedition.org/amnis/3935>.

KANTCHALOVSKI Dimitri. L'intelligentsia avant la Révolution. **Revue des études slaves**, Tomo 37, fascículo 1-4, p. 119-155, 1960.

KERSTEN, Joachim; HANKEL, Natalia. A comparative look at right-wing extremism, anti-Semitism, and xenophobic hate crimes in Poland, Ukraine, and Russia. In: MERING, Sabine; MCCARTY, Timothy (eds). **Right-Wing Radicalism Today: Perspectives from Europe and the US**. New York: Routledge, 2013.

LACLAU, Ernesto. **Politics and ideology in marxist theory: capitalism-fascism-populism**. Londres: Verso, 1979 [1977].

MAZZOLENI, Gianpietro et al. (eds). **The Media and Neo-Populism: A Contemporary Comparative Analysis**. Westport: VA-Praeger, 2003.

MÉNY, Yves ; SUREL, Yves. **Par le peuple, pour le peuple**. Le populisme et les démocraties. Paris: Fayard, 2000.

MILZA, Pierre. Mussolini entre fascisme et populisme. **Vingtième Siècle, revue d'histoire**, n°56, p. 115-120, octobre-décembre 1997.

MOUFFE, Chantal. **L'illusion du consensus**. Paris: Albin Michel, 2016.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal. **Populism: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MUDDE, Cas. The Populist Zeitgeist: government and opposition. **Blackwell Publishing**, n. 39, v, 4, p. 541-563, 2004.

MÜLLER, Jan-Werner. **What is Populism?** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

OLIVE, Maurice. Le Pen, le peuple. Autopsie d'un discours partisan. **Mots**, n°43, p. 128-134, juin. 1995.

PANIZZA, Francisco. Introduction. In: PANIZZA, Francisco. **Populism and the Mirror of Democracy**. London: Verso, 2005, p.1-31.

PERRINEAU, Pascal. Le peuple dans le national-populisme. In : WIEVIORKA, Michel (ed.). **Le peuple existe-t-il?** Auxerre: Editions Sciences Humaines, 2012, p. 295-304.

RIOUX, Jean-Pierre. La tentation populiste. **Cités**, n°49, v. 1, p. 65-77, 2012.

ROSANVALLON, Pierre. **Le siècle du populisme**. Histoire, théorie, critique. Paris: Seuil, 2020.

ROSANVALLON, Pierre. **Leçon inaugurale**. In: XXVIèmes Rencontres de Pétrarque: le peuple a-t-il un avenir ? Paris: Le Monde, 2011.

SCHLEGEL, Jean-Louis. Le Pen dans sa Presse. **Projet**, n. 191, jan.-fév., 1985.

TAGUIEFF, Pierre-André. **L'illusion populiste**. Paris: Berg International, 2002.

TAGUIEFF, Pierre-André. La rhétorique du national-populisme: les règles élémentaires de la propagande xénophobe. **Mots**. Les langages du politique, v. 9, n, 1, p. 113-139, 1984.

TAGUIEFF, Pierre-André. **Le nouveau national-populisme**. Paris: CNRS, 2012.

TOCQUEVILLE, Alexis. **De la Démocratie en Amérique**. T.II. 2ed. Paris: Pagnerre, 1848 [1835].

VENTURINI, Franco. **Les Intellectuels, le peuple et la révolution**. Histoire du populisme russe au XIX^e siècle. Tome I . Paris: Gallimard, 1952.

VOODG, Christophe. **De César à Trump**: petite histoire du populisme. Disponível : <https://www.lefigaro.fr/vox/politique/2016/07/01/31001-20160701ARTFIG00381-de-cesar-a-trump-petite-histoire-du-populisme.php>

VOODG, Christophe. **Pays-Bas**: la tentation populiste. Paris: Fondapol, 2010.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Vol.1. Brasília: Ed. UnB, 2004.

WINOCK, Michel. **Nationalisme, antisémitisme et fascisme en France**. Paris. Le Seuil: 1990.

ZINN, Howard. **Une histoire populaire des États-Unis de 1492 à nos jours**. Marseille: Agone, 2002.

Capítulo 2

Sobre 1932: repressão e conflitos na memória e na historiografia

Marcio Luiz Carreri

João Lucas alcançou a pé o bairro antigo dos Campos Elísios. Ia para a sua mansarda do solar urbano dos Formoso. Velhas residências isolavam jardins com árvores copadas, imensas. Que infelicidade demorada! Essa revolução não vinha! Deixara uma reunião de conspiradores. Os moços de 30 anos forçavam o movimento. E os estudantes de Direito. A Força Pública aderira. Mas a velharada, que Getúlio Vargas encurralara de chinelas nas casas ou jogando nos clubes, estragava tudo. Só sabiam dizer: - São Paulo não pode permanecer sob a bota dos interventores inimigos!

Janelas e sacadas estavam repletas. Súbito, dos lados do Brás, unido em torno de um dístico, um grupo de gente mal vestida surgiu. Fez um redemoinho, lateralmente na direção das escadarias. O *boxeur* Venâncio erguia o cartaz onde se lia a palavra “Proletariado”. Atrás dele ia uma figura desajeitada e angulosa de homem do povo. Era o camarada Falcão.

(Oswald de Andrade, **Marco Zero I** - A Revolução Melancólica, 1978, p. 128-9).

Esse capítulo é sobre o conflito conhecido como “Revolução Constitucionalista de 1932”. O movimento bélico traduziu-se, antes e durante a sua ocorrência, em disputas sócio-políticas pela representação da memória. O vencedor nas trincheiras, no caso o Governo Vargas, investiu, antes e durante, em um discurso que apregoava aos paulistas o caráter separatista, conservador e oligárquico. Na sua contraparte, as elites de São Paulo, amparadas em uma monumental historiografia, investiram para produzir outra narrativa, de celebração cívica ao 24 de julho, feriado estadual, como um marco de resistência a um poder central autoritário e inconstitucional. O texto destaca a participação de

partidos políticos no movimento, como PRP e PD, e a análise sobre o momento e as razões da decisão do PCB da não participação no conflito. O capítulo apresenta estratégias de construção da memória oficial sobre o evento, da produção da memória histórica e os limites da crítica historiográfica, além das diversas posições políticas sobre o conflito, do capital e do trabalho, de autoridades, políticos e literatos, entre eles Oswald de Andrade, entrecortado por nuances de interpretação do escritor comunista e ensaísta de São Paulo sobre a Guerra Paulista.

A Guerra: identidade e violência

A década de 1930 marca a emergência do moderno, com projetos postos em disputas e identidades forjadas, sendo as mesmas em formação e redefinindo-se num ritmo e lutas acelerados, em um valor fundamental da modernidade (SAWAIA, 2001, p. 121). Trata-se de um período também marcado por radicalização política (MOTTA, 2006, p. 141). Episódio constantemente revisitado na recente história política de São Paulo, o movimento de 1932, conhecido como “Revolução Constitucionalista”, como resultado dos frementes anos 20 (SEVCENKO, 1992) e da “revolução” de 1930, nasceu e não se desvincilhou do signo da contradição em si. Primeiro, em relação ao título que o anuncia, “revolução”; segundo, pela própria tentativa de construção de sua referência identitária antes, durante e depois da “guerra”, elemento utilizado como motivação para os apoiadores e combatentes, e também para os populares em disputas pela memória, constituindo-se em memória histórica, largamente utilizada pelos grupos sociais nas décadas seguintes.

Para Paulo Prado, revolução é a força que surge destruidora das velhas civilizações e das quimeras do passado. Em *A Longa Revolução*, livro de 1961, Raymond Williams trabalha a construção do conceito, a revolução democrática do século XVIII, a econômica no XIX e a cultural no século XX. Empregado sempre de maneira enfática, muito em função da retórica política e menos em função de seus resultados práticos, o termo “revolução” é variável e, segundo Koselleck (2006), a imprecisão conceitual é tão grande que poderia vir a ser um clichê. No caso do movimento de 32, a ideia de revolução que os diversos atores

sociais e políticos defendiam, a pergunta que fez De Decca (1981, p. 87) para o contexto de 1930 não está distante do de 1932: Qual revolução? O termo foi empregado como contraponto à outra, a de 1930, e como contribuição às outras que vieram depois, e apresenta alguns paradoxos.

O movimento, transformado em guerra, e sua memória modificada em narrativa tomaram de empréstimo do domínio da política o conceito de revolução, momento privilegiado do conflitos entre as classes que, no caso, contraditoriamente, aponta para um sentido contrário ao que o termo sugere, quando se pretende algo que esteja dentro da *ordem*, como a luta por uma Constituição. Não à toa, deu o nome ao movimento, em uma luta pela restituição da normalidade na perspectiva do tempo progressivo, carregado de positividade.

Segundo Florestan Fernandes (2006), o uso das palavras traduz relações de dominação. O contrassenso é evidente, do mesmo modo que a pretensão de se configurar como um pensamento hegemônico nas disputas com outras forças do passado e o que se apresenta, a condução do Estado e do país. O movimento defendia, com o aporte do discurso, um caráter homogêneo para a sociedade paulista, conseguindo, assim, uma unicidade de suas oligarquias (BORGES, 1992) e reivindicou, desde o seu princípio, um caráter hegemônico de união e coesão social, para além das classes e seus conflitos de interesses. Identidade que, demonstrou Sawaia, *esconde negociações de sentido, choques de interesse, processos de diferenciação e hierarquização das diferenças* (2001, p. 123).

O Partido Democrático e o Partido Comunista: participação e crítica

Permitem a uma pessoa coisas surpreendentes, desde que tenha dinheiro. Sócrates, pobre, é apenas uma fazedor de frases, estúpido e pernicioso, sendo tolerado unicamente no teatro, porque apraz ainda ao burguês ver a virtude em cena. Este burguês é uma pessoa estranha, proclama francamente que o dinheiro constitui a suprema virtude e a obrigação humana e ao mesmo tempo, gosta terrivelmente de aparentar a mais elevada nobreza de caráter.

(Dostoiévski, **Ensaio sobre o burguês**).

Ia devagar porque estava matutando. Era a esperança dum turumbamba macota, em que ele desse uns socos formidáveis nas fuças dos polícias. Não teria raiva especial dos polícias, era apenas a ressonância vaga daquele dia. Com seus vinte anos fáceis, o 35 sabia, mais da leitura dos jornais que de experiência, que o proletariado era uma classe oprimida. E os jornais tinham anunciado que se esperava grandes “motins” do Primeiro de Maio, em Paris, em Cuba, no Chile, em Madri (...).

(Mario de Andrade, **Primeiro de Maio**)

O Partido Democrático foi, por excelência, o partido das “revoluções”: a de 1930 e a de 1932. Isso se configura especialmente em relação à última, pois sua atuação se deu em consequência da primeira. Eminentemente paulista, era composto por profissionais liberais, como bacharéis formados no Largo, pequenos e médios empresários, prefeitos, médicos e escritores. Para os comunistas, era um típico partido pequeno burguês. Todavia, incorporou também grandes empresários da crescente metrópole, incluindo fazendeiros, e, apesar da crítica ao PRP, seus quadros receberam muito bem os senhores da lavoura. O partido, portanto, em um lance, uniu os interesses da burguesia paulista, dos proprietários da cidade e do campo. O seu Manifesto-Programa de 1926, apontava as diretrizes do Partido, que destacamos: “1º defender os princípios liberais consagrados na Constituição (...); 3º vindicar para a lavoura, para o comércio e para a indústria a influência a que têm direito, por sua importância na direção dos negócios”.

Advindo do racha do PRP, partido vinculado à política do café-com-leite, contou com figuras proeminentes do empresariado e da burguesia paulistana em ascensão, como os Camargo, Prado e Vergueiro, além de intelectuais do porte de Mario de Andrade. Entre os seus líderes estavam Francisco Morato, Paulo Duarte e Marrey Junior. Sobre a burguesia brasileira, sua composição e interesses, além do “mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e de civilização”, como pensou Florestan Fernandes (2006, p. 242). Maria Ligia Prado contrapõe o discurso ao verdadeiro interesse do partido: “Em suma, o discurso liberal do Partido Democrático invoca o “povo”

como legitimador de sua ação; no entanto, sua prática política estava sempre distanciada do “povo”, que entrava na cena política não como sujeito, mas como objeto manipulado pelos interesses dos demais grupos (1984).

Liberais, eram favoráveis à Constituição e limitação dos poderes de Vargas. O partido nasceu em 1926 e tem muito a ver com as críticas ao PRP e ascensão da burguesia citadina, e também sua organização quanto classe, tendo em vista que a FIESP, sucessora do CIESP, surgira em 1931, com a decisiva participação do industrial Roberto Simonsen, tanto na organização da entidade antecessora, como na organização da indústria para o esforço de guerra. O PD apoiou Vargas nas eleições de 1929 e tramou a “revolução de 1930”, rompendo com Vargas quando da nomeação do interventor, o tenente João Alberto.

O partido foi incorporado ao recém-criado Partido Constitucionalista, em 1934. Sua curta história de oito anos é um exercício de pensar, que ajuda explicar o contexto da política paulista e brasileira da época e o seu pragmatismo, em um investimento de juntar poder econômico e político, nas palavras de Mario de Andrade, *monções da ambição*. Em suma, o Partido Democrático teve o mérito de vir a ser o novo estilo de associação das oligarquias agrárias com o capitalismo urbano. Distante da dicotomia pensada pelo Partido Comunista, a transição era marca daquele tempo. Perrepista, pepista e pouco comunista, São Paulo era conservadora e moderna ao mesmo tempo, ainda que todos reivindicassem a modernidade, um dos motivos para a saída de cena do PRP, a cidade é meio futurista e passadista, como em *A Procissão*, escrita por Oswald:

Os *chofers* ficam zangados,
Porque precisam estacar diante da pequena procissão,
Mas tiram o boné e rezam
Procissão tão pequenina tão bonitinha
Perdida num bolso da cidade
Bandeiras (...).

O Partido Comunista do Brasil, por sua vez, tinha apenas uma década de história quando eclodiu o levante paulista. E tinha sérios problemas para tratar, na sua curta e, ainda assim, *acidentada trajetória*

(Moreira, 2016, p. 78). Além dos conflitos internos, nos campos ideológico e de relação interpessoal, comum em qualquer organização política, viveu a maior parte de sua existência na ilegalidade, como era o caso dos antecedentes dos movimentos de 1930 e 1932, convivendo na maior parte de sua história com violência e repressão política.

Além do trabalho na clandestinidade, o militante lidava com um sentimento construído, o fenômeno histórico do anticomunismo, num duplo efeito. O militante enfrentava, do ponto de vista interno, seus fantasmas da convivência com os camaradas e com o sentimento de mudar o mundo e, no externo, com as fantasmagorias engendradas por instituições e governos contra a “ameaça vermelha”.

Em abril de 1929, o braço sindical do PCB criou a Confederação Geral dos Trabalhadores, sendo eleito Minervino de Oliveira, operário marmorista, para a Secretaria Geral. Minervino havia eleito intendente (espécie de vereador) da então capital federal, Rio de Janeiro, pelo Bloco Operário e Camponês, o BOC, organização sócio-política criada em 1928. Oliveira também foi candidato a presidência da República em 1929 pelo Bloco, e o Brasil teve, ainda no processo de sua modernização urbana e econômica, uma grande novidade no campo político-eleitoral: um candidato comunista, negro e operário.

O Partido vinha com uma tendência de proletarização, confirmada em posteriores eventos. O VI Congresso da Internacional Comunista, no verão de Moscou, radicalizou a organização. A política da “frente única” com alianças com a pequena burguesia, inclusive com Prestes¹, foi abortada e em seu lugar venceu a proposta de radicalização e enfrentamento aberto contra o capitalismo mundial².

¹A filiação de Prestes demorou. Missões anteriores não convenceram o líder, que se definiu somente em 1931, mesmo ano em que se mudou para a Rússia, deixando o exílio e o trabalho em Montevideo. Em período tenso para o Partido, com a destituição de Astrojildo Pereira, então secretário-geral (exigência inclusive de pesados autocrítica), afastado da agremiação como Otávio Brandão, e expulsos os importantes quadros do Partido como Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima, condutores das políticas de alianças.

²Após a morte de Lenin (1923), o direcionamento da política soviética no âmbito internacional, sob o comando de Stalin, refreou os movimentos revolucionários. Muito criticada por Trotski e seus seguidores, principalmente Mario Pedrosa, por ser uma análise mecânica do processo, principalmente no seu segundo período, e por permitir, na prática, uma política de colaboração, não luta de classes. Em 1928, Molotov, que substituiu Bukhárin na liderança do *Komintern*, formulou a teoria do Terceiro Período, de enfrentamento direto ao capitalismo e imperialismo. No entanto, essa guinada, no primeiro momento, pôs a América Latina e o

No final de 28 e começo de 29, em Niterói, por sua vez, ocorreu o III Congresso do PCB. Ambos os encontros ofereceram as linhas mestras de atuação dos partidos comunistas. No caso do Brasil, essa determinação vai ser relevante para a definição do PCB sobre o acontecimento da “revolução” de 1932. Uma delas muito significativa, de acordo com as orientações do referido Congresso, sobre deverem ser, as instâncias de deliberação do Partido, ocupadas por operários. Esse período ficou conhecido depois como “obreirismo”, com a presença majoritária dos líderes sindicais. Outra questão é a própria agenda dos trabalhadores, com as greves no ano de 1932 sendo prioridade política do Partido.

Sobre as referidas greves, notadamente protagonizadas pelos sapateiros e ferroviários da São Paulo Railway, o movimento ampliou para outras categorias de trabalhadores industriais e bancários, e os principais centros de atividade da indústria paulista foram afetados. Atividades clandestinas e frequentes agitações dos comunistas ligados aos sindicatos e os anarcossindicalistas chamaram a atenção da polícia política, que produziu relatórios detalhados sobre as estruturas e o funcionamento dos movimentos.³

Não por acaso, Getúlio Vargas, que havia criado o Ministério do Trabalho em 1931, publicou dois decretos tratando da regulamentação da jornada de trabalho de 8 horas, reivindicação ainda da histórica greve de 1917, para os do comércio, o Decreto 21.186, e para os trabalhadores da indústria, decreto 21.364, o primeiro no mês de março e o segundo no mês de maio de 1932. Além disso, nomeou uma Junta de Conciliação como tentativa de resolução de conflitos trabalhistas e,

Brasil no mapa do comunismo internacional, por anunciar um programa para os países que estivessem em “situação semicolonial” e, no segundo momento, influenciar a política mundial de enfrentamento ao fascismo, que, no Brasil, tomou a forma do Integralismo, movimento criado por Plínio Salgado, em 1932.

³“Do trabalho sindical resultaram consequências imediatas, entre elas a criação de um permanente estado de agitação em vários sindicatos notadamente bancários, comerciários, contadores, ferroviários, agitação essa capeada pelas reivindicações econômicas de classe. Os movimentos grevistas da época tiveram notória publicidade, salientam recordar, entre eles o de têxteis e ferroviários da SPR, dirigida por comunistas, e padeiros, que embora orientada por anarquistas, foi largamente explorada pelo partido comunista como movimento de massas”. “A propaganda comunista no Estado de São Paulo”. 10 jul. 1935. Prontuário DEOPS/SP n.2431 do PCB. Vol 9. (In: FLORINDO, 2012).

principalmente, deu o pontapé ao processo que culminou com a CLT em 1937 e o controle oficial da estrutura e organização sindical, no Estado Novo.

Com dez anos de Partido, o comunismo brasileiro não participou do 1932, até mesmo pela “debilidade de sua direção e ação política, inclusive de assimilação da teoria marxista-leninista ou mesmo alcançar a ideológica em relação às classes dominantes”, características apontadas em Carta da Komintern ao Comitê Central do PCB em 1933. Tratou o evento como palco das elites, mas, em atendimento ao entendimento do Congresso, criticava a velha estrutura social com base no latifúndio: “O empreendimento colonizador capitalista ia nos grandes grileiros e nos empreendedores da morte do sertão”, pensou o autor de Marco Zero. Ressabiados com 1930, afinal, “os senhores que fizeram o movimento de 30 sequer tocaram no latifúndio”, da capitulação do BOC pelas classes dominantes e a revolução “pelo alto”, e outro jogo das elites. O PCB fez a crítica ao movimento e, após o conflito, investiu em uma tentativa de reestruturação teórica e prática no sentido de tornar-se de fato contra o fascismo, para novas lutas que se aproximavam.

Construções literárias e análise sociológica

A partir das inovações trazidas pelos literatos sobre a Guerra, entendemos que a violência não apenas foi empregada com legitimidade durante a guerra⁴, mas também se fez no processo de construção do silêncio, sendo as camadas populares, parte dela que voluntariamente participou, como também das frutíferas tentativas de forjar uma identidade de paulista a partir do Estado. Pode também ser dimensionada nos processos de construção de legitimidade e pretensa homogeneidade, mas também de exclusão e obliteração que afasta os que se opõem ou ficam indiferentes.

E ninguém ficou indiferente naqueles três meses de confrontos. Os escritores e artistas modernistas, dez anos depois da Semana de

⁴O Obelisco Mausoléu conta 700 paulistas mortos na Guerra Civil, não considerando muitos populares que não constam em listas e centenas das tropas legalistas que tomaram, além de outras centenas de feridos em diversas fronteiras de conflito.

Arte Moderna, possuindo um capital cultural considerável, tomaram partido da Guerra Paulista. A campanha “Ouro para o Bem de São Paulo”⁵ contou com o apoio da Igreja Católica (a Caixa Econômica de Cristo, segundo Oswald), de rádios e jornais do Estado, incentivando a classe média e os populares a doarem ouro para a causa de São Paulo, inclusive alianças pessoais, com o assentimento dos padres e bispos. Diversos modernistas engajaram-se nas mobilizações, como Alcântara Machado, Anita Malfatti, Paulo Duarte e escritores como Monteiro Lobato e Couto de Barros. Mario de Andrade, filiado ao Partido Democrático (PD), e Menotti Del Picchia, do Partido Republicano Paulista (PRP), tiveram participações mais ativas.

O autor de Macunaíma relata sua contribuição para a citada campanha: “Ouro dei tudo. Bronzes, metais, só não demos o indispensável da casa e os meus três Brecherets (SANTOS; MOTA, 2010, p. 36). O entusiasmado autor de Juca Mulato, por sua vez, conclamou: “Paulistas, vós que tendes corações de ouro, daí ouro a São Paulo. Dai ouro à terra que vos deu a vida. Paulistas! Devolvi um pouco do tudo que São Paulo vos deu!” (SANTOS; MOTA, 2010, p. 41).

Por meio de uso intenso de mecanismos de persuasão via propaganda, uma vez que a grande imprensa paulista foi utilizada, como os jornais O Estado de São Paulo, Folha da Manhã e A Gazeta, assim como o Diário Nacional, “órgão oficial” do partido, além de rádios da capital e do interior, colaboraram para que os populares se aproximassem do movimento. Estavam alimentados por um sentimento difuso de excepcionalidade paulista dos bandeirantes modernos⁶, que se uniam “por São Paulo”, escondendo diferenças, crises, conflitos e classes sociais.

⁵Campanhas fazem escola. Em 1964, após o Golpe, no governo de Castelo Branco, o grupo de mídia comandado por Assis Chateaubriand lança, em São Paulo, a campanha “Ouro para o bem do Brasil”, para “ajudar” o governo a superar a crise econômica.

⁶Euclides da Cunha, do Estadão, em Os Sertões, em um arraigado positivismo de sua época, assim se referiu aos mamelucos audazes: “o paulista - e a significação histórica desse nome abrange os filhos do Rio de Janeiro, Minas, São Paulo e regiões do sul - erigiu-se como um tipo autônomo, aventureiro, rebelde, libérrimo, com a feição perfeita de um dominador de terra, emancipando-se, insurreto, da tutela longínqua, e afastando-se do mar e dos galeões da metrópole, investindo com os sertões desconhecidos, delineando a epopeia inédita das “Bandeiras”... (CUNHA, (1902) 1985, p.156).

Na distribuição das tarefas juntamente aos esforços da guerra, aos intelectuais coube a colaboração em campanhas e postos de alistamento, na criação, edição e distribuição de panfletos com a propaganda da Liga de Defesa Paulista⁷. Assim, pois, denunciou Oswald, “São Paulo não ficará sob a bota dos interventores”.

Nem todos os modernistas paulistas fizeram coro com o movimento de guerra. Afonso Schimidt, colaborador de jornais operários como *A Lanterna*, *A Plebe* e *A Vanguarda* e participante do Grupo Zumbi, experiência efêmera de sociabilidade literária anarquista, entendia de outro modo a empresa da guerra e seus personagens. Em *A Locomotiva – a outra face da revolução de 1932*, o autor, citado por Capelato (1981, p. 58), assim referiu-se ao povo simples em relação à Guerra Paulista:

Havia receios, principalmente do povinho nas ruas, trabalhado por agentes subversivos. Imagine se a escumalha, sem rei nem roque, leva a sério essa pantomina de revolução? Que faremos nós que temos alguma coisa a perder ou a ganhar, para arrancar os fuzis e as metralhadoras de suas garras? Já pensou no perigo de uma patuleia.

O jornalista Octávio Frias de Oliveira, explica as motivações de sua participação voluntária, comum de muitos jovens de elite da época: “Foi uma histeria coletiva em São Paulo, todo mundo se alistou. Eu não acreditava naquela revolução, achava que nós íamos perder, mas a pressão era tão grande que eu resolvi me alistar também, para desespero de meu pai, que não queria que eu fosse de jeito nenhum (...)”. (SANTOS; MOTA, 2010).

O voluntarismo do alistamento foi narrado dessa forma por Oswald de Andrade, em *Marco Zero*: “Aonde é a Casa do Sordado? Eu

⁷A Liga de Defesa Paulista, sob a orientação do Comando Supremo do Exército Constitucionalista, criou o *Jornal das Trincheiras*, que publicou, a partir de 1932, treze números, como “órgão oficial” da Revolução, distribuído no *front*, e teve Guilherme de Almeida, atuante modernista, como redator-chefe. A redação localizava-se na Rua Barão de Itapetininga, região central da cidade, e contava com a colaboração de intelectuais próximos ou vinculados à Frente Única. Com o objetivo de informe e incentivo aos combatentes, utilizava-se de tons ufanistas e triunfantes com a colaboração de diversos intelectuais.

me alistei por caso da bóia” (ANDRADE, 1978, p. 160). Em outra passagem, em resposta à pergunta retórica da propaganda “Onde estão os voluntários paulistas”, Oswald assim descreveu a situação dos bravos guerreiros de São Paulo:

Epaminondas apontou com um gesto. Ele aproximou-se e deu de cara com duas dúzias de homens murchos e amuados que se vestiam os mais desconexos resíduos da indumentária paisana. Desmoralizava-os uma atitude de displicência, cinismo e miséria. Estavam jogados na barranqueira. Uns de braços no chão de capim, outros deitados de cara para o céu, outros, os mais numerosos, sentados, o queixo nas mãos, as pernas dobradas. Ninguém se mexeu (ANDRADE, 1978, p. 165-166).

Dentre os importantes intérpretes do movimento de 32, dando a ele um aspecto literário, político e histórico, encontra-se Oswald de Andrade. O escritor paulistano envolvido naquele contexto idealizou, no começo da década de 1940, um grande projeto para entender a Guerra e a história do Brasil do começo do século XX, sob o ponto de vista dos trabalhadores. Denominado *Marco Zero*, chamado por ele de “comício de ideias” Oswald pensou sua execução em 5 volumes, sendo eles: *A Revolução Melancólica*, *Chão*, *O Beco do Escarro*, *Os Caminhos de Hollywood*, e *A Presença do Mar*. Publicou somente dois volumes, o primeiro sobre a Guerra de 32.

Enquanto a guerra acontecia, Oswald, percorria o os bairros populares da capital do Estado colhendo impressões e memórias das pessoas simples, mas tinha seus contatos com a elite, do tempo da *Semana de Arte Moderna* e outras sociabilidades, assim como também latifundiários. A questão da terra, objeto de disputas entre posseiros e grileiros assassinos associados aos coronéis, é o tema do primeiro capítulo, além da difícil vida dos pequenos produtores que perdem suas propriedades.

Problemas familiares das pessoas simples, como a fome e o tétano; conflitos conjugais, preconceitos raciais, a ocupação dos bairros populares por migrantes pobres e ricos: a Revolução afeta a todos os personagens, e os cenários nos campos de batalhas não são nada

animadores. Oswald, já filiado ao Partido Comunista, defende a tese do levante como consequência da derrocada do café, por representar uma revolta da elite de São Paulo, em uma tentativa de recuperar o poder perdido com a Revolução de 1930. Um dos personagens de seu livro, diagnosticou o levante: “dizem que mudando de governo acaba a miséria. Acaba para eles mas é o povo que vai dar duro e morrer nas trincheiras”, e, em seguida, fornece a receita: “O povo continua cada vez mais miserável se não lutar a favor do Partido Comunista. É preciso separar a revolução de ricos arruinados que procuram os seus próprios interesses, mas o trabalhador tem um dia que se libertar da exploração dos capitalistas”. Pouco citada e quase esquecida, a crítica oswaldiana sobre o acontecimento de 1932 não recebeu a devida atenção da historiografia e crítica⁸.

Florestan Fernandes, em artigo escrito para o Arquivo Municipal de São Paulo, no ano de 1949, intitulado “A Revolução Constitucionalista e o estudo sociológico da guerra”, analisa um diário do ex-combatente Paulo Duarte, publicado dois anos antes com o título *Palmares pelo Avesso*. Este configura uma descrição “viva e dramática” de sua participação nos combates do Destacamento Leste, na região do Vale do Paraíba. Fernandes resenha sobre, segundo ele, “uma rica fonte primária da guerra” e faz uma análise sociológica do conflito, mas acaba por contribuir, com seus estudos, para as comemorações dos 20 anos da contenda.

O pós-guerra: memória oficial e historiografia crítica

Engendrado para produzir sentido de um movimento identitário do povo de São Paulo - plural de povo não cabe nessa lógica - a ideia parte também de uma construção histórica para produção de memória. As datas dos principais eventos, como as primeiras manifestações de descontentamento com o governo central, ocorreram nas comemorações

⁸Roberto Schwarcz (1987) propõe e realiza uma leitura materialista e dialética da produção de Oswald de Andrade, que, para ele, produziu mais do que a festejada fórmula de inovação de linguagem da poesia modernista. O romance *Marco Zero*, como conteúdo histórico e crítica social, foi estudado por Antonio Celso Ferreira, em *Eldorado Errante* (1996) e inaugurou, no campo historiográfico, uma nova chave de compreensão do escritor paulista.

do 378º aniversário da cidade, nos comícios de 25 de janeiro de 1932, na praça da Sé, com discursos e panfletos que reivindicavam a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte. *A praça continuou o comício em torno das cores regionais: lágrimas, colheita, potência, anseio, bombardeio, maremoto, cratera, sementeira, sangue, São Paulo*, resumiu o escritor, sobre a “unificação” dos paulistas, pelas suas elites, de um movimento que estava sendo construído.

Em outra ocasião, agora no dia 23 de maio, em uma manifestação, quatro estudantes⁹ foram mortos por tropas federais, “morrendo por um ideal”. A junção das iniciais dos seus nomes formou a sigla MMDC (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo), utilizada em cartazes, discursos, manuais de guerra e fardas dos voluntários.

Intitulado “Frente Única”, concentrava todos os esforços sociais e econômicos em prol de um único objetivo, isto é, a reconquista do poder oligárquico, perdido e reivindicado, principalmente pelo isolamento causado pelas pautas sociais assumidas pelos tenentes, reivindicado pelos comunistas e implementadas pelo Estado varguista. Importante mencionar que a própria denominação frente única não caberia, pois a esquerda, lado considerável do espectro político, não compôs o consórcio da guerra.

Sentimento carregado de regionalismo, também por isso um conflito que se deu, salvo em regiões de fronteira com Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais, dentro e nos limites do Estado de São Paulo. Em guarda contra um país, foi um conflito aberto entre paulistanidade, que Martins Fontes chamou, em 1957, de paulistânia, ambos sucedâneos do

⁹A mitologia construída em torno dos “estudantes” e “manifestantes” que juntos formaram o acrônimo escondeu a origem e o destino dos personagens até a chegada dos mesmos à manifestação ocorrida em 23 de maio de 1932 em frente à sede do Partido Popular Paulista, na esquina da Rua Barão de Itapetininga com a Praça da República. Mario Martins de Almeida era filho de cafeicultores, havia estudado na Mackenzie e estava apenas de passagem pelo local; Euclides Bueno Miragaia era de S.J. dos Campos e trabalhava no cartório do tio, em S. Paulo; Dráusio Marcondes de Souza era, de fato, estudante, nasceu na capital, era filho de farmacêutico, tinha apenas 14 anos; Antonio Américo Camargo de Andrade não era estudante, seu pai era fazendeiro na região de Amparo, interior de S. Paulo, era casado e tinha 3 filhos; e, finalmente, Orlando Alvarenga, teve o A incorporado pelo Projeto 435/2003 à sigla, era escrevente, passava pelo local, levou um tiro de fuzil que esfacelou sua coluna, de acordo com o médico e historiador Hely Carneiro, do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, autor do pedido de Lei à ALESP. Torna-se oficialmente, MMDC, em mais uma tentativa, a mais recente das fases da memória, construção, consolidação e agora, perpetuação.

bandeirantismo, contra um sentimento mal ajambrado de brasilidade, ou, para usar o termo da época, *brasileirismo*, algo que o povo de São Paulo, inclusive, contribuiu para a construção. A participação dos paulistas e paulistanos, sua elite política, intelectual, econômica, religiosa e popular, como não poderia deixar de ser, deu evidência às diferenças e principalmente às contradições que apresentamos, ampliando-as. Inaugurada na modernidade paulista, povo heterogêneo formado por povos desenraizados de variadas diásporas, de todo o Brasil e muitas partes do mundo, *fenômeno estudado num aglomerado onde todas as raças se chocam* (ANDRADE, 1990, p. 76), a pergunta sobre qual a identidade do paulista na década de 20 foi assim pensada por Sevcenko:

Não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem europeia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha passado (SEVCENKO, 1992, p.31).

Não somente porque a derrota foi escamoteada em função dos louros divididos por um acordo que redundou na Assembleia Constituinte, mas há um ineditismo histórico vinculado a essa historiografia. Trata-se de fato histórico estabelecido, pois a memória dos vencidos se sobrepôs, no campo da cultura, à dos vencedores da guerra.

A derrota de 1932 contribuiu para o processo de chegada da missão francesa e fundação da Universidade de São Paulo - reconhecida como a maior do país - e, principalmente, para produção de memória por parte destes que lograram uma derrota no movimento. Aureliano Leite, por exemplo, digno representante da elite paulistana na organização do conflito e na produção da memória¹⁰, listou, em artigo para a Revista

¹⁰Formado nos quadros da Largo de São Francisco, estardarte principal da “revolução”, Leite compôs a direção da OAB, foi membro da Academia Paulista de Letras e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Integrou a direção do MMDC, organização que teve papel central na estratégia e coordenação do levante, tornou-se deputado constituinte

de História da USP, 600 títulos sobre o conflito, sendo a ampla maioria laudatórios de participantes da Guerra, testemunhos e discursos de parlamentares sobre a “epopeia paulista”. A abundância memorialística do evento foi registrada por Áureo de Almeida Camargo¹¹. Em 1972, nas comemorações do cinquentenário do conflito, historiografou a produção sobre o período, em artigo intitulado *Roteiro 1932*. Listou em 58 páginas 420 autores e 794 obras sobre o levante, sendo, entre os primeiros, escritores, jornais, instituições, associações, dezenas de batalhões, delegacias, grupos escolares e, entre os segundos, livros, reportagens, manifestos, relatos, boletins, poesias, moções e discursos.

Efeméride que não tardou a surgir, das trincheiras aos escritórios, dos gabinetes para as editorias e, finalmente, para o espaço urbano de São Paulo, capital, litoral e interior. Sufocada no período do Estado Novo (1937-1945), as comemorações dos vinte anos do conflito marcam a oficialização da memória dos combates e dos combatentes. Uma série de eventos se repetiu nas comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo em 1954, e novamente em 1957, no Jubileu de Prata do início dos combates, com previsão de inauguração do monumento-mausoléu, em homenagem aos que tombaram em 1932. Nesse novo momento, inicia-se um processo de construção de uma nova identidade, com os monumentos e comemorações. Inaugura-se uma nova tradição, pois “inventam-se tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quando do lado da oferta”. (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p.12).

A historiografia crítica, composta a partir das produções do PCB, intelectuais progressistas e revisionistas da Academia, por seu turno, minoritária, produziu uma vertente importante de análise para

em 1934 e, depois da queda do fim do Estado Novo, novamente constituinte, em 1946. São 13 obras sobre a “Revolução”, assinadas por Aureliano Leite, até o ano de 1961. (In: LEITE, 1962). Na mesma edição da Revista, saiu um segundo artigo de sua autoria, intitulado “Causas e Objetivos da Revolução de 1932”.

¹¹Então estudante de Direito no Largo de São Francisco, local do Comando do MMDC e de alistamento dos voluntários, o combatente Aureo de Almeida Camargo participou do Batalhão 14 de Julho, com atuação na região sul de São Paulo, fixando-se em Itararé, cidade de fronteira, com a “missão” de conter as tropas federais que vinham do Rio Grande do Sul e Paraná. Autor de “A Epopeia” publicado em 1933, sua visão sobre o acontecimento e o cotidiano dos soldados na região.

a reinterpretação daquele importante movimento. O Partido, no calor dos acontecimentos, olhava a guerra paulista com ceticismo, pois fora da revolução paulista havia uma revolução mundial; percebia o jogo das elites de São Paulo, mas, por outro lado, não se filiava à política varguista de cooptação de classe com a inauguração das leis para os trabalhadores urbanos. Maria Helena Capelato (1981), Hilton Stanley (1982), Holien Bezerra (1988), Vavy Pacheco Borges (1997) e Jeziel de Paula (1988) reveem, com muita qualidade, a leitura construída e refaz a trajetória dos ídolos e mitos. Esse conjunto de produção inovou nos aspectos de ampliação do escopo da história política e cultural, mas não foi suficiente para modificar substancialmente a memória estabelecida.

Para Capelato, em *O Movimento de 1932 – A Causa Paulista*, aquela luta, sugerida no subtítulo, era a marca de São Paulo, que investiu em um discurso que reativou *a versão especializada do binômio atrasado/adiantado, que nos anos anteriores já imprimira sua marca na ideologia da classe dominante paulista*. Nesse sentido:

Através desse imaginário, São Paulo representava o moderno, em oposição aos outros Estados (do Norte e Nordeste principalmente), expressões do atraso. Embasados nas teorias evolucionistas e nas doutrinas organicistas, justificavam as diferenças regionais e apontavam o caminho a ser seguido para vencer o atraso (CAPELATO, 1981, p. 53).

A autora refere-se à ideia de “locomotiva”, termo inventado nos anos 20, potencializada em 1932, que a colocaria “nos trilhos”. Bem edificado, o mito, por meio dessa bem maquinada metáfora, está presente nos nossos dias¹².

Percebe-se uma contra ofensiva em reação a essa historiografia. Em 1992, durante o governo de Fleury Filho, foi produzido um documentário denominado “32, a Guerra Civil”, produto para as comemorações dos 90 anos da Revolução Constitucionalista, com

¹²O Paraná, estado vizinho, eminentemente agrícola, com o norte e noroeste como nova fronteira do café e do povo paulista, sente e ressoa a memória do acontecido. As cidades de fronteira entre os estados viveram o conflito e registraram isso. Uma campanha publicitária do atual governo do Paraná, por exemplo, alude a um celeiro do mundo e a uma suposta *locomotiva* do país, emprestando a surrada expressão do estado paulista.

financiamento do Banespa, então banco estatal. Projeto de André Singer com produção de Cláudio Kahns, apresenta uma frase emblemática na fala de Paulo Sérgio Pinheiro: “*a esquerda deverá fazer as pazes com a revolução de 32*” e conta com falas contundentes de Boris Fausto e José Murilo de Carvalho, este último caracterizando o movimento como federalista, civilista e liberal.

Ainda contra o argumento separatista, na virada do século, nas comemorações dos 70 anos do evento, o historiador Hernani Donato enfatiza em seu livro “1932: História da Revolução de 32”, o caráter nacional da Revolução Constitucionalista e reafirma a luta de São Paulo contra a ditadura, além de esforçar-se em demonstrar o alcance para além de São Paulo da guerra paulista.

Em 2010, Marco Antonio Villa publica o livro “A Revolução de 1932: Constituição e Cidadania” e “1932: Imagens de uma Revolução”, ambos pela Imprensa Oficial de São Paulo, antecipando o aniversário de 80 anos da Guerra. No primeiro, o historiador desloca o assunto da perspectiva de reação pela perda de poder da oligarquia cafeeira e reivindica para o evento a luta pela democracia contra a ditadura e, no segundo, retrata o cenário paulista da época com fotos, jornais, artefatos bélicos e diversas fontes da época. Seus trabalhos colaboram com a memória oficial do evento, e reforçam tendência predominante da elite paulista.

Francisco Quartim de Moraes, ponto fora da curva, em livro de 2018, pesquisou as inconsistências cronológicas do levante, apontando as questões complexas que escondiam o apelo constitucionalista. Segundo ele, as motivações da historiografia não encontram eco na materialidade cronológica das fontes. Revolução na memória e na identidade, a Guerra Paulista foi um levante dentro da ordem, uma contradição que termina em conciliação das elites paulistas e do governo Vargas, e um saldo de mortos e esperanças frustradas. Para Oswald de Andrade, *os caipiras haviam se levantado*, e muitos outros, tombaram.

Na perspectiva de compreensão no campo classista, o movimento foi eficaz em tomar para si a concepção de revolução. Mais que isso, estabeleceu, com a colaboração da cultura histórica, um entendimento junto ao senso comum de que os empresários e capitalistas de São Paulo são, para além de modernos - empregando o termo muito em

voga na época - futuristas. No nosso tempo podem ser entendidos como progressistas e democratas, importando pouco se esta democracia é de qualidade burguesa e liberal e que o termo futurista tenha se associado ao fascismo. Indo além, impingiu à esquerda, principalmente ao comunismo e aos comunistas, e depois, por extensão, a outros partidos, a pecha de autoritários, fartamente utilizada em outras lutas sociais durante todo o século passado e, inclusive, atualmente. Os eventos da “revolução constitucionalista” talvez não tenham tamanha capacidade de produção desse imaginário político. Todavia, com certeza, sua utilização *a posteriori* e a fabricação da memória sobre os mesmos, continuamente, muito contribuiu para essa disseminação.

1932, assim como 1930 ou ainda, 1922, oferecem uma reflexão sobre a empresa moderna, pois se modernos fossem, anulariam seu próprio projeto após o florescimento, mas, uma vez estabelecidos como marco e referência, põe em desconfiança a própria ideia de cultura e os limites do moderno que os eventos se inscrevem e propõem.

Referências

ANDRADE, Oswald. **Marco Zero I: A Revolução Melancólica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ANDRADE, Oswald. **Os Dentes do Dragão: Entrevistas**. São Paulo: Globo, 1990.

BEZERRA, Holien Gonçalves. **O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

CAMARGO, Aureo de Almeida. **A Epopeia**. São Paulo: Saraiva, 1933.

CAPELATO, Maria H. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Tudo é História).

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: campanha de Canudos (1902)**, ed. Crítica por Walnice N. Galvão. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DE DECCA, Edgar S. **O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

DE PAULA, Jeziel. **1932: imagens construindo a história**. Campinas/Piracicaba: Editora da UNICAMP/Editora UNIMEP, 1988.

DONATO, Hernani. **A Revolução de 32**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

FERNANDES, Florestan. **Leituras & Legados**. São Paulo: Global, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Antonio C. **Um Eldorado Errante: São Paulo na ficção histórica de Oswald de Andrade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1986.

FLORINDO, Marcos Tarcísio. A Grande Repressão de 1932 em São Paulo. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 4, n. 8, dez. 2012.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

LEITE, A. Bibliografia da Revolução Constitucionalista. **Revista de História da USP**, n. 51, 1962.

MORAES, Francisco Q. **1932 – A História Invertida**. São Paulo: Anita Garibaldi 2018.

MORAES, João Q. **História do Marxismo no Brasil**. Teorias. Interpretações. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. Antônio Maciel Bomfim ou o “célebre Miranda”: entre a história e a memória. In: SENA JR, Carlos Zacarias (org.). **Capítulos de História dos comunistas no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2016.

MOTTA, Rodrigo P. S. O Diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930. In: DUTRA, Eliana F; MOLLIER, Jean-Yves. **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006.

PAULILLO, M. C. R. A. **Tradição e Modernidade**. Afonso Schmidt e a Literatura Paulista. São Paulo: Anablume: Fapesp: Unifiteo, 2002.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926/1934). **Revista de História (USP)**, São Paulo, n. 117, p. 71-85, 1984.

HILTON, Stanley E. **A Guerra Civil Brasileira**: história da Revolução Constitucionalista de 1932. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982

SANTOS, Marco C.; MOTA, André. **São Paulo 1932**: Memória, Mito e Identidade. São Paulo: Alameda, 2010.

SAWAIA, Bader (org.) **As Artimanhas da Exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHWARZ, Roberto. A carroça, o bonde e o poeta modernista. In: SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

VILLA, Marco Antônio. **1932**: Imagens de uma Revolução. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **The long revolution**. Peterborough: Ont. Broadview Press, 2001.

Capítulo 3

A IC e a criação do PCB: uma revisão sobre os antecedentes do I Congresso

Ede Ricardo de Assis Soares

Introdução

São muitas as intepretações quanto à participação da IC nas articulações do I Congresso do PCB, bem como também é motivo de discussão a natureza do contato estabelecido entre ambos durante toda a década de 1920. E como os historiadores não podem deixar de observar os fatos do passado histórico sob a influência do presente, como apontou Fernand Braudel¹, o debate sobre a fundação da Seção Brasileira da Internacional Comunista permanece em curso no país, mostrando o quanto a trajetória dos comunistas brasileiros e das lutas sociais interessam aos olhares contemporâneos. Interesse que, como não poderia deixar de ser, segue obedecendo às questões suscitadas pelo presente, o que também foi apontado por Edward Carr², momento em que o discurso anticomunista e a violência contra partidos e movimentos de esquerda são usados como instrumentos de marginalização política, legitimados numa sociedade autoproclamada democrática e liberal.

Assim, é compreensível que o momento de fundação do mais antigo e longo partido brasileiro, na condição de um dos marcos das

¹Refletindo sobre História no ano de 1950 quando relembra as experiências dos últimos quarenta anos, Fernand Braudel afirmava que, à época, a História tinha grandes e nobres responsabilidades. Isso se devia, porque ela “jamais cessou, em seu ser e em suas mudanças, de depender de condições sociais concretas. ‘A história é filha de seu tempo’. Sua inquietude é, pois, a própria inquietude que pesa sobre nossos corações e nossos espíritos” (BRAUDEL, 2014, p.17).

²Segundo Edward Carr: “O historiador é, então, um ser humano individual. Como outros indivíduos, ele também é um fenômeno social, tanto o produto como o porta-voz consciente ou inconsciente da sociedade à qual pertence; é nesta situação que ele aborda os fatos do passado histórico”. Assim, como ser social, ele inevitavelmente, segundo Carr, é um membro de uma “procissão em movimento” e, por isso, só pode observar o passado a partir dos ângulos determinados pelo “serpentear” desse cortejo. Portanto, a escrita da História liga-se diretamente às demandas do tempo presente (CARR, 1982.p. 63).

lutas sociais do Brasil, continue sendo permanentemente revisitado e disputado. Sobre essa questão, Dulce Pandolfi escreve que a fundação de um partido é

o momento ritual para os comunistas brasileiros. Constantemente lembrado, a ele é também atribuído um sentido mítico. É aí onde os comunistas vão buscar grandes virtudes, a principal razão de ser da organização” (PANDOLFI, 1995, p. 70).

Desse modo, é compreensível que as análises sobre o Congresso de fundação do PCB tenham movimentado tantos corações e mentes e continuem a atrair historiadores nos dias atuais. Afinal, é a partir desse fato que se pode ter uma dimensão mais completa acerca das relações dos comunistas brasileiros com Movimento Comunista Internacional e com a política nacional.³ Processo no qual podemos verificar gênese da atuação teórico-política do Partido Comunista, em sua estreia na aplicação do marxismo sobre a realidade brasileira.

O debate remete aos momentos de articulação do I Congresso do PCB, especialmente quanto à efetiva participação da IC, os interesses dos comunistas brasileiros nesse processo, e a relação estabelecida entre ambos a partir de então.

São várias as apreciações sobre a participação da IC na fundação do PCB. De modo geral, elas variam entre os argumentos de que a IC não teria se envolvido na fundação de sua Seção Brasileira e o seu oposto, a defesa de que Moscou teria interferido diretamente nesse processo. As abordagens variam entre esses dois polos, recebendo também distintos aportes das memórias de ex-militantes, que se lançaram no intento de analisar as razões e as articulações em torno da criação do Partido Comunista. Desse modo, essa revisão, ao recuperar os principais fatos e apresentar as principais teses sobre a questão, evidenciará, através de documentos trocados entre ambos, as razões da aproximação, que podem ser definidas em termos de beneficiamento recíproco, o que vai além do debate entre autonomia e heteronomia do PCB diante da IC,

³Concordamos com Michel Zaidan sobre o fato de o PCB estar na raiz de um marxismo nacional. (ZAIDAN, 1985).

presente da historiografia.

Revisando a formação do Partido Comunista

Não há dúvidas que o livro de Astrojildo Pereira, *Formação do PCB*, é uma das principais referências⁴ à pesquisa sobre os primeiros anos do Partido Comunista, contribuindo à escrita da história do Partido, como o autor desejava⁵, e estabelecendo as principais linhas de interpretação também sobre a relação entre a IC e o PCB, durante a década de 1920.

Na obra, publicada em 1962, Astrojildo vale-se da matéria publicada na revista *Movimento Comunista* como fonte para recuperar os acontecimentos referentes ao I Congresso do PCB, apresentando informações sobre os preparativos ao I Congresso, sobre o que oferece indícios de uma ligação entre o PCB e a IC, no contexto que antecedeu o evento.

Astrojildo escreve que, em fevereiro de 1922, o Grupo Comunista de Porto Alegre teria tomado a iniciativa e procurado o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, com o objetivo de reunir o mais rápido possível os grupos comunistas do país num só partido. Tratava-se, mais precisamente, de uma intervenção de Abílio de Nequete, em sua recente ligação com a Agência de Propaganda da Internacional para América do Sul (PEREIRA, 2012, p. 77). Ao final do capítulo, já nas notas de fim, Astrojildo afirma que “Abílio de Nequete, delegado de Porto Alegre, representava cumulativamente o Bureau da IC para a

⁴Dulce Pandolfi afirma que houve o lançamento festivo da obra de Astrojildo Pereira, que se tornou a principal fonte sobre a gênese do PCB. Segundo a autora, “Seu lançamento foi comemorado com grande festa no estádio Caio Martins em Niterói. A obra, reunindo alguns artigos anteriormente divulgados e outros escritos em 1960 e 1961, tornou-se a principal e quase exclusiva fonte de todos os livros escritos pelos militantes do PCB sobre os primeiros anos da vida partidária” (PANDOLFI, 1995, p. 69).

⁵Segundo Dulce Pandolfi, o intuito de Astrojildo era que a obra servisse de fonte de consulta, uma vez que ele havia declinado da tarefa de escrever a história do PCB. (PANDOLFI, 1995, p. 69. Fato também afirmado por Marly Vianna, em texto publicado numa nova edição do livro do ex-secretário geral. A autora se recorda do fato de Astrojildo ter se dado conta “da dificuldade de escrever sozinho uma história do PCB”, optando por não dar continuidade àquele objetivo, após uma reunião de uma comissão para realizar aquela tarefa. Comissão que era composta por Astrojildo Pereira, Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Renato Guimarães e pela própria Marly Vianna, no ano de 1961 (VIANNA, 2012, p. 18).

América do Sul e do Uruguai” (PEREIRA, 2012, p. 77), evidenciando que a Internacional, nesse caso, também fez representar-se na fundação do PCB, além de enviar uma mensagem de apoio à sua nova Seção. Entretanto, Astrojildo limita-se a apontar esses indícios, não estabelecendo relação entre o contato feito pelo Grupo Comunista de Porto Alegre, liderado por Abílio de Nequete, ao Grupo Comunista do Rio, liderado pelo próprio Astrojildo Pereira. Talvez isso se explique pelo fato de o autor ter construído a sua obra para servir de documento e não como um livro sobre a história do PCB, como normalmente ele é empregado (PEREIRA, 2012, p. 18).

De modo semelhante, o historiador Edgard Carone, interpreta essas articulações que levaram à fundação do PCB. Segundo ele, o Grupo Comunista gaúcho teria tido participação importante na fundação do Partido, com destaque para o fato de Abílio de Nequete ter representado também IC e o PC uruguaio no evento. Informação referenciada na obra *Formação do PCB*.

Em *A República Velha*, publicada no ano de 1972, o autor afirma que em 1922 existiam no Brasil diversos grupos comunistas dispersos que *precisavam* aglutinar-se.⁶ Com esse intuito, o Grupo Comunista de Porto Alegre teria tomado a iniciativa e pedido ao Grupo Comunista do Rio de Janeiro que providenciasse “medidas para concretizar a união, já que deviam os brasileiros comparecer ao IV Congresso da Internacional Comunista, que se realizaria em Moscou” (CARONE, 1972, p. 325). Vê-se que o autor reconhece a participação dos comunistas gaúchos, sem, no entanto, apontar as razões dessa iniciativa naquele momento que, a nosso ver, estavam ligadas aos contatos de Abílio de Nequete junto aos comunistas da região do Prata e com a Agência de Propaganda da IC para a América do Sul, sediado na Argentina.

Em texto posterior, na introdução do livro *O PCB (1922-1943)*, publicado durante as comemorações dos 60 anos do Partido, no ano de 1982, Carone retomou a ideia de que os grupos comunistas do país vinham buscando unir-se, limitando-se a apontar sobre a IC somente a representação feita por Abílio de Nequete, no I Congresso. Segundo o autor, as lideranças dos grupos estaduais vinham “questionando

⁶Segundo o autor: “Para a sobrevivência dos pequenos grupos com ideais idênticos, era necessária a aglutinação” (CARONE, 1972, p. 325).

a problemática da Revolução Russa e a necessidade de uma nova organização revolucionária” (CARONE, 1982, p. 1). Carone citou três principais lideranças comunistas daquele movimento⁷ e fez referência indireta à IC, ressaltando, em seguida, o fato de que no I Congresso, Abílio de Nequete havia representado, cumulativamente, o “Bureau da Internacional Comunista para a América do Sul” e o “Partido Comunista do Uruguai” (CARONE, 1982, p. 2), além do Grupo Comunista de Porto Alegre. Apesar de ter ciência desse fato, novamente, o autor não analisou as razões dessa múltipla representação.

Sobre essa relação, importa lembrar que cinco anos antes da publicação dessa obra, John Watson Foster Dulles, no ano de 1977, havia demonstrado a efetiva existência do contato entre os comunistas brasileiros e a IC, na obra *Anarquistas e Comunistas no Brasil*.

Dulles é incisivo ao abordar as articulações dos comunistas gaúchos junto aos representantes da IC e comunistas uruguaios e argentinos, com destaque ao trabalho realizado por Abílio de Nequete para a fundação do PCB. A obra do brasilianista contribuiu para a historiografia, abordando as lutas dos anarquistas e dos comunistas no Brasil, numa análise que tem como baliza temporal o início do século, seguindo até os levantes de 1935. Ao analisar a origem do comunismo no Brasil, Dulles apontou o surgimento do Grupo Comunista do Rio de Janeiro como um elemento importante para o movimento, afirmando, ao mesmo tempo, o papel desempenhado pela União Maximalista de Porto Alegre, através de seu líder, Abílio de Nequete, junto à Agência de Propaganda para a América do Sul da Terceira Internacional.

Segundo Dulles, antes disso, o grupo carioca teria entrado em contato com outros centros proletários, com o intuito de divulgar as 21 cláusulas, através das quais exortava a criação de grupos comunistas congêneres. Em paralelo a essas articulações, o autor ressalta o fato de que a União Maximalista – depois tornada Grupo Comunista de Porto Alegre - foi a primeira “associação bolchevista a ser fundada no país” (DULLES, 1977, p. 143), fato que a teria destacado como vanguarda

⁷Os três principais líderes apresentados são: Abílio de Nequete, do Grupo Comunista de Porto Alegre; Astrojildo Pereira, do Grupo Comunista do Rio de Janeiro; e Cristiano Cordeiro, do Grupo Comunista de Recife. O restante dos delegados são apresentados pelo autor de forma resumida (CARONE, 1982, p.1- 2).

comunista diante do restante das organizações do Brasil. Por conta disso, Abílio de Nequete, conhecido pelas ideias “bolchevistas”, foi convidado a Montevideú, recebendo da Agência de Propaganda para a América do Sul da Terceira Internacional, nas palavras do autor: “a autorização para fundar o Partido Comunista no Brasil” (DULLES, 1977, p. 144). De posse dessa tarefa, Nequete imediatamente teria estabelecido contato com o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, liderado por Astrojildo Pereira, motivo pelo qual a União Maximalista passou a ser conhecida como Grupo Comunista de Porto Alegre, dando, assim, os encaminhamentos à fundação do Partido Comunista.

Ancorado em fontes primárias, o autor afirma que a IC teria tido, desde o início, interesse na formação de um partido comunista no Brasil, ao que contribuiu diretamente, oferecendo seu prestigiado apoio político (DULLES, 1977, p. 144).

Ao discutir a fundação do Partido Comunista, Dulles reforça o seu argumento sobre a efetiva relação entre Moscou e os comunistas brasileiros. Segundo o autor, em fevereiro de 1922, o Grupo Comunista de Porto Alegre, liderado por Nequete, seguindo as orientações recebidas da Agência de Propaganda para a América do Sul, escreveu aos Grupo comunista do Rio de Janeiro “sobre a necessidade de se realizar, o mais cedo possível, um congresso nacional para a organização do partido comunista, a tempo de ser representado no Quarto Congresso da Internacional” (DULLES, 1977, p. 146). Essa articulação resultou na realização do Congresso de fundação do PCB, realizado no mês seguinte, no qual Abílio de Nequete foi eleito para o cargo de Secretário-Geral por força da indicação de Astrojildo Pereira, em reconhecimento à sua “grande contribuição para a fundação do Partido”.⁸ Para o brasilianista, pesou para essa escolha: “os contatos de Nequete com o movimento no Uruguai e com Agência de Propaganda para a América do Sul da Terceira Internacional” (DULLES, 1977, p. 148-149). Vê-se que, além de apontar a relação entre IC e PCB, o autor reflete que essa ligação influenciou na organização da comissão Central Executiva da Seção Brasileira da Internacional.

⁸Dulles faz uso das memórias de Astrojildo Pereira, em *A formação do PCB*, para recuperar o suposto elogio do líder comunista e, em seguida, de uma entrevista de Cristiano Cordeiro, para fortalecer o argumento de que Nequete teria sido indicado por Astrojildo à Secretaria-Geral (DULLES, 1977, p. 147).

Dulles não foi único a relacionar a IC à fundação do PCB. Paulo Sérgio Pinheiro segue semelhante linha de interpretação, ainda que num tom bem mais atenuado e indireto. Em suas análises, o autor apresenta as articulações terceiro-internacionalistas para os países coloniais, semicoloniais e politicamente independentes, além da efetiva influência da Internacional nas teses do Partido brasileiro.⁹ Logo em seguida, o autor disserta sobre a expansão da IC na América, destacando o fato de o Partido Comunista mexicano ter contribuído para a propaganda e difusão do movimento comunista na América Latina.¹⁰ Um trabalho que na América do Sul, foi realizado pelos comunistas da região do Prata, especialmente na Argentina, e em menor grau, no Uruguai, visando, ao mesmo tempo, a difusão do comunismo e a defesa de interesses soviéticos na região.¹¹

Pinheiro lembra que no III Congresso, realizado em 1921, a IC concluiu que a conjuntura não era mais favorável à continuidade imediata da revolução, cabendo a acumulação de forças para um momento futuro. Com esse adiamento, a Internacional mudou gradativamente de postura, passando a se comportar muito mais como um organismo administrativo e disciplinar do movimento comunista, do que como o centro de coordenação da revolução mundial. Além disso, esteve ausente do Congresso o debate sobre a questão colonial, que normalmente incluía países da América do Latina. Desse modo, a postura da IC diante do PCB se explicaria por esses fatores: o adiamento dos preparativos da revolução mundial e a necessidade de acumular forças para ações futuras. Assim, segundo o autor, a Internacional teria apoiado a fundação do PCB, sem, no entanto, buscar controlá-lo, o que teria dado autonomia e liberdade de ação à

⁹Retomando a discussão ocorrida entre o comunista indiano Manavendra Roy e Lênin, Paulo Sérgio Pinheiro escreve que sobre os países coloniais, semicoloniais e politicamente independentes: “Chegou-se à decisão unânime de substituir a expressão ‘movimento democrático-burguês’ por aquela de ‘movimento nacional-revolucionário’”. Em seguida, o autor faz questão de chamar atenção que foi exatamente assim que foram “classificados todos os movimentos ‘tenentistas’ no Brasil dos anos 20”, evidenciando a influência das teses da IC junto ao PCB (PINHEIRO, 1992, p.40).

¹⁰Segundo Paulo Sérgio Pinheiro: “os comunistas mexicanos, sob orientação da IC, colaboraram para a criação ou orientação de partidos comunistas na América Central” (PINHEIRO, 1991, p.47).

¹¹Paulo Sérgio Pinheiro afirma que a região era interesse do estado soviético porque: “O controle do movimento operário na região do Prata era um meio de eventualmente neutralizar iniciativas bélicas da Grã-Bretanha” (PINHEIRO, 1991, p.47).

Seção Brasileira da IC, a despeito do deliberado interesse dos comunistas brasileiros em dialogar com Moscou.¹²

Pinheiro escreve que nas reuniões do I Congresso, Abílio de Nequete, além de delegado da União Maximalista, também participou como representante do Partido Comunista Uruguaio e do Secretariado da Internacional, que, inclusive, enviou uma mensagem de congratulação pela fundação do PCB. Mensagem que, segundo o autor, provavelmente teria sido encaminhada pelos comunistas uruguaios, uma vez que o Bureau Sul-Americano ainda não existia. (PINHEIRO, 1991, p.52). Por conta disso, Abílio de Nequete representou a Agência de Propaganda da IC para a América Latina e o PC Uruguaio, no I Congresso do PCB, o que lhe era motivo de prestígio. Apesar de a interpretação de Pinheiro fazer alguma inferência à participação da Internacional na gênese do PCB, o autor se limita a descrever os acontecimentos e não reflete sobre as razões que fizeram Abílio de Nequete ser portador de tanto prestígio, a ponto de ser escolhido para o cargo de Secretário Geral do Partido.¹³

Seguindo uma linha interpretativa distinta, Michel Zaidan defende que a IC não teve qualquer relação com a fundação do PCB, nem com a sua atuação posterior, até 1929. Em suas análises, Zaidan afirma que, além de a fundação não ter tido qualquer ligação com Moscou, a aproximação com a Internacional teria sido um “ato unilateral dos comunistas brasileiros”. Ou seja, a seu ver “o PCB nasceu à margem da IC” (ZAIDAN, 1985, p. 21). Esses fatos teriam, inclusive, estabelecido relações distantes e frágeis. Segundo o autor:

A despeito de seu anunciado propósito de ‘defender e propagar entre nós, o programa da Internacional Comunista’, as relações entre o Partido Comunista Brasileiro e a III Internacional (*Comintern*), na primeira metade da década de vinte, estarão longe de ser regulares e assíduas. (ZAIDAN, 1985, p. 20)

¹²No epílogo, Pinheiro resume sua análise sobre a relação entre o PCB e a IC: “No começo dos anos 20 eram os comunistas brasileiros que procuravam Moscou; no final dos anos 20 e começo dos 30, é Moscou que procura enquadrar os comunistas”. (PINHEIRO, 1991, p.52).

¹³Segundo o autor: “Como secretário-geral, os delegados aceitaram a sugestão de Astrojildo Pereira, que indicara o nome de Abílio de Nequete por causa de seus contatos com o movimento comunista no Uruguai e com Bureau Sul-Americano de Propaganda da Terceira Internacional”. (PINHEIRO, 1991, p.52).

Esse distanciamento teria gerado condições para que o PCB tivesse liberdade necessária para atuar com independência no Brasil nos anos 20, permitindo que os comunistas pudessem formular suas próprias estratégias e táticas a respeito da questão sindical e sobre a revolução brasileira. Zaidan assegura que, na verdade, as teses da IC “é que foram adaptadas, bem ou mal, às condições objetivas e subjetivas do meio social brasileiro” (ZAIDAN, 1985, p. 21). Partindo dessas premissas, o autor tece suas observações sobre as origens do marxismo nacional, considerando que a estratégia então formulada pelo PCB, a Revolução Democrático Pequeno Burguesa, teria sido uma formulação original, adaptada à realidade nacional, rendendo ao Partido avanços importantes no cenário político brasileiro.

Ao analisar a relação entre o PCB e o Movimento Comunista Internacional, Zaidan polemiza com a “Escola histórico-filosófica de Campinas” acentuou o peso da influência da IC na gênese e na política do PCB.¹⁴ Em oposição, Zaidan lembra que desde 1980, insistia na “*relativa* subordinação do PCB às teses e resoluções dos diversos congressos da IC e na *especificidade* da elaboração teórico política do comunismo brasileiro, durante a década de vinte” (ZAIDAN, 1985, p. 46. Grifos no original). Para Zaidan, entre 1922 e 1929, houve uma autonomia, ainda que *relativa* dos comunistas brasileiros diante da Internacional, resultante da relação pouco assídua e frágil estabelecida entre ambos até o final da década.

Por sua vez, Marly Vianna apresenta argumentos semelhantes aos de Zaidan, em *Revolucionários de 1935: Sonho e realidade*. Com o objetivo de compreender as razões dos levantes de 1935, a autora investiga a trajetória da relação entre a IC e o PCB.¹⁵

¹⁴Segundo Michel Zaidan, a “escola histórico-filosófica” por ele criticada era composta por Edgard De Decca, Ítalo Tronca, Kuzumi Munakata e Paulo Sérgio Pinheiro. Segundo Zaidan, esses autores teriam exagerado em sua interpretação ao afirmar que a relação do comunistas brasileiros junto à IC teria sido de “subordinação político-organizativa do PCB” (ZAIDAN, 1985).

¹⁵Segundo Marly Vianna: “os movimentos armados de novembro de 1935 foram fatos históricos tipicamente nacionais, que eclodiram a partir de situações gestadas e desenvolvidas no contexto da sociedade brasileira da época, baseados nas tradições das lutas populares e na significativa participação de setores e lideranças políticas oriundas das camadas médias urbanas, principalmente os militares” (VIANNA, 2011, p. 62).

Em primeiro lugar, Marly Vianna afirma que a IC era indiferente às demandas da América Latina – e, conseqüentemente aos partidos comunistas da região – até 1929. Esse fato teria dado ao PCB: “grande autonomia de ação; até o período da ‘descoberta da América Latina’ pela IC, a atuação do PCB não esteve contaminada por influências sectárias” (VIANNA, 2011, p. 62). Vianna considera que esse distanciamento proporcionou condições para que o Partido Comunista pudesse apresentar-se como uma força política de atuação eleitoral e revolucionária. Assim como Zaidan (1985), que defende que a IC só teve alguma influência real no PCB a partir de 1929, permitindo até aquele ano uma “autonomia relativa” aos comunistas brasileiros, Vianna (2011) argumenta que teria havido um positivo distanciamento entre ambos, favorecendo a atuação do partido brasileiro.

Desse modo, a trajetória do PCB entre 1922 e 1929, teria sido marcada pela independência político-ideológica. Assim, quanto à fundação do Partido, Vianna afirma que a ânsia de ligar-se a Moscou teve por objetivo captar, a nível local, o prestígio da III Internacional, que serviria para compensar a sua fragilidade teórica e estrutural diante da classe operária e de seus adversários políticos.¹⁶ Ou seja, Vianna também entende que a aproximação foi um esforço unilateral do PCB, adicionando a isso usos locais de ligar-se à revolução socialista que se pretendia mundial.

A obra da autora, cujo objetivo foi avaliar os levantes de 1935, não aborda detalhes sobre a gênese da relação entre a IC e o PCB, ainda que em suas análises considere fundamental compreender o tipo de ligação entre ambos, o que se evidencia quando Vianna analisa o desinteresse da Internacional em relação à América Latina, até o final da década de 1920. Durante esse período, ao que parece, a Internacional administrava a sua política para a região sob a lógica de acumulação de forças à luta anticolonial e anti-imperialista, em diálogo com os partidos comunistas locais, como era o caso do PCB, orientando o trabalho de análise de conjuntura, de propaganda e político eleitoral.

¹⁶Segundo Vianna, “Era importante para o pequeno grupo que se organizava ser aceito como membro da IC, pois isso o tornaria seção de um partido internacional, compensando a ausência de base física e ideológica nacional com o respaldo nos êxitos e no prestígio mundial da revolução socialista” (VIANNA, 2011, p. 65).

Por fim, Marcos Del Roio, ao interpretar a gênese do PCB em sua relação com a IC, aponta para a efetiva influência da Internacional Comunista na fundação da Seção Brasileira, aproximando-se, nesse caso, dos argumentos de John Foster Dulles e de Paulo Sérgio Pinheiro.

Segundo Del Roio, a partir de 1919, grupos comunistas pululavam pelo país. Dois anos mais tarde, alguns deles resolveram investir em uma ação mais incisiva para a criação de um “partido da classe operária” (DEL ROIO, 2007, p. 231). Entre agrupamentos, destacou-se o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, principal organizador do movimento no país e que, já naquele momento, teria “estabelecido contato com a IC e tomado ciência das orientações emanadas do III Congresso” (DEL ROIO, 2007, p. 231).

Quanto à relação do PCB com a IC, Del Roio afirma que o I Congresso teve sua realização apressada “por sugestão de argentinos e gaúchos” (DEL ROIO, 2007, p. 232). Essa corrida se justificava pela possibilidade de os comunistas brasileiros ligarem-se à prestigiada III Internacional ainda naquele ano. Relacionando o PCB ao movimento comunista da América do Sul, Del Roio afirma que o Partido “preservou a herança internacionalista do movimento operário do Brasil” (DEL ROIO, 2007, p. 233), o que teria influenciado para a escolha de Abílio de Nequete para a secretaria geral, que do sul do Brasil fez “os primeiros contatos visando à formação do PCB”, favorecendo-se da proximidade geográfica daquele estado com a Argentina e o Uruguai. Por outro lado, segundo o autor, a União Maximalista “estava longe de ser o mais importante e mais influente no Brasil”. Fato que se confirmaria pela assunção da direção partidária pelo Grupo Comunista do Rio, liderado por Astrojildo Pereira, após Abílio de Nequete abandonar do cargo de Secretário Geral. (DEL ROIO, 2007, p. 233)

Os escritos de Del Roio apontam que a IC teria, de fato, influenciado nas articulações para a fundação do PCB. Processo que favoreceu a União Maximalista de Porto Alegre, que aproveitou a proximidade com os países do Prata e, conseqüentemente, com a IC, e assumiu a liderança do movimento em prol da realização de um congresso nacional para a fundação do Partido Comunista do Brasil. No entanto, a liderança da União Maximalista foi efêmera, visto que,

em pouco tempo, foi substituída pelo o Grupo Comunista do Rio, que desde o início era, nas palavras do autor: “o grande catalisador e ponto de convergência de outros agrupamentos do mesmo tipo”, com destaque à liderança de Astrojildo Pereira. (DEL ROIO, 2007, p. 231)

Por outro lado, essa proximidade com a IC não teria ocasionado uma sujeição ideológica dos comunistas brasileiros. Em *A Classe Operária na Revolução Burguesa*, de 1990, Del Roio afirma que o Partido Comunista atuou “relativamente autônomo” até 1929, quando formulou “um projeto revolucionário centrado na classe operária, buscando compreender os mecanismos da crise da dominação oligárquica” (DEL ROIO, 1990, p. 15). Para ele, essa autonomia que chegou ao fim quando se estabeleceu o domínio stalinista na URSS, em 1929, que se expandiu às seções da Internacional, num contexto onde crescia o interesse pela América Latina.

As análises de Del Roio, em síntese, apontam para a efetiva existência de uma ligação entre o PCB e a IC antes da realização do I Congresso, o que, no entanto, não interferiu na atuação do partido brasileiro até 1929. A influência da IC, assim, ficou restrita à aplicação local das teses oriundas de seus congressos. Portanto, o PCB, segundo essa interpretação, teve liberdade para formular a estratégia que julgava mais adequada, no contexto de desagregação do poder oligárquico, até a stalinização efetiva da IC, em 1929.

Como vimos, as interpretações sobre a relação entre os comunistas brasileiros e a IC, durante a criação do PCB, são múltiplas. A partir da análise de fontes primárias, nos alinhamos aos argumentos dos autores que apontam para uma relação assídua entre ambos no meses anteriores ao I Congresso, bem como às teses de que os comunistas brasileiros ambicionaram obter para si o prestígio da IC para compensar a sua fragilidade numérica. Por outro lado, defendemos que a posição da IC, favorável à fundação de sua Seção Brasileira, resultava do interesse em expandir o comunismo nas américas, também por conta do processo de organização do movimento operário no país, principalmente por conta da greve de 1917 e do levante de 1919 (DULLES, 1977). Assim, como veremos, a expectativa de mútuo beneficiamento constituiu-se em força motriz da fundação do PCB.

Os primeiros contatos entre os grupos comunistas e a Internacional

Como vimos, são muitas as interpretações acerca da influência da IC na gênese do PCB, bem como sobre o nexos posteriormente estabelecido entre ambos. A nosso ver, a Internacional apoiou como pôde a criação do Partido Comunista, como também apontam Dulles, Pinheiro e Del Roio, o que se deu muito mais pelo interesse dos comunistas brasileiros, que assim conseguiram estabelecer uma relação assídua e regular com Moscou.

Relativizando a afirmação de Zaidan, sobre o que classificou como aproximação unilateral dos comunistas brasileiros, entendemos que houve o interesse de ambas as partes: a Agência de Propaganda para a América do Sul decidiu apoiar a fundação do PCB por identificar potencial no trabalho desenvolvido pelos grupos comunistas no país, enquanto que estes viam na IC um meio de obter prestígio, colocando o Brasil na rota da revolução mundial. Porém, essa relação não se configurou numa sujeição ideológica, mas em “autonomia relativa”¹⁷, de constante diálogo com a IC, situação que durou até a interdição ocorrida no ano de 1929, que obrigou o Partido a abandonar tudo o que havia construído, através da aplicação da teoria da Revolução democrático pequeno burguesa, que, até então, também contribuía à desagregação do poder oligárquico.

O fato é que a interferência da IC retirou do PCB a possibilidade de participar dos eventos decisivos que culminaram na Revolução de 1930. Apesar da mobilização criada pela estratégia da Revolução democrático pequeno burguesa - de alianças com a pequena burguesia revolucionária em prol da derrubada do poder oligárquico - as ordens da IC desmantelaram rapidamente a “autonomia relativa” vigente no Partido, colocando-o também em oposição à Revolução e, por isso, isolando-o politicamente.

¹⁷Aqui estamos empregando o conceito formulado por Michel Zaidan. Segundo o autor, na década de 1920, o PCB gozou dessa “autonomia relativa” e por isso foi capaz de formular sua própria teoria da revolução (a revolução democrático pequeno burguesa), através da qual conseguiu obter significativos avanços políticos naqueles anos. Para Zaidan, isso só teria sido possível devido à inexistência de contatos assíduos e regulares entre o PCB e a IC. Nós, no entanto, entendemos que essa “autonomia relativa” foi uma realidade, a despeito do estabelecimento de uma comunicação constante entre ambos. Ficando evidente que a IC somente buscou controlar a sua Seção Brasileira após a sua estalinização em 1929. (ZAIDAN, 1985)

No que se refere a essa questão, é fundamental compreender como se estabeleceu a ligação entre as direções da IC e do PCB durante a década de 1920 para demonstrar a comunicação estabelecida entre ambos, que, como veremos, era organizada e eficiente, apesar da distância e da perseguição ao comunismo no Brasil.

As fontes analisadas e as memórias de ex-militantes do PCB permitem afirmar que o contato entre os comunistas brasileiros e a III Internacional teve início ainda em 1921¹⁸, ano que antecedeu a fundação do Partido, contribuindo para que, em março de 1922, fosse finalmente realizado o congresso constituinte do Partido Comunista do Brasil. Esse processo envolvia os interesses da IC em expandir o comunismo na América do Sul e era interessante aos comunistas brasileiros que, então em litígio com os anarquistas (DULLES, 1977), poderiam utilizar-se do prestígio de estar ligado à Internacional para compensar a sua fragilidade orgânica.¹⁹

Afinal, a Revolução Russa havia sido recebida com simpatia pelo operariado brasileiro, influenciando socialistas e criando cisões no movimento anarquista, majoritário no país. Sobre esse fato, Ronald Chilcote escreve que: “Lênin e a revolução exerceram um poderoso impacto sobre o pensamento radical, projetando uma imagem crescentemente favorável nos socialistas brasileiros ao mesmo tempo em que dividiam a liderança anarquista” (CHILCOTE, 1982, p. 53).

¹⁸Everardo Dias escreve que no processo de fundação do PCB, muitos livros comunistas vinham da Uruguai e da Argentina e “muito mais que viera diretamente de Moscou e que foi lida, difundida e serviu de estudo cuidadoso e profundo”, apontando que essa influência da IC recebia o aporte dos comunistas da região do Prata, com destaque para “um companheiro de Porto Alegre”, líder da União Maximalista, que havia conseguido ligar-se ao movimento comunista da América do Sul. Dias, no entanto, não consegue recordar-se do nome de Abílio de Nequete, em seu livro (DIAS, 1977, p. 111-112). Otávio Brandão é ainda mais direto, afirmando que “A IC contribuiu de um modo decisivo para o nascimento e o desenvolvimento do Partido Comunista do Brasil”, ensinando o PCB a “defender os princípios do internacionalismo proletário revolucionário”. Afinal, “orientado pela IC, o PCB, desde os primeiros anos, lutou pela paz, contra as guerras imperialistas, contra a reação e o fascismo” (BRANDÃO, 1978, p. 221-222).

¹⁹Sobre isso, consideramos elucidativos os documentos trocados entre o líder a União Maximalista e futuro secretário geral do PCB, Abílio de Nequete, ainda em 1921, referentes à fundação do PCB, a exemplo da carta enviada por ele ao Comitê Executivo da IC, em primeiro de fevereiro de 1922. RGASPI, Moscou, Rússia. Дело 5. Письма ИККИ, ЦК КП Бразилии и коммунистических групп. Retirado de <http://sovdoc.rusarchives.ru>. Acesso: 30 out. 2018.

No entanto, trabalhadores, intelectuais e lideranças operárias não possuíam informações seguras sobre a Revolução ocorrida na Rússia. Havia muita especulação oriunda da imprensa conservadora²⁰, ao tempo em que chegavam notícias desencontradas até mesmo de correspondentes entusiasmados com o movimento.²¹ Essa desinformação gerou uma confusão ideológica entre as correntes anarquistas e bolchevistas no Brasil. Isso se deu principalmente porque não se sabia exatamente a natureza ideológica da Revolução ocorrida na Rússia, de modo que o debate mal fundamentado sobre essa questão grassou dentro das correntes políticas, principalmente entre as suas principais lideranças. Até o ano de 1919, imaginava-se que a Revolução de 1917 havia sido, ao mesmo tempo, de caráter bolchevista e libertário e a III Internacional seria como um organismo, não-sindical, de natureza anarquista (DULLES, 1977, p. 83). No Brasil, a partir de 1921, essa diferenciação ficou suficientemente clara, após o embate político iniciado no ano anterior, na imprensa, entre anarquistas e comunistas. Ao final da refrega, parte significativa dos quadros libertários acabaram optando pelo bolchevismo.²² À medida em que ficava ainda mais definido o espectro ideológico do

²⁰As informações sobre os eventos na Rússia chegavam à imprensa brasileira através de telegramas enviados por agências internacionais via Londres, Paris e Amsterdã. Dados de 11 de novembro de 1917, os telegramas noticiavam incansavelmente a derrota iminente dos bolcheviques. (DULLES, 1977, p. 63)

²¹John Watson Foster Dulles escreve que o então anarquista Antônio Bernardo Canellas acabou sendo enviado à Europa para participar da Conferência Internacional do Trabalho. Após ser impossibilitado de participar do evento, o jornalista de Recife voltou ao Brasil trazendo informações que considerava seguras sobre a Revolução de 1917 e o novo Estado russo. Segundo Dulles, Canellas havia chegado à conclusão de que o bolchevismo vitorioso originou-se de um “partido rigorosamente marxista”. No entanto, os acontecimentos na Rússia obrigaram o bolchevismo a “introduzir nas teorias bolchevistas ‘uma infinidade de métodos que elas não preconizavam nem previam antes da Revolução’. Para Canellas, a influência anarquista teria sido de “enorme importância nessa transmutação do bolchevismo”. Já a ditadura do proletariado, ele via como uma medida temporária “para dar combate à burguesia”. (DULLES, 1977, p. 83)

²²O exemplo apresentado por Dulles evidencia os contornos dessa disputa política. Segundo o autor, no final de 1920, uma “vigorosa campanha antibolchevista” havia sido iniciada através do jornal anarquista *A Plebe*. No dia 27 de novembro, o jornal exortava os libertários à revolução anarquista no Brasil contra a burguesia e contra o bolchevismo. Contexto em que o jornal *A Vanguarda* passou a defender o comunismo, publicando textos de Astrojildo Pereira que fazia uma defesa velada do comunismo. Nas palavras de Dulles, Astrojildo “chamava a atenção para a necessidade de se estudar seriamente a situação insatisfatória dos círculos trabalhistas brasileiros”. Momento que o então militante libertário passava ao bolchevismo, no início de 1921. (DULLES, 1977, p. 137)

bolchevismo, da Revolução e da Rússia soviética, intensificou-se a passagem de militantes anarquistas para o campo do comunismo. Essas conversões enfraqueceram o anarquismo no país, fazendo do ano de 1920, segundo Edilene Toledo “a data em que se inicia o declínio do anarquismo no Brasil” (TOLEDO, 2007, p. 82).

Sob a influência da Revolução Russa e, posteriormente, com a fundação da Internacional Comunista em 1919, lideranças operárias brasileiras, recém saídas do anarquismo, criaram diversas organizações comunistas de atuação local - os chamados “Grupos Comunistas” - fazendo surgir, com o passar do tempo, o objetivo de fundar um partido comunista centralizado e de atuação nacional, mas ligado à IC²³, o que tornou ainda maior o fosso entre os objetivos e métodos de comunistas e anarquistas. Esses últimos, aliás, só fizeram aprofundar progressivamente o seu declínio nos anos seguintes. Eric Hobsbawm afirma que após 1930, “o anarquismo deixara de existir como força política importante fora da Espanha, mesmo na América Latina”, o que se pode confirmar a partir do Brasil, onde também o bolchevismo tragou todas as outras tradições revolucionárias (HOBSBAWM, 1995, p. 80).

Nessa conjuntura, a III Internacional enviou representantes para fomentar a criação de partidos comunistas nos cinco continentes.²⁴ Afinal, o seu objetivo era construir uma entidade única, estruturada para dirigir os partidos comunistas de todo o mundo, canalizando as aspirações dos explorados em prol da derrocada do capitalismo e da burguesia, em nome da revolução socialista mundial.²⁵

²³Quanto à influência da Revolução Russa e do bolchevismo sobre o proletariado brasileiro, minando o anarquismo, John Foster Dulles ressalta que a instalação de governos soviéticos na Baviera e na Hungria foram bem recebidos também pelos anarquistas que “prepararam-se com otimismo para a formação de um Partido Comunista do Brasil” (DULLES, 1977, p. 71). Sobre o tema, ver também: (CHILCOTE, 1982, p. 54).

²⁴Segundo Hernán Camarero, a IC visava: “construir una entidad única y bajo una sólida estructura y dirección, que nucleara a los emergentes Partidos Comunistas (PP.CC) de los cinco continentes. Los objetivos de semejante empresa eran claros: construir el estado mayor de un proceso de escala planetaria, que canalizara las aspiraciones emancipatorias de los explotados, en la perspectiva del derrocamiento de la burguesía y el sistema capitalista, la conquista del poder para los trabajadores a través de la dictadura del proletariado, el establecimiento de una república internacional de Soviets y la instauración del socialismo como primer paso a la sociedad comunista” (JEIFETS; JEIFETS, 2015, p. 18).

²⁵Pierre Broué escreve que a Internacional nasceu da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa Lênin e Trotsky se convenceram de ter chegado a hora de fundar a III Internacional,

Esse entusiasmo revolucionário não tardou em chegar à América Latina. Apesar da distância geográfica e das diferenças culturais, a IC criou estruturas organizativas no Continente, através das quais apoiou a criação de partidos comunistas, em diálogo com os militantes oriundos do socialismo e do anarquismo, atuantes na região. No que se refere ao Brasil, foi o Bureau Político da IC para América do Sul que interveio, apoiando diretamente a tentativa de março de 1922, aproveitando para impulsionar os grupos comunistas dispersos, em direção ao mútuo interesse de criar um partido comunista.

Esse escritório da IC na América do Sul foi criado pelo Bureau Pan-americano da IC, então sediado no México, organismo que trabalhou na criação de partidos comunistas na América Central, a exemplo da Guatemala e de El Salvador, e no Caribe, em Cuba. No caso da América do Sul, o BP Pan-americano decidiu enviar um representante à Argentina para que lá fossem instalados escritórios da IC para o continente (PINHEIRO, 1991, p. 47). Tarefa que foi dada ao membro da Internacional, Alex Alexandrovsky (1884-1968).²⁶

principalmente devido à fundação do Partido Comunista da Alemanha. Fato que teria dado ao partido russo “o companheiro tão esperado”. Trotsky se encarrega de escrever uma convocação ao evento de fundação onde apresentar a estratégia e as táticas da III Internacional nos seguintes termos, segundo Broué: “O período é o da decomposição e desmoronamento do capitalismo mundial e será o da destruição da civilização europeia se o socialismo não for construído. O proletariado deve tomar o poder, isto é, destruir o aparato de Estado da burguesia e organizar um novo aparato de Estado proletário”, que seria o principal instrumento de derrubada da burguesia (BROUÉ, 2007, p. 91-92).

²⁶Segundo o dicionário biográfico *A América Latina em la Internacional Comunista, 1919-1943*, seu nome verdadeiro era Mijail Alexeevich Komin-Alexandrovsky. Nascido em Nizhny Novgorod, em 1868, Alexandrovsky, como era chamado, tornou-se membro do círculo marxista e do Partido Operário Social Democrata da Rússia, o POSDR, no ano de 1900. Em 1905, participou da insurreição armada em Sormov, na Rússia. Em 1907, tornou-se membro do Comitê do POSDR em Yusovo-Petrovsk. Passou à clandestinidade após ter sido preso e condenado. Foi para a Alemanha e depois para a Argentina, onde trabalhou como mecânico e participou do movimento grevista em 1919 e 1920. Militou em diversos agrupamentos e movimento políticos, até ser membro fundador do Forsa em 1917. Foi delegado do Forsa ao II Congresso da IC, em 1920. Depois acabou enviado à América do Sul, ficando sob as ordens do Bureau Pan-americano do México. De lá, recebeu recursos e foi enviado de volta à Argentina, onde tornou-se representante da IC para a América do Sul, quando realizou atividades naquele país e no Uruguai. À frente, atuou para a realização do congresso de unificação dos sindicatos argentinos e na campanha de ajuda aos famintos da Rússia. Realizou reuniões com a direção do PCA e visitou diversas vezes o Chile e o Uruguai, quando se encontrou com “el secretario del grupo comunista de Porto Alegre, a. Nequete (princípios de 1922) ‘para empezar la fundación del Partido Comunista del Brasil’ (JEIFETS; JEIFETS, 2015, p. 326-327).

Segundo Vitor JEIFETS e Lazar JEIFETS, o russo Mijail Alexeevich Komin-Alexandrovsky, codinome “Kolman”. Alexandrovsky (ou “Kolman”) foi enviado ao México pelo Bureau Político do CEIC, em 7 de setembro de 1920, onde ficou sob as ordens do Bureau Pan-americano da IC. Por decisão deste órgão, em 15 de janeiro de 1921, ele foi enviado para a Argentina com a tarefa de fundar os birôs do Komintern e do Profintern da América Latina²⁷, fundando o Bureau Político da IC para América do Sul.

Na Argentina, Alexandrovsky constituiu - os órgãos da IC, ainda em 1921, recebendo a assistência do Partido Comunista Argentino, o PCA²⁸ - à época, o mais prestigioso partido comunista da região.²⁹ Através dessa estrutura, a representação da IC buscou contatar os comunistas da região do Rio da Prata, aproximando-se dos comunistas uruguaios e tendo notícias também da ação do movimento operário do Rio Grande do Sul, dada a proximidade geográfica.

No Brasil, por influência ideológica da Revolução Russa, surgiram núcleos simpáticos ao comunismo em vários estados da federação. Estes eram formados por trabalhadores interessados no bolchevismo, oriundos do anarquismo, em sua maioria, que não demoraram em constituir pequenos agrupamentos para realizar atividades em defesa das ideias exaradas por Moscou. E foi exatamente destes núcleos que possuíam projetos distintos de partido de onde se originou o PCB.

²⁷Segundo Vitor JEIFETS e Lazar JEIFETS: “Por decisión del BP (15.1.1921) recibí 5000 libras esterlinas para la actividad en Argentina. Fue representante de la Comintern y de la Profintern em Argentina y otros países de Sudamérica (1921-1922). Formó un Buró provisional de la Profintern en Argentina (antes de 01.1922). Como miembro del Buró de propaganda de la Comintern para Sudamérica, financió la actividad del Buró, los PPCC de Argentina y Uruguay (1921). Realizó múltiples actividades: hizo propaganda en la FORSA por la adhesión al PCA, participó en la preparación del congreso por la unificación de los sindicatos argentinos y en la organización de la campaña de ayuda a los hambrientos en Rusia Soviética; organizó reuniones regulares con el CE del PCA para discutir las cuestiones de estrategia y táctica del partido, visitó Chile y Uruguay”. (JEIFETS; JEIFETS, 2015, p. 326).

²⁸O Partido Comunista Argentino teve origem no Partido Socialista Internacional que havia sido criado para defender as ideias da Revolução Russa no país. Fundado em 1921, o PCA foi um dos primeiros partidos comunistas a se organizar em todo o Continente. (CAMARERO, 2017, p. 111-112).

²⁹Segundo Hernan Camarero: “Con la creación, en 1921, del Buró de Propaganda Comunista para Sudamérica, con sede en Buenos Aires, el PC empezó a ser considerada su sección más poderosa, una suerte de representante oficial de la revolución rusa en el subcontinente”. (CAMARERO, 2017, p.111-112).

Apesar do despreparo teórico, em 1921, vários grupos constituiriam a espinha dorsal do PCB, com destaque para a sua vanguarda: o Grupo Comunista do Rio de Janeiro e a União Maximalista, tornada Grupo Comunista do Rio Grande do Sul também naquele ano. Apesar de ambos possuírem projetos distintos para o movimento comunista brasileiro, eles optaram pelo diálogo e acabaram unindo forças para construir um partido comunista unificado e centralizado, para o que também receberam apoio da Internacional Comunista.³⁰

O Grupo Comunista do Rio de Janeiro teve origem no ano de 1921, a partir do Comitê em prol dos flagelados do Volga, organismo que acabou se tornando um centro aglutinador de comunistas e simpatizantes do bolchevismo e da Rússia soviética. Esse núcleo, pouco depois, se constituiu oficialmente em grupo comunista organizado e rapidamente se estabeleceu influente centro irradiador do comunismo país (DULLES, 1977; DEL ROIO, 2007).

O outro projeto que alicerçou a fundação do PCB se originou na União Maximalista (DULLES, 1977, p. 143). Fundada por Abílio de Nequete em 1918, que era um admirador da Rússia soviética, a União Maximalista tinha por objetivo propagar as ideias da Revolução de 1917. Sua origem remonta ao mês de novembro de 1918, quando três trabalhadores - Francisco Menervino, Otávio Hengist e Abílio de Nequete - resolveram escrever um manifesto ao operariado gaúcho, acusando o capitalismo como o grande responsável pela pandemia de gripe espanhola. (BARTZ, 2014, p. 134).

A União Maximalista foi criada para defender a Revolução Russa e trabalhar em prol da difusão dos ideais bolcheviques no Brasil. Diferentemente do Grupo Comunista do Rio de Janeiro, a União não tinha como finalidade a criação de um partido comunista, até porque este ideal só se conformou com maior exatidão após a criação da IC, em 1919. No entanto, a agremiação não hesitou em

³⁰Segundo John Foster Dulles, em fevereiro de 1922, o Grupo Comunista de Porto Alegre escreveu ao grupo do Rio de Janeiro sobre a necessidade de realizar com urgência um congresso nacional para a organização de um Partido Comunista. (DULLES, 1977, p. 146). Em adição, afirmamos que essa iniciativa teve origem nos contatos estabelecidos por Abílio de Nequete - líder da União Maximalista - junto ao Bureau Sul-Americano da IC e junto aos comunistas argentinos e uruguaios. Ver: (JEIFETS; JEIFETS, 2015, p. 326-327).

adaptar-se às novas demandas, principalmente ao entender que o caminho mais indicado ao movimento comunista era ligar-se ao centro revolucionário mundial através de uma organização ao estilo bolchevique.

Neste processo, em diálogo com trabalhadores e suas organizações, a União atuou ativamente a partir dos ideais revolucionários, buscando ligar os trabalhadores à IC, quando tentou, sem sucesso, filiar a Federação Operária do Rio Grande do Sul, a FORGS, a Moscou. O trabalho realizado pela União Maximalista acabou estabelecendo contato com os comunistas da região do Rio da Prata e, conseqüentemente, com o Bureau da IC para América do Sul. (BARTZ, 2014)

O representante do Bureau da IC para a América do Sul, Alex Alexandrovsky, teve notícia do interesse do líder da União, Abílio de Nequete e resolveu contactá-lo, lhe oferecendo apoio político. Na ocasião, o representante do BP sugeriu que havia chegado o momento de os grupos comunistas do Brasil se reunirem para constituir a Seção Brasileira da Internacional Comunista. Segundo Lazar e Victor JEIFETS, Alexandrovsky realizou reuniões com a direção do PCA e visitou diversas vezes o Chile e o Uruguai, onde se encontrou com o secretário do Grupo Comunista de Porto Alegre, segundo eles, “para empezar la fundación del Partido Comunista del Brasil”, o que pode ser confirmado na carta que o líder da União Maximalista enviou ao CEIC, em fevereiro de 1921. (JEIFETS; JEIFETS, 2015, p. 326-327).

Nequete seguiu as sugestões de Alexandrovsky e comunicou ao Grupo Comunista do Rio de Janeiro sobre os contatos que havia estabelecido com as lideranças comunistas da Argentina e do Uruguai que, ao lado do Bureau da IC para América Latina, concordavam em apoiar o fundação do Partido Comunista no Brasil. Como um trabalho de organização já estava em andamento no país, encabeçado pelo Grupo Comunista do Rio de Janeiro, com a soma de forças, em pouco tempo foi articulada, em conjunto a realização do congresso constituinte do PCB, em março de 1922.³¹

³¹Processo que, como vimos, foi abordado por alguns autores, ainda que sem um maior aprofundamento, a exemplo de John Foster Dulles (1977) e, em menor escala, Marcos Del Roio (1990; 2007).

Considerações finais

Como vimos, os três principais vetores que confluíram para a formação do PCB foram: o trabalho realizado pelo Grupo Comunista do Rio, fomentando os ideais bolchevistas e da Rússia soviética no Brasil; a atuação da União Maximalista, que vinha desde a sua criação defendendo a Revolução de 1917 e que posteriormente incorporou em seus objetivos a busca por ligar-se à IC; e, por fim, o apoio do Bureau da IC para a América Latina que, através do contato com o Partido Socialista Uruguaio, contactou Nequete, apoiando-o na tarefa de reunir os grupos comunistas para fundar um partido no Brasil.

Assim, a atuação da IC, longe de ser absoluta e arbitrária, atuou como um catalisador, acelerando a formação do Partido Comunista, já em curso. A nível internacional, fazia parte da organização russa, o interesse pela expansão da IC na América do Sul, através da criação de seções nacionais, liderado pelo Bureau Político Pan-americano da IC, que enviou Alex Alexandrovsky à região com esse intuito.

Por outro lado, o desejo dos comunistas em aderir à IC explicava-se também pelo prestígio revolucionário por ela possuído, que serviria de trunfo político para compensar a fragilidade orgânica do Partido diante de adversários e concorrentes. Além disso, eram grandes as expectativas acerca do auxílio teórico e organizativo que viria diretamente do então centro diretivo da revolução mundial. Portanto, a relação entre a IC e o PCB teve algum nível de adesismo pragmático da parte dos militantes brasileiros; e, ao mesmo tempo, o aproveitamento dos grupos comunistas tornava mais simples a tarefa dos representantes da Internacional Comunista na Região.

Referências

BARTZ, Frederico. **Movimento Operário e Revolução Social no Brasil**: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1817 e 1922. Porto Alegre, 2014. Tese (Doutorado em História) - UFRGS, 2014.

BRANDÃO, Otávio. **Combates e Batalhas**. Memórias. 1º Vol. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1978.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista (1919-1943)**. São Paulo: Sundermman, 2007.

CAMARERO, Hernan. Buenos Aires-Moscú. El partido comunista argentino y la Revolución Rusa hasta los años treinta. **Escola de História**, nº 29, 2017.

CARONE, Edgard. **A República Velha** (Instituições e classes sociais). 2ª ed. revista e aumentada. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

CARONE, Edgard. **O PCB: 1922-1943**. Vol. 1. São Paulo, Difel, 1982.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARTA. Montevideo, 01 de fevereiro de 1922. Ao Comitê Executivo da I. Comunista. RGASPI, Moscou, Rússia. Дело 5. Письма ИККИ, ЦК КП Бразилии и коммунистических групп. Retirado de <http://sovdoc.rusarchives.ru>. Acesso: 30 out. 2018.

CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro**. Conflito e integração. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

DEL ROIO, Marcos. **A Classe Operária na Revolução Burguesa**. A política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DEL ROIO, Marcos. A gênese do Partido Comunista (1919-29). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **A Formação das Tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

DULLES, John Watson Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1977.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos extremos**. O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JEIFETS, Lazar; JEIFETS, Vítor. América Latina en la Internacional Comunista, 1919-1943. In: **Diccionario Biográfico**. Santiago: Ariadna, 2015.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros**: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995.

PEREIRA, Astrojildo. **Formação do PCB, 1922-1928**: notas e documentos. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Mauricio Grabois 2012.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão**. A Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras. 1991.

TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **A Formação das Tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VIANNA, Marly Almeida Gomes. Nas origens do comunismo brasileiro. In: PEREIRA, Astrojildo. **Formação do PCB, 1922-1928**: notas e documentos. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Mauricio Grabois, 2012.

VIANNA, Marly Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935**: Sonho e realidade. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ZAIDAN, Michel. **PCB (1922-1929)**. Na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.

Capítulo 4

A atuação política de Juraci Magalhães na Bahia: de esteio da Revolução de 1930 à figura suspeita frente ao golpe de 1937

Eliana Evangelista Batista

Introdução

O objetivo deste capítulo é investigar a atuação política de Juraci Magalhães na Bahia ao longo da década de 1930, especialmente os anos de 1936 e 1937 que marcaram o seu desalinamento político com o governo Vargas. Demonstra-se, com base na investigação de cartas, telegramas, fontes jornalísticas e de memória, como ele passou de um dos principais esteios da Revolução de 1930 no nordeste, nos primeiros anos de sua interventoria no estado da Bahia, a empecilho à escalada autoritária de Getúlio Vargas, que culminou no golpe de 1937 e na instalação do Estado Novo no Brasil.

Oriundo do Ceará, os primeiros contatos políticos de Juraci Magalhães com a Bahia datam de fevereiro de 1930, quando foi transferido de suas atividades militares do Rio de Janeiro para a Paraíba. Essa viagem, ao que parece, também marca o início das conspirações para o movimento revolucionário no estado (TAVARES, 2008, p. 381-382). O desenrolar dos acontecimentos após os seis primeiros meses de sua passagem pelo porto de Salvador precipitaram a revolta armada, a 3 de outubro de 1930, e em 19 do mesmo mês, o Grupo de Batalhão e Caçadores composto por cerca de três mil homens comandados por Juraci Magalhães ultrapassava as fronteiras do estado. Em pouco menos de cinco dias chegava a Alagoinhas, cidade escolhida pelo governo constituído para conter as forças revolucionárias. Encontrava-se doente, precisando ser abrigado na casa da família Cravo, cuja esposa e filho tornar-se-iam seu ponto de apoio no município quando de sua nomeação para a interventoria federal. (BATISTA, 2018, p. 74-86).

A 24 de outubro de 1930, antes que Juraci Magalhães combatesse as forças legalistas abrigadas em Alagoinhas e investisse sobre a capital da Bahia, chegava ao fim, depois de uma década de desgaste, o regime de governo implantado em 1889. Até a queda da Primeira República do Brasil, uma longa jornada de lutas, negociações, conchavos e ameaças havia sido percorrida. O grupo vencedor era heterogêneo. Formado em sua maioria por integrantes da Aliança Liberal, organizada em 1929 para concorrer às eleições majoritárias, defendendo as candidaturas de Getúlio Vargas/João Pessoa contra Júlio Prestes/Vital Soares, na Bahia, era composto por membros do exército, civis e expressivas lideranças políticas regionais, algumas das quais ligadas aos ex-governador José Joaquim Seabra (1877-1942), que assumiu o executivo baiano entre 1912-1916 e 1920-1924. A seu modo, foram esses ajuntamentos que criaram as bases de sustentação do movimento revolucionário no estado, ainda que não tivessem agido de forma coordenada (BATISTA, 2018, p.23).

Resultado dessa aliança temporária entre diferentes segmentos da sociedade, a Revolução de 1930 não chegou a empreender mudanças imediatas no país, mas não se pode pensar em termos de uma retomada do passado, pois ao longo dos anos trinta, muitas mudanças foram empregadas (FAUSTO, 1995, p. 255). O regime político que emergiu em outubro de 1930 no Brasil não representava diretamente os interesses de qualquer setor da sociedade, pelo contrário, abriu-se a todos os tipos de pressão sem, necessariamente, subordinar-se diretamente a nenhuma delas (WEFFORT, 1980, p. 57).

Com a crise de hegemonia que se instalou no país, dando lugar a um processo inacabado de revolução, no qual não se tinha um Estado inteiramente novo, os ajuntamentos políticos que emergiram operaram algumas mudanças institucionais que levaram à transformação do país.¹ O novo regime centralizador, forjado na disputa dos diferentes grupos vitoriosos, removeu ou tentou remover os entraves regionais marcados pelo federalismo oligárquico, e para tanto, partiram de imediato para a recomposição dos poderes.

Os revoltosos de 1930 se viram na necessidade de estabelecer conciliações com vistas à pacificação das forças políticas. Nesse

¹Operamos aqui com o conceito de Revolução Passiva desenvolvido por Gramsci (2002).

processo de conciliação e acomodação, muitos grupos não foram contemplados. Na Bahia, os rearranjos políticos levaram a muitos conflitos, especialmente nos primeiros meses do novo poder constituído, durante as interventorias do engenheiro Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral (novembro de 1930 a fevereiro de 1931) e do médico Artur Neiva (fevereiro a julho de 1931). Ambos buscaram intervir nas forças políticas locais. Desarmaram os coronéis, prenderam adversários, impuseram reformas administrativas, aparelharam as instituições, mas foram rejeitados em bloco ou em parte por segmentos da oligarquia regional.

O rápido afastamento desses dois interventores civis sinalizava a crise de autoridade política e a ausência de lideranças capazes de submeter as demais à sua direção e ao projeto centralizador do governo provisório. Juraci Magalhães esteve ligado a ambos os afastamentos, ainda que por vezes indiretamente. No ano de 1930, o tenente passou a secretariar Juarez Távora, que à época ostentava o título de vice-rei do norte. Assim, permaneceu na Bahia até o dia 18 de dezembro de 1930 e nesse período, além de acompanhar a escolha do interventor e o desarmamento dos coronéis no interior, denunciava a morosidade de Leopoldo do Amaral em relação à “moralização administrativa”.

Em telegrama enviado a Juarez Távora, no dia 11 de novembro de 1930, Juraci Magalhães afirmava que Amaral preocupava-se muito com os casos dos municípios, mas não havia tomado ainda “nenhuma medida concernente à dispensa de funcionários inúteis que continuavam parasitando nas repartições públicas”. Sugeriu que cortasse automóveis oficiais, nomeasse de imediato uma Comissão para tomada de contas de quem teria recebido dinheiro da situação decaída e diminuísse os “vencimentos nababescos” (JT dpf. 1930.05.00. CPDOC).

Ao final de fevereiro de 1931, quando a crise no governo de Leopoldo do Amaral se agravou, Juraci Magalhães foi cotado pela imprensa carioca para substituí-lo. Essa especulação provocou fissuras na relação com os seabristas, principal grupo de apoio à Aliança Liberal na Bahia. Já havia uma disputa doméstica entre os militares e os seabristas em torno da narrativa sobre o 24 de outubro de 1930. A sugestão feita pela imprensa carioca aprofundou a fissura entre os vitoriosos, levando à publicação do artigo “Brios Baianos”, assinado

pelo seabrista Moniz Sodr e, e publicado no jornal *Diário da Bahia*, em 5 de fevereiro de 1931. No texto, o ex-deputado ressaltava que a Bahia não era “terra de ninguém” para ser administrada por estranhos. (BATISTA, 2018, p.112).

Com o pedido de demissão de Leopoldo do Amaral, Juarez Távora organizou nova reunião para submeter alguns nomes   aprecia o dos baianos. Segundo matéria publicada no jornal carioca *Correio da Manhã*, em 11 de fevereiro de 1930, o encontro foi realizado na Faculdade de Direito da Bahia, onde se apreciou os nomes de Arthur Neiva, então Secretário do Interior do governo de São Paulo, Assis Ribeiro, antigo diretor da Estrada de Ferro do Brasil e Juraci Magalhães, indica o do próprio Távora. Foi lembrado ainda o nome de Bernardino de Souza, diretor da Faculdade de Direito, que recusou a indica o.

A consulta demonstra que os vitoriosos ainda não possu m força para impor um nome aos baianos. Havia uma correla o de forças, fruto de uma disputa pelo protagonismo de cada grupo em rela o   Revolu o que foi bem documentada pelo jornal *A Tarde*, em 14 de janeiro de 1931. Segundo o jornal, apesar de reconhecer o papel dos políticos no processo revolucionário, Távora dizia que no nordeste do país ele não teria tido tanta importância, salvo no estado da Paraíba. Seabra discordava frontalmente dessa postura e reivindicava para si o sucesso da Revolu o no estado e, por consequência, o executivo, para si ou para seus correligionários.

A contenda revelou que os aliancistas baianos ainda dispunham de força política. Na oposi o dos baianos Moniz Sodr e e J.J. Seabra ao nome de Juraci Magalhães, Artur Neiva foi o escolhido, assumindo o governo em 18 de fevereiro de 1931. Segundo matéria publicada pelo *Diário da Bahia*, a 13 de fevereiro daquele ano, estavam a salvo os brios baianos, mas as rela es do novo interventor com as classes produtoras, com lideranças políticas locais, com a imprensa e com os seabristas se esgar aram em pouco tempo. No dia 15 de agosto de 1931, Neiva foi deposto (BATISTA, 2018, p.120).

A situa o era toda de conflito. Já se falava de um novo movimento armado em alguns estados. Os do Nordeste, em sua maioria ocupados por homens defensores da ditadura, ameaçavam constituir-se em bloco para contrapor-se aos estados do sul e sudeste e aos boatos de

convocação de uma Constituinte. Nesse caos, o nome de Seabra foi impugnado para assumir o governo no estado e as circunstâncias levaram à nomeação do cearense Juraci Magalhães para interventor federal no estado da Bahia.

A escolha por um jovem tenente, com apenas vinte e seis anos de idade e sete meses de experiência administrativa, demonstrava que Getúlio Vargas buscava o consenso pela indicação de um homem alheio às tramas políticas locais. Na prática, isso significava dizer que o governo provisório buscava outras bases de sustentação e esse novo arranjo poderia até comportar as conformações políticas vigentes na Primeira República, mas não seria definido por elas.

A interventoria de Juraci Magalhães na Bahia

A nomeação de um tenente para governar a Bahia foi vista como uma afronta, principalmente para os aliancistas que disputavam o protagonismo da vitória revolucionária, a exemplo de Seabra. Nos últimos meses de 1931, porém, já se falava por toda a imprensa na convocação de uma constituinte e a expectativa de que ela fosse efetivada em maio de 1932 acalentava a todos, pois nas urnas esperavam que o nome a ser sufragado seria a de um político com tradições no estado.

Juraci Magalhães chegou à Bahia um pouco antes de a Revolução de Outubro completar um ano. Um jovem de 26 anos, com apenas sete meses de experiência em serviços administrativos, adquirida como auxiliar de Juarez Távora na sua tarefa de organização política, administrativa e social dos estados do nordeste, o cearense que comandou uma das brigadas que invadiu a Bahia no ano anterior chegava ao Porto de Salvador, no dia 19 de setembro de 1931, para representar o governo federal no estado e tentar encerrar uma etapa conturbada do processo revolucionário da Bahia: a interventoria de civis.

A sua chegada à Bahia parece não ter despertado grandes movimentos de oposição nas ruas, embora o discurso de um estado humilhado já se fizesse presente na imprensa. Certamente que a “situação de absoluta calma”, relatada por Juraci Magalhães a Juarez Távora através de telegrama, muito se devia à disposição de tropas

auxiliares de Pernambuco e, caso não bastasse, à certeza de que receberia reforços de outros estados do nordeste para assegurar a sua aceitação (JT dpf 1930.12.08 (21) CPDOC).

Partiram de Seabra e do ex-deputado Moniz Sodré, as primeiras reações à nomeação de Juraci Magalhães para gerir a Bahia. Sodré chegou, inclusive, a ser ameaçado de exílio naqueles meses, mas desde fevereiro de 1931 era o representante político da Bahia que mais atacava o governo e os resultados da Revolução de 1930 no estado. Através do jornal *Diário da Bahia*, investiu fortemente em matérias condenando os rumos da Revolução, numa franca campanha pela reconstitucionalização do país. Além das matérias, era recorrente a publicação de charges detratando a militarização do governo.

Apesar da resistência ao seu nome, o interesse de Juraci Magalhães era conduzir o governo com o mínimo de oposição. Conforme edição do *Diário da Bahia*, nos dias 14 e 15 de outubro de 1931, a menos de um mês de sua chegada, viajou pelo interior do estado, especialmente pela região do São Francisco, para estabelecer as primeiras alianças com os coronéis. Essas viagens lhe renderam bons resultados e sólido conhecimento sobre os problemas do sertão (SILVA, 2011, p.29). Buscou também dialogar com os principais veículos de comunicação do estado. Aos diretores dos principais jornais da Bahia pediu que evitassem “certos comentários que pudessem dificultar a marcha da administração”.

As críticas, porém, não tardaram, e aos primeiros sinais de discordâncias, Juraci Magalhães mostrou que não estava disposto a tolerar divergências. A situação de “absoluta calma”, vigente na Bahia desde a sua chegada, em setembro de 1931, aos poucos dava lugar às primeiras intrigas políticas e com elas revelaria a postura autoritária do tenente.

Ao final daquele ano, quando o ministro da justiça aboliu a censura à imprensa, Seabra foi a público criticar Juraci Magalhães. Em janeiro de 1932, o confronto entre o ex-governador e o interventor foi aquecido em razão do Manifesto que o primeiro lançou na Bahia quando de sua visita ao estado. Ofendido, Juraci Magalhães mandou divulgar uma nota no jornal carioca *Correio da Manhã*, em 9 de janeiro de 1931, na qual prometeu responder ao baiano com uma exposição

que conteria “revelações verdadeiramente sensacionais e destinadas à grande repercussão”.

Juraci Magalhães tomava medidas típicas dos momentos de crise de autoridade. Suas ações demonstravam que ainda não dispunha de bases de apoio suficientes para governar combinando força e consenso, o que significa dizer que ainda não ocupava, efetivamente, a condição de dirigente do estado, mas tão somente um preposto do governo central. Entretanto, precisava garantir que os ideais aliancistas fossem cumpridos, e por isso, as soluções de força foram recorrentes nos primeiros anos do seu governo.

Embora julgasse prematuro pensar no retorno do regime constitucional, Juraci Magalhães apontava a necessidade de sistematizar o quanto antes uma organização política na Bahia, motivos de suas investidas sobre o interior. A assinatura do Código Eleitoral, em fevereiro de 1932, impulsionou a corrida pela organização das agremiações partidárias e recrudescer a luta política no estado. Os conflitos só aumentavam, inclusive, dentro do governo constituído. As atitudes de Juraci Magalhães, abrigando homens destituídos em 1930, não eram bem vistas por parte dos integrantes do Clube 3 de Outubro, liderado na Bahia pelo tenente Joaquim Monteiro, que organizou a conspiração entre os militares. Por mais de uma vez foram divulgadas notícias na imprensa carioca e baiana de que o 19º Batalhão poderia ser sublevado (FREITAS, 2010).

Apesar dos conflitos, as viagens ao interior do estado surtiram efeito. Na Bahia, a principal base de apoio ao governo provisório veio de lideranças políticas locais, principalmente dos coronéis que se reuniram em torno de coligações regionais que lastrearam, no ano seguinte, a formação do Partido Social Democrático (BATISTA, 2018: 425). Antes disso, foram também esses coronéis quem deram o suporte necessário para que Juraci Magalhães mantivesse o apoio a Vargas, quando no sudeste explodiu o Movimento Constitucionalista, em julho de 1932.

O ano de 1932 foi marcado na Bahia por fortes confrontos políticos, organização e atuação partidária e intensa campanha em favor e contra a reconstitucionalização do país, com grupos que mobilizaram forças ao lado e em combate ao movimento constitucionalista ocorrido em São Paulo. Com a sua contenção em outubro verificou-se a organização

de um mosaico de agremiações políticas na Bahia, pois a guerra paulista havia acirrado os conflitos entre o interventor e o grupo que lhe fazia oposição no estado. Por outro lado, serviu para aproximá-lo das lideranças políticas locais, muitas das quais, demandaram esforços para arregimentar voluntários para a defesa do governo constituído.

Assim, no curso do processo de reconstitucionalização do país, crescia a confiança de Juraci Magalhães em torno do sucesso político no pleito eleitoral que se avizinhava, ainda mais após as sucessivas viagens feitas ao interior do estado, a partir de novembro de 1932. Em carta enviada a Getúlio Vargas, em três de janeiro de 1933, ele informou que tinha passado os últimos dias totalmente absorvido pela elaboração do orçamento anual e as conversas políticas com homens do interior e da capital do estado.

Para Aspásia Camargo, o pacto agrário que se renovou após 1930 não era “simples resultante de poder residual das oligarquias”, mas um acordo deliberado que eliminava alguns de seus recursos políticos enquanto ampliava outros. Assim, o processo de centralização política que esvaziava, em parte, o poder de determinadas oligarquias, destruindo as suas manifestações de autonomia, operava-se “com a ajuda desse mesmo poder oligárquico, graças às cisões que dividem internamente as elites regionais e que as levam a competir pelos favores do Estado”. Essa predisposição aos acordos seria habilmente utilizada pelo poder central, no caso, Juraci Magalhães e permitiu-lhe “substituir as velhas máquinas oligárquicas da República Velha por outras mais permeáveis aos novos objetivos nacionais dentro de uma estratégia global de centralização política” (CAMARGO, 1983, p.15).

A tentativa de centralizar a política passava por acordos que envolviam os estados vizinhos. Pouco antes das eleições, Juraci Magalhães participou do Congresso dos Interventores, realizado em Recife, entre 15 e 18 de abril de 1933. Segundo o jornal feirense *Folha do Norte*, de 22 de abril de 1933, o encontro tinha por objetivo coordenar as forças vitoriosas e traçar uma orientação uniforme para que todos os representantes do governo Vargas no nordeste pudessem transmitir aos candidatos à Constituinte.

Ao retornar à Bahia, Juraci Magalhães colocou em prática as determinações do Congresso no que diz respeito à condução da

política regional. O manifesto do Partido Social Democrático, fundado em janeiro de 1933 sob a sua liderança, constituía-se num exigente manual de ações coordenadas. De acordo com o seu texto, aqueles que fossem eleitos teriam que cumprir rigorosamente o Programa do Partido. Nenhum candidato estava autorizado a falar por si ou a apresentar programa ou plataforma individual. O PSD tornou-se um órgão disciplinador e coordenador das atividades e alterou práticas políticas vigentes até então. Na Bahia, os políticos não se conduziam por diretrizes partidárias, mas por interesses pessoais e de grupo.

Resta claro que o Manifesto do PSD, assim como de outros Partidos do nordeste, já que todos foram feitos sob a orientação da União Cívica Nacional - UCN, tinha por objetivo assegurar que os candidatos eleitos pudessem fazer uma ação coordenada na elaboração da nova carta constitucional garantindo, além da eleição indireta do presidente, os demais pontos considerados cruciais para a sobrevivência do novo regime de governo. A UCN foi criada em 18 de fevereiro de 1933, após reunião na residência do ministro Melo Franco com vários outros líderes da Revolução de Outubro. Surgiu de um acordo revolucionário, “cujo compromisso principal era lançar as bases de um partido nacional que congregasse as já existentes organizações estaduais”. Em sua curta existência, a ação mais efetiva da UCN foi o Congresso dos Interventores (PANDOLFI, 1980, p. 366).

Assim, nas eleições de 1933, o PSD representava não mais candidaturas individuais, era o Estado o principal elemento de aglutinação da costura política feita pelos situacionistas. Representava, assim, a centralização do aparato estatal com a incorporação de lideranças políticas locais.

Juraci Magalhães, nesse cenário, aparecia como o promotor do novo ordenamento político na Bahia (PAIXÃO, 2018). A sua atuação nesse sentido foi incontestável. Não se trataram apenas de simples conciliações com os mandatários locais. Ele se conduziu por estratégias que resultaram em sólido apoio político e desde os primeiros meses à frente da interventoria buscou reorganizar a política regional com base no afastamento dos tradicionais grupos dos postos de administração. É possível identificar exceções, mas em regra, as alianças passaram a ser feitas com novas lideranças, de modo que as oligarquias estaduais

ligadas ao *calmonismo*, ao *seabrismo* e ao *mangabeirismo*, principais correntes políticas da Bahia na Primeira República, não se constituíram mais como régua para a formação de compromissos sólidos durante toda a década de 1930 (BATISTA, 2018, p. 425).

Evidentemente que as novas alianças foram forjadas em torno de elementos concretos. A criação do Instituto do Cacau (1931) e do Instituto Baiano do Fumo (1935) são exemplos de concessões aos produtores locais que permitiram a Juraci Magalhães fazer as manobras políticas de que necessitava. A sua influência e inserção sobre os municípios foi consolidada com base em concessões materiais que, apesar das limitações, resultaram no fortalecimento da estrutura estatal na Bahia.

A partir de 1933, quando elegeu a maioria da bancada baiana para a Constituinte, Juraci Magalhães revelou-se um político hábil, capaz de coordenar as dispersas forças da política regional, acostumadas à movimentação junto ao governo da união. Ao lado de Pernambuco, colocou-se como base de sustentação da Revolução no nordeste. O discurso do interventor na Bahia era favorável ao governo Vargas que buscava um novo pacto nacional, “com a desterritorialização do poder simbólico do entorno paulista, por meio de um discurso factual nacionalista, cuja base de sustentação política esteve no nordeste e no sul do país”. (SANTOS NETO, 2016, p. 259-293).

Juraci Magalhães saiu do pleito eleitoral fortalecido junto ao governo federal a ponto de, ainda no final de maio de 1933, antes mesmo que o resultado das urnas fosse conhecido, escrever a Getúlio Vargas reivindicando melhor posição para a Bahia que elegeu a segunda maior bancada governista em 1933, perdendo apenas para Minas Gerais.

Juraci Magalhães, governador da Bahia: alcances e limites de uma gestão em tempos de fragilidade constitucional

Vitorioso nas eleições de maio de 1933, a atuação do interventor Juraci Magalhães foi de fundamental importância nos primeiros meses de recondução do regime constitucional. No plano federal, coordenou os trabalhos da bancada baiana, evitando cisões motivadas pelo

descontentamento de parte dos deputados com o líder baiano Medeiros Neto, assegurando que mantivessem as diretrizes acordadas antes das eleições. Em abril de 1934, colaborou para o lançamento da candidatura de Vargas à presidência. Entre os signatários do Manifesto divulgado pelos jornais cariocas naquele mês, havia um deputado baiano, Pacheco de Oliveira, que redigiu o documento em parceria com Prisco Paraíso e Homero Pires.

O texto, publicado nos jornais paulistas e cariocas a 20 de abril de 1934 e reproduzido na imprensa baiana a 21, foi objeto de críticas e achincalhe. Tendo sido supostamente revisado por interventores de diferentes estados e pelo próprio Getúlio Vargas, o documento causou pouco impacto e não teve o efeito pretendido. Indiferente, ou melhor, em combate ao manifesto dos deputados situacionistas, o Clube 3 de Outubro lançou a candidatura do General Góes Monteiro à presidência da República. A iniciativa abriu nova fissura no governo e Juraci Magalhães seguiu para o Rio de Janeiro, apressado em contornar a crise.

Segundo divulgou o *Diário de Notícias*, em 05 de maio de 1934, Juraci Magalhães havia anunciado que levaria a Vargas provas cabais de uma conspiração militar. Por essa razão, foi recebido na capital do país como o detetive do governo provisório. Ausente dos círculos que costumava frequentar e das aparições na imprensa, o interventor baiano fez algumas reuniões sigilosas, uma delas com Góes Monteiro, apresentando-lhe, ao que foi registrado, provas de que a sua candidatura estava levantando ânimos nas corporações do nordeste do país, movimentos que se constituíam em preocupação, pois deixava ainda mais instável a situação de Vargas. Curiosamente, Góes Monteiro retirou, de público, a sua candidatura.

De acordo com o seu depoimento ao CPDOC (MAGALHÃES, 1980, p. 78), na oportunidade, Getúlio Vargas teria reforçado o convite para que ele assumisse o Ministério da Aviação. Não aceitou, mas garantiu a indicação do deputado baiano Marques dos Reis. No relato, Juraci Magalhães afirmou que se afastar da Bahia significava romper o equilíbrio entre as forças contrárias à Revolução. Também por essa razão, embora já tivesse dito não ser candidato pela Bahia, agiu no sentido de garantir a sua indicação à candidatura ao governo do estado.

Ainda no Rio, orientou os vinte deputados que “fizessem questão fechada em relação à elegibilidade dos interventores”. Estava dado o primeiro passo para a sua eleição. Uma semana depois, em 7 de maio de 1934, o jornal *A Ordem*, do município de Cachoeira, lançava um apelo ao povo baiano para votar em Juraci Magalhães para o governo constitucional do estado.

Apesar da oposição enfeixada pela Concentração Autonomistas e das críticas da imprensa livre da censura, Juraci Magalhães não hesitou o combate nas urnas e saiu vitorioso também das eleições para governador, realizadas a 14 de outubro de 1934. Evidentemente, essa vitória não pode ser lida apenas como uma demonstração de sua força política, mas, pela disposição dos seus correligionários em assegurar as suas permanências nos novos postos de mando, como também de uma incapacidade política da oposição em se conduzir com coesão e, principalmente, respeitar as novas regras do jogo político iniciado após a revolução, de incorporação controlada das massas e maior participação da base partidária nas decisões políticas.

Já na condição de governador, no ano de 1935, Juraci Magalhães se consolidou junto ao governo federal como uma das principais lideranças da situação, condição que garantiu ao estado da Bahia uma pasta ministerial e a presidência da bancada situacionista. Esteio da revolução no cenário nacional, internamente, o governo de Juraci enfrentava forte oposição por parte dos autonomistas, seus principais combatentes, naquele ano contando com a liderança do ex-ministro Otávio Mangabeira, que havia retornado do exílio em 1934 e com quem disputou as eleições para o executivo estadual. Além deles, havia comunistas e integralistas, cujos enfrentamentos revelaram a face de um “governador equilibrista”, ora combatendo um, ora combatendo outro inimigo.

É importante destacar que o Brasil viveu durante todo o ano de 1936 e início de 1937 sob o efeito do Estado de Guerra. Assim, a oposição feita ao governo de Getúlio Vargas e até mesmo ao governo de Juraci Magalhães esteve condicionada às rigorosas limitações impostas pela censura e pela Lei de Segurança Nacional.

A partir de 1936, o prestígio que desfrutava junto ao executivo central começaria a se desfazer quando, consultado por Vargas, Juraci

Magalhães se recusou a aceitar os seus planos de continuidade no poder. De esteio da Revolução de 1930 e amigo fiel do governo constituído, passou a figura suspeita, ficando, inclusive, sob constante ameaça de intervenção federal no estado.

Irredutível no seu posicionamento quanto à necessidade de haver sucessão presidencial no Brasil, Juraci Magalhães aliou-se a outros governadores, a exemplo de Lima Cavalcante e Benedito Valadares, mas somente do último obteve apoio irrestrito até que o golpe de 1937 fosse desferido.

Apesar de considerar que Vargas era quem deveria conduzir as *démarches* da campanha, Juraci Magalhães demonstrou que não estava disposto a apoiar qualquer manobra de continuísmo (MAGALHÃES, 1980, p. 274). Durante o ano de 1936, em carta datada de 25 de agosto, ele diria mais uma vez a Vargas: “prefiro, como menos mal dos regimes, a democracia, organizada, sem o velho romantismo anacrônico, por permitir uma sedimentação de ideias mais consentâneas com os nossos interesses, de evitar maiores choques perniciosos da vida nacional” (MAGALHÃES, 1980, p.275; CPDOC. GV 1936.08.25/1).

Como se constatou nas missivas datadas de 1937, depositadas no arquivo de Getúlio Vargas, o presidente recebia aquela negativa com receios de que pudesse aflorar na Bahia qualquer movimento de resistência ao seu governo, e ainda que um possível enfretamento entre ele e o governo da Bahia fosse negado a todo tempo pelos deputados situacionistas, pela imprensa a serviço do PSD e pelo próprio Juraci Magalhães, o que se verificou no estado entre 1936 e 1937 foi uma contundente oposição aos rumos que o Brasil ia tomando.

Essa nova orientação pode ser notada a partir de abril de 1936, período em que o governo constitucional de Juraci Magalhães completou um ano. De acordo com matéria do *Diário de Notícias*, de 25 de abril de 1936, na ocasião, quando discursou ao povo, ele afirmou que nos primeiros meses à frente do executivo da Bahia nem tudo “correu com tranquilidade larga e clara dum belo rio de verão”, mas o governo encontrava-se num “desaguadouro ameno e tranquilo, onde tudo que lhe podia turvar a alegria espontânea desaparecia na glória deste instante” marcado por “um pensamento coletivo, orientador da nova Bahia num novo Brasil”.

A prisão do chefe integralista local e a divulgação de uma carta enviada por ele a Plínio Salgado, aumentou o conflito entre Juraci e o presidente. Espalhou-se um boato de que haveria no estado da Bahia uma intervenção do governo federal, tal como ocorreu no Rio de Janeiro. Àquela altura, Vargas já havia consultado a Juraci Magalhães pela segunda vez acerca de uma possível continuidade do seu governo. Pela segunda vez havia recusa por parte do governador da Bahia. Evidentemente, as conversas entre o presidente e Juraci Magalhães eram reservadas, mas não o suficiente para evitar a proliferação dos boatos sobre o afastamento político de ambos.

As acusações não pararam. Em outubro de 1936, espalhava-se a informação de que Juraci Magalhães, prevendo uma intervenção por parte de Getúlio Vargas, teria pedido ao coronel Franklin Lins de Albuquerque que lhe conseguisse homens da região sanfranciscana para um possível combate. O sertanejo, segundo boatos desmentidos pelo *Diário de Notícias*, teria ido buscar conselhos junto ao coronel Góes Monteiro, que o preveniu de uma batalha vencida, pois, “o governo do estado já está liquidado e os integralistas seriam chamados para assumir o governo do Brasil, sendo talvez modificado o próprio regime vigente no país”.

Ainda que o matutino corresse em defesa do governo do estado, o combate às forças integralistas na Bahia, num cenário onde o governo central nutria-se da pujança desse mesmo grupo, colocava Juraci Magalhães em posição de enfrentamento ao próprio governo. A tensão pode ser lida pela resposta dada pelo próprio Franklin de Albuquerque ao desmentir os boatos, em entrevista ao *Diário de Notícias*.

Ao tempo em que afirmava que “jamais o governo do estado teria solicitado o seu auxílio, principalmente porque estava plenamente afinado com a política de Getúlio Vargas não vendo motivos para se prevenir de qualquer situação”, o coronel assegurava que por “dever de baiano” jamais pediria conselhos a Góes Monteiro ainda que fosse amigo de longa data dele, pois grato a Juraci Magalhães pelo que ele vinha fazendo para a Bahia, com ele estaria “para a vida e para a morte, para a vitória ou para a derrota, para manter-se nas posições ou para cair das mesmas”. De acordo com a matéria do *Diário de Notícias*, de 19 de outubro de 1936, Franklin Lins enfatizou que o governador não havia lhe pedido homens para batalha, mas, se assim o fizesse, a região

de São Francisco estaria apta a oferecer 10.000 como havia feito em 1932, por ocasião da revolução de São Paulo”.

A aparente indisposição entre Vargas e Juraci Magalhães, por outro lado, alçava o governo baiano à condição de defensor por excelência do regime democrático, fazendo com que a Bahia, ao lado de Pernambuco, os dois estados do nordeste que detinham as maiores bancadas situacionistas na Câmara, assumisse importante papel na indicação do novo sucessor a Vargas, ao lado do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais.

Deste modo, ainda que a imprensa baiana situacionista investisse exageradamente na propaganda acerca do papel que a Bahia assumiria no processo sucessório, não se pode negar que o estado, até o final de 1936, transformou-se na “Meca dos políticos”, o que pode ser verificado quando da inauguração do edifício do Instituto do Cacau, no final do mês de novembro, que foi noticiado pelo *Diário de Notícias*, de 17 de novembro de 1936, como um evento nacional, obtendo grande destaque na imprensa carioca e paulista.

Ainda assim, a inauguração do novo prédio do Instituto não se constituía em único motivo para uma visita do chefe da união ao estado, acompanhado de comitiva de importantes figuras da política nacional, a exemplo Osvaldo Aranha, Vicente Ráo e Gustavo Capanema, respectivamente, ministros das Relações Exteriores, Justiça e Educação, conforme divulgou o *Diário de Notícias* de 18 e 20 de novembro de 1936. Restava claro que aquela visita em comitiva tinha outros objetivos não revelados à imprensa, mas que se evidenciaram no discurso de Juraci Magalhães que, quebrando o acordo firmado com o presidente, de não falar em sucessão antes de janeiro de 1937, revelou estar disposto a apoiar um sucessor que fosse “o melhor, entre os mais capazes”, frase tomada pelo PSD para encampar a defesa do nome de José Américo no ano seguinte.

Alzira Vargas, que fazia parte da comitiva presidencial em visita à Bahia, registrou o encontro em seu livro de memória sobre o pai. Segundo ela, a comitiva teria chegado à Bahia às cinco horas da tarde. O governador Juraci Magalhães, “o favorito da corte, dentro do “vice-reinado” do nordeste, tinha a ambição de imitar Bonaparte, ‘o fabricante dos reis’, e preparou uma grandiosa recepção”. Para Alzira Vargas,

Juraci queria mostrar a força do seu prestígio e o valor do seu apoio político. “Era difícil afirmar quem recebia o maior número de vivas e de aplausos: o hóspede de honra, presidente da República ou o hospedeiro, Juraci Magalhães, sobre cujo corpo cearense havia descido as bênçãos e o espírito do próprio Rui Barbosa” (VARGAS, 1960, p.156).

Como era a única mulher da comitiva presidencial, Alzira Vargas não participou do banquete oferecido no Palácio da Aclamação ao presidente da República, somente mais tarde tomando conhecimento do discurso feito pelo governador da Bahia. Para ela, o discurso de Juraci “havia posto em xeque o presidente da república extemporaneamente”. Inoportuna, a fala do pessedista teria “sido considerada apenas falta de ética ou de educação política” se as motivações elencadas abaixo, segundo afirmou, não revelassem uma falta de tato político:

1º Juracy Magalhães considerava-se com o direito de indicar o futuro presidente da República e o nome já escolhido por ele era o do senador Medeiros Neto. Contava com o apoio declarado de Pernambuco, através da palavra de seu governador Carlos de Lima Cavalcante, aliás, o único presente às solenidades;

2º Flores da Cunha estava em entendimentos secretos com ambos e constava que existia um compromisso entre os chefes dos três estados: Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Aceitariam qualquer candidato, contanto que este não contasse com o beneplácito federal. Iriam a extremos para defender este ponto de vista.

3º Juraci, até então tido como administrador capaz e sereno, estava começando a se desmandar e a cometer arbitrariedades contra seus adversários;

4º Era acusado, com certo fundamento, de estar protegendo na Bahia, por motivos sentimentais e políticos, os comunistas (VARGAS, 1960, p. 156).

A assertiva de Alzira Vargas quanto à falta de tato político de Juraci Magalhães parece fazer sentido, mas a narrativa embotada de ressentimentos não reconheceu a repercussão que o discurso do então governador baiano teve em todo o país, pois impulsionou as discussões sobre a sucessão presidencial, inclusive nas bases governamentais, onde ela estava proibida.

A postura de Juraci tornou-se ainda mais suspeita após o encontro, no final daquele mês, entre ele e o governador mineiro, Benedito Valadares, no município de Carinhanha. De acordo com *Diário de Notícias*, de 30 de novembro de 1936, desse encontro era possível que saísse “uma adesão, importantíssima, para fortalecer a aliança estabelecida entre Bahia e Pernambuco para enfrentar o magno problema” da sucessão a Vargas.

No final de dezembro de 1936, quando se confirmou o afastamento de Armando Sales do governo de São Paulo, Juraci Magalhães agendou uma viagem ao estado de Pernambuco. Findado o prazo acordado com Getúlio Vargas para se tratar de campanhas, chegava a hora de coordenar as forças políticas do nordeste e esta tarefa começaria pelo estado vizinho, cujo governador, assim como ele, estava disposto a combater os planos continuístas de Getúlio Vargas sob quaisquer condições.

A Campanha da sucessão presidencial, a escalada autoritária de Vargas e os conflitos com o governador da Bahia

No início de 1937, os nomes mais cotados à presidência continuavam sendo o de Armando Sales e do ex-ministro Macedo Soares, também membro do Partido Constitucionalista que rompeu com o ex-governador paulista em fins de dezembro de 1936, quando este se demitiu do cargo. Em função das divergências dos últimos meses, era mais provável que o “apoio do Catete” fosse direcionado ao ex-ministro que contava, inclusive, com a solidariedade de parte dos membros do próprio PC que não estavam de acordo com a candidatura armandista (BATISTA, 2018, p.385).

Não obstante, a imposição de uma candidatura paulista ao governo do Brasil não seria feita sem resistência. Embora o apoio dos governadores do nordeste a um candidato do sul/sudeste não pudesse ser descartado, havia uma expressiva coordenação de forças para que essa indicação recaísse sobre um nordestino. Juraci Magalhães deu mostras desse apoio, no banquete oferecido pelo governo de São Paulo antes do seu embarque para o retiro em Poços de Caldas, onde

parte significativa dos governadores foi passar o carnaval de 1937 em companhia do presidente.

Conforme discurso transcrito pelo *Diário de Notícias*, em 30 de janeiro de 1937, o governador, licenciado de suas funções por três meses na Bahia, demorou-se na capital do país a fim de coordenar as forças políticas para que apenas uma candidatura fosse apresentada. O objetivo de Juraci Magalhães era unificar as correntes existentes, garantindo coesão no enfrentamento ao presidente Vargas. Com esse intento conferenciou longamente com Armando Sales, em 13 de fevereiro de 1937 e em março, quando foi apresentado ao Congresso novo pedido para renovar o estado de Guerra no Brasil, os deputados da Bahia e de São Paulo, juntos, apresentaram um substitutivo, propondo diminuir o Estado de Guerra por 30 dias, conforme demonstram os Anais da Câmara Federal de março de 1937.

Essas ações de Juraci Magalhães colocaram-no sob suspeita, razão pela qual a sua estada na capital do país ocorreu sob vigilância policial (PRIMO, 2013). Em 10 de março de 1937, Flores da Cunha enviou-lhe um cabograma reafirmando que estava disposto a assumir compromisso escrito entre os três estados contra qualquer tipo de represália, ainda que na questão da sucessão presidencial eles ficassem em campos opostos (CPDOC. FC.37.03.06).

Juraci Magalhães respondeu à missiva. Segundo consta, embora concordasse com o pacto entre os estados, discordava dos métodos armados pensados pelo governador gaúcho. O governador da Bahia se mostrou contra a luta armada, dizendo que o “exercício sincero da democracia dependia de fatores impossíveis de obter fora dos métodos educativos”. Informava que só pediria à Bahia “recursos morais e de inteligência e cultura” com este propósito (CPDOC. FC.37.03.06).

Além disso, Juraci Magalhães deu ciência a Flores da Cunha de haver recebido carta do governador de Minas Gerais informando que a proposta de reunião dos governadores do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Bahia estava sendo estudada com possibilidade de aceitação, e que diante daqueles “prenunciadores de paz” receava que qualquer acordo viesse perturbar a serenidade. No entanto, assegurou ao gaúcho, diante de tão desorientada política federal, com propagandas ostensivas do ministro da justiça de soluções

atentatórias ao regime, ele defenderia com todo vigor e civismo, “a autonomia dos estados, não me prestando de forma alguma a que ela seja maculada, ainda mesmo contra Estados que estejam em campo oposto ao da Bahia” (CPDOC. FC.37.03.06).

Essas negociações agravaram ainda mais a situação entre o Catete e os governadores envolvidos no pacto. A situação se desgastou tanto que Flores da Cunha rompeu definitivamente com o presidente no início de abril de 1937. O golpe estava esboçado. Submetidos ao Estado de Guerra nem os parlamentares, nem os governadores e muito menos a imprensa podiam denunciar os planos de Vargas.

Apesar dos receios, um golpe sustentado pela aprovação da reeleição do presidente pelo Congresso brasileiro não se concretizou. No dia 10 de abril de 1937, a Câmara vetou por unanimidade essa recondução. No final de abril, ainda investido do papel de conciliador das forças políticas, Juraci Magalhães, em carta encaminhada ao governador mineiro Benedito Valadares, através de Clemente Mariani, aceitava o nome de José Américo para a sucessão a Vargas. Ventilado também pelos ministros, em reunião realizada no início daquele mês, o nome de José Américo caminhava para uma candidatura oficial dos governadores.

Segundo noticiou o *Diário de Notícias*, de 29 de abril de 1937, com o propósito de apresentar a sugestão ao presidente Vargas, o governador de Minas Gerais viajou para o Rio de Janeiro em finais de abril. Àquela altura, os estados da Bahia e de Pernambuco já eram irredutíveis ao lançamento de outro nome. Rio Grande do Sul e São Paulo confrontavam com a manutenção da candidatura de Armando Sales e em meio à convulsão política, a imprensa anunciava “intervenção branca” do governo federal nos estados da Bahia, São Paulo e Pernambuco. No Rio Grande do Sul, a intervenção foi de fato efetivada.

No início de maio, o estado de Guerra alcançava os pampas. Executado pelo general Lúcio Esteves, que ocupou a Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Sul, a ação desarmou Flores da Cunha, dissolvendo as suas forças militares e políticas. Evidenciava-se a escalada autoritária do presidente Vargas e delinearam-se as desarticulações dos estados dissidentes.

Sobre o governador da Bahia pesavam a intransigência de manter ou tentar manter o PSD como esteio do regime democrático, a acusação de amparar comunistas no estado e a não aceitação dos acordos propostos pelo governo central. Sobre o governo de Pernambuco, Lima Cavalcante, tramou-se uma denúncia de que ele teria participado do levante comunista de 1935. O deputado Sousa Leão, amparado pelo procurador Virgolino Himalaya e pelo ministro interino da justiça, Agamenon Magalhães, alegava que Lima Cavalcante teria sonegado informações repassadas pelos seus secretários sobre os extremistas que atuavam em Pernambuco e, além disso, na ocasião do levante comunista, em novembro de 1935, teria ele se retirado para a Europa para de lá assistir os resultados do movimento, conforme noticiou o *Diário de Notícias*, de 12 de maio de 1937.

A 18 de maio de 1937, o Tribunal de Segurança mandou arquivar a denúncia contra Lima Cavalcante. Estava resolvida, ao menos aparentemente, a situação política do governador. Um dia depois, a imprensa nacional foi a público justificar as ações do Exército no Rio Grande do Sul. Segundo divulgou, a intervenção naquele estado não foi motivada por caráter político e sim militar, pois não era possível permitir junções de forças estranhas àquela corporação em quaisquer que fosse o estado, como vinha ocorrendo no Rio Grande do Sul.

Em 25 de maio se concretizou a indicação do nome de José Américo para sucessor de Vargas. Tão logo se proclamou o nome do alagoano, Osvaldo Aranha pôs-se ao lado dele e Macedo Soares o acompanhou. Armando Sales, com candidatura oficialmente lançada a 16 de abril de 1937, pela União Democrática Brasileira (UDB), era o seu principal adversário nas urnas. Se a partir de junho, a campanha se acirrou com trocas de ofensas, inclusive pessoais, entre os dois candidatos, naquele momento havia um evidente clima amistoso.

Assim, a 1 de junho de 1937, Juraci Magalhães deu conhecimento a Armando Sales do seu apoio e do apoio do PSD ao candidato do nordeste. (BATISTA, 2018, p. 394). O gesto cordial do governador da Bahia se estendeu a Flores da Cunha, a quem reafirmou que aquela disputa resultaria em benefício do regime democrático que continuaria “defendendo sem quaisquer preocupações subalternas”.

A partir de 15 de junho, quando foi suspenso o Estado de Guerra em todo o país, o Partido Social Democrático Universitário, depois de tantos meses sem nenhuma manifestação política em praça pública, realizou o primeiro comício na Bahia em favor da campanha presidencial, no dia 16 de junho, no Largo da Sé, em Salvador, conforme demonstra as matérias veiculadas pela imprensa naquela data.

No entanto, o ápice da campanha de José Américo no estado seria em agosto, data marcada para a convenção estadual do PSD. Visando transformar a visita do presidenciável numa apoteose, Juraci Magalhães coordenou pessoalmente algumas atividades. Em 24 de julho de 1937, de acordo com matéria do *Diário de Notícias*, enviou carta circular aos prefeitos e correligionários do interior e da capital, na qual pedia máximo empenho de todos e estabelecia a obrigatoriedade do envio por parte dos municípios, de uma delegação de pessedistas à capital, para participar da convenção.

O embarque de José Américo para a Bahia ocorreu em 18 de agosto de 1937. Antes de sua chegada ao estado, Juraci Magalhães se dirigiu ao povo através da Rádio Sociedade. Na ocasião, defendeu mais uma vez a manutenção do regime democrático no país e combateu “qualquer tipo de extremismos seja ele o comunismo, o integralismo ou qualquer tipo de ditadura”. As palavras do então governador da Bahia pareciam um clarim anunciador de uma nova manobra de Vargas. Para ele, na “hora da tragédia”, que um golpe de força viesse a produzir, a Bahia não ficaria na indecisão e não cederia o seu lugar nas barricadas democráticas. Em comunicado sobre a conjuntura política, transcrito no *Diário de Notícias* de 23 de agosto de 1937, ele afirmou que era grave a hora que passava. “Inútil, senão criminosa, seria a tentativa de obscurecer a própria significação dos fatos que se desenrolam aos olhos aflitos da nação”.

José Américo chegou a Salvador no dia 24 de agosto de 1937. Depois de uma recepção vultuosa, o candidato, além das várias visitas a alguns pontos da capital e da participação na Convenção do PSD, na noite de 25, viajou para alguns municípios da Bahia. A campanha nos periódicos pessedistas e oficiais no interior do estado era muito forte, ocupando todas as edições de pequenos jornais que circulavam nos diferentes municípios naquele período. Estimava-se que José Américo

obtivesse 70% dos votos na Bahia. A força expressa pela imprensa se materializava na organização de diferentes comitês, inclusive de mulheres, tal como ocorreu em Itabuna, onde existia a organização de comitês femininos Pró José Américo, conforme noticiou o jornal *A Época*, daquele município, no dia 28 de agosto de 1937.

No retorno para o Rio de Janeiro, a 4 de setembro, José Américo foi acompanhado pelo governador Juraci Magalhães, que mais uma vez seguia para a capital com o objetivo de assegurar a permanência da candidatura do alagoano. Como ocorreu também aos governadores de Minas Gerais e Pernambuco. O jornal carioca *A Pátria* denunciou no início daquele mês que o presidente estava em acordos com Plínio Salgado articulando um golpe. Estava praticamente escancarado os planos de manutenção de Vargas no poder.

Assim, a 9 de setembro, Juraci Magalhães, Lima Cavalcante e Benedito Valadares reuniram-se com o presidente, e ainda naquele mês, José Américo foi recebido no Catete. Da harmonia arranjada nesses encontros, passava-se a impressão de que eram boatos todos os comentários da oposição acerca das tramas de Getúlio Vargas, mas o golpe desferido a 10 de novembro de 1937 revelaria o contrário.

Conclusão: a renúncia de Juraci Magalhães e o epílogo da Revolução de 1930 na Bahia

No dia 22 de setembro de 1937, Juraci Magalhães voltou à Bahia onde foi surpreendido, no início de outubro, pelo decreto assinado por Vargas, apoiado pelo Congresso, que instalava mais um Estado de Guerra no Brasil. Apesar da situação, o ministério da justiça se apressou em dizer que as campanhas pela sucessão presidencial seriam mantidas oficialmente. À época, Vargas nomeou uma Comissão para superintender em todo território nacional as medidas decorrentes de sua ação e afirmava que a execução do Estado de Guerra não afetaria a propaganda realizada pelos candidatos à eleição de 3 de janeiro de 1938.

A nota, reproduzida no jornal *Correio de Bonfim*, município baiano, em 17 de outubro de 1937, buscava esclarecer à população que

o estado de guerra estava somente ligado às subversões comunistas e nada tinha a ver com a sucessão presidencial. Em quase todos os estados, com exceção de São Paulo e Rio Grande do Sul, seriam os próprios governadores quem o executariam. Porém, sabedor dos planos de Vargas, Juraci Magalhães teria pedido exoneração do cargo de executor do Estado de Guerra na Bahia. O pedido foi negado pelo presidente. Segundo informações veiculadas pela imprensa, Vargas teria afirmado que Juraci ainda merecia inteira confiança do governo central.

Destituir o governador da Bahia, convertido publicamente em defensor fervoroso da democracia no país, do cargo de executor do Estado de Guerra, representava o mesmo que descobrir os planos ocultos que vinham sendo orquestrados no Catete. A manutenção revela a astúcia do presidente, mas outras medidas foram adotadas para assegurar que os estados dissidentes não se articulassem numa resistência.

As manobras do governo federal nos estados que não o apoiavam eram visíveis, mas justificadas como imprescindíveis no combate ao comunismo. Conforme noticiou o jornal *A Tribuna*, de Canavieiras/BA, na data de 6 de outubro de 1937, na Bahia, por exemplo, quando se fez a troca do comando da 6ª Região Militar, mudando-se o coronel Heitor Pires de Albuquerque pelo coronel Antônio Fernandes Dantas, que veio do Rio acompanhado de nova oficialidade, entre os quais o major Bina Machado, chefe do Estado Maior, a justificativa era a de que a ação “enérgica e eficiente do presidente” visava debelar inteiramente o “flagelo” comunista que ameaçava o estado.

Vargas precisava garantir que postos estratégicos fossem ocupados por homens de sua confiança. Por isso, Juraci Magalhães iria presidir uma Junta composta por homens que ocupavam altos cargos da Marinha e do Exército, a exemplo do que vinha sendo feito em outros estados. A comissão executora do Estado de Guerra na Bahia estava composta por Juraci Magalhães, o coronel Dantas e o capitão de fragata Fontes.

Quando da instalação, em telegrama emitido ao presidente, a Junta hipotecou inteira solidariedade ao governo da república no combate ao comunismo. Mas as denúncias feitas pelo coronel

Dantas acerca da atuação de Juraci Magalhães revelam que houve pouco ou nenhum empenho do governador para que a promessa fosse cumprida.

O coronel Fernando Dantas entrou em conflito com o governador do estado da Bahia por mais de uma vez, motivando, inclusive, uma denúncia junto ao ministro da Guerra. Para o coronel, não somente a Comissão do Estado de Guerra em combate aos comunistas não havia sido formada, como Juraci Magalhães havia relaxado a perseguição.

Por outro lado, o governador da Bahia alegava que as acusações do coronel Dantas serviam de pretexto para provocar uma intervenção federal no estado. As opiniões de Juraci eram fortemente combatidas e vencidas no interior da Junta, razão pela qual ele também protestou junto ao ministro da guerra, argumentando que os “propósitos agressivos das forças armadas” colocavam em xeque a sua autoridade na Bahia. Contrário às medidas adotadas pelo Exército, Juraci Magalhães discordava da prisão dos parlamentares, tidos como suspeitos pelo coronel. Para ele, investia-se demais na perseguição aos “representantes do povo” ao tempo em que se prestigiavam os integralistas.²

Outubro de 1937 se encerrou com a última inauguração do governo de Juraci Magalhães na Bahia. Ao final daquele mês ele lançou a Pedra Fundamental do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina na Bahia. Na ocasião, recebeu a visita de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde. Essa visita não deixou de ter um caráter político de apoio ao seu governo. O ministro também era favorável à sucessão presidencial e com o golpe de 10 de novembro de 1937 pediu demissão do cargo.

No cenário nacional, Flores da Cunha já havia renunciado desde 19 de outubro, retirando-se em exílio para o Uruguai. Getúlio Vargas decretou intervenção no estado sulista. As campanhas à sucessão, por

²CPDOC. GV c 1937.11.02. Telegramas sobre a situação política na Bahia decorrente da substituição do Comandante da Região, visando a execução do estado de guerra. Inclui informações sobre: existência de depósito de armas clandestinas do Governo do Estado; providências militares tomadas pelo Comandante da 6ª Região Militar; declarações de Juraci Magalhães a respeito de uma possível intervenção federal na Bahia; prisões de parlamentares acusados de envolvimento com o comunismo; e denúncias feitas pelo governador de proteção dada aos integralistas baianos por oficiais da 6ª Região Militar. Salvador (Vol. XXVIII/1a, 1b, 1c, 1d, 9, 17, 18a, 18b, 18c, 18d). 09/11/1937. Ver também Jacira Primo (2013, p. 125).

sua vez, estavam virtualmente vencidas. A 16 de outubro, antevendo a sua própria derrota, os udebistas pretenderam substituir a candidatura Armando Sales pela de um general do Exército. Segundo denunciavam os jornais pesseditas da Bahia, Armando Sales só estava aguardando a decretação do estado de guerra para retirar a candidatura, sob a justificativa de que era impossível dar continuidade ao pleito sob tais circunstâncias, mas a renúncia não foi efetivada. Por outro lado, José Américo resistia, recusando-se a retirar a sua candidatura, conforme demonstrou em entrevista ao *Correio da Manhã*, de 24 de outubro de 1937.

A escalada autoritária tomava forma. A 2 de novembro de 1937 instalou-se a Defesa Social Brasileira para o combate ao comunismo e no dia 5 do mesmo mês, o ministro Macedo Soares demitia-se do cargo de ministro da Justiça. Na Bahia, Juraci Magalhães buscava acalmar os ânimos reafirmando a sua posição contra as ações do presidente Vargas.

No dia 10 de novembro de 1937, o jornal *A Tribuna*, de Canavieiras, fazia publicar um telegrama recebido no dia 8 pelo prefeito daquele município, no qual o governador assegurava a manutenção da ordem e da paz no estado. Segundo o texto, Juraci Magalhães afirmava que a situação era a pior possível. Naquela mesma noite do dia 10, o governador se despediu da Bahia, com uma mensagem transmitida pela Rádio Sociedade.

Mesmo tendo declarado que não participaria de acordos políticos que levassem a um combate armado ao governo federal, as informações repassadas acerca de Juraci Magalhães ao presidente Getúlio Vargas e à imprensa pelo interventor interino Antônio Fernandes Dantas, após a sua saída do governo, era a de que ele preparava-se para um possível confronto. Até 5 de dezembro de 1937, diversas apreensões de armas e munições foram feitas na casa onde residia o ex-governador, na casa de amigos e correligionários do interior e no próprio Palácio da Aclamação. Segundo nota divulgada pelo *Diário da Bahia*, em 5 de dezembro de 1937, o Palácio da Aclamação era um verdadeiro arsenal de guerra.

Difícilmente uma resistência do governo do estado poderia contar com os prometidos dez mil homens de Franklin de Albuquerque.

Adepto do pragmatismo que caracterizava os coronéis do interior, o líder da região sanfranciscana perfilou-se ao lado do Novo Regime ainda em 1937. Em março de 1938, com a nomeação de Landulfo Alves para a interventoria no estado, ele afirmava a Geraldo Rocha, político que representava sua região, que havia chegado a hora da Bahia, com a nomeação de um “baiano, cheio de ideias, moço, culto e com visão real das coisas”, colocando-se à disposição do governo e assegurando que, “havendo necessidade para a felicidade da Nação ou para a segurança do regime, poderemos dispor de 30 a 40 mil sertanejos, patriotas, valentes e decididos a dar a vida pelo Brasil” (CPDOC, GV c 1938.03.25/1).

Quanto a Juraci Magalhães, ainda em 1937 foi promovido a major e recolheu-se no Exército. A sua força política na Bahia só seria efetivamente medida quando o Estado Novo já se mostrava desgastado, a exemplo da visita que fez ao estado no ano de 1941, oportunidade em que testou a fidelidade do povo baiano. Ao que consta na documentação de arquivo, a visita do ex-governador teve recepção calorosa. Segundo carta do autonomista Bião de Cerqueira a Raul Alves, quando Juraci Magalhães passou pelo “Palácio via-se um bonito curso e bom número de pessoas, acompanhando o carro aberto em que ele ia. Essa massa, porém, era quase exclusivamente constituída de gente baixa. Creio que influíram junto aos Sindicatos” (CPDOC. GV c 1941.10.1).

Assim, a despeito de legar uma corrente política ao estado da Bahia (MOREIRA, 2005; ARAÚJO, 2010), a força política de Juraci Magalhães só viria a se consolidar na queda do Regime autoritário, quando ele voltou ao jogo político constitucional e, ao lado de Otávio Mangabeira, disputaram as forças políticas locais dentro do mesmo partido, a União Democrática Nacional. Portanto, só a partir da reunião de ambos na UDN e da necessidade de demarcar o apoio político ao partido nas eleições de 1945, a corrente juracisista ganha sentido no quadro da política baiana.

Referências

ARAÚJO, Ana Luiza Caribe de. **De forasteiro à unanimidade: a interventoria de Juraci Magalhães na Bahia (1931-1943)**. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – CPDOC/FGV, 2010.

BATISTA, Eliana Evangelista. **A Bahia para os baianos: acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930-1937)**. Salvador, 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, 2018.

CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: **A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**. Brasília: Editora UNB, 1983.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 20^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

FREITAS, Alexandra Cerqueira. **Alcances e limites do movimento tenentista na Bahia: a conspiração revolucionária de 1930**. Salvador, 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 5. O Risorgimento: notas sobre a história da Itália. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henrique; co-edição Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAGALHÃES, Juraci. **Minhas memórias provisórias**. Depoimento prestado ao CPDOC / Coord. Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MOREIRA, Patrícia Carneiro Santos. **Juraci Magalhães e a construção do juracismo: um perfil da política baiana**. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos de 1930: as incertezas do Regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. **De “tenente mancebo” a experiente embaixador: Juracy Magalhães e a construção de suas memórias sobre o desenvolvimento econômico no Brasil (1930-1967).** Vitória da Conquista, 2018. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

PRIMO, Jacira Cristina Santos. **Nas fileiras do Sigma: os integralistas na Bahia e a política brasileira na década de 30.** Salvador, 2013. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

SANTOS NETO, Martinho Guedes. A desterritorialidade do poder simbólico e a construção do discurso factual de poder de Getúlio Vargas pós-1930. In: MUNIZ, Altamar da Costa; MARTINS, Lus Carlos dos Passos (Orgs.). **História Política: interfaces e diálogos.** Porto Alegre: Ed. PUC/RS; Fortaleza: Ed. UECE, 2016.

SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930/1949).** Salvador: Ed. UFBA, 2011.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** 11ª ed. Ver. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP; Salvador: Ed. UFBA, 2008.

VARGAS, Alzira do Amaral Peixoto. **Getúlio Vargas: meu pai.** Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1960.

WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Capítulo 5

Elites políticas e representação: dados, métodos e análises para uma história do poder

Martinho Guedes dos Santos Neto

Introdução

As discussões e as análises deste capítulo objetivam investigar a formação das elites políticas, compreendendo o contexto dos anos de 1930 a 1950 na Paraíba e no Brasil¹. Para tanto, ao estudar as elites políticas da Paraíba conseguimos avançar na compreensão das transformações ideológicas e de representação do poder político na sociedade paraibana. Identificar, nominar e caracterizar a representação política do estado, nos possibilitou o entendimento da dinâmica social dos grupos políticos influentes nas eleições estaduais, e seus desdobramentos frente a conjuntura nacional/local a partir da estrutura burocrática do Estado brasileiro e paraibano, como forma de inferir quais ferramentas esses indivíduos utilizaram para se constituírem como uma “elite do poder” de modo a moldar sua permanência enquanto políticos eleitos e influentes em diversos pleitos eleitorais.

A partir de 1930, a nova configuração de poder proposta por Getúlio Vargas, em tese, anunciou a possibilidade de ser uma “reviravolta” no jogo de poder do Estado brasileiro e, sobretudo, na perspectiva das elites

¹Uma primeira versão desse texto foi publicada na série Iniciados da UFPB – 2019-2020, vol. 25, por ocasião do prêmio “Jovem Pesquisador”, como resultado da pesquisa PIBIC que coordenei entre 2019-2020. Algumas partes foram acrescentadas, outras revisitadas e modificadas para explicitar melhor as discussões dessa proposta.

brasileiras. O centralismo estatal imposto por Getúlio Vargas operou um processo de transformações do *establishment*, em que as conformações políticas nos estados seriam direcionadas a partir das definições estabelecidas pelo poder central. Com a implantação do sistema de interventorias nos estados, Vargas conseguiu um maior controle da estrutura de poder, direcionando-os aos ditames do Estado Nacional, entretanto, a fórmula intervencionista não conseguiu aprofundar a quebra da estrutura de poder a longo prazo, isso porque não foram processadas medidas que verticalizassem o combate às relações personalistas e de alinhamento clientelista nos espaços regionais e locais (SOUZA, 1990; SANTOS NETO, 2014).

Estas novas engrenagens no jogo de poder também foram refletidas na Paraíba. Mesmo imersos em uma conjuntura intervencionista, as redefinições de poder no estado foram gradativamente remodeladas para uma “transformação” na lógica da dominação de alguns grupos políticos de base familiar e/ou alinhadas a chefes políticos locais, sob o espectro da centralização intervencionista e administrativa da estrutura estatal. Nesta conjuntura, a representatividade política na Paraíba, alinhada aos jogos de interesses de grupos que, desde longa data haviam construídos suas redes de poder, buscaram arquitetar estratégias de reinserção e readaptação por dentro da lógica intervencionista.

Nas eleições para o Legislativo estadual em 1934, os eleitos para a Assembleia Estadual não apresentaram modificações em suas vinculações sócio-políticas, pois, o perfil parlamentar não diferiu do encontrado antes de 1930. Os parlamentares que consumavam a representação do povo paraibano, ainda mantinham o formato coimbrã do império, formados em direito, ligados às “boas” famílias (CARVALHO, 2013), e com algumas permanências em outras legislaturas que se seguiram, isso porque:

Na Paraíba da Primeira República (1889-1930), o poder era organizado conforme os grupos oligárquicos locais, que dominavam toda a estrutura política local quando ocupavam cargos públicos, distribuíam favores e exerciam o controle da estrutura sociopolítica, pelo personalismo na base correligionada dos grupos alinhados a chefes. (SANTOS; SANTOS NETO, 2020, p. 165).

Desta feita, a estrutura social da representação política da Paraíba não sofreu grandes mudanças com a centralização promovida por Getúlio Vargas depois de 1930. A centralização do poder pelo sistema de interventoria, não mexeu nas tradições políticas locais de forma verticalizada, apenas operou alguns poucos arranjos quando houve a emergência de outros grupos, por exemplo: a gradativa ascensão do então ministro da Viação e Obras Públicas – José Américo de Almeida². Portanto, perceber como se manteve e quais foram os ajustes da representação política na Assembleia Legislativa, nos permite traçar o perfil dos políticos eleitos nos períodos eleitorais definidos. Consideraremos, para tanto, as informações referentes aos Deputados Federais, Estaduais e Senadores, nas eleições de 1934³, 1935⁴, 1945⁵, 1947 e 1950⁶.

²José Américo de Almeida nasceu em Areia (PB), em 1887, pertencente a uma família com influência na política da região. Advogado, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife em 1908. Em 1911, foi nomeado promotor-geral do estado da Paraíba, cargo que ocupou até 1922, quando tornou-se consultor-geral do estado. Em 1928, lançou o livro *A Bagaceira*. Nas eleições presidenciais realizadas em março de 1930, apoiou a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas, que tinha João Pessoa como vice em sua chapa. Deflagrado o movimento no dia 3 de outubro, logo em seguida José Américo assumiu o controle do governo paraibano, ao mesmo tempo que dava posse, junto com Juarez Távora, a diversos interventores nos estados vizinhos. Após a posse de Vargas à frente do governo federal, foi nomeado ministro da Viação e Obras Públicas. Em julho de 1934, exonerou-se do ministério e elegeu-se senador pela Paraíba. Já no ano seguinte, porém, renunciaria ao seu mandato para ocupar, por indicação de Vargas, o posto de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Durante o ano de 1937, teve o seu nome lançado para concorrer à sucessão de Vargas nas eleições previstas para janeiro do ano seguinte. Frustrada com o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937. Em 1947 elegeu-se senador pela Paraíba e exerceu a presidência nacional da UDN. Em 1948 fundou o Partido Libertador, legenda pela qual elegeu-se governador do estado em 1950. Em 1953, deixou o governo paraibano e voltou a assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas. Em 1964, deu apoio ao golpe militar que depôs o presidente João Goulart e instalou novo período ditatorial no país.

³Constituinte Federal de 1934. Foram analisados apenas os representantes paraibanos eleitos como membros da Constituinte.

⁴Constituinte Estadual de 1935. Foram analisados apenas os representantes paraibanos eleitos como membros da Constituinte.

⁵Primeiro período eleitoral pós Estado Novo. Foram considerados os Deputados Federais e os Senadores eleitos da Paraíba.

⁶Nas eleições de 1947 e 1950, consideramos os Deputados Federais, Estaduais e Senadores eleitos para essas legislaturas.

Como estudar e relacionar elites e poder político na História?

Ao nos debruçarmos sobre os referenciais que têm abordados o tema das elites políticas e partidárias, percebemos que eles contemplam um universo amplo de discussões e podem revelar alguns aspectos da estratificação social e da dinâmica política de uma determinada sociedade. Essa relação pode ser percebida entre as características pessoais da elite e as características do sistema político, o que inclui o Estado e seus aparelhos, o regime político vigente e suas regras, bem como a fórmula política em vigência na constituição das práticas e/ou ações dos grupos de poder, analisadas de forma que possamos entrever o perfil dos parlamentares que alçaram ao poder em um dado contexto histórico.

Essas primeiras observações nos remetem a dificuldade dos historiadores em trabalhar com grupos políticos e de poder, as discussões e as análises já empreendidas estão consolidadas na Ciência Política e, portanto, com uma perspectiva própria de análise comparativa ou relacional dos sujeitos políticos e suas representatividades nas esferas do poder. Para os historiadores a análise e a identificação dos grupos político e suas elites, em um determinado contexto e conjuntura espacial e social, deve conceber as vinculações sociais e uma representatividade que esteja imersa no capital político que um determinado agente do poder ou grupo de influência partidária exerce sobre um dado contexto sócio-eleitoral.

Desta feita, as discussões conceituais sobre elites políticas, se não são consensuais, por outro lado apontam para a natureza de como podem ser percebidas. Para Mosca (1992), as elites são constituídas pelos que formam a classe social dos que dirigem – a classe política, em contraponto aos que são dirigidos – às massas. No interior dessa classe dirigente, para Pareto (1984), existem ainda duas formas de elites: as que governam e as que não são governantes, mas que exercem influência e poder; de outro modo, Michels (1982), entende que na sociedade há uma inevitabilidade de lideranças e, conseqüentemente, a presença de líderes, chefes ou elites como eixo de organização política, consubstanciado nos partidos políticos, e que funciona com uma hierarquia política construída ou projetada em uma oligarquia. Para

esses autores, os grupos políticos polarizam o poder e desenvolvem capacidades e habilidades para ocuparem os mais altos cargos na hierarquia e na organização da sociedade, o que significa o exercício do poder político. Esses autores inserem as discussões sobre os grupos políticos em categorias, que podem ser facilmente utilizadas pelos pesquisadores, contudo, tais categorias precisam levar em conta o tempo histórico, as conjunturas e as relações estabelecidas, não apenas como contextualizações, mas sobretudo, como interpretações de uma cultura do poder que se constrói na relação entre: o político, o poder e a sociedade. São interrogações que deve ser levada em conta quando da análise dos grupos políticos, inclusive para definição do que consideramos como elite política em um determinado contexto.

Para Mills (1981) a percepção de “elites” e não “elite” é processada de forma mais clara, quando o autor entende que há, no interior da organização social, uma distribuição do poder, que pode ser percebido nos mais altos setores de gerenciamento da sociedade; os que se configuram como “elites dos poder”, podem ser percebidas não apenas na esfera política, mas também, na economia, nas forças armadas e nas empresas, uma espécie de ordenamento instrumental que leva ao domínio, a influência e a política.

No caso das elites políticas e partidárias, elas podem esclarecer os processos e o desenvolvimento político e partidário, bem como, nos fornece elementos importantes para constituição histórica das sociedades, e para a percepção da evolução do sistema político e de poder em um determinado espaço. O que pode se configurar como um *habitat* das conformações e das tramas do poder, a partir da elaboração de instrumentos e da discussão desses grupos de poder, nesta perspectiva alguns autores como Scott (1997), Rémond (2003), Perissinoto e Wagnitz (2012) têm abordado essas questões com recortes teóricos diversos e recorrendo a clássicos como Dahl (1997), Bottomore (1979), Bobbio (1986) entre outros, de maneira que, consubstanciaram estudos para o entendimento das elites políticas.

O que observamos pelas rápidas referências citadas, é que o entendimento daquilo que chamamos de “elites políticas” são percebidos pela caracterização de suas vinculações nas estruturas do poder e do Estado. Daí que, entender a configuração e as conformações desses

agentes apenas no referencial dos seus cargos, limita a compreensão do capital social e político dos indivíduos recorrentes nas disputas e suas permanências. Entretanto, a identificação e o ordenamento desses aspectos nos permitem verticalizar os focos temáticos das análises acerca das elites políticas. Para os historiadores essas categorias podem ser o primeiro passo para construção metodológica dos recortes a serem analisados e discutidos, ou seja, permite ao pesquisador estabelecer campos de discussão acerca dos grupos de poder, a identificação dos grupos nos “setores de gerenciamento da sociedade” possibilita os recortes, as abordagens e a seleção dos sujeitos que se pretende pesquisar.

Entretanto, algumas explicações acerca da formação das elites políticas no Brasil, construídas como um campo de estudos na historiografia e nas discussões da sociologia política, cujos enfoques vão desde a formação dos grupos de poder e a formação das elites políticas, até a constituição da representação política do povo, passando pela metodologia dos estudos das elites (SAES, 1994; CARVALHO, 2013; VIANNA, 1930; CODATO, 2015; PERISSINOTTO, 1994) contribuiu para a percepção e formação consolidada dos espaços de poder nomeadamente identificados, sem participação efetiva da sociedade, mas, de grupos, de partidos colegiados e de oligarquias.

O estudo das elites políticas ainda não se consolidou na historiografia, a percepção e as análises das elites político-partidárias, na perspectiva da história política, se configuram como uma abordagem nova para o entendimento das transformações e da organização do poder. A identificação e as conformações dessas elites e suas vinculações partidárias não foram objeto de pesquisa sistemática na historiografia, embora tenhamos trabalhos que abordem trajetórias individuais no interior das tramas de poder, intelectuais e políticos, ou ainda estudos que abordem a constituição de grupos de poder e a formação de elites regionais (MICELI, 1979; PAIVA, 1999; OLIVEIRA, 1994; DIMENSTEIN, 1985; WIRTH, 1982; LOVE, 1982). Esses estudos, sem a pretensão de esgotá-los, construíram suas análises de modo a incluir as elites políticas nos contextos políticos, objetos de suas análises, mas, não aprofundaram metodologicamente a identificação dessas elites políticas e partidárias, a exceção talvez dos trabalhos de Love (1982) e Wirth (1982).

Com isso estamos atentando para o fato que a análise dos políticos e do poder na História, precisa aprofundar a discussão de como esses grupos se consolidam nos espaços regionais e locais do Brasil. Como podemos perceber as permanências? O que permite que as transformações políticas do Estado ainda ensejem as tradições de poder quase que nas mesmas bases sociais, econômicas e de formação acadêmica dos políticos? As respostas a essas questões não estão acabadas, elas devem ser forjadas pela identificação de instrumentos metodológicos de pesquisa em que: 1. Não separe as elites e os grupos de poder do conjunto social em que estão inseridos; 2. As abordagens permitam a construção das especificidades históricas e considerando-as como relacional no contexto geral das estruturas de poder do Brasil; 3. Não perca de vista as múltiplas variáveis do capital político dos agentes do poder alinhadas às estruturas; 4. Se estabeleçam os recortes dos grupos que se pretende estudar: estrutural, de formação individual, intelectual, econômica, entre outros.

Desta feita, as questões de identificação e análise das elites políticas se configuram como problemáticas quando se trata da Paraíba. A historiografia paraibana não contemplou ainda essa abordagem, os estudos até então, estiveram focados na perspectiva do estado enquanto regulador e nas análises políticas dos homens do poder (SANTOS NETO, 2018; SANTANA, 1999; CITTADINO, 1998); de outro modo, outros estudos contemplaram uma abordagem mais ampliada da política estadual e suas conformações de poder (BLONDEL, 1994; GURJÃO, 1994). Na perspectiva de grupos de poder é o estudo de Lewin (1993) que mais tem se destacado e caracterizado a montagem de um poder familiar na estrutura política do estado paraibano.

Todos esses trabalhos, têm suas contribuições e seus espaços no estudo dos grupos de poder na Paraíba, contudo, a montagem das elites de poder e suas formas de dominação político-partidárias ainda não tem sido objeto de discussão, sobretudo, na produção histórica pós-1930 da Paraíba. E neste sentido, as discussões propostas neste texto, buscam verticalizar, ainda que não esgote, o desenho e a caracterização das elites políticas da Paraíba, considerando a formação legislativa do estado nos pleitos de 1934, 1935, 1945, 1947 e 1950.

Para tanto, empreendemos uma discussão que nos permite analisar a influência de variáveis sociais e profissionais entre os vitoriosos aos cargos políticos na Paraíba, considerando os estudos acerca do Brasil (ARAÚJO, 2011; CORADINI, 2011; COSTA, 2010; LEMOS; RANINCHESKI, 2002; MARENCO DOS SANTOS, 1997; MESSENERG, 2008; NEIVA; IZUMI, 2012; RODRIGUES, 2002; SILVA, 2010). Da mesma forma que, alguns significativos estudos sobre candidatos (ARAÚJO, 2009; BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009; CORADINI, 2011; PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009). Esses estudos têm como objeto os atributos profissionais, sociais e políticos, especialmente para o caso dos senadores ou dos deputados federais e suas construções de representação na política nacional, regional e local, por dentro da estrutura partidária.

O estudo prosopográfico (STONE, 2001) dos parlamentares eleitos nos auxiliou no processo de conhecimento desses sujeitos políticos, cuja visibilidade nos permitiu compor os dados qualitativos apresentados neste texto. Neste conjunto, a produção historiográfica da Paraíba nos trouxe as pistas necessárias para a montagem do nosso estudo; o referencial teórico dos estudos políticos sobre a Paraíba, citado acima, se não verticalizaram no tema das elites políticas do nosso estado, produziram excelentes reflexões para que pudéssemos entender o engendramento político e os grupos do legislativo estadual. A “morte e a vida das oligarquias” no contexto das transformações da organização internacional do trabalho e da estrutura política e nacional pós-1930 (GURJÃO, 1994), nos permitiu entender as implicações e a formação das elites políticas, as tradições políticas conectadas nos grupos de poder a partir dos contextos em se inserem, a cultura de poder tradicionalmente predominante e seus reflexos na política estadual.

Uma proposta metodológica de estudo e análise

Para o estudo das elites político-partidárias na Paraíba pós-1930, a elaboração das questões de pesquisa, as fontes e as variáveis que foram consideradas, estiveram imersas nos contextos históricos e na identificação dos sujeitos políticos, correlacionados com o meio social.

Os dados quantitativos tiveram como base, o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), organizados e trabalhados de modo discutir os resultados das disputas eleitorais. Ainda assim, as definições dos sujeitos políticos também circunscreveram caminhos, que incluíram diversos espaços de atuação político-partidária; os lugares institucionais e os espaços de atuação desses sujeitos, foram os primeiros passos para identificação das elites políticas e partidárias do nosso estado. Na Assembleia legislativa da Paraíba buscamos identificar, nominalmente os sujeitos políticos e suas decisões, ações políticas, organizações partidárias e organizações sociais, para o estabelecimento de um padrão de influência política no estado.

O poder, a influência e as decisões, operacionalizaram o eixo base do nosso estudo e nos permitiu montar quadros e gráficos a partir do lugar institucional dos parlamentares eleitos – sejam esses para a Assembleia Legislativa ou como integrantes dos partidos políticos, considerando os nomes de maior incidência na política estadual. As atas da Assembleia Legislativa do estado da Paraíba foram consideradas como o ponto de partida para elaboração de uma primeira listagem de nomes.

Ainda que a organização desses dados nos permitisse a identificação das nossas elites políticas, fez-se necessário a definição de poder a partir da percepção do contexto social, ou seja, como a sociedade paraibana ver e entende o poder (BOURDIEU, 1998) – com o objetivo de entender a recorrência dos mesmos políticos em mandatos subsequentes. Essas considerações nos foram importantes para que pudéssemos definir o que podia ser considerado influência política e/ou estabelecimento de quais nomes podiam ser considerados de fato, como membros das elites políticas da Paraíba. Essa ideia de poder na Paraíba contribuiu para que pudéssemos “criar indicadores empiricamente observáveis, mensuráveis em seus termos de grau de presença ou de ausência, distribuição ou concentração” (CODATO; PERISSINOTO, 2015, p. 20), numa tentativa de traçar a caracterização do poder simbólico dos nossos parlamentares. A mensuração desejada foi construída com a aplicação de questionários de orientadores para busca de dados nos documentos, objetivada a partir de leituras teóricas e metodológicas acerca dos contextos políticos estaduais e da caracterização da sociedade paraibana.

Considerando os limites deste texto, a análise dos dados e suas implicações econômico-políticas e sociais, o poder, as influências e as decisões, não foram discutidas de modo verticalizados, pois, requer que sejam melhor detalhados. Contudo, a base metodológica inicial que nos permite construir essas análises estão descritas e discutidas neste texto. O levantamento dos dados coletados foi tratado pela análise prosopográfica (STONE, 2001; MONTEIRO, 2014); os sujeitos identificados foram trabalhados a partir de algumas chaves de análise: Local de nascimento, Profissão, Atividade econômica, Tradição política e familiar, Área de atuação política, Partido político, Votação obtida e Mandatos eletivos que concorreu. No tocante ao método, nosso estudo se baseou em dois métodos: o método posicional e o método sócio histórico.

• *O método posicional:*

O estudo de Wright Mills ressalta que: “a elite do poder é composta de homens cuja posição lhe permite transcender o ambiente comum dos homens comuns [...] Pois comandam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna” (1981, p. 12). De forma mais abrangente, agrega desde as organizações políticas do aparelho de Estado, as forças armadas e as grandes corporações empresariais do capitalismo; as definições do autor sobre as elites do poder inferem que essas são responsáveis por “posições” de comando, pela constituição de decisões a partir do lugar/posto que ocupam, capazes de influenciar toda uma determinada sociedade.

A utilização do método posicional ainda agregou outras variáveis, que também foram consideradas e verticalizadas para o nosso propósito investigativo, quais sejam:

I – O quão abrangente esses espaços de poder afetam a vida em comum e individual da sociedade;

II – Os recursos sociais que confere poder aos grupos identificados (dinheiro, formação superior, prestígio político, tradição familiar, etc.);

III – a identificação do “tipo de pessoa” que produz a base dessas elites políticas;

IV – o tamanho e a unidade dessa elite política, a delimitação de quem manda, e se existe uma unidade de grupo.

As definições apresentadas acima foram importantes para que pudéssemos perceber, não apenas os nomes dos sujeitos pesquisados, mas, a partir do seu lugar representativo, perceber as relações que foram estabelecidas com o contexto social em que estavam inseridos. As definições elencadas acima nos possibilitaram perceber, para além das eleições os padrões dos candidatos e suas vinculações socioeconômicas, que nos serviu para perceber que “perfil” de homens públicos eram constantemente eleitos na Paraíba.

• *Método de análise sócio histórica:*

A análise histórica empreendida nesta pesquisa, não foi desconsiderada, haja vista a tradição histórico-política da Paraíba.

Os grupos de poder sempre foram espaços de configuração e direcionamento da política na Paraíba, pois, tiveram a personificação de grupos e de homens de poder, cercados pelas influências ou pelas parentelas políticas, cuja ramificação se estendeu largamente pela política estadual configurada nas oligarquias, presentes em muitos estudos da historiografia local. Os encaminhamentos metodológicos descritos, foram sistematizados pelas seguintes etapas:

I – Pesquisa de textos sobre História Política; leituras teóricas e metodológicas e textos historiográficos, da ciência política e da sociologia;

II – Organização dos espaços a serem estudados, para identificação dos nomes que compuseram a amostragem nominal de políticos e de partidos políticos;

III – Análises, leituras e interpretação dos dados pelo cruzamento de informações e obtidas, a luz da historiografia estudada e de debates historiográficos contemporâneos.

As etapas acima nos permitiram associar a teoria com o levantamento dos dados encontrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) e na Assembleia Legislativa da Paraíba. Da mesma forma que, contribuiu para percepção social dos deputados estaduais eleitos. A montagem dos gráficos e as análises qualitativas dos dados articulou as informações com os contextos históricos e sociais dos sujeitos analisados, para

sistematização e análise verticalizada dos dados. O propósito consistiu em discutir os padrões e a lógica da representação política na Paraíba; consistiu em aprofundar os dados e caracterizar o perfil da elite política paraibana.

Desta feita, analisamos algumas características desses representantes eleitos, como: os *partidos políticos* nos quais os representantes eleitos pertenciam, com o objetivo de identificar conflitos partidários e intra-partidário; a *quantidade de mandatos* exercidos pelos políticos que compuseram o banco de dados, em pleitos anteriores ou posteriores ao período estudado, para que pudéssemos verificar a atuação recorrente do indivíduo no cenário político do Estado; a *área geográfica* pertencente ou de atuação, para uma melhor compreensão da presença da clientelista⁷ do representante; a *profissão* que se tornou um grande fator de distinção para a ascensão e presença no “clube das elites”, que poderiam pleitear cargos públicos; *atividade econômica*, pois muitos se apropriavam apenas da função de políticos profissionais, quando obtinham sua renda apenas ou majoritariamente de cargos públicos e a *tradição familiar* destes representantes, que se constitui um fator crucial para entendermos a dinâmica familiar enraizada dentro do cenário político local.

⁷Para Graham: o “Clientelismo significava tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem-terra” (1997, p. 16). A presença clientelista advinda do clientelismo, estabelece uma relação de dependência entre a figura do político e seus clientes (o eleitorado) em busca do apoio eleitoral, ou seja, a ligação entre personalismo político e a obtenção do consenso eleitoral através da troca de favores. O clientelismo se tornou mais recorrente com o aprimoramento da máquina estatal, sobretudo quando a legitimação do poder estatal se consolida pelo voto, fazendo com que as esferas eleitorais sejam o principal cenário de troca de favores entre a população e o “chefe político” ou organização política. O clientelismo se apresenta como prática política recorrente desde a “República Velha”, principalmente pela dependência do *sistema oligárquico-coronelístico* (GURJÃO, 1994) promoveu entre a sociedade local e os Coronéis, a sociedade passou a apoiar as questões políticas e econômicas do coronel, formando sua base de apoio. Depois de 1930, com o aumento da burocracia estatal e o agigantamento do número de votantes, o clientelismo ganhou força junto com o discurso político, a troca de favores continuou legitimando o poder de determinados candidatos ou famílias que permaneciam na disputa pelo poder político.

Uma amostragem de dados e análise para uma História do poder na Paraíba

Os vestígios da República Velha (1889-1930) ainda continuaram a aparecer depois de 1930. As oligarquias se adaptaram ao meio e estiveram inseridas na estrutura estatal para perpetuar seu poder e suas influências sobre a política local. Ainda que o discurso varguista propagasse a ideia de um período de “transformação”: primeiro de forma provisória – 1930 a 1936, depois de forma autoritária – 1937 a 1945, a estruturação do Estado e a consequente ampliação da burocracia, em larga medida, não foi suficiente para romper com o ajuste de interesses. Neste processo, o regime varguista operou uma dinâmica que, se em um primeiro momento trouxe os distanciamentos desses grupos do poder e da posse das estruturas de poder nas localidades, em um segundo momento, promoveu o re-alinhamento gradativo dos grupos locais aos interesses – primeiro do Estado – depois dos grupos.

A inserção da Paraíba neste ordenamento obedeceu a lógica do alinhamento gradativo dos grupos locais aos interesses do Estado, e não mais aos interesses dos grupos oligárquicos do centro-sul. O que se observou foram momentos de aproximação e outros de distanciamentos dos grupos de poder local das hostes do estado – contudo, toda essa relação política esteve pautada pelo centralismo estatal e executada pela indicação de interventores (SANTOS NETO, 2018).

Os homens da política local construíram seus espaços de influência e definiram as tradições de poder, em um processo de permanência consolidado ao longo da Primeira República (1889-1930). Desde meados do século XIX, a definição das tradições de poder na Paraíba foram definidas pela instrução, que esteve voltada para constituição de um grupo bem definido de “doutores” graduados, formados na Faculdade de Recife, cuja quantidade de paraibanos egressos da Faculdade de direito do Recife foi superada apenas pelos Pernambucanos, pois: “... em uma terra de analfabetos todo mundo pretendia ser doutor... e pelo currículo mais fácil, pelo tipo de ensino menos custoso, o que bacharelava em leis...” (MENESES, 1982, p. 109). A constituição desse grupo de letrados, por sua vez, também significou a formação gradativa dos chamados “homens do poder”, aossados na estrutura estatal,

os bacharéis foram responsáveis pelos desdobramentos da política estadual de forma quase exclusiva. A formação dos grupos oligárquicos e suas definições partidárias, circularam em torno de homens, cuja base familiar estava assentada na terra e em redutos de poder localizados e dominados por grupos de parentelas (GURJÃO, 1994; LEWIN, 1993).

Contudo, depois dos acontecimentos “revolucionários” de 1930, o desenho dos espaços políticos no Brasil, atrelado a tentativa de reorganização do Estado brasileiro, levou a elite a procurar compreender essas transformações políticas, econômicas e sociais, para buscar coerência interna e redefinir os caminhos do novo processo político de reestruturação do Estado Nacional. A crítica ao bacharelismo que consolidou a “velha” elite republicana ensejou a tentativa de criação de uma grande elite composta de “[...] homens de cultura e ciência, capazes de exercer um domínio ‘natural’ sobre a massa. Aparece a ideia de ‘civilizar por cima’, encontrada tanto em autores de renovação católica, quanto nos intelectuais ligados ao movimento integralista” (OLIVEIRA, 1980, p. 40. Notas nossas). Caberia, portanto, as elites letradas a superação do desconhecimento da realidade nacional, a busca de um ideário de salvação nacional e a melhoria dos quadros dirigentes e dos governadores.

No contexto do nacionalismo-desenvolvimentista da Era Vargas (1930-1945), houve a tentativa de formação de uma elite dirigente capaz de garantir que, a burocracia estatal pudesse ser forte o suficiente para a transformação do país, de agrário exportador, para urbano-industrial (MICELI, 1979). Essa hegemonia política da chamada burguesia industrial, não rompeu com a lógica da organização letrada da política, o “doutor” continuou sendo o farol de credibilidade para os cargos administrativos na burocracia estatal e a classe média, não conseguiu romper com o liberalismo elitista, que mesmo sem o exclusivismo político, ainda continuou a conduzir a política pelo status do diploma como instrumento “eficaz de subida nos patamares sociais. [O] ser médico, engenheiro, advogado ou padre são estados profissionais que honram as famílias de elite [...] para se firmar no conceito comunitário” (LIMEIRA; FORMIGA, 1986, p. 8. Adendo nosso), ainda mais quando a estrutura agrária iniciou o seu declínio crescente, em detrimento da urbanização das relações sociais, políticas e econômicas, sobretudo, no Nordeste.

Essa lógica também foi acompanhada pela Paraíba. Os contornos da política estatal paraibana estiveram assentados no incontestado apoio ao ordenamento político proposto por Getúlio Vargas, o sistema de interventorias, adotado para gerenciamento dos estados, foi amplamente consolidado na Paraíba, de modo a construir o ordenamento político nas bases da sustentação política do então presidente Vargas (SANTOS NETO, 2018). Tais conformações intervencionistas produziram, de forma ainda mais seletiva, os “homens do poder” José Américo de Almeida – então ministro de Viação e Obras Públicas do governo Vargas, Anthenor Navarro (1930-1932)⁸, Gratuliano de Brito (1932-1935)⁹, Argemiro de Figueiredo (1935-1940)¹⁰, Rui Carneiro (1940-1945)¹¹ – interventores paraibanos; todos esses consolidaram as prerrogativas de constituição de uma elite do poder assentada nas bases de uma cultura bacharelesca e agrária, de formação superior e apadrinhando outros nomes com ascensão política no estado. Com o advento do processo legislativo inaugurado após o fim do Estado Novo (1937-1945), o desenho do quadro político paraibano refletiu amplamente a consolidação da cultura letrada e agrária da Paraíba (CITTADINO, 1998).

Muito além dessa conformação letrada, a tradição das elites políticas paraibana tem sido àquela ligada a terra, a propriedade rural, como esteio da formação da classe política estadual, mesmo que tenha se estabelecido uma cultura urbana, as relações de poder ainda estão presas às tradições do mundo rural e do patrimonialismo estatal (FAORO, 2001). Da mesma forma que os espaços de formação ainda persistem as configurações de uma formação de “clube” (CARVALHO, 2013), mesmo que seja possível perceber certa pluralidade formativa dos agentes políticos paraibanos a partir de 1945.

⁸Anthenor Navarro foi interventor da Paraíba entre 1930 a 1932. Seu governo foi marcado pelo reordenamento centralista do estado paraibano em detrimento dos grupos oligárquicos locais (SANTOS NETO, 2018).

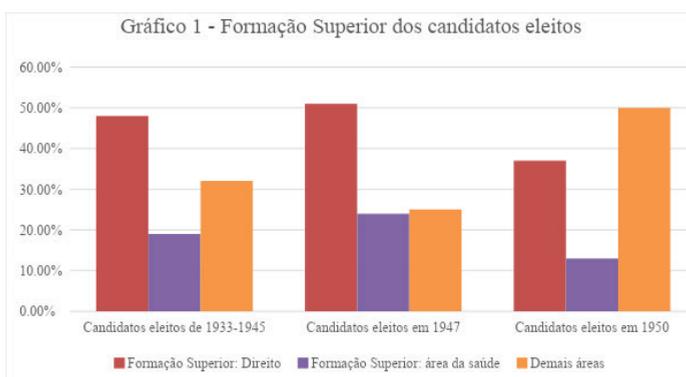
⁹Gratuliano de Brito foi interventor paraibano entre 1932 a 1934, assumiu a interventoria depois da morte prematura de Anthenor Navarro e rearticulou os contornos estruturais de acessos dos grupos oligárquicos à estrutura estatal sob a influência de José Américo (SOUSA NETO, 2016).

¹⁰Argemiro Argemiro de Figueiredo governou a Paraíba ligado ao grupo algodoeiro, cujos espaços foram alargados nas hostes da estrutura estatal paraibana, ainda que centralizada (SANTANA, 1999; SILVA, 2017).

¹¹Sobre a interventoria de Rui Carneiro, ver: (SILVA, 2013).

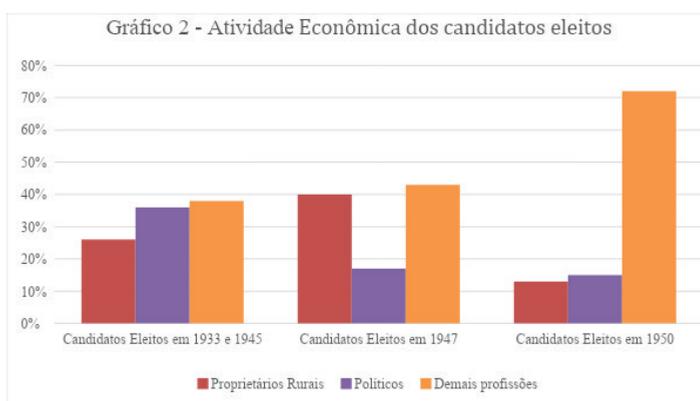
A perspectiva, portanto, de um estudo sobre as elites políticas e partidárias na Paraíba nos revela muitas das características dessas elites e quais as bases da representação político-partidária em nosso estado. Ao analisarmos os dados das eleições de 1934 e 1945 para os cargos legislativos do Estado, 33% dos candidatos eleitos para Deputados Estaduais paraibanos em 1934, eram formados em direito, enquanto 24% eram formados em Medicina, o número chega a ser mais expressivo quando nos deparamos com o cargo de Deputado Federal, onde 71% dos candidatos eleitos em 1935 e 1945 possuíam formação superior em Direito. Dos 56 candidatos eleitos para os cargos de deputado Estadual, deputado Federal e Senador: 48,3% são advogados; 19% são profissionais da área da saúde (médicos e farmacêuticos); 20,7% não conseguimos identificar se possuem formação superior e 12% representam as demais áreas (entre as profissões que se destacam, temos jornalistas, professores e militares) (SANTOS; SANTOS NETO, 2020).

Já os candidatos eleitos em 1947 para deputado Estadual, deputado Federal e Senador: 51% eram advogados; com os dados para os eleitos em 1950, identificamos que 37% tinham também a mesma formação jurídica. A formação superior, sobretudo na área de Ciências Jurídicas, que remonta ao período imperial no Brasil, continuou com prestígio no período republicano e, depois de 1930 ainda se apresentava como um padrão formativo das elites políticas locais. Advogados, médicos, farmacêuticos e jornalistas tiveram grande prestígio social e preencheram a identificação dos perfis desses políticos.



Fonte: Elaboração a partir dos dados da pesquisa PIBIC Edital 01/2018/PROPESQ/UFPB.

A atividade econômica dos candidatos eleitos também foi um fator preponderante na análise dos dados. Dos políticos eleitos em 1934, somavam 26% os produtores rurais que ocupavam os cargos de representantes estaduais na Paraíba, enquanto 36% eram os considerados “políticos profissionais”. Já em 1947, 40% dos deputados paraibanos eram proprietários rurais e 17% se encaixavam como “políticos profissionais” e 43% representavam as demais atividades da época. O mandonismo local, continuava a ser exercido pelas famílias que possuíam seu capital tradicional econômico através da agroindústria canavieira e da pecuária, apesar das profissões liberais exercerem uma certa porcentagem nessa dinâmica política. Contudo, a partir de 1947 esses dados precisam ser avaliados considerando as novas configurações partidárias, pois a partir de 1945 os partidos passaram a ser nacionais.



Fonte: Elaboração a partir dos dados da pesquisa PIBIC Edital 01/2018/PROPESQ/UFPB.

Em 1947, com o fim do Estado Novo e o começo do período de redemocratização, o cenário pareceu ser de euforia em todos as esferas da administração estatal, principalmente com a restauração dos processos eleitorais e o pluripartidarismo de alcance nacional, a “Lei Agamenon” (1945) tornava obrigatório o caráter nacional dos partidos políticos para registro e que, pelo menos em tese, romperia com a estrutura partidária regional, muito embora não tenha alterado a constituição dos blocos de poder.

Enquanto percebemos que entre 1930 e 1945 os partidos existiam mas não possuíam uma atuação expressiva e a política se desenhava com um caráter personalista, o período pós-1945 (1945-1950) demonstra, que a institucionalização de um desenho nacional para os partidos políticos, provocou a reorganização dos grupos de poder local por dentro da estrutura institucionalizada de representação das lutas políticas, que agora estavam divididas em blocos partidários, por exemplo: a União Democrática Nacional (UDN) e o PSD (Partido Social Democrático), este último possuía um caráter antigetulista e fazia oposição ao primeiro. Como representantes principais destes dois partidos na Paraíba, estavam: José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo à frente da UDN, e Ruy Carneiro com o PSD.

Essa configuração política havia dividido os interesses por trás das elites paraibanas, que se ramificavam através desses partidos. A elite financeira, junto com alguns profissionais liberais e membros dos grupos rurais contemplavam a UDN, frente ao PSD, que representava os apoiadores do governo de Vargas, principalmente com uma composição de funcionários públicos e com outros líderes que foram afastados do poder pelo então interventor Argemiro de Figueiredo (1937-1940). Dessa forma, as mesmas forças que formavam as oligarquias paraibanas, ligadas historicamente à propriedade de terras, que haviam dominado a Paraíba não só durante o Estado Novo, mas desde antes do governo de Vargas, passaram a controlar os novos partidos, facilitando assim os inúmeros acordos que viriam a ser estabelecidos entre os mesmos, enquanto disputavam o voto do eleitorado. Essas forças políticas e seus espaços de influência/dominação estiveram no centro das análises desse projeto de pesquisa, quando voltadas para identificação desses grupos, partidos e parlamentares, bem como suas vinculações sociais e de poder.

Apesar da UDN e do PSD se constituírem como os partidos base das elites paraibanas, esse fato não impedia que houvesse intrigas internas, ou seja, dentro dos próprios partidos e não apenas entre eles. A prova desse fato é com as eleições estaduais em 1947, onde saíram as candidaturas ao governo do estado de Alcides Carneiro¹² pelo

¹²Foi Deputado Federal pelo PSD (1951-1955; 1959-1963; 1962-1966). Advogado da Justiça Militar da PM-DF; Curador da Justiça do DF; Diretor-Presidente do IPASE-DF; Procurador

PSD e Osvaldo Trigueiro¹³ que representava a UDN, que acabaram provocando desentendimentos entre José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo, que disputavam a hegemonia da UDN. Os ânimos, que já não estavam muito bons entre José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo, a floraram ainda mais quando José Américo decidiu se isentar de qualquer apoio político aos candidatos à governo do Estado, ou seja, nem demonstrou apoio ao seu genro, que era candidato do partido de oposição, muito menos ao candidato do seu próprio partido que mesmo sem seu apoio, conseguiu vencer as eleições estaduais com a ajuda de Argemiro de Figueiredo.

Com isso, fica explícito as relações de parentelas presentes na política paraibana. A influências dos chefes locais e dos líderes dos partidos, jogaram no sentido de construir seus espectros de influência no eleitorado para consolidar sua representatividade, alicerçada nas Assembleia Legislativa. Para tanto, identificamos a utilização de uma nova roupagem, por meio das candidaturas eleitorais, o clientelismo se configurou como espectro de alinhamento e de conquista do eleitorado paraibano para consolidação desses grupos de chefes políticos.

Contudo, o escopo apresentado ainda se configura como inicial quando propomos a discutir a política paraibana e suas vinculações partidárias, tendo como ponto de partida a formação das elites políticas estaduais. De certo, temos na historiografia paraibana o entendimento de quais são os grupos de poder que estão corporificados, e quais consolidam o direcionamento político no estado, mas, ainda não discutimos suas formações na base dos partidos, que tiveram ou têm

da República no Estado do Espírito Santo; Procurador da Justiça, Guanabara; Delegado suplente, XIX Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, 1964; Ministro do Superior Tribunal Militar (STM), 1966; Membro, Academia Paraibana de Letras, Academia Carioca de Letras, da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.

¹³Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, nasceu em Alagoa Grande (PB) em 1905, filho do fazendeiro, agricultor, chefe político e “coronel” Francisco Luís de Albuquerque Melo e de América Trigueiro de Albuquerque Melo. Advogado e professor, com a eleição de seu colega de faculdade Argemiro de Figueiredo para o governo da Paraíba em 1935, foi nomeado prefeito de João Pessoa. Após o fim do Estado Novo retornou mais uma vez à Paraíba e foi fundador da União Democrática Nacional (UDN) quando se elegeu governador da Paraíba no pleito de 1947. Durante seu governo, deu prioridade aos problemas da educação, saúde, produção agrícola e transportes. No setor educacional, dotou o estado de mais de 30 novos grupos escolares, criou inúmeros postos de saúde, como também o Centro de Saúde de Campina Grande e o Hospital de Itabaiana.

maior representação política na Paraíba. A ARENA, o MDB, o PMDB, o PT, o PSB e o PSDB, são alguns dos partidos políticos onde podemos pensar o “pertencimento” de boa parte dos nomes que compõem ou compuseram a elite política paraibana para irmos além do recorte inicial desse texto. Também são desses redutos partidários, boa parte dos políticos que têm ilustrado a política estadual em contextos distintos da nossa história, o que nos instiga a pensar a formação político-partidária paraibana de modo a contemplar as nuances da formação das elites política no estado.

Ainda nas comparações entre as legislaturas estudadas (1933, 1945, 1947 e 1950) há algumas informações interessantes a serem mencionadas. Ver a tabela abaixo:

Tabela I – Perfil dos parlamentares e suas parentelas na política paraibana

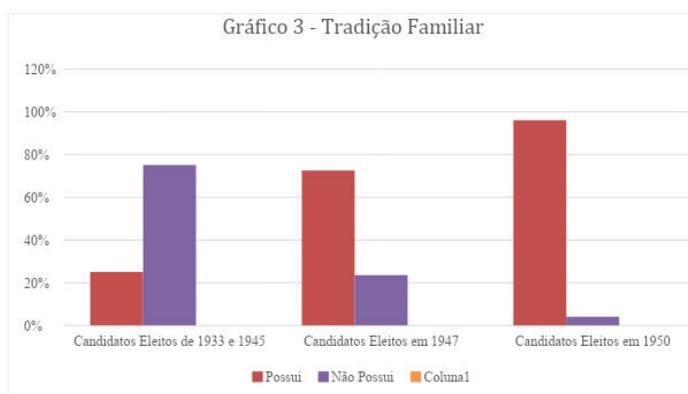
Parlamentares analisados	Formação Superior	Atividade econômica	Quantidade de vezes reeleito	Quantidade de parentes na política	Cargo e ano analisado
Herectiano Zenaide Nóbrega de Albuquerque	Direito	Industrial /Político	3x Dep. Est./ 1x Dep. Fed. e Prefeito	Pai (Foi Dep. Provincial (1886-1889) e Dep. Federal (1897-1900/1903-1908)	Constituinte Estadual (1933)
Ruy Carneiro	Direito	Advogado /Político	Interventor Federal (1940-1945) /Sen. (1951-1977)	Tio (Dep. Fed. do CE e Dep. Fed. da PB) /Irmão (Dep. Fed.) e Primo (Dep. Fed.)	Dep. Federal (1934)
José Targino Pereira da Costa	Engenheiro agrônomo	Político	1x Prefeito/4x Dep. Est./ 1x Vice-governador. e 1x Gov.	José Targino Maranhão (Zé Maranhão) ¹⁴ – Primo (4x Dep. Est./3x Dep. Fed./3x Sen./ 1x Gov. da PB)	Constituinte Estadual (1934)

Tabela extraída de: (SANTOS NETO; SILVA, 2020, p. 176).

O que nos chama atenção é a constante reincidência de alguns nomes em legislaturas subsequentes. Da mesma forma que a rede familiar fica evidente quando observamos a coluna “Quantidade de parentes na política”, essa constância nos permite perceber as especialidades de alguns nomes na política estadual e suas constantes adaptações de

¹⁴José Targino Maranhão, mais conhecido como “Zé Maranhão”, permanece na política paraibana até os dias atuais, como Senador, no 3º mandato.

base clientelar e familiar na política¹⁵. Nos períodos de 1933-1945 dos candidatos eleitos para o legislativo estadual, apenas 25% possuíam tradição familiar. Já em 1947, os candidatos que possuíam redes familiares na política somavam 72,5% do número total de candidatos eleitos nesse período; enquanto em 1950 o número foi ainda maior com 96% do total de candidatos eleitos que possuíam tradição familiar. Os dados de 1950 nos permitem entrever que, com o fim do Estado Novo, comandado por Getúlio Vargas, a representação política da Paraíba reforçou ainda mais o ordenamento de grupos, a herança familiar só reforçou a caracterização das elites políticas paraibana e, de forma tentacular, consolidaram a vitória de parentes nos cargos eletivos e na burocracia estatal em períodos subsequentes.

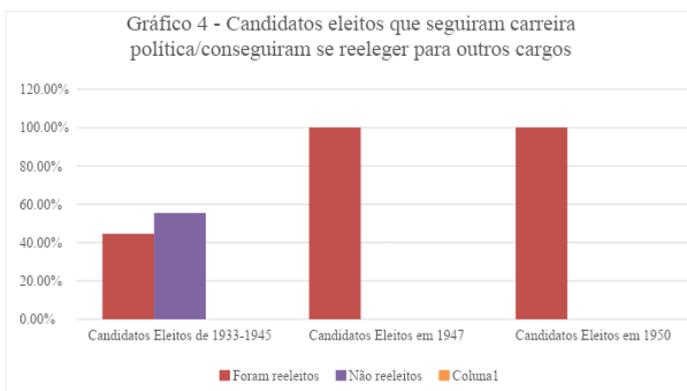


Fonte: Elaboração a partir dos dados da pesquisa PIBIC Edital 01/2018/PROPESQ/UFPB, elaborado pela autora.

Essas características familiares tiveram influência nos processos de reeleição desses candidatos e na renovação destes indivíduos na política paraibana. Nas legislaturas de 1933 e 1945, dos 56 políticos

¹⁵Para entendermos esse conceito associado ao capital político recorremos a José Marciano Monteiro que, com base nas obras de Pierre Bourdieu (1998), cujo entendimento é o de que os grupos de famílias que se apropriaram da política como um negócio, adquiriram um capital econômico e com este fortaleceram sua influência e seu poder; com o favorecimento em cargos públicos. Em troca, estes favorecidos lhes prestam lealdade e apoio político, desencadeando outra prática política, o clientelismo. Essa leitura de José Marciano Monteiro (2016) coloca o conceito de Bourdieu na perspectiva da caracterização dos grupos políticos locais, verticalizando o entendimento do conceito formulado por Bourdieu.

eleitos analisados: 55,4 % seguiram carreira política exercendo outros mandatos, entre eles estavam dois candidatos que posteriormente seriam interventores paraibanos, Gratuliano de Britto e Ruy Carneiro, ambos exerceram os cargos de deputados estaduais em 1933. Ambos possuíam formação superior em Direito, vinham de famílias tradicionais paraibanas e se reelegeram para ocupar outros cargos políticos. Ao passo em que, nas outras legislaturas (1947 e 1950), há uma característica inusitada: 100% dos candidatos conseguiram se reeleger para outros cargos políticos, o que não abriu espaço para renovações políticas na Paraíba pós Estado Novo.



Fonte: Elaboração a partir dos dados da pesquisa PIBIC Edital 01/2018/PROPEAQ/UFPB.

Os cargos de maior acesso para reeleição foram os de Deputado Estadual e Deputado Federal; de acordo com os dados, dos candidatos eleitos em 1933 e 1945, que conseguiram se reeleger, 33% ocuparam os cargos de deputado federal, enquanto 21% ocupavam os cargos de deputado estadual. Já em 1947 os candidatos que conseguiram se reeleger ocupam os cargos de deputados estaduais, perfazendo 66% do número total.

Esses dados demonstram a tendência a uma rotatividade de cargos entre deputados federais e estaduais, isso se dá quando muitos dos que já ocuparam os cargos de deputados estaduais, buscam novas alianças políticas para se fortalecerem e ascendem aos cargos de deputados federais, contudo, poucos conseguiram ser eleitos para o

Senado. Da mesma forma que percebemos uma monopolização dos cargos políticos, haja vista que, muitos candidatos permaneceram o máximo de mandatos permitidos nos cargos em constantes reeleições.

Ademais, o cargo de Senador possui um contexto bastante interessante. No período imperial, o cargo de Senador era vitalício (CARVALHO, 2013), então a mobilidade era menor entre os indivíduos que ocupavam esse cargo. No período republicano, pós-1930, o número de candidatos paraibanos que conseguiram se reeleger para senadores é muito baixo, em 1933 e 1945 apenas 8% elegeram-se ao cargo de senador. Já em 1947 o número foi ainda menor, apenas 5% conseguiram. Ocorre que, provavelmente, os candidatos que conseguiram chegar a esse cargo, permaneceram por mais tempo, por isso a cada legislatura o número diminuiu, sobretudo, quando consideramos a renovação de 2/4 dos senadores a cada eleição. Ainda assim, a baixa rotatividade para o cargo de senador não significa a exclusão deste ou daquele político da política estadual. Em muitos casos, a não reeleição para o Senado significou a eleição para outros cargos como prefeitos, deputados federais, e governadores.

Algumas (in) Conclusões

Há dois momentos importantes para entendermos as reorganizações políticas na Paraíba pós-1930. O primeiro momento constitui os anos de 1930 a 1945, quando Getúlio Vargas construiu outros jogos de poder com o objetivo de centralizar o Estado, desorganizando a estrutura de poder até então dividido em acordo com as influências das oligarquias locais pela Política dos Governadores. Esse período resultou em diversas transformações nas relações estabelecidas do Estado com o poder local, onde os grupos políticos entraram em conflito com a estrutura centralizadora da organização estatal pós-1930. O segundo momento foram os anos após o fim do Estado Novo – para esse texto consideramos apenas o quadro político-eleitoral de 1945 a 1950 –, quando houve a reorganização dos grupos políticos pela institucionalização nacional dos partidos políticos, onde os “chefes locais” precisaram (re)construir sua influência por meio da formação partidária, que na Paraíba acabou por consolidar lideranças já presentes no cenário político estadual.

Esses dois momentos implicam na organização das elites locais e nas reestruturações das bases de poder no espaço político paraibano. Quando consideramos o recorte eleitoral desse estudo (1935, 1947 e 1950) percebemos que a lógica da representação de poder e o desenho dos grupos políticos locais estiveram organizados de modo a moldarem um perfil político para os acessos aos cargos. Para tanto, as bases familiares e de formação superior tiveram maior penetração do campo social e simbólico dos paraibanos.

Ambos os momentos, não possuem somente a característica de reorganização das elites políticas em comum, que não só nos permite identificá-las dentro dos grupos políticos, mas também caracterizá-las e auferir como se deu essa (re)estruturação política, no sentido de disputas eleitorais e influência nesses espaços conflituosos de poder.

Os indicadores que evidenciam o perfil político dos candidatos eleitos na Paraíba (1930-1950) podem levar-nos a identificar uma elite detentora de uma tradição (familiar) política, que usa de ferramentas como o clientelismo e as redes de parentela para continuarem no cenário político. O perfil dos candidatos eleitos na Paraíba, ainda nos permite apontar fatores de fortalecimento na concentração da representatividade política colocada aos paraibanos, ao passo em que, estes definem a identificação dos líderes políticos e suas bases de sustentação econômica – ligada a terra, a política, e ainda a uma tradição familiar. A conjugação desses elementos fica evidente, mesmo que ainda precise ser analisada com mais vagar, de modo a perceber os processos de estruturação dessas tradições e emergências desses políticos com o respaldo do eleitorado estadual, sobretudo, depois da eleição de 1947.

Outro aspecto a ser considerado neste conjunto analítico, diz respeito aos métodos empregados. Ao partirmos da prosopografia e inserirmos os dados quantitativos no contexto e nas relações sócio-políticas, vislumbramos um quadro qualitativo da representatividade paraibana na política. Ainda que alguns pontos não tenham sido satisfatoriamente contemplados, dado os limites deste texto, os caminhos metodológicos adotados se mostraram consistente para empreendermos substancial análise das elites políticas locais. A verticalização das discussões a partir dos perfis parlamentares e

dos quadros apresentados, nos permitem adensar qualitativamente, em outros momentos, o entendimento de uma cultura política local, do capital político e da estrutura partidária da Paraíba em suas especificidades. Portanto, buscar respostas mais consistentes para as perguntas lançadas neste texto.

Referências

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, p. 23–59, 2009.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006. **Revista Política Hoje**, Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, v. 20, n. 2, p. 550–580, 2011.

BLONDEL, Jean. **As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba**. João Pessoa: Assembleia Legislativa/Instituto de Estudos Políticos e Sócios Ulisses Guimarães, 1994.

BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. IN: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UNB, 1986, p. 385-391.

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 2^o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 123–142, jun. 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. 8^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945/1964)**. João Pessoa: Universitária/UFPB/Ideias, 1998.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

CORADINI, Odaci Luiz. Representação política e de interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. **Sociedade e Estado**, v. 26, n. 1, p. 197-220, abr. 2011.

COSTA, Luiz Domingos. **Os representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1987-2007)**. Campinas, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, 2010.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.

DIMENSTEIN, Gilberto; et all. **O complô que elegeu Tancredo**. Rio de Janeiro: Editora JB, 1985.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas: Paraíba (1889- 1945)**. João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1994.

LEMOS, Leany Barreiro; RANINCHESKI, Sonia. O perfil sociopolítico dos senadores brasileiros. **Revista Senatus**, v. 2, n. 1, p. 33-39, dez. 2002.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMEIRA, Maria das Dores; FORMIGA, Zeluiza da Silva. **UFPB: implicações políticas e sociais de sua história**, n. 11. João Pessoa: UFPB/NIDHIR, 1986. (Mimeo).

LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo e a federação brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARENCO DOS SANTOS, André. Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, p. 87–101, fev. 1997.

MENESES, José Rafael de. **História do Lyceu Paraybano**. João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1982.

MESSEMBERG, Débora. A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 17–28, jun. 2008.

MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Ed. UnB, 1982.

MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MONTEIRO, José Marciano. **A Política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar**. São Paulo: Editora LiberArs, 2016.

MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? **Revista Pensamento Plural**. Pelotas, n. 14, p. 11-21, jan.-jun. 2014.

MOSCA, Gaetano. **La Classe política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. Os “doutores” da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 41, p. 171–192, 2012.

OLIVEIRA, Eliézer R. **De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia**. Campinas: Papyrus, 1994.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Coord.). **Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada**. Rio de Janeiro: FGV; Brasília: ANL, 1980.

PAIVA, Rivaldo. **Marco Maciel: uma história do poder**. Recife: Edição do autor, 1999.

PARETO, Vilfredo. **Pareto**. São Paulo: Ática, 1984.

PERISSINOTTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

PERISSINOTTO, Renato M.; WAGNITZ, Paula A. Classe dirigente e cultura política no estado do Paraná (2002-2006). **Política & Sociedade**, v. 11, p. 285-307, 2012.

PERISSINOTTO, Renato M.; MIRÍADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados**, v. 52, n. 2, p. 301-333, 2009.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma História política**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, p. 31-47, fev. 2002.

SAES, Décio. Uma contribuição à crítica da teoria das elites. **Revista de Sociologia e política**, Curitiba, n. 3, p. 7-19, 1994.

SANTANA, Martha Maria Falcão de C. e Moraes. **Poder e intervenção estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa, Ed. Universitária / UFPB. 1999.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Nos domínios da política estatal: o poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934)**. Recife, 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. Campina Grande: Ed. UEPB, 2018.

SANTOS, M. K. A.; SANTOS NETO, M. G. A (re)organização de uma elite: representação política, poder e parentelas na Paraíba pós-30. In: SANTOS NETO, Martinho Guedes; SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. **Regime de interventorias: política e sociedade na Paraíba da era Vargas (1930-1945)**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2020, p. 165-186.

SANTOS NETO, Martinho Guedes; SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. **Regime de interventorias: política e sociedade na Paraíba da era Vargas (1930-1945)**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2020.

SCOTT, John. Les élites dans la sociologie anglo-saxonne. In: SULEIMAN, Ezra; MENDRAS, Henri (Dir.s.). **Le recrutement des élites en Europe**. Paris: La Découverte, 1997.

SILVA, Rodrigo Santos Da. **Senado: casa de senhores?** Os perfis de carreira dos senadores eleitos entre 1990-2006. Porto Alegre, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SILVA, Jean Patrício da. **A construção de uma nova ordem: análise da interventoria de Rui Carneiro no estado da Paraíba (1940-1945)**. João Pessoa, 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, 2013.

SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida Silva. **Autoritarismo, repressão e propaganda: o governo de Argemiro de Figueiredo (1937-1940)**. João Pessoa, 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, 2017.

SOUSA NETO, Bento Correia. **Governo Interventorial e Relações de Poder na Paraíba Pós- 1930: a administração de Gratuliano de Brito (1932-1934)**. João Pessoa, 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, 2016.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estados e partidos políticos no Brasil (1930- 1964)**. 3^a. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n.39, p. 115-137, jun. 2001.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Problemas de política objetiva**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

WIRTH, John. **O Fiel da Balança**: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

Capítulo 6

“Nunca minha pintura foi um ato gratuito”: o social e o político na atuação de Eugênio de Proença Sigaud

Luciana de Fátima Marinho Evangelista

O artista e seu trânsito nos mundos da arte

Eugênio de Proença Sigaud (1899-1979) foi um artista brasileiro que assumia a arte em conjugação com a política. Atuou como arquiteto, pintor, gravador, vitralista, desenhista, decorador e escritor. Modernista, comunista e ateu, defendia tanto o fazer artístico como um ato político, quanto a popularização da arte.

Pertenceu à geração de alunos da ENBA dos anos de 1920 e 1930, que assumiu o programa vanguardista da arte moderna, rompendo com padrões formais associados com posicionamentos políticos diante da sociedade. Nessa instituição frequentou o Curso Livre e o Curso de Arquitetura. Ao longo desses anos na instituição, teve como professores Modesto Brocos (1852-1936) e Archimedes Memória (1893-1960), além de ter como contemporâneos os então alunos Quirino Campofiorito (1902-1993), Oscar Niemeyer (1907-2012), Cândido Portinari (1903-1962), Milton Dacosta (1915-1988), Joaquim Tenreiro (1906-1992), Edson Motta (1910-1981), José Pancetti (1902-1958), Quirino Silva (1897-1981), José Maria dos Reis Júnior (1903-1985), Ado Malagoli (1906-1994), entre outros tantos (MORAIS, 1982; GONÇALVES, 1981).

Da sua passagem pela ENBA, tem sido bastante lembrada a realização, individual ou coletivamente, de várias ações provocativas e de enfrentamento à tradição. Dessas atuações destacamos: as suas participações no renovado evento da escola Exposição Geral de Belas Artes (principalmente, o de 1931) e, ainda, no Salão dos Novos (1926), organizado por Armando Navarro da Costa; bem como sua integração ao Núcleo Bernardelli (1931). (GONÇALVES, 1981).

Ao figurar no Salão do Novos, afirmou sua adesão à ala da ENBA que lançava um olhar crítico para o formato dessas exposições oficiais da instituição. Afinal, nesse salão foi adotado o sistema de livre participação nas amostras, o que valorizava a arte moderna. Realizado no Palace Hotel, contou com a presença de Carlos Oswald, Cândido Portinari e Lucílio de Albuquerque. (O JORNAL, 01 ago. 1926, p. 3).

Reafirmou o seu compromisso com a arte moderna, na composição do Salão Revolucionário, ou o A XXXVIII Exposição Geral de Belas Artes, idealizado por Lúcio Costa, durante sua gestão de diretor na ENBA. A iniciativa fazia parte do programa de modernização da escola. Em suas pesquisas sobre a exposição, Ângela Ancora da Luz discorre:

O Salão buscou a quebra das normas rígidas que engessavam a arte brasileira na tradição da academia, numa relação direta com o que representou a Revolução de 30, demolindo as estruturas vigentes para dar lugar a um futuro de novas possibilidades. Lúcio Costa era a encarnação das mudanças, do novo olhar, da força jovem que chegava à direção da secular Escola Nacional de Belas Artes cerca de quatro anos após ter se formado no curso de arquitetura (LUZ, 2010, p. 85).

Para renovar os conceitos de exposições vigentes até aquele momento, esse evento de alcance nacional teve, em suas normas, abolidas as premiações, além de não ter sido convocado um júri e ter dado plena liberdade para a comissão da exposição (LUZ, 2010). Conseqüentemente, houve uma significativa participação de artistas modernos e um verdadeiro abalo nos pilares tradicionais da escola. Antes mesmo do encerramento do salão, Lúcio Costa foi demitido de seu cargo de diretor, apesar disso tinha cumprido seu propósito, pois, de acordo com a pesquisadora: “nada mais seria igual” (LUZ, 2010, p. 89).

Um dos desdobramentos desse verdadeiro abalo sísmico no interior da ENBA foi o Núcleo Bernardelli. Depois de passarem o dia assistindo às aulas do programa oficial da ENBA, Sigaud ao lado de Quirino Campofiorito, Edson Motta e outros artistas se reuniam nos porões da ENBA, no período da noite, para pintar e debater mais livremente. O núcleo que homenageou com seu nome, os professores

Henrique e Rodolfo Bernardelli funcionou até 1935 (LUZ, 2010, p. 88-89). Ainda, em relação à passagem pelo núcleo, Campofiorito comentou:

Exemplo que se pode ressaltar nos primeiros momentos de libertação e de renovação, que vão estimular as gerações dos anos Trinta com o surgimento de movimentos jovens de democratização das artes, como o Nucleo Bernardelli, no rio e da Família Artística, em São Paulo, é Eugenio de Proença Sigaud (N. 1899 – F. 1979) (PROJETO PORTINARI, 1982, p. 18).

Estima-se que Sigaud produziu mais de quatro mil obras, entre projetos arquitetônicos, poemas, gravuras, desenhos, pinturas. Participou de exposições de arte em vários estados do Brasil e no exterior; recebeu diversas premiações. Teve, ainda, algumas de suas obras exibidas por mídias de circulação nacional, como a Revista Esso, e até em obras literárias, a exemplo do livro *Operário em Construção*, de Vinícius de Moraes e Contos, de Jack London (GONÇALVES, 1981, p. 88).

Foi na cidade do Rio de Janeiro onde Sigaud mais se fez presente em exposições, foram seis individuais e, pelo menos, outras 20 de quando era vivo, sendo que suas telas até hoje figuram exposições. Apesar dessa certa concentração no âmbito artístico carioca, o artista circulou por exposições em outros estados e mesmo no exterior. Identificamos dez participações em São Paulo, duas no Rio Grande do Sul, duas no Paraná e uma em cada um desses estados: Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Paraíba; as demais seriam oito participações internacionais realizadas nos seguintes países: Estados Unidos, Chile, Argentina, Uruguai e África do Sul (GONÇALVES, 1981, p. 88).

Na década de 1970, Sigaud conquistou o sucesso no mercado de arte. Em diversas reportagens do período era mencionado que finalmente o pintor dos operários alcançaria o merecido reconhecimento. Quando questionado a esse respeito, em matéria para *O Globo*, respondeu:

Expondo desde 1923, creio não ser tão anônimo assim. Meu nome figura em livros nacionais e estrangeiros, já illustrei livros nacionais e estrangeiros, já illustrei livros, jornais e algumas revistas (ilustrações para o Jornal do

Comercio de 1960 a 1967) figurei no Salão Nacional e no Salão de Arte Moderna (desde o início), já participei da bienal de São Paulo e realizei exposições em vários países, onde tenho quadros em coleções e em museus. A questão é que nunca tivemos um mercado regular de arte. Foi o leiloeiro Ernani, em 1970, e posteriormente a Bolsa de Arte, muito em especial, que me possibilitaram entrar no mercado, pois a Bolsa de Arte deu um cunho de regularidade, despertou o interesse e facilitou a possibilidade de aquisição, criando colecionadores. (O GLOBO, 27 ago. 1972).

Atualmente, o público pode conferir suas obras em museus como o: Museu Nacional de Belas Artes (RJ), Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (RJ), Museu de Arte do Rio (RJ), Museu do Ingá (RJ), Pinacoteca de São Paulo (SP), Museu de Arte Moderna de São Paulo (SP), Museu Oscar Niemeyer (PR). Mas a sua maior obra se encontra na Catedral Diocesana de Jacarezinho-PR, com seus 600 m² de pintura mural.

O compromisso social e político

Nos anos 1920, a questão racial e a temática religiosa e mitológica eram expressivas na atuação, contudo, foram nos anos 1930 quando passou a se dedicar ao motivo do trabalho, o que lhe confere a alcunha de pintor dos operários. Em 1935, Sigaud ingressa no Grupo Portinari. Sobre essas tendências em sua produção, o artista e crítico de arte, Quirino Campofiorito, em texto de 1948 sistematizou:

1921-1924 – estudos acadêmicos; 1924-1935 – realizações de sentido realista; 1935-1937 – pesquisas de técnicas e de materiais, objetivando a pintura mural e a de cavalete; 1937 – início da fase em que se encontra hoje o artista, dedicado que se faz à interpretação de assuntos proletários (CAMPOFIORITO, 4 jul. 1948, p.2).

Quirino Campofiorito foi contemporâneo de Sigaud na ENBA, igualmente, integrou o Núcleo Bernardelli e atuou em prol da

modernização da escola. Foram amigos de uma vida toda e parceiros em muitas lutas e trabalhos. Com isso, pôde ser o grande crítico e divulgador da obra de Sigaud, e do testemunho privilegiado de Campofiorito, uma nova sistematização do conjunto da obra sigaudiana surgiu, postumamente, da seguinte maneira:

A partir de 1935, acentua-se o decidido interesse pelo muralismo, acompanhando o exemplo dos famosos mexicanos, dentre os quais Orozco será o mais apreciado por E. P. Sigaud [...]. Em 1937 volta-se decididamente para a temática operária, tomando por inspiração a vida e a ação dos trabalhadores urbanos e do campo. [...]. Entre motivações bíblicas e épicas, intercalam-se, agora, os trabalhadores, como personagens decisivos da sociedade contemporânea. O pitoresco dos recantos urbanos provocava, também a sua sensibilidade, do que é exemplo a tela "A Estátua e a Rua". Na série de trabalhos: "Saibreiros", "A torre de Concreto", "O transporte", "Acidente na Obra", entre tantas outras composições de mesma temática. Alegorias também motivaram sua inspiração, como "Lúcifer" (de 1925), "O Êxodo", "Os negros na Formação da Lavoura" e "O Eco das Montanhas da América". A aplicação a assuntos religiosos culmina com a melhor oportunidade oferecida ao muralista, que foram as decorações pintadas a óleo e encáustica fria, da Catedral de Jacarezinho [...]. (PINTORES FLUMINENSES, 1982, p. 18).

A partir das palavras de Campofiorito, reconhecemos a década de 1930 como um marco na trajetória sigaudiana, pois, nela, Sigaud despertou o interesse por questões caras na sua carreira: o muralismo e a temática do trabalho. Outro aspecto importante, nessas considerações do crítico de arte, consiste no reconhecimento da diversidade de assuntos explorados nos trabalhos executados pelo amigo, ao associar suas pinturas ao pitoresco, às motivações bíblica e épicas, às alegorias e ao tema do trabalho. O próprio Sigaud, aliás, em agosto de 1972, comentou para *O Globo*, sobre seu modo de encarar os temas na pintura, na matéria "Eugênio Sigaud: 50 anos de pintura" e afirmou: "Sempre considere que um tema nunca é mais importante do que outro [...]". Na mesma reportagem, ainda define:

Nunca minha pintura foi um ato gratuito, nem mesmo minha arquitetura, porque isto seria antes de tudo uma covardia; É, antes de tudo, uma atitude consciente e firme, uma finalidade com objetivos artísticos, políticos e sociais. Celebro com ela, às vezes e especialmente, a magnitude e a grandeza do trabalho humilde do operário, este trabalhador anônimo em todos os setores da grandeza da Pátria. É minha glorificação a nossa raça mestiça, construtora de nosso futuro de povo alegre e livre, que recebe como irmãos todos os povos do mundo (O GLOBO, 27 ago. 1972).

No auge dos seus mais de 70 anos, o atuante Sigaud afirmava a sua versatilidade na escolha de temas e o seu compromisso com valores artísticos, políticos e sociais na sua prática artística ou mesmo na sua atuação como arquiteto. O experiente Sigaud, em pleno recrudescimento do autoritarismo no Brasil dos anos 1970, datilografou um balanço sobre sua atuação profissional e rememorou a exposição “Artistas Plásticos ao PCB” realizada na Casa do Estudante do Brasil, à rua Santa Luzia, em 1945, em apoio à candidatura de Luís Carlos Prestes ao senado pelo Distrito Federal.

Militei até mesmo depois de 1945, contudo, aquela exposição do Partido, foi um maior evento, sem dúvida, e que representou a força social da arte que vinha sido executada por mim: Eu retrato até hoje a miséria de nossa classe inferior, minha pintura é da linha socialista como pode ser observado, não mudei muito de lá para cá (SIGAUD In: GONÇALVES, 1981, p. 51).

Foram nesses anos autoritarismo militar que o artista ganhou mais visibilidade na imprensa. Mesmo nos períodos mais sombrios do autoritarismo de Estado no Brasil, o artista insinuava o engajamento político da sua atuação, como quando disse à Norma Couri que: “É a cena social urbana que me provoca. A vida assim massacrada pelo sistema.”, em reportagem composta também pelas seguintes considerações:

O pintor Eugênio Sigaud prendeu-se ao tema proletário desde 1937. Politicamente atuou até 45 (“e depois, claro”), e teria muita coisa para falar sobre o Brasil hoje,

“mas não quero e não posso”. Viveu o século (nasceu em 1899) mas não viu nenhum presidente que lhe agradasse, “Rodrigues Alves foi, talvez, o melhorzinho” (COURI, 1977).

Com seus quase 80 anos, motivos sobravam ao pintor para não querer e não poder falar sobre o Brasil dos anos de 1970. Nascido quando a República ainda era recém proclamada no país, viveu sua juventude durante a Era Vargas, testemunhou a experiência democrática e sua interrupção pelo Golpe Militar. No ano da entrevista concedida por Sigaud, 1977, vigorava a perseguição política e tortura, fundamentada na doutrina militar típica da Guerra Fria, pela qual se perseguia qualquer manifestação ideológica divergente à do governo. O momento não era mesmo oportuno para um esquerdista tecer comentário sobre o país.

Empresário de construção civil bem-sucedido, membro da maçonaria e irmão do arcebispo ultraconservador, Dom Geraldo de Proença Sigaud (1909-1990), talvez o arquiteto-pintor se valesse de um certo grau de proteção diante das truculências da época - tendo em vista a tática do “assassínio seletivo” adotada pela Polícia Política, que até a Guerrilha do Araguaia impedia o extermínio indiscriminado (GODOY, 2014, p. 69). Por outro lado, Sigaud chegou a conhecer de perto o alcance do aparelho de repressão política, como quando foi convocado pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), em 1943, a prestar esclarecimentos sobre a manifestação, em um telegrama.

Criada em janeiro de 1933, a DESPS tinha a finalidade de monitorar e reprimir comportamentos políticos considerados divergentes, com o acompanhamento de publicações nacionais e estrangeiras e elaboração de dossiês de grupos ou indivíduos considerados suspeitos (CPDOC, 1997). Em 20 de outubro de 1943, foi criado um prontuário de número 5.860 na divisão carioca dessa delegacia, em virtude da intimação que recebeu para prestar esclarecimentos sobre um telegrama enviado ao comandante Julio Brígido Sobrinho, no qual constava a seguinte frase: “Pena é vivermos neste fascismo fantasiado de democracia getuliana” (APERJ. PRONTUÁRIO DESPS n. 5.860).

Segundo os esclarecimentos de Sigaud, ele havia recorrido ao Comandante Brígido por ter, assim como outros artistas, enviado obras de arte para o “Salão de Belas Artes” realizados em Belém, a convite do Doutor Abel Chermont, mas ao final do salão o diretor da Biblioteca Estadual, Oswaldo Vianna, teria levado os quadros em exposição para ornamentar sua residência, somente recuperadas por providencias tomadas pelo Comandante Brígido. Consta no documento:

[...] o declarante reconhece a sua leviandade ao empregar a frase transcrita linhas acima, mas, na ocasião, estava revoltado com a atitude do aludido Doutor OSWALDO VIANNA que se prevalecia do cargo que desempenha de Diretor da aludida Biblioteca para se apropriar de quadro de artistas que se encontravam longe do local da Exposição; que, assim, o declarante na sua frase não teve em mente atacar o Governo, querendo, apenas, se referir a atitude do doutor OSWALDO VIANNA, que o declarante faz questão absoluta de dizer que é cidadão brasileiro e como tal respeita o regime, seus governantes, acatando suas leis (APERJ. PRONTUÁRIO DESPS n. 5.860).

Além dessa crítica ao governo Vargas, os posicionamentos e atuação política de Sigaud podem ser conferidos em publicações, especialmente da imprensa comunista, entre 1945 e 1947. Anos correspondente ao breve período que o PCB teve legalizada a sua presença oficial na vida política do Brasil (DELGADO, 2003, p. 136).

Em 1945, o artista se filia ao Partido Comunista e participa da Exposição Artistas Plásticos ao Partido Comunista, que ocorreu em outubro de 1945, na Casa do Estudante do Brasil e difundia a luta eleitoral a favor da eleição de Luís Carlos Prestes, como candidato ao Senado Federal (GONÇALVES, 1981).

Mas o engajamento político não se restringiu a prática de uma arte social, mas também da atuação como professor na Universidade do Povo, depois denominada Escola do Povo. Fundada em 1946, na cidade do Rio de Janeiro, sobre essa instituição Campofiorito em entrevista para o Projeto Portinari, conta tratava-se de uma experiência motivada pelo ideal de que toda universidade deveria ser do povo e completou:

A universidade é um lugar do povo justamente dentro desse espírito que estamos falando, de sentimentos humanos, de forças humanas que devem ser mantidas nas decisões de cada homem e que não são inerentes só a uma elite que se aprimora. Então a universidade devia ser o lugar do povo, o povo devia ter o acesso mais rápido, mais livre possível à universidade. A universidade, pelo seu programa, é uma coisa que universaliza, uma coisa que iguala, que democratiza os indivíduos. Então tivemos essa idéia que nasceu não se sabe como, naturalmente, de algum líder daquela época mais entusiasmado, um intelectual geralmente (PROJETO PORTINARI, 1982, p. 111).

Segundo as memórias de Aladyr Custódio (1984), também em entrevista para o Projeto Portinari, a escola funcionava a partir das 18 horas com aulas que poderiam durar até as 21/22 horas. Sobre os cursos e professores relembra:

Arquitetura era com o prof. Corona. Tinha curso de Pintura, tinha um curso de Alfabetização, que compreendia Português e Matemática... Geografia não se dava. Tinha aula de Técnico de Rádio e hoje conheço pessoas formadas, pois, prosseguiram os estudos. Tinha aula de Corte e Costura, aula de Datilografia e mais outros, uns dez cursos mais ou menos. [...] o curso de Teatro era bem ativo, levava peças fora da Escola. [...] Edino era um dos professores de Música. Elementos de alto gabarito, muito assíduos à Escola, por sinal. [...] De Pintura nós tivemos muitos professores. Darwin Silveira Pereira, fundador do curso; Inimá de Paula, Luciano Maurício. Havia muitos professores, o Raul Deveza, Sigaud, o Takaoka, assíduos e muito dedicados à Escola; estavam sempre lá conosco. (PROJETO PORTINARI, 1984, p. 14-15).

Além dos professores mencionados, Sigaud tinha como parceiros nessa instituição Cândido Portinari, Oscar Niemeyer, Quirino Campofiorito, Celso Kelly e muitos outros. Inspirada no modelo escolar formulado pelos mexicanos David Alfaro Siqueiros (1896-1974), José Clemente Orozco (1883-1949) e Diego Rivera (1886-1957), a Escola

do Povo era uma iniciativa relacionada ao PCB. Apesar disso, houve a preocupação em não transformar a escola em um projeto partidário e, assim, poder atrair o interesse de diversos professores e estudantes, chegando a ter até alunos policiais (PROJETO PORTINARI, 1982, p. 113; 1984, p. 12).

Contudo, pela clara associação ao PCB, foram necessários cuidados para evitar retaliações. Um desses cuidados era não ter uma sede própria. Mais sobre essa experiência Campofiorito relata.

A gente não podia ter uma sede. Então quem pudesse ajudar... Nós tínhamos um curso de arte, na Praça Mauá, e íamos lá dar as aulas. Quem pudesse dar uma aula dava. Então o Portinari ia dar, eu dava aula de pintura, de desenho. Podia dar aula de história da arte, de perspectiva, de geometria descritiva, de anatomia artística, essas coisas que iam elucidando. E nessa universidade não se tinha nenhuma predileção por classe e muito menos se fazia exigência de provas. O indivíduo entrava. [...] Eram pessoas muito humildes, que vieram lá do Maranhão, do Norte, do Nordeste e iam para lá. Havia uma outra seção, que era de outros estudos, geralmente ciências humanas (PROJETO PORTINARI, 1982, p. 112).

Apesar do notório compromisso social do programa ensino dessa instituição, combinado às medidas de precaução, com o PCB entrando na ilegalidade, as perseguições foram inevitáveis. Rotineiramente, a polícia invadia os locais de encontro em busca de provas que pudessem incriminar os envolvidos com o projeto. Quanto a isso Custódio rememora:

Um dia, a Polícia deu uma batida lá na Escola porque tinha havido uma denúncia de que tinha muito material subversivo lá. Esse material subversivo eram cartazes... [...] Panfletos e aquelas coisas. Chegaram, deram uma busca e não acharam nada. Mas um determinado elemento, mais nervosinho, achou de jogar tudo pela janela. Acertou os polícias lá embaixo... Deu a maior confusão. [...] Fecharam, houve um processo, abriram um inquérito e Portinari e Niemeyer foram chamados.

[...] Todo mundo foi intimado a depor lá no DOPS, mas no fim o juiz exarou uma sentença incriminando a Polícia por ter interrompido uma obra tão bela, uma obra tão útil num país tão pobre e tão carente de estabelecimentos de cultura popular como o Brasil. Dizem que é linda essa sentença final do juiz (PROJETO PORTINARI, 1984, p. 16-17).

Custódio não detalha quando tempo depois dessa ação da polícia a escola deixou de funcionar. Por seu turno, o estudo de Cristina F. Xavier revela que Escola do Povo conseguiu se manter ativa até o ano de 1957, ou seja, mesmo sendo forma por muitos intelectuais comunistas, resistiu aberta por uma década depois do partido ter entrado na ilegalidade (XAVIER, 2018, p. 3).

A Escola do Povo, contudo, não foi a única atividade de militância que Sigaud se envolveu. Parte das suas atividades, nesse sentido, foram divulgadas na imprensa comunistas – como quando decorou carros alegóricos para comícios do PCB, ou ainda nos relatórios de monitoramento realizado pela DESPS, ainda no período democrático de meados do século passado.

Exemplo disso, foi o dossiê sobre o Partido Comunista, montado em 1960, no qual Sigaud foi listado juntamente com José Pancetti, Oscar Niemeyer, Hilda e Quirino Campofiorito, Vilanova Artigas, Cândido Portinari, Clóvis Graciano, Athos Bulcão, Paulo Werneck. Foram elaboradas planilhas com dados de filiados ao PCB, com identificação de: nomes, residências, local de trabalho, profissão, célula, inscrição, bem como juntadas de documentos de investigação produzidos pela polícia (APERJ. DOSSIÊ PARTIDO COMUNISTA, 1960).

No prontuário de Sigaud, não segue nenhuma anotação à intimação que recebeu, durante o governo Vargas. Depois disso, seu nome foi relacionado somente nos relatórios de monitoramento e, durante os anos do autoritarismo militar, nem mesmo em relatório seu nome foi listado.

Contudo, isso não significa dizer que o artista tenha abandonado seus ideais, ou mesmo mudado seu pensamento. Nada aponta nessa direção. Apesar de integrar uma geração mais antiga, não há dúvida de que o sentido político da obra de Sigaud aproximava sua criação

de muitos artistas mais jovens que se projetaram a partir dos anos de 1960. Nesta década, há um retorno de interesse ao real e ao cotidiano, promovendo um retorno a figuração e a certo abandono ao abstracionismo. Na decisão por novos caminhos, sem dúvida, pesou a superação dos horrores e ruínas da Segunda Guerra Mundial, e a reintegração da Europa no sistema capitalista, bem como a difusão dos valores culturais estadunidenses nos anos 1960 (PECCININI, 2007, p. 207).

Mais especificamente sobre o cenário nacional do período, Ridente destaca:

Até 1964, o florescimento cultural estava acoplado a uma série de movimentos sociais amplos - de trabalhadores urbanos e rurais. Militantes de baixa patente, estudantes e intelectuais - que foram quase totalmente desarticulados após o golpe. Daí o AI-5, o florescimento prosseguiu, mas embasado sobretudo nos setores das classes médias que se mobilizaram ocupando espaço principal na oposição à ditadura, na medida em que as outras classes subalternas encontraram mais dificuldades para se organizar logo depois do golpe de 1964, intelectuais e artistas já se colocaram na oposição (RIDENTE, 2014, p. 103-104).

A respeito da reação dos artistas ao Golpe Militar de 1964, encontramos nos estudos de Paulo Reis o reconhecimento da fecundidade e diversidade do comprometimento dos artistas plásticos, no período em questão. Foram vários eventos que transcorreram até a decretação do AI-5. Um desses eventos foi a Exposição “Nova Objetividade Brasileira”, tendo Hélio Oiticica como um expoente (REIS, 2017, p. 100-102).

Sobre o papel da cultura no enfrentamento e negociação com o Estado, durante a Ditadura Militar no Brasil, Marcos Napolitano, em “Vencer Satã só com orações: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970”, destaca o vigor e sofisticação da cultura de esquerda na luta contra o autoritarismo e a favor dos valores democráticos. Por outro lado, defende a existência de diversos projetos e de antagonismos entre os grupos que compunham a

esquerda (parlamentar, civil ou armada) da época (NAPOLITANO, 2011, p. 147).

De acordo com o texto, havia uma tensão entre os intelectuais ainda afinados ao Partido Comunista, que se diziam herdeiros da cultura popular-nacional, e a nova esquerda mais ligada à contracultura (NAPOLITANO, 2011, p. 147). Esclarece, inclusive, que essa “nova esquerda”, composta por católicos de esquerda pelos movimentos sociais urbanos, era dissidente do Partido Comunista por ver a cultura comunista “nacional-popular” da seguinte maneira: “[...] ‘autoritária, populista, elitista e conciliatória’, ocultando o conflito de classes e desprezando o vigor da verdadeira cultura popular, cujo epicentro estava nas comunidades periféricas urbanas e rurais, longe do mercado e da televisão” (NAPOLITANO, 2011, p. 163). Por seu turno, os comunistas criticavam a “nova esquerda” a qualificando de desbundada e esvaziada de cultura, além disso:

denunciavam os efeitos nocivos da censura e da repressão sobre os artistas e intelectuais, mas também apontavam os efeitos “alienantes” da expansão dos meios de comunicação de massa e os novos valores comportamentais e estéticos por eles veiculados, marcados sobretudo pelo *hippismo* e pelos resíduos de um novo ciclo vanguardista/formalista em vários campos das artes (NAPOLITANO, 2011, p.164).

Essa diversidade na cultura de esquerda e a perda da hegemonia pelos comunistas pode ser percebida na entrevista feita pelo *Jornal Feminino*, com Sigaud, em 1972. Para saber mais sobre o então aclamado pintor, foram à casa do artista entrevistá-lo:

Continuávamos o bate-papo, quando Eugênio chegou. Se imaginávamos um homem tipo hippie, cabelos compridos, desligado do mundo, nossa ideia se desfez por completo. Surgiu, a nossa frente, um senhor de terno e gravata, um pouco tímido, mas muito simpático. Sentou-se e iniciamos a entrevista. “Quando cheguei ao Rio, já vim, pode-se assim dizer, “formado”, com uma cultura da pintura moderna da época, influenciado por todos aqueles impressionistas, Cezanne, Monet etc.

Além disso, mantinha contato com pessoas ligadas a essa pintura, portanto, não assimilei a influência do Acadêmico” [...]. Se observarmos seus trabalhos, a presença do operário, o tema das construções, o concreto dos viadutos, o ferro das vigas e os corpos musculosos dos empregados estão sempre presentes. Por quê? Provavelmente, a influência de sua profissão, ele é engenheiro-arquiteto. “Iniciei-me por uma parte simbolista, metafísica e caminhei, então, para uma orientação pictórica, tendo como tema a Minha Raça Mestiça, os elementos componentes do Brasil. Depois segui para uma linha político-social, tendo como elemento, o operário. E me fixei nela até hoje.” (O JORNAL FEMININO, 7 maio. 1972, p. 8.).

Pelo tão comentado compromisso social de Sigaud, a jornalista imaginou que o pintor só poderia ser adepto da contracultura e foi surpreendida com um típico militante do “partidão”, com seu terno e gravata.

Dessa maneira, o ativismo de artistas como Oiticica, convivia com o de nomes como o Sigaud, já em idade avançada, que seguiam comprometidos com seus ideais de engajamento formulados nos anos 1930 em diante. Exemplo disso, temos, em 1971, quando obras de Sigaud, Portinari, Campofiorito, foram apresentadas na exposição *Trabalho e Arte* organizada pelo Museu Nacional de Belas Artes em comemoração ao Dia do Trabalho, sob direção de Maria Elisa Carrazzoni. Na primeira página do catálogo era cedido espaço ao General Médici, o qual teria escrito:

Sendo o desenvolvimento e a justiça os dois fins mesmos de nossa ordem econômica e social, quero hoje, neste “Dia do Trabalho”, falar a todos também dessa justiça social, que sem ela o desenvolvimento poderá ser instável, enganador e até desumano, pois a verdadeira paz é feita da substância da justiça (O JORNAL, 07 maio. 1971, p. 4.).

Além do general, consta no catálogo, ainda, a seguinte manifestação do Ministro Júlio Barata:

Prometa, cada trabalhador brasileiro que, todos os dias, ao caminhar para o seu serviço, terá diante dos olhos a imagem da Pátria e saberá levantar sempre o pavilhão sagrado à altura das estrelas, que nele fulguram, à altura de nossos sonhos de grandeza e de progresso pelo trabalho, pela fé e pelo amor à terra em que nascemos (O JORNAL, 07 maio. 1971, p. 4.).

Como se pode notar, inscreveu-se na história das obras de artistas como Sigaud a necessidade de construção de aparatos para que, independente de circunstâncias autoritárias, esses trabalhos puderam circular, subvertendo à censura, e tiveram suas visibilidades garantidas. No exemplo, da exposição *Trabalho e Arte* mesmo com um discurso textual de apresentação e criação de sentido para a exposição, completamente avesso aos princípios ideológicos inerentes a pintura de Sigaud, especialmente na tela *Acidente de Trabalho* (1944).

Observa -se, assim, que a arte crítica social de Sigaud e outros artistas de seu tempo contraditoriamente era apropriada no contexto do regime político, definindo a ambiguidade dos usos sociais da arte. Paradoxalmente, independente das circunstâncias que o autoritarismo impunha, a criação artística encontrava meios de circular na sociedade, subvertendo o controle da censura política, se projetando em brechas sociais de visibilidade que demandavam também um público capaz de traduzir as ambiguidades da presença artística na sociedade da época.

Sobre o compromisso social e político de Sigaud, resta dizer que o artista reconhecia na pintura mural um potencial de popularização da arte e divulgação de uma mensagem política que as pinturas de cavaletes, expostas em galerias e museus, não tinham. Mesmo sendo um dos grandes defensores dessa técnica artística, Sigaud não recebia muitas encomendas murais. A esse respeito, Campofiorito comentou:

[...] nunca encontrava uma oportunidade, porque o particular não mandava fazer composições com operários. Ou então fazia o operário adorando o patrão, isso sim. Se você faz um grupo de operários ajoelhados, prestando homenagem ao patrão, a fábrica bota. Mas se você coloca o operário zangado, querendo tomar conta da fábrica, o dono da fábrica não vai botar (PROJETO PORTINARI, 1982, p. 132).

Curiosamente, só pôde realizar sua vontade de produzir uma grande obra mural a partir da encomenda do irmão bispo, Dom Geraldo, que contratou a intervenção arquitetônica e realização de pintura no interior da Catedral Diocesana de Jacarezinho, interior do Paraná. Não seria a primeira vez na história que um ateu executaria uma encomenda religiosa, mas as diferentes visões de mundo desses dois irmãos, tornaram

Da defesa a prática da pintura mural

Na década de 1950, Sigaud recebeu de seu irmão bispo, Dom Geraldo, então bispo na diocese de Jacarezinho-PR, a encomenda de finalizar a construção arquitetônica da Catedral Diocesana de Jacarezinho, e nela realizar pinturas murais. Tendo aceitado o convite, o artista fixou residência no interior do Paraná de 1954 a 1957.

Considerando sua defesa ao muralismo, à popularização da arte, à liberdade de criação e ao fazer artístico como ato político, a oportunidade para pintar a catedral de Jacarezinho era bastante atraente. Inclusive empolgava a Sigaud a possibilidade de chamar à atenção de uma população fora dos circuitos das galerias de arte para seu trabalho, como podemos conferir no fragmento da carta de Sigaud destinada a Campofiorito e, por este último, publicada na matéria “E. P. Sigaud no Paraná”:

Será a decoração mural a única possibilidade do artista ter a sua obra vista e admirada por multidões, às quais, com maior curiosidade, indaguem sobre, contudo do que presenciam pintado nas paredes. Isto não acontece com a nossas telas que vão para os museus e para as galerias particulares, onde poucos as vêem e raramente (CAMPOFIORITO, 03 fev. 1956).

Com essa clara intenção de Eugênio Sigaud em atrair os mais curiosos, combinada a sua dedicação à arte figurativa e a preocupação com uma função social no fazer artístico, não nos resta dúvida que o artista buscava promover uma experiência estética investida de sentidos nos frequentadores da igreja, por meio de sua arte.

Desde a década de 1930, Sigaud defendia a prática do muralismo, principalmente no jornal dirigido por Campofiorito, o *Bellas Artes*

(GONÇALVES, 1981). Mas com as poucas encomendas que recebeu, o trabalho em Jacarezinho configurou-se como uma grande oportunidade.

O que chamou (e, ainda, chama) muita atenção dessa parceria foram as grandes diferenças ideológicas, entre os dois irmãos. Se Eugênio Sigaud era comunista e ateu, seu irmão Dom Geraldo era um bispo da ala ultra conservadora e anticomunista da Igreja Católica. Tanto que ficou famoso por, em pleno período ditatorial, dizer que confissões não se conseguia com caramelos (COURI, 06 mar. 1977). Além disso, discordou das decisões do Concílio do Vaticano II, por entender que provocaria nos católicos um interesse e aceitação das ideias comunistas (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 40-41).

Avesso ao comunismo, Dom Geraldo, igualmente, explicitou sua visão de mundo no livro de sua autoria, *Catecismo Anticomunista*, uma espécie de cartilha, cujo conteúdo consiste em 102 perguntas e respostas. A primeira delas consiste em definir o comunismo:

O comunismo é uma seita internacional, que segue a doutrina de Karl Marx, e trabalha para destruir a Sociedade humana baseada na lei de Deus e no Evangelho, bem como para instaurar o reino de Satanás neste mundo, implantando um Estado ímpio e revolucionário, e organizando a vida dos homens de sorte que se esqueçam de Deus e da eternidade (SIGAUD, 1963, p.5).

Com essa passagem, compreendemos que as divergências político-filosóficas entre os irmãos Sigaud eram gritantes. Diríamos até que seriam inegociáveis, caso não conhecêssemos a Catedral Diocesana de Jacarezinho. Eugênio Sigaud era filosoficamente contrário às questões tecnocráticas da Igreja (COURI, 06 mar, 1977), enquanto, para Dom Geraldo, o comunismo não passava de uma “seita do satã”. Outro “esclarecimento” impactante que a autoridade religiosa traz aos seus fiéis nesse seu livro de catequese foi sobre a justiça social:

Não. Que todos os indivíduos e famílias fossem iguais seria uma injustiça social, porque importaria na destruição da liberdade, da iniciativa privada e do direito dos filhos a herdar dos pais. A boa sociedade católica e humana é desigual, hierarquizada. (SIGAUD, 1963, p. 45).

Em relação a esse encomendador, cabe ainda mencionar sua parceria com o Plínio Corrêa de Oliveira, da qual originou a fundação nacional da TFP — Sociedade da Defesa da Tradição, Família e Propriedade, cujo princípios se assentavam no combate ao comunismo e defesa dos valores da família, da tradição e da propriedade, como o próprio nome indica (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 50). Da sua ligação com Plínio Corrêa e outros intelectuais, derivou “o livro ‘Reforma Agrária Questão de Consciência’, se condena energicamente a reforma agrária pregada pela esquerda, e se analisa a questão fundiária sob o ponto de vista integrista” (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 50). Em outras palavras, D. Geraldo assumia uma postura de resistência às transformações socioculturais, de repúdio à modernidade e em “defesa da tradição conservadora através do engajamento leigo consubstanciado nas Congregações Marianas, o anticomunismo e a preocupação em ampliar a rede educacional católica” (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 83-84).

Com essas apresentações de Dom Geraldo, não resta dúvida que pelo viés ideológico não fazia o menor sentido confiar a Eugênio Sigaud a pintura mural da catedral de sua diocese. Por outro lado, ao assumirmos o laço familiar e a erudição desse religioso que se doutorou em Roma, as diferentes visões de mundo podem ser atenuadas. Ademais, trazer um arquiteto-pintor, formado na ENBA, conferiria valor as obras empreendidas em sua diocese, em expansão e enriquecida pelo sucesso do cultivo do café no norte do Paraná.

Dessa maneira, em 1954, Eugênio Sigaud se mudou para a cidade de Jacarezinho-PR, para realizar intervenções no projeto arquitetônico inicial da catedral (figura 01), de autoria de Benedito Calixto Netto e executar 600 m² de pintura mural (figura 01 e 02).

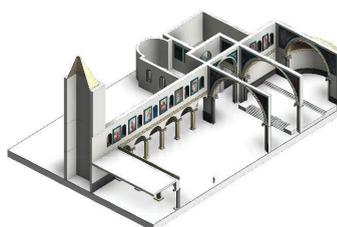


Figura 01. À esquerda, vista aérea da Catedral. Fotografia Alfredo Jorge, anos 2000. À direita, lado esquerdo do templo em maquete eletrônica com levantamento de imagens de Sigaud, baseado no projeto original de Calixto Netto e Eugênio Sigaud. Fotos de Victor Hugo Marinho Evangelista.

Com um contorno arquitetônico em formato de cruz, Sigaud além de pintar barrados em arabesco por todo o templo, também dispôs 43 pinturas murais emolduradas mais um emoldurado em branco, em seis ambientes: batistério, nave, transepto, capela-mor e duas capelas secundárias (figura 01).

Logo na entrada ou pórtico temos o batistério, com uma pintura mural emoldurada; depois na nave há 14 painéis, sendo 12 dedicados às profecias da vinda do Messias, mais dois aos profetas; enquanto o transepto possui mais 12, sendo 4 relativos às ladainhas de Nossa Senhora a, 4 referenciando aos profetas, e os 4 demais narrando a expulsão do paraíso, o nascimento de Cristo, a crucificação e um em branco que seria a ressurreição; há ainda oito painéis nas duas capelas secundárias, ou seja, a capela dedicada a São Sebastião, o padroeiro da cidade, e a do Santíssimo, na primeira capela estão o *Martírio de São Sebastião*, o *Tributo do Povo do Paraná a São Sebastião*, e as virtudes cristã, enquanto no Santíssimo estão o *Sermão da Montanha*, o *Encontro de Cristo com o Espírito Santo* e as *Virtudes Cristã*; por fim no presbitério 4 painéis foram dedicados a Via Sacra, outros dois aos profetas, mais dois aos quatro Evangelistas e no Altar-Mor, com seus 11 metros de diâmetro por 3 metros de altura, está *O Povo de Jacarezinho e o seu Clero na Promulgação do Último Dogma de Pio XII*.



Figura 02. Interior do templo. Fotografia: Tiago Angelo, janeiro de 2020. Acervo da autora.

Além dos painéis, toda a parede dos 600 m² recebeu ornamentos com barrados em arabescos e alguns outros ornatos pelas paredes lisas. Pavão, flor de Liz, pés de café, e outras tantas referências à simbologia cristã como o peixe, a estrela de Davi, o templo de Salomão, Acácias e dezenas de outros. (figura 03).



Figura 03. Barrados em arabesco e ornatos em forma de Pavão, Estrela de Davi sobre Água e Acácia, da esquerda para direita. Fotografia: Tiago Angelo, janeiro de 2020. Acervo da autora.

De modo geral, nas mais de 40 pinturas emolduradas, Eugênio Sigaud imprimiu sua marca autoral ao representar personagens bíblicas com contornos distorcidos e corpos musculosos, com feições sisudas inspiradas no rosto dos moradores da cidade de Jacarezinho. Motivou-se, principalmente, nos trabalhadores da cidade, como pedreiros, motoristas e cafeicultores, sobretudo afrodescendentes. Assim, a catedral reuniu imagens dos marginalizados (especialmente, trabalhadores negros), com corpos musculosos e faces sisudas para representar cenas bíblicas.

Embora a catedral tinha sido pensada para glorificar riqueza da diocese e receber a elite local para a prática dos ritos católicos, o estilo moderno e o compromisso social das pinturas de Sigaud incomodaram uma parcela significativa dos católicos da cidade. Além do mais, a presença de um, assumidamente, ateu-comunista, em plena Guerra Fria, gerou muita desconfiança entre os cidadãos.

Para dimensionar essa desconfiança e esse desencanto, convém destacar uma pintura, em especial, na Capela do Santíssimo, o mais sagrado dos espaços em um templo católico. Inaugurada em 1955, essa capela em Jacarezinho é toda dedicada a Jesus Cristo. Em seus barrados há várias representações de figuras de pavão, símbolo da Ressurreição, e mais quatro painéis: *Encontro de Jesus com o Espírito Santo*, na cúpula, *O Sermão da Montanha* entre as virtudes cristãs *Justiça*, *Temperança*. (figura 04). Dessas a igreja, muito possivelmente, a composição que mais desagradou e polemizou foi *O Sermão da Montanha* (figura 05).



Figura 04. Capela do Santíssimo. Fotografia: Tiago Angelo, janeiro de 2020. Acervo da autora.



Figura 05. À esquerda *O Sermão da Montanha*. 2,50 x 4,00 m. Encáustica sobre parede. À direita, detalhe de Karl Marx. Fotografia: Tiago Angelo, janeiro de 2020. Acervo da autora.

Para representar a cena bíblica na qual Jesus abençoa e consagra os humildes e sofredores, Sigaud se inspirou na imagem do pedreiro Ernani, como Cristo, seu ajudante Waldetaro Dias, como o observador de túnica amarela, e do pedinte José Adão, com túnica marrom, e deu um moça tida como enlouquecida, a Luiza Aguiar, vestida de túnica clara e um véu azul, no canto direito do painel (figura 05).

Embora pelos preceitos bíblicos, em tudo condiz o protagonismo dos marginalizados em uma arte cristã, a recepção dos murais, de maneira geral, não seguiu essa lógica entre os cidadãos. A presença dessas personagens locais, incomodou muitos fiéis convictos de que santo não poderia ter a feição de pessoas comuns, santo tinha que ser “bonito” (CORREA, 2015, p. 53). A valorização dos negros na pintura de Sigaud também foi recebido com rejeição por parte da população da cidade. (CORREA, 2015, p. 53). Na época, o racismo era tão perverso na localidade, que o principal clube de festa local impedia a entrada de negros.

O que boa parte da população não imaginava é a presença, nessa pintura, da representação de nada mais nada menos do que Karl Marx ao lado de Friedrich Engels. Tudo indica que a figura de Marx só se tornou notória, em 1999, depois de pouco mais de uma década de experiência democrática no país, quando o ajudante Waldetaro Dias se sentiu seguro para revelar essa particularidade que foi divulgada pela reportagem do jornal Gazeta do Povo, intitulada “Por quem os sinos dobram”, nos seguintes termos:

No painel da Capela do Santuário, por exemplo, o Jesus do Sermão da Montanha é caracterizado por um pedreiro, que se chamava Ernani. No quadro, aparece ainda o então ajudante Waldetaro Dias (retratado cinco vezes) e o próprio Sigaud ao lado (quem diria...) de Karl Marx e Lênin, representantes máximos do comunismo (NICOLATO, 18 jun. 2000, p. 5).

Como Sigaud praticava uma arte engajada, as mudanças nos imaginários políticos têm tido efeitos relevantes nos modos de ver suas pinturas. A pintura mural com a figura de José Adão e Karl Marx são os melhores exemplos disso: o primeiro, sendo afrodescendente, chocou muitos os jacarezinhos nos anos de 1950, mas com as conquistas do movimento negro, o destaque de José Adão não causa o mesmo efeito

daquela época, enquanto a representação da figura de Karl Marx, somente no tempo dos bons ventos da democracia houve tranquilidade para Waldetaro colocar fim a um silêncio de décadas. Porém, a luta antirracista, a valorização do trabalhador e a defesa da democracia ainda são causas ganhas, o que só torna a obra de Sigaud atual e necessária, mesmo passados mais de 60 anos da conclusão do trabalho (1957).

Cabe mencionar, também, que ao trazer símbolos do marxismo para a decoração mural da igreja, Sigaud interagiu com os muralistas mexicanos, que tanto admirava, como quando Diego Rivera representou León Trotsky, Friedrich Engels, Karl Marx e Lênin no afresco "El hombre controlador del universo 432", de 1934, localizado no palácio das Belas Artes, no México (QUINSANI, 2010).

Considerações finais

As pinceladas de Eugênio Sigaud nas paredes da Catedral de Jacarezinho estão intimamente ligadas à sua vivência individual na cidade de Jacarezinho. Essa experiência é bastante interessante na medida em que o pintor circulou por grandes centros urbanos, transitou por círculos artísticos, conheceu diversas sociabilidades. Chega a Jacarezinho, e em negociação com seu irmão bispo Dom Geraldo, elabora uma narrativa visual que se contrapunha ao discurso performativo imperante da cidade. A riqueza produzida pelos trabalhadores na região não foi distribuída igualmente. Sigaud pintor deu evidência a essa realidade desigual, ao subverter o motivo da construção de uma nova Catedral (a 3ª desde a criação da diocese) e evidenciar a exclusão social; homenageia o trabalhador, que na sua força física busca sua sobrevivência.

O caso das pinturas murais nessa catedral demonstra que Eugênio Sigaud mesmo com um encomendar tão conservador não renunciou a valores artísticos e políticos que defendeu durante toda a sua carreira artística: a liberdade de criação, o compromisso social e a arte moderna. Além do mais, o ateísmo do pintor não foi maior do que a vontade de realizar uma grande obra mural, em contrapartida, para o bispo, o reconhecimento do talento e o afeto pelo irmão artista foram maiores que as diferenças ideológicas. E, justamente, pelos encontros e desencontros desses dois irmãos, que a catedral de Jacarezinho se torna única.

Referências

APERJ. Arquivo Público do Rio de Janeiro. **Dossiê Partido Comunista**. Fundo Delegacia Especial de Segurança Política e Social, 1960.

APERJ. Arquivo Público do Rio de Janeiro. **Prontuário de Eugênio de Proença Sigaud**. Caso nº 5.860. Fundo Delegacia Especial de Segurança Política e Social.

CAMPOFIORITO, Quirino. E. P. Sigaud no Paraná. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 03 fev. 1956.

CAMPOFIORITO, Quirino. Pintores Brasileiros: Sigaud. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 04 Jul. 1948.

CORRÊA, Hugo E. M. IN: **O Espelho de Eugênio Sigaud: imagens e representações na Catedral Diocesana de Jacarezinho**. Londrina, 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Londrina, 2015.

COURI, Norma. Sigaud, o Pintor dos Operários. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 mar. 1977.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Polícia Política. In: **A era Vargas. 1º tempo dos anos 1920 a 1945**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

EVANGELISTA, Luciana de Fátima Marinho. **O artista e a cidade: Eugênio de Proença Sigaud em Jacarezinho (1954-1957)**. Londrina, 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Londrina, 2012.

GODOY, Marcelo. **A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura milita: Histórias, Documentos e Depoimentos inéditos dos agentes do Regime.** São Paulo: Alameda, 2014.

GONÇALVES, Luís Felipe. **Sigaud: o pintor dos operários.** Rio de Janeiro: Edibrás, 1981.

LUZ, Angela Ancora da. A XXXVIII Exposição Geral de Belas Artes e sua significação para a construção da modernidade no Brasil – o Salão de 31. In: VALLE, Arthur; DAZZI, Camila. **Oitocentos - Arte Brasileira do Império à República - Tomo 2.** Rio de Janeiro: EDUR-UFRRJ, 2010.

MORAIS, Frederico. **Núcleo Bernadelli: arte brasileira nos anos 30 e 40.** Rio de Janeiro. Pinakotheke, 1982.

NAPOLITANO, Marcos. Vencer satã só com orações: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). **Construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina, volume II.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NICOLATO, Roberto. Por quem os sinos dobram: Pintor de temáticas sociais, Sigaud retratou numa visão bíblica personagens de Jacarezinho. **Jornal Gazeta do Povo.** Curitiba, 18 jun. 2000.

O GLOBO. **Eugênio Sigaud: 50 anos de pintura.** Rio de Janeiro, 27 ago. 1972.

O GLOBO. **O trabalho como temática e norma de vida.** Rio de Janeiro, 6 ago. 1979.

O JORNAL FEMININO. **O autêntico artista.** Reportagem de Celina de Farias. Rio de Janeiro, 7 maio. 1972.

O JORNAL. **O Salão dos Novos no Palace Hotel.** Rio de Janeiro, 01 ago. 1926.

O JORNAL. **Sociais.** 2º Caderno. Rio de Janeiro, 07 maio. 1971.

PECCININI, Daisy. Os anos 1960: Figurações e as artes politecnomorfas. In: GONÇALVES, Lisbeth Rebollo (Org). **Arte brasileira no século XX**. São Paulo: ABCA/Imprensa oficial, 2007.

PINTORES FLUMINENSES. **Catálogo**. Texto Quirino Campofiorito. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna, 1982.

PROJETO PORTINARI. **Entrevista com Aladyr Custódio**. Programa Depoimentos. Entrevistadoras: Maria Christina Guido; Rose Ingrid Goldschmidt. Técnico de Som: Antônio José de Albuquerque. Transcrição: Rosini Guido. Rio de Janeiro, 31 out. 1984. Duração: 1 hora.

PROJETO PORTINARI. **Entrevista com Quirino Campofiorito**. Programa Depoimentos. Entrevistadoras: Maria Christina Guido; Rose Ingrid Goldschmidt. Técnico de Som: Oswaldo Barbosa. Transcrição: Mafra e Silva. Niterói, 03 e 10 nov. 1982. Duração: 6 horas e 20 minutos.

QUINSANI, R. H. A revolução na encruzilhada: uma análise da arte revolucionária do muralismo mexicano a partir da imagem: o homem controlador do universo, de Diego Rivera. **História, Imagem e Narrativas**, v. 11, p. 01-20, 2010.

REIS, P. Nova Objetividade Brasileira – posicionamentos da vanguarda. **Modos**. Revista de História da Arte. Campinas, v. 1, n.3, p. 98-114, set. 2017.

RIDENTE, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da Revolução, do CPC à Era da TV**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

SIGAUD, Geraldo de Proença. **Catecismo anticomunista**. 4ª ed. São Paulo: Vera Cruz, 1963.

SILVA JÚNIOR, Alfredo Moreira da. **Atualização ou fumaça de satanás: interpretações sobre o Concílio Vaticano II no catolicismo brasileiro**. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

XAVIER, Cristiane Fernanda. Universidade do Povo (1946-1957) educação de adultos e democratização da sociedade no projeto político-pedagógico de Paschoal Lemme. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro v. 23, e230057, 2018.

Capítulo 7

A violência que nos toca: o cotidiano dos trabalhadores na Zona da Mata sul de Pernambuco (1950)

José Rodrigo de Araújo Silva

Em usinas escuras, homens de vida amarga e dura produziram este açúcar branco e puro com que adoço meu café esta manhã em Ipanema. (Ferreira Gullar, **O açúcar**)

Na tarde de 8 de abril de 1958, estiveram no gabinete do Secretário de Segurança Pública os lavradores José Amaro e José Acácio Domingos – respectivamente pai e filho – para denunciar um crime cometido nas terras do Engenho Santa Clara, situado no município de Ipojuca, Zona da Mata Sul de Pernambuco. Tratava-se do assassinato do outro filho de José Amaro, o também lavrador José Manoel Domingos. O crime havia acontecido em 2 de abril e foi noticiado dias depois no jornal *Diário de Pernambuco*.

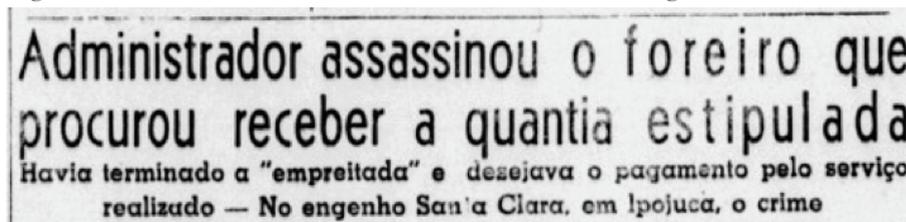
José Amaro e seus filhos eram foreiros em parte das terras do Engenho Santa Clara, que pertencia à Usina Trapiche. De acordo com o relato dos lavradores, Francisco João, administrador do engenho, foi o autor do delito. Na ocasião, José Manoel Domingos procurou o administrador para receber o pagamento por uma “empreitada” combinada entre eles. Ao solicitar o pagamento pelo trabalho, Francisco João se recusou a pagar o que havia prometido. Foi neste momento que “houve violenta desinteligência entre ambos” e o administrador “dando vasa ao seu instinto sanguinário”, sacou um revólver e assassinou o lavrador com um tiro no coração, conforme destacou o jornal.

O irmão da vítima, José Acácio Domingos, presenciou o crime e foi em busca do pai afim de relatar o acontecido. Imediatamente resolveram ir até o delegado de polícia de Ipojuca para prestar uma denúncia formal. A atitude ocasionou retaliação por parte do administrador e a indiferença do delegado.

Em represália, o administrador do engenho Santa Clara mandou destruir os roçados de José Acácio e de José Amaro Domingos e determinou que os mesmos fossem expulsos daquelas terras sem que surgissem quaisquer providências por parte da autoridade local (ADMINISTRADOR..., 1958, p. 5).

Diante daquela conjuntura, pai e filho viajaram até o Recife e procuraram o coronel Bráulio Guimarães, Secretário de Segurança Pública do Estado, para exigir providências sobre o caso. De acordo com o jornal, naquela mesma tarde, o Secretário enviou um telegrama ao delegado de Ipojuca indagando sobre as providências a respeito do assassinato, além de “exigir” respostas urgentes sobre “os desmandos cometidos, posteriormente, contra José Acácio e José Amaro Domingos” (ADMINISTRADOR..., 1958, p. 7).

Figura 1. Matéria sobre o assassinato de José Manoel Domingos



Fonte: (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 9 abr. 1958, p. 5).

O discurso do jornal ao descrever a atitude do Secretário diante das denúncias relatadas, sinaliza dois pontos que merecem destaque: o primeiro é a postura com a qual o Secretário de Segurança Pública se coloca diante do caso. Solidário aos lavradores, o jornal destaca não apenas a eficiência de Bráulio Guimarães ao emitir na mesma tarde um telegrama ao delegado de Ipojuca, como enfatiza a indignação do mesmo pela omissão do delegado a respeito do crime. O segundo ponto é a confirmação de que havia o conhecimento por parte das altas esferas do Estado acerca das distorções na aplicabilidade das leis sobre os crimes cometidos contra os trabalhadores rurais da zona canavieira.

A proximidade do Secretário de Segurança Pública com a imprensa pernambucana foi estabelecida desde o momento em que

o coronel Bráulio Guimarães assumiu o cargo em 1955. Após a sua posse, o Secretário fez questão de ressaltar o papel da imprensa junto à segurança pública no sentido de colaboração mútua. Uma matéria intitulada *A polícia e a imprensa* publicada no *Jornal Pequeno* nos parece elucidativa a este respeito.

Em suas primeiras declarações após empossar-se no cargo de Secretário de Segurança Pública, o coronel Bráulio Guimarães encareceu o papel da imprensa como valioso elemento de colaboração com a administração pública. Foram palavras suas: “somos os primeiros a reconhecer o papel preponderante do jornal, no que diz respeito aos interesses do povo: portanto, a crítica construtiva (e nunca mal intencionada) (sic) representa um auxílio pronto para uma administração fecunda e eficiente”.

Sendo tão boas as disposições do titular da segurança pública em relação à imprensa, parece que boas serão também as relações entre os jornais e essa autoridade. É exatamente na polícia – no seu aparelho e no seu funcionamento – que costumam cair as maiores críticas da imprensa em relação à administração pública. Há muitos erros e deficiências.

Certas autoridades se abespinham com as críticas da imprensa. O atual Secretário de Segurança pede à imprensa que o auxilie criticando e apontando os erros, com espírito de colaboração (JORNAL PEQUENO, 03 fev. 1955, p. 4).

Acreditamos que tais considerações são importantes, pois embora os jornais denunciasses casos de violência e assassinato de trabalhadores, também contribuíam com seus discursos para a legitimação das instituições do Estado e das classes dominantes. Neste caso, a matéria esclarece que as relações entre a imprensa e o cargo ocupado por Bráulio nem sempre haviam sido amistosas. Diante da disposição anunciada pelo Secretário, havia uma colaboração mútua que pode ser percebida no caso do assassinato de José Manoel Domingos e das violências aos seus familiares. Na mesma via em que possivelmente se beneficiava de um melhor acesso às informações oficiais, a imprensa denunciava os problemas e promovia a imagem do Secretário.

Pierre Bourdieu ao dissertar a respeito da burocracia do Estado, nos alerta sobre os efeitos simbólicos que este produz sobre a sociedade. É neste sentido que os discursos ou medidas “oficiais” que partem de representantes do Estado (políticos ou funcionários), são investidos de uma pretensa universalidade. Através da oficialização, estes agentes transformam um ato ou ponto de vista particular em regra, a partir de uma posição privilegiada. A este discurso investido de poder simbólico Bourdieu chama de “teatralização do oficial”.

Esses agentes construíram progressivamente essa coisa que chamamos de Estado, ou seja, um conjunto de recursos específicos que autorizam seus detentores a dizer o que é certo para o mundo social em conjunto, a enunciar o oficial e a pronunciar palavras que são, na verdade, ordens, porque têm atrás de si a força do oficial (BOURDIEU, 2014, p. 66).

A atitude tomada pelo Secretário ao enviar supostamente o telegrama ao delegado é de certa forma aquilo que o pai e o irmão da vítima esperavam (assim como boa parte dos leitores que acompanhavam o caso através do jornal). Não teremos como saber se o telegrama foi de fato emitido e tampouco qual o desfecho da história, mas o efeito simbólico de funcionalidade da máquina estatal foi cumprido. O caso dos lavradores é um dos inúmeros que aparecem recorrentemente nos jornais e nos processos judiciais da época, e sinalizam um cotidiano permeado por violências dos mais diversos aspectos aos quais eram sujeitos os trabalhadores rurais.

Canavieiros da Zona da Mata: relatos sobre a violência rural

Historicamente, a região da Zona da Mata abrigou a maior parte do complexo de produção açucareira, no contexto que Wallerstein (1985) denominou de *economia-mundo*. “O termo Zona da Mata, adquiriu localmente conotações ligadas à economia açucareira. [...] Situada no leste do Estado de Pernambuco, ela ocupa um trecho contínuo, paralelo ao litoral, de 50 a 60 km de largura” (DABAT, 2007, p. 52). As cidades dessa região surgiram no contexto da dinâmica de produção do setor sucroalcooleiro.

No final do século XIX, o açúcar bruto produzido pelos engenhos banguês já não conseguia competir com a demanda do mercado internacional. Sentindo a necessidade de inovar a produção, muitos proprietários de engenhos já buscavam alternativas para aperfeiçoar a qualidade do açúcar ao longo da segunda metade daquele século. “Daí surgiu a usina, que consistia na instalação da moderna fábrica de açúcar em terras do antigo banguê e às custas de seu proprietário; quase sempre de proprietário mais rico” (ANDRADE, 2011, p. 113).

No entanto, a expansão do cultivo da cana na Zona da Mata aconteceu de forma desigual. Ambicionando terras com maiores incidências de chuvas, os plantadores ocuparam de forma mais intensa a região sul da Zona da Mata. Desta forma, a quantidade de engenhos – e posteriormente de usinas – foram mais expressivas nesta área comparada à região norte.

Em 1914, por exemplo, a região norte tinha 391 engenhos e a região sul, 973. O sul também adotou, mais cedo e com mais vigor, a produção baseada nas grandes usinas. Das 36 usinas construídas antes do início do século XX, 34 se localizavam na parte sul da região do açúcar. Essa tendência persistiu nas décadas seguintes: mais usinas construídas no sul, mais engenhos pequenos resistindo no norte. Em 1935, o sul tinha 54 usinas e 180 engenhos, enquanto no norte havia 13 usinas e 316 engenhos (ROGERS, 2017, p. 189).

Com a baixa produtividade dos antigos banguês, os usineiros passaram a comprar estes engenhos ou negociar com seus proprietários - antigos senhores - o fornecimento da cana. Desta forma, os donos das usinas foram aumentando cada vez mais suas áreas de cultivo e conseqüentemente de domínio e influência. Na medida em que as estruturas de produção se transformavam, a vida dos trabalhadores rurais era modificada para atender às novas exigências.

Os pequenos roçados dos trabalhadores que eram plantados nos sítios de dependência dos engenhos foram ficando cada vez mais restritos. Ao passo em que a produção do açúcar aumentava nas usinas, novas áreas dentro dos engenhos eram aproveitadas para o plantio da cana. Sendo assim, os roçados que contribuía para uma melhor

alimentação dos trabalhadores, e até como complemento de renda, foram perdendo espaço, o que impactou negativamente na alimentação e na vida dos canavieiros.

A mudança também acontecia no volume de trabalho. Os proprietários passaram a exigir dos trabalhadores mais dias nos canaviais, o que dificultava o cultivo nos roçados. Manuel Correia de Andrade (2011) ao dissertar sobre este tema, afirma que estas transformações acarretaram um processo de proletarização dos trabalhadores rurais. Na mesma medida em que acontece esta proletarização no campo, os trabalhadores perdem gradativamente a qualidade de vida. A “modernização do campo” aconteceu, desta forma, atrelada à precarização do trabalho rural.

A proletarização e, conseqüentemente, o empobrecimento cada vez maior do trabalhador rural levam o mesmo ao descontentamento, à insatisfação. Os proprietários, compreendendo isto, realizam pequenos trabalhos de assistência que servem de meros paliativos, sem conseqüências positivas, ou exercem medidas drásticas, violentas para conter os anseios populares (ANDRADE, 2011, p. 130).

As mudanças no cotidiano do trabalho refletem diretamente nas relações entre os trabalhadores e o patronato. Diante das tensões, os trabalhadores passaram a se mobilizar e surgiram, assim, movimentos sociais que denunciavam as injustiças no campo. Após a criação da Lei de Sindicalização Rural em 1944 por Getúlio Vargas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) intensificou suas ações entre os trabalhadores rurais. Até o início da década de 1960 o PCB foi um dos principais responsáveis pela orientação e organização dos primeiros sindicatos rurais, com incursão também nas Ligas Camponesas.

A década de 1950 foi importante para o sindicalismo rural em Pernambuco. Foi neste período que as mobilizações e orientações dos trabalhadores por parte do PCB lançaram suas bases. Diante da organização dos canavieiros, os proprietários rurais reagiram prontamente através de uma resistência sistemática que recusava qualquer tipo de mobilização dos trabalhadores. Em muitos casos,

“a polícia era acionada sempre que preciso, de tal modo que a ‘lei e a ordem’ não corressem o risco de serem alteradas” (ABREU E LIMA, 2005, p. 37).

Lygia Sigaud ao investigar as transformações ocorridas durante este período, assinala que houve uma espécie de ruptura nas relações sociais no campo. De acordo com a autora, a partir de meados da década de 1950 começou a ocorrer um processo de “transferência da força de trabalho de dentro para fora dos engenhos, com os moradores abandonando as propriedades e se instalando nas cidades da região” (SIGAUD, 1979, p. 11). A mudança aconteceu, entre outros fatores, pelos avanços nos debates sobre os direitos dos trabalhadores rurais e a organização dos sindicatos e das Ligas Camponesas. Ao entrevistar trabalhadores da zona canavieira, Sigaud identificou que muitos deles “tinham sido expulsos dos engenhos porque os proprietários não queriam cumprir as suas obrigações trabalhistas e porque também tinham “ódio” dos trabalhadores desde que eles haviam começado a se organizar para defender seus direitos” (SIGAUD, 1979, p. 12).

Ao longo do período em que ocorrem essas transformações, observa-se também um aumento significativo dos processos judiciais referentes às irregularidades trabalhistas. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) havia estabelecido diretrizes voltadas aos trabalhadores urbanos no que concerne à regulamentação do trabalho no Brasil. A invisibilidade dos trabalhadores rurais nesta legislação dificultou o acesso à Justiça, que só passou a utilizar parâmetros específicos ao trabalho rural após a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 1963.

Os engenhos e as usinas estruturaram suas relações trabalhistas num contexto em que a crescente produção do setor sucroalcooleiro vinha associada às práticas de violência aos canavieiros. Nesta região de passado escravista, onde a proletarianização rural se estabeleceu com maior força, encontramos inúmeros relatos de agressões físicas e morais, bem como os casos de assassinatos desses trabalhadores. A este respeito, Christine Dabat ressalta o fator econômico da violência patronal, tendo em vista que “a imensa maioria dos casos de violência contra os canavieiros estava imediatamente associada a questões de organização do trabalho e de remuneração” (DABAT, 2007, p. 668).

Em uma série de entrevistas realizadas com trabalhadores rurais da Zona da Mata, a autora dimensionou aspectos importantes da vida dos canavieiros. O depoimento de José Pereira de Lima é elucidativo sobre como a violência patronal, permeada por silenciamento e medo, acontecia no ambiente de trabalho. No discurso do trabalhador, é possível perceber uma constante tensão nas relações de poder através da violência que se estabelece na autoridade do “patrão” sobre “os fracos”.

Ah! Naquela época a violência era do patrão com os fracos, era pau. Era pau no espinhaço do cara. E era pra falar baixinho. Não era pra falar alto, não. Naquela época, eu vou dizer ao Sr.: naquela época o patrão dizia assim: “É assim, assim, assim”. O camarada só tinha o direito de dizer uma palavra, e na outra ele mandava o cara logo se calar. Se não calasse, ia pra o pau mesmo (DABAT, 2007, p. 669).

A dificuldade de acesso ao ambiente onde era preciso “falar baixinho”, foi relatada por inúmeros pesquisadores. Na tentativa de adentrar nos domínios da *plantation*¹, antropólogos, historiadores e cientistas sociais descreveram os percalços durante as pesquisas de campo. José Sérgio Leite Lopes ao dissertar sobre as especificidades do trabalho dos operários do açúcar, afirmou que o título de sua obra “O vapor do diabo” indica não apenas a “hostilidade que apresenta o funcionamento de uma usina de açúcar com relação aos seus operadores humanos”, mas também a “hostilidade que a usina tem a apresentar a eventuais pesquisadores que procurem penetrar em seus domínios para entrar em contato com os seus operários” (LOPES, 1976, p. 01).

Essa hostilidade relatada pelo autor, reflete uma aversão a qualquer tipo de interferência externa que possa ameaçar a dinâmica produtiva neste espaço fortemente controlado por milícias particulares. Ao descrever a arquitetura espacial da *plantation*, José Marcelo Marques Ferreira Filho afirma que a violência patronal desempenhava um papel importante no domínio e controle dos trabalhadores. “A

¹Para definição de *Plantation* ver as considerações de Sidney W. Mintz e Eric Wolf [1957] (2010).

estrutura labiríntica da zona canavieira, associada à precariedade das vias de comunicação e transporte que concentrava a força de trabalho no interior das unidades produtivas, facilitava a prática indiscriminada e impune da violência pela classe patronal” (FERREIRA FILHO, 2016, p. 125).

O fenômeno da violência se materializava de diferentes formas no cotidiano dos canavieiros. Desde a sua representação simbólica, velada em constantes ameaças, até os espancamentos executados por administradores, fiscais, vigias e donos de barracão.

Violência que se expressava no excesso de trabalho, na possibilidade, sempre presente, de expulsão, de proibição do plantio ou da criação de pequenos animais. Violência nos preços cobrados pelo barracão, que implicava, muitas vezes, na formação de uma dívida impagável, que obrigava o trabalhador a fugir ou “vender-se” a outro patrão, que lhe adiantaria um pagamento para que pudesse saldar seu antigo débito. Violência no trato com as mulheres, particularmente contra as mais jovens e bonitas, assediadas e, não raras vezes, violentadas por proprietários ou seus prepostos. Violência, enfim, contra a própria vida, pois não era incomum um camponês ser surrado por chupar um pedaço de cana, assassinado por se negar a fazer algum trabalho que considerava inadequado ou protestar contra alguma arbitrariedade ocorrida (ABREU E LIMA, 2015, p. 311).

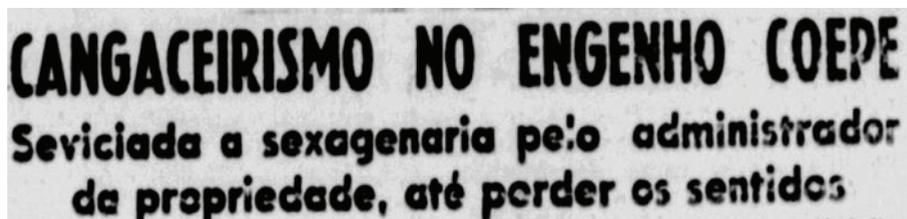
Alguns desses casos foram noticiados em jornais do período. Embora exista uma quantidade considerável de manchetes sobre agressões físicas aos trabalhadores, estes números não revelam a real dimensão dos casos. Imersos em uma vida de extrema precarização e vulnerabilidade, o medo de perder o emprego motivava o silêncio de muitos desses trabalhadores. Além da instabilidade no trabalho, havia também a segurança pela própria vida. Tanto dos trabalhadores, quanto dos seus familiares. Tudo isso somado à dúvida quanto à responsabilização dos algozes. Como no caso ilustrado no início deste trabalho, as relações pessoais entre a classe patronal e agentes da polícia e da justiça, favoreciam a omissão diante dos casos.

Figura 2. Matéria sobre o espancamento de um trabalhador rural da Usina Cachoeira Lisa situada no município de Água Preta.



Fonte: (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18 fev. 1955, p. 5).

Figura 3. Matéria sobre o espancamento de uma trabalhadora rural do Engenho Coepe situado no município de São Lourenço da Mata.



Fonte: (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 26 jan. 1955, p. 5).

Acreditamos que os arquivos judiciais podem ser elucidativos para pensarmos o fenômeno da violência, tendo em vista que nos processos-crime encontramos traços das contradições sociais; elementos do aparelho repressivo estatal; conflitos entre os poderes policial e judicial; além de elementos que corroboram a resistência dos trabalhadores aos desmandos do patronato. Estas fontes revelam um cotidiano permeado por violências nos mais diversos aspectos, desde a violência simbólica dos casos que versam sobre os direitos trabalhistas, até os que denunciam os assassinatos de trabalhadores.

Processos-crime e o cotidiano dos trabalhadores

Ao longo das últimas décadas, as fontes judiciais passaram a ser utilizadas pelos pesquisadores para atender diferentes finalidades. Pelo aspecto estrutural deste *corpus* documental, os processos detalham elementos do cotidiano que aparecem imersos em casos de violências,

assassinatos e crimes de todas as ordens. São práticas que transcendem os limites do âmbito doméstico, do ambiente de trabalho e lazer, e passam a ser judicializadas através de inúmeras ações na Justiça. Estas fontes revelam “aspectos da vida cotidiana, uma vez que, interessada a justiça em reconstruir o evento criminoso, penetra no dia a dia dos implicados, desvenda a sua vida íntima, investiga seus laços familiares e afetivos registrando o corriqueiro de suas existências” (MACHADO, 1987, p. 23).

Além de revelar aspectos do cotidiano, essas fontes fornecem elementos sobre a dinâmica da Justiça institucionalizada. O procedimento regimental que vai da formulação da denúncia apresentada ao Juiz de Direito (com base nos registros policiais), passando pelos ritos de intimação e depoimentos das partes, até o ato da sentença, contém dados relevantes sobre os trâmites processuais. Ao descrever os casos, o escrivão da Comarca relata não apenas o fato em si, mas a forma como este foi registrado e encaminhado pela delegacia.

O conteúdo dos processos, quando confrontados com outros elementos e fontes, revelam práticas e mecanismos de atuação tanto das partes envolvidas, quanto das instituições, cabendo ao pesquisador uma atenção criteriosa ao analisá-los. Neste sentido, vale ressaltar que as fontes são fundamentalmente oficiais, “produzidas pela Justiça, a partir de um evento específico: o crime e seu percurso nas instituições policiais e judiciárias” (GRINBERG, 2009, p. 125).

Os processos são fontes produzidas pela justiça e, por conseguinte, atendem interesses de variadas demandas, tanto dos “dominantes” como dos “dominados”. Importa lembrar que, embora essa documentação seja o registro, por exemplo, da “voz” de mulheres e homens, essas falas são mediadas pela “pena do escrivão” (CALEIRO; DA SILVA; DE JESUS, 2011, p. 305).

A ausência de dados é algo recorrentes neste tipo de documentação. Em alguns casos, não constam informações relevantes para a análise, tais como a cor, idade, estado civil ou o local em que residem as partes. Entretanto, embora estes documentos apresentem eventuais lacunas, trazem importantes indícios para compreensão de fenômenos como

a violência, os costumes locais, as relações de poder, os conflitos de classes, etc., suscitando uma investigação ainda mais atenta por parte dos pesquisadores.

A historiografia brasileira abordou os processos judiciais em pesquisas sobre os mais variados temas. Um dos trabalhos pioneiros, ainda na década de 1960, foi o de Maria Sylvia de Carvalho Franco na obra *Homens livres na ordem escravocrata*. Ao comentar a documentação durante o processo de pesquisa, a autora destaca que “a violência aparecia por toda a parte, como um elemento constitutivo das relações mesmas que se visavam conhecer” (FRANCO, 1997, p. 17).

Para a autora, a violência no mundo rural estava presente nos mais diversos tipos de sociabilidades. Ao analisar os processos-crime da região cafeeira do Vale do Paraíba, sua análise aponta para a existência de uma espécie de “código do sertão”, em que valores como a moral e a honra se sobrepunham a outros, fazendo com que a resolução dos conflitos se desse de forma violenta. Desta forma, a violência seria socialmente aceita pelo grupo em casos de defesa da honra, da moral e como um elemento importante da valentia para aquela sociedade.

Apesar do trabalho inovador de Maria Sylvia de Carvalho Franco, até o final da década de 1970 os estudos que tomavam como base os processos criminais foram pouco explorados no Brasil. A mudança começa a ocorrer com a publicação das obras de Michel Foucault, sobretudo o livro *Vigiar e Punir* que ganhou uma tradução para o português em 1977. Além dos textos de Foucault, o impacto dos estudos da história social inglesa foi influente na historiografia brasileira na década de 1980. A “história vista de baixo” passou a dar visibilidade e protagonismo às camadas populares e grupos até então marginalizados nas narrativas oficiais. Como exemplo desta leva de publicações, ressaltamos as obras de E. P. Thompson, com especial atenção ao livro *Senhores e Caçadores* publicado no Brasil em 1987.

Na esteira dessas publicações, autores como Robert Darnton (1986), Natalie Zemon Davis (1987), Michelle Perrot (1988) e Carlo Ginzburg (1986) também compuseram essa série de publicações que instigaram os historiadores brasileiros em abordagens cada vez mais voltadas para o estudo das minorias e das classes populares, utilizando como fontes os arquivos policiais e judiciais. Carlo Ginzburg (1989),

por exemplo, além de utilizar os arquivos da justiça, teorizou sobre o “paradigma indiciário”, um método largamente aplicado em suas pesquisas com processos-crime. De acordo com o autor, dados pouco perceptíveis, ou até mesmo negligenciáveis, podem fornecer indícios para a composição de uma realidade mais complexa.

Ao utilizarem as fontes judiciais nos estudos sobre as classes populares, os historiadores lançaram reflexões sobre o cotidiano, valores e códigos dos grupos analisados. Boa parte dessas obras versam sobre a vida dos trabalhadores livres e escravizados no Brasil. No que se refere à escravidão, por exemplo, destacam-se os trabalhos da Silvia Hunold Lara (1988), Hebe Mattos (1995), Maria Helena Machado (1987) e Sidney Chalhoub (1990). Este último com importantes publicações também a respeito dos trabalhadores na Primeira República. Além dos estudos sobre os escravizados, os arquivos policiais e judiciais do período republicano também foram visitados.

Boris Fausto (1984) ao analisar os arquivos criminais do Estado de São Paulo entre 1880 e 1924, realizou uma apurada quantificação estatística dos processos-crime. O autor procurou, tomando como base a observação das ações de funcionários da justiça e de elementos do cotidiano dos acusados, entender de que forma foram estabelecidos valores e comportamentos sociais. A tensão entre os acusados e a justiça se revela na documentação a partir dos autos do processo. Segundo o autor, “os autos traduzem a seu modo dois fatos: o crime e a batalha que se instaura para punir, graduar a pena ou absolver” (FAUSTO, 1984, p. 32).

Ao analisar o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, Sidney Chalhoub (2001) também estruturou sua argumentação a partir dos processos-crime. O autor parte da documentação para entender como os espaços de sociabilidade eram também permeados por violência, sem perder de vista as transformações na cidade e como isso reverberava no cotidiano das classes populares. Ao dissertar sobre a natureza da documentação, Chalhoub faz um alerta aos pesquisadores:

O fundamental em cada história abordada não é descobrir “o que realmente se passou” [...] e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. [...] O importante é estar atento às

“coisas” que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência (CHALHOUB, 2001, p. 40-41).

É partindo desta perspectiva ressaltada por Chalhoub que problematizaremos os processos-crime da Comarca de Ipojuca na década de 1950.² Na medida em que os casos estudados referem-se à dinâmica da *plantation*, problematizaremos a documentação na perspectiva das sociabilidades do espaço rural. Em uma análise preliminar da documentação, selecionamos alguns processos que dimensionam o cotidiano dos trabalhadores canavieiros da Zona da Mata Sul a partir de alguns padrões que se repetem sistematicamente. Estes casos ilustram de que forma a violência estava presente na vida dos trabalhadores, desde questões ligadas diretamente ao universo do trabalho, até casos de violência sexual e assassinatos, revelando a vulnerabilidade ao qual estes canavieiros estavam imersos.

Sobre vidas amargas e usinas escuras: os processos judiciais da Comarca de Ipojuca

O primeiro caso que abordaremos, trata da demissão de dois trabalhadores da Usina Trapiche pertencente à firma Mendes Lima. O caso consta nos autos de dois processos sentenciados no dia 27 de fevereiro de 1957. O primeiro movido pelo grupo Mendes Lima contra os trabalhadores e o segundo movido pelos trabalhadores contra a Usina. No primeiro caso, a firma acusa os trabalhadores de furtarem do almoxarifado um balde e três vasilhames de óleo (vazios). De acordo com os autos, os trabalhadores foram flagrados por um agente de polícia na saída da Usina.

Um dos trabalhadores, de cargo não informado, havia retirado com a ajuda do servente do almoxarifado os produtos descritos. O balde e os vasilhames vazios foram utilizados como argumento pela Usina

²Os processos da Comarca de Ipojuca integram o acervo particular do Desembargador Manoel Machado da Cunha Cavalcanti. Para facilitar a leitura, adaptamos as citações dos processos-crimes à grafia atual da língua portuguesa. Além disso, visando preservar a identidade dos envolvidos, optamos por suprimir os nomes dos sentenciados.

para criminalizá-los e, desta forma, justificar a demissão de ambos. Nos autos, um dos acusados menciona que foi admitido na Usina em 10 de julho de 1945 e que havia sido “injustamente dispensado do serviço sem qualquer indenização”. Ao sentenciar o caso, o juiz ressalta a irrelevância do valor dos produtos utilizada como justificativa para as demissões.

Todas essas vasilhas têm valor comercial nulo ou insignificante quando muito. Seria levar ao extremo o conceito de furto. Retalhar a honra, afetar a boa fama do indivíduo, por mais humilde que seja a sua condição social (...). Tirar-lhe o ganha pão para si e para a sua família, somente porque conduzia a pedido de um companheiro de serviço, reles vasilhames vazios. Puni-lo com o desemprego não pode ser medida capaz de ser adotada.³

Os acusados não explicam a utilidade que teria tais produtos de valor insignificante. Entretanto, levando em consideração as condições de vida dos moradores da região, uma possível justificativa seria a utilização dos vasilhames para o armazenamento de água ou de alimentos, visto que boa parte destes trabalhadores não dispunham de recursos para a aquisição de objetos com tais finalidades.

Ao considerar torpe o motivo da demissão e enfatizar a “humilde condição social” dos acusados, o juiz pontua como “extrema” a classificação do ato como furto. Em sua sentença, determina que o empregado seja readmitido e que seja pago todos os direitos de acordo com a CLT.⁴

Assim, sob esses argumentos e por falta de prova cabal e devidamente cumprida, julgo improcedente o inquérito judiciário imposto pela firma Mendes Lima S/A Indústria e Comércio, contra o operário J.B.S., cuja falta grave alegada pela firma empregadora não reconheço, ficando desta maneira a firma obrigada, nos termos do artigo 495 da Consolidação das Leis do Trabalho, a readmitir no serviço e a pagar-lhe J.B.S. o que o mesmo teria direito.⁵

³Autos do processo de J.B.S. Comarca de Ipojuca - Livro de Sentenças 2, p. 3.

⁴Embora a CLT tenha sido elaborada para atender aos trabalhadores urbanos, nos casos dos processos trabalhistas que envolviam os operários das usinas, muitos juízes utilizavam os artigos desta como parâmetro em suas sentenças.

⁵Autos do processo de J.B.S. Comarca de Ipojuca - Livro de Sentenças 2, p. 3-4.

A argumentação dos trabalhadores a respeito das motivações que teriam levado às demissões aparece de forma detalhada no segundo processo.⁶ O empregado A.J.S. afirma que era funcionário da Usina desde 15 de outubro de 1947 e, assim como o primeiro trabalhador, alega ser injusta a sua demissão. Ao ser demitido, o funcionário move uma ação contra a Usina e argumenta que “fora injustamente dispensado do trabalho a fim de que não atingisse a estabilidade”. A alegação da Usina foi de que A.J.S. havia facilitado a retirada do balde e dos três vasilhames vazios, sendo conivente com a ação executada por J.B.S.

Três testemunhas foram intimadas para depor sobre o caso. Todas elas afirmaram ter tomado conhecimento do ocorrido através das declarações do chefe do almoxarifado – que curiosamente não foi intimado para prestar depoimento. Uma das testemunhas chegou a afirmar que desconhecia onde se encontrava originalmente o material em questão, pois “nem sequer o tinha visto”. Diante das declarações, sentenciou o juiz:

Não resta dúvida que o dito das testemunhas é de ouvida vaga quanto as pessoas que haviam sido responsabilizadas pela retirada das malditas latas vazias que tinham pequeno valor comercial. (grifo no original) O reclamante nega a sua participação no desvio das latas e diz que foi demitido a fim de que não atingisse a estabilidade no emprego. A jurisprudência não atribui falta grave derivada de improbidade, de desonestidade do empregado, para motivar a despedida (...).⁷

Embora reconheça não haver falta grave que justifique a demissão, o juiz afirma que não há provas de que a dispensa foi motivada pelo fato de o “empregador pretender impedir que [o funcionário] atingisse a estabilidade”. E conclui determinando que a empresa efetue o pagamento de tudo que o funcionário teria por direito, inclusive, o retroativo de todos os salários correspondentes da demissão à sentença. Nestes processos, percebemos aspectos de uma violência simbólica

⁶Autos do processo de A.J.S. Comarca de Ipojuca - Livro de Sentenças 2.

⁷Autos do processo de A.J.S. Comarca de Ipojuca - Livro de Sentenças 2, p.1.

que se materializa na criminalização dos trabalhadores e serve como argumento para justificar as demissões.

Os canaviais também aparecem na documentação como o lugar privilegiado para os crimes de natureza sexual. Os recorrentes casos que envolvem este tipo de violência ilustram um ambiente vulnerável às trabalhadoras. Na sentença julgada em 31 de outubro de 1957, uma menor de 14 anos e trabalhadora do Engenho Santa Rosa, município de Ipojuca, afirma ter sofrido uma tentativa de estupro por um morador residente do mesmo engenho. De acordo com o inquérito policial anexado ao processo e transcrito na sentença:

No dia 15 de julho, em terras do engenho Santa Rosa, deste município, por volta das sete horas o denunciado, depois de conduzir violentamente para dentro de um canavial a menor M.M.C., procurou subjugar-lá com a intenção de manter conjunção carnal, não podendo prosseguir no seu intento pela aproximação dos irmãos menores da ofendida, atraídos pelos gritos da mesma.⁸

Uma perícia foi realizada e a menor submetida ao exame de corpo de delito que constatou a virgindade da vítima. De acordo com o laudo pericial, “a referida menor estava virgem, uma vez que se apresentava com a membrana do hímen perfeitamente ilesa, íntegra e sem nenhum sinal ou indício de violência”.⁹ Além da vítima, três testemunhas prestaram depoimentos sobre o caso. O depoimento das testemunhas se aproxima do que foi dito pelo acusado ao delegado local. Segundo o inquérito, o denunciado afirmou que “apenas segurara M. por um braço quando a mesma se dirigia para o trabalho, largando-a em vista de seu grito pedindo que lhe largasse”.¹⁰

O caso revela dois aspectos assíduos no cotidiano dos canaviais. O trabalho infantil realizado por meninos e meninas como uma forma de garantir o sustento mínimo de suas famílias, e a vulnerabilidade com a qual as mulheres trabalhadoras do campo precisavam lidar em suas rotinas. Ao proferir a sentença, o juiz ressalta que o ato não foi

⁸Autos do processo de B.A.S. Comarca de Ipojuca - Livro de Sentenças 2, p.1.

⁹Autos do processo de B.A.S. Comarca de Ipojuca - Livro de Sentenças 2, p.1.

¹⁰Autos do processo de B.A.S. Comarca de Ipojuca - Livro de Sentenças 2, p. 2.

consumado devido a “aproximação dos irmãos menores da ofendida, que a socorreram aos seus gritos de socorro”.¹¹ Nestas condições, o acusado foi condenado a três anos de reclusão na Penitenciária Agrícola de Itamaracá.

A condição das mulheres no campo pode ser pensada na perspectiva de Silvia Federici (2017) ao discutir o lugar social da mulher no processo de expropriação dos produtores agrários, pauperização e criminalização dos trabalhadores. Na obra *Calibã e a bruxa – mulheres, corpo e acumulação primitiva*, a autora pontua de que forma o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho esteve atrelada à mecanização do corpo proletário e, no caso das mulheres, na transformação deste em uma “máquina de produção de novos trabalhadores” (FEDERICI, 2017, p. 26).

Ao analisar a mulher na Europa no momento de transição ao modelo capitalista, Federici ressalta que até aquele momento, o trabalho das mulheres no campo e em casa – no tear, cozinhar, cuidar dos filhos etc. – não era desvalorizado. Isso porque, havia um entendimento de que estas atividades eram complementares à renda familiar. A desvalorização acontece quando a sociedade capitalista, baseando-se na economia monetária, passou a classificar o trabalho não remunerado como algo menor.

Este entendimento é chave para pensarmos a condição de desgaste e desvalorização das mulheres de forma geral, mas sobretudo, das mulheres trabalhadoras do campo. Além de serem educadas para executar as tarefas domésticas, as mulheres precisavam trabalhar nas plantações e levavam consigo seus filhos, que desde cedo aprendiam o trabalho e se dedicavam aos canaviais. Imersas em longas jornadas de trabalho, estas mulheres ainda precisavam lidar com os assédios constantes, além da violência sexual.

As lesões corporais e os assassinatos de trabalhadores são as expressões máximas desse cotidiano permeado por violências. O caso relatado anteriormente a respeito dos foreiros do Engenho Santa Clara é sintomático neste aspecto. Em 26 de julho de 1957, registrou-se na Comarca de Ipojuca a notificação de um assassinato que, nas palavras

¹¹Autos do processo de B.A.S. Comarca de Ipojuca - Livro de Sentenças 2, p. 3.

do escrivão, havia acontecido em “circunstâncias duvidosas”.¹² Tratava-se da morte de um trabalhador do Engenho Dois Mundos ocorrida no dia 14 de junho daquele ano. O laudo anexado ao processo e expedido pelos peritos do Instituto de Medicina Legal afirmaram haver “sinais de violência” na causa da morte.

O acusado de ter cometido o crime era o administrador do referido engenho que, de acordo com o depoimento das testemunhas, havia discutido com a vítima naquele mesmo dia. O motivo seria a incapacidade do trabalhador de executar suas atividades laborais por estar doente. As testemunhas que presenciaram o crime, relataram que a vítima pedia para que “não mais o acusado lhe espancasse”, sendo ignorado diante da fúria do agressor.

Inúmeras mortes de trabalhadores rurais foram registradas em instâncias judiciais como sendo por causas naturais quando, na realidade, tratavam-se de vítimas dos abusos do patronato, como nos revela Paulo Cavalcanti no seu livro de memórias.

Certa tarde, Aluísio Jordão de Vasconcelos, tabelião da comarca, confidenciou-me que o cadáver de um operário da Usina Santa Teresa fora sepultado no cemitério público da cidade com marcas evidentes de sevícias pelo corpo inteiro. A *causa mortis* descrita no atestado – enfermidade no fígado – não correspondia à realidade. (...) Os cadáveres vinham dos engenhos ou das usinas com bilhetes pregados no corpo: “Morreu do baço” ou “Morreu do fígado”. Preenchidas simples formalidades médicas, enterravam-se muitas vezes pobres vítimas das arbitrariedades patronais. Os “capangas” ou vigias dos latifúndios apareciam sempre como os autores desses crimes desalmados. E ninguém podia pegá-los pela gola, beneficiários que eram da proteção policial (CAVALCANTI, 1978, p. 208).

As “circunstâncias duvidosas” descritas no processo se configuram pela falta de clareza na notificação policial registrada na delegacia. De acordo com os autos, a morte do trabalhador havia sido notificada como “ataque epiléptico”, sendo posteriormente desmentida pelo irmão da

¹²Autos do processo de A.P.S. Comarca de Ipojuca - Livro de Sentenças 2, p. 1.

vítima que, três dias após o crime, compareceu à delegacia de Ipojuca para prestar o seu depoimento. Diante das provas apresentadas, o juiz da Comarca responsabiliza o administrador do engenho pela autoria do assassinato.

Conclusão – A violência rural entre o silêncio e o esquecimento

Ao contrário do que recorrentemente é descrito – ou silenciado – nas narrativas oficiais, a violência está presente em nossa sociedade como algo culturalmente aceito. Ela se revela nas práticas cotidianas desde sua forma simbólica até os casos extremos de agressão física e assassinato. Ao assumir a sua forma estrutural com o aparato do Estado, as sociedades modernas oficializam as suas narrativas buscando um distanciamento das sociedades antigas, as quais classificam como “violentas”. No entanto, como nos esclarece Achile Mbembe,

a brutalidade das democracias nunca foi senão abafada. Desde as suas origens, as democracias modernas mostraram tolerância perante uma certa violência política, inclusive ilegal. Integraram na sua cultura formas de brutalidade levadas a cabo por uma série de instituições privadas agindo como mais-valia do Estado, sejam elas corpos francos, milícias ou outras formas paramilitares ou corporativistas (MBEMBE, 2017, p. 33)

A ‘história oficial’ silencia de suas narrativas tais problemáticas e isso contribui para uma espécie de esquecimento programado. Como um efeito em cadeia, o silêncio institucional sobre os casos de violência colabora direta e indiretamente com o mito da sociedade não violenta. Além de um esquecimento que se relaciona com a naturalização da violência, outras formas de esquecimento tocam os trabalhadores do campo. Suas vidas, mortes, traumas, lutas, são ignorados, muitas vezes, nos documentos produzidos pelo Estado, o que reforça o esquecimento da narrativa oficial sobre estes trabalhadores.

Ao problematizar o aspecto do “mito” da não violência na sociedade brasileira, Marilena Chauí ressalta que, por meio das ações sociais, o mito “produz valores, ideias, comportamentos e práticas que

o reiteram na e pela ação dos membros da sociedade” (CHAUI, 2011, p. 382). Ele também teria uma função apaziguadora através da repetição daquilo que é narrado. Desta forma, estaria assegurada à sociedade a auto conservação diante das transformações históricas.

O mito opera com antinomias, tensões e contradições que não podem ser resolvidas sem uma profunda transformação da sociedade no seu todo e que por isso são transferidas para uma solução simbólica e imaginária que torna suportável e justificável a realidade. Em suma, o mito nega e justifica a realidade negada por ele (CHAUI, 2011, p. 382).

Se pensarmos nas narrativas que o Estado estabelece como oficiais, cabe-nos ainda as observações de Paul Ricoeur (2007) quando este disserta sobre o esquecimento e a memória manipulada. Segundo o autor, a manipulação da memória através do esquecimento se dá muitas vezes por via ideológica. O problema está no “abuso” do esquecimento. Antes do “abuso” há o “uso”. A manipulação acontece pela construção narrativa (que é por via de regra seletiva). Se não é possível narrar tudo, quais os critérios de seleção do que será esquecido?

Para quem atravessou todas as camadas de configuração e refiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial. (RICOEUR, 2007, p. 455)

Esta narrativa oficial que “esquece” elementos fundamentais para o entendimento da complexidade social precisa ser questionada e problematizada. Sendo assim, a historiografia e mais precisamente os historiadores têm uma contribuição importante no sentido de buscar aquilo que foi “esquecido”. Para além da assertiva do Peter Burke quando afirma que a função do historiador é lembrar daquilo que a sociedade quer esquecer, é preciso lembrar daquilo que a história oficial intencionalmente quis que esquecêssemos.

Quando observamos estes processos sobre os trabalhadores da Zona da Mata canavieira, cai por terra o mito da não violência no Brasil, que se opera em diferentes formas. Desde a negação da sua existência até o uso institucionalizado pela legitimação jurídica e estatal. Nesta “solução simbólica e imaginária que torna suportável e justificável a realidade”, conforme nos lembrou Chauí, a violência é negada e colocada em uma posição diametralmente oposta da essência ordeira e pacífica da sociedade brasileira, recorrentemente reproduzida pelas narrativas da história oficial.

Referências

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Ed. UFPE / Ed. Oito de Março, 2005.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Trabalhadores rurais diante da violência. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: Ed.UEPB, 2015.

ADMINISTRADOR assassinou o foreiro que procurou receber a quantia estipulada. **Diário de Pernambuco**, Recife, 09 abr. 1958.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste [1963]. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-1992). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CALEIRO, Regina Célia Lima; DA SILVA, Márcia Pereira; DE JESUS, Alysson Luiz Freitas. Os processos-crime e os arquivos do Judiciário. **Dimensões**: Revista de História da Ufes, n. 26, p. 302-320, 2011.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi** – Da coluna Prestes à queda de Arraes: memórias. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ªed. Campinas: EdUnicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena. Ética e Violência no Brasil. **Revista BioEthikos**, Centro Universitário São Camilo, v. 5, n. 4, p. 378-383, 2011.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. UFPE, 2007.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, Natalie Z. **O retorno de Martin Guerre**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA FILHO, José Marcelo. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Recife, 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir** [1977]. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata** [1969]. 4ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: DE LUCA, T. R; PINSKY, C.B. (Orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

GULLAR, Ferreira. **O açúcar. Dentro da noite veloz**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JORNAL PEQUENO. **A polícia e a imprensa**. Recife, 03 fev. 1955.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOPES, José Sergio Leite. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MACHADO, Maria Helena. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil séc. XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1995.

MBEMBE, Achile. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MINTZ, Sidney W.; WOLF, Eric. Fazendas e plantações na Meso-América e nas Antilhas? [1957]. In: MINTZ, Sidney W. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. 2ª ed. Recife: Ed. UFPE, 2010, p. 198-203.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

ROGERS, Thomas D. **As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 2017.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos:** estudos sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores:** a origem da Lei Negra. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O capitalismo histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

Capítulo 8

Artimanhas contra os trabalhadores em tempos autoritários: demissão disfarçada e violência verbal no Processo nº 585.65 da JCJ Goiana/PE

Lara Maria de Holanda Soares

Introdução

Desde o período colonial, o município pernambucano de Goiana, na Zona da Mata Norte do estado e a 70 quilômetros da capital, Recife, tem sua paisagem marcada pela cana-de-açúcar. Por estar próximo a estuários e braços de rio, funcionou como rota de escoamento da produção açucareira já no século XVI:

Na verdade, os estuários dos pequenos rios tiveram influência decisiva no povoamento do Nordeste, até a construção das estradas de ferro no século passado [século XIX]. Antes destas, cidades localizadas a alguma distância do mar, por trás da área ocupada pelos mangues, no ponto terminal do trecho fluvial navegado, formavam portos para onde convergiam os produtos de grandes áreas do interior. Em função disso, tiveram notável desenvolvimento no século passado Mamanguape, na Paraíba, **Goiana** e Rio Formoso, em Pernambuco, Porto Calvo e Coruripe, em Alagoas, e Maruim e São Cristóvão, em Sergipe (ANDRADE, 2005, p. 73, grifo nosso).

Goiana é marcada por algumas características ambientais que a distinguem dos municípios da Mata Sul: enquanto a Norte é conhecida como Seca, a Sul é Úmida (ABREU E LIMA, 2005). Thomas Rogers (2017) também ressalta as diferenças existentes nessas áreas, uma região não homogênea em termos de clima, topografia, tendências no uso da terra, observando que a Mata Norte não era tão ligada ao

açúcar, se comparada à Mata Sul, chegando até a favorecer uma maior variedade agrícola. Algodão, frutas da região abasteciam o mercado interno (ACIOLI, S/D, p. 1).

Apesar das “desvantagens” da Mata Seca em relação à Mata Úmida, Goiana se caracterizou por sua prosperidade econômica, por um processo produtivo da cultura canavieira que também é conhecido pela exploração e pelo esgotamento de mão de obra e de terras, impulsionados por políticas estatais de racionalização do uso do solo e de melhorias técnicas. Com o período autoritário da ditadura militar, a partir do golpe de 1964, o desenvolvimento e a expansão do cultivo da cana tomaram toda a Zona da Mata de tal modo que as diferenças entre as Matas Norte e Sul foram se tornando imperceptíveis.

No século XX, observamos que o setor sucroalcooleiro ainda predominava naquela região, sustentado por incentivos estatais. O período em estudo é marcado por uma *modernização* do setor sucroalcooleiro, segundo o discurso do Estado brasileiro na época, que utilizava esse termo para apresentar programas estatais de incentivo ao setor. Tal *modernização* já foi muito bem questionada por autores que são referência no assunto, como Peter Eisenberg (1977) e Manuel Correia de Andrade (1994), entre outros.

Apesar de sua produção açucareira, Goiana entrou em estagnação produtiva nos anos 1930, marcada por latifúndios nos quais estavam ausentes práticas políticas, sociais e econômicas com uma visão modernizadora (ANDRADE, 2005, p. 39). Com a crise econômica mundial do início do século XX, o governo brasileiro advindo da Revolução de 1930 estabeleceu uma série de medidas voltadas ao setor sucroalcooleiro, através da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) — em 1º de junho de 1933, pelo Decreto nº 22.789, com o “objetivo de orientar, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool [...]” (INSTITUTO..., S/D). Entre as medidas, destacavam-se a limitação de produção, proibição de instalação de novas usinas e de engenhos sem permissão oficial e o estabelecimento de cotas de produção por estados e por empresas (ANDRADE, 1994, p. 108).

A expansão da produção agrícola após a Segunda Guerra Mundial levou a um processo de modernização, que tivera início desde o governo de Vargas. O Sudeste foi a região mais beneficiada, com o

aumento de sua produção, não mais contando com o açúcar nordestino para seu abastecimento, além de disputar as cotas de exportação de açúcar nacional para o exterior. Em 1955, a produção açucareira de São Paulo ultrapassou a produção nordestina (ABREU E LIMA, 2005, p. 27).

Nos anos 1960, Goiana tinha indústrias de olaria, fábrica têxtil e até uma siderúrgica, a Cia. Aço Norte, embora sua economia fosse caracterizada pelo setor sucroalcooleiro superconcentrado, o que pode ser constatado nos processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Goiana/PE (JCJ Goiana/PE), destacando-se como partes da maioria dos processos trabalhistas duas grandes indústrias sucroalcooleiras, a Cia. A.I.G. (proprietária da Usina ST) e C.A.G. (Usina NSM)¹. Vale ressaltar que os processos da JCJ Goiana/PE não se referiam apenas a trabalhadores desse município, pois a área de abrangência da Junta era bem mais ampla, atendendo a vários outros locais, como Itambé (També, à época); Itaquitinga; Timbaúba, entre outros.

Esse cenário de “modernização” e “desenvolvimento” era o oposto da melhoria da condição trabalhista. A indústria açucareira foi beneficiada por incentivos estatais ao longo dos séculos da história brasileira, enquanto que os trabalhadores canavieiros passaram a ter uma garantia legal apenas nos anos 1960, com o Estatuto do Trabalhador Rural (1963).

No Brasil pós-abolição da escravidão institucionalizada, nos primeiros anos do século XX, o reconhecimento de direitos sociais passou a fazer parte do debate nacional. Angela de Castro Gomes e Fernando Teixeira Silva (2013, p. 15) apontam que já desde os primeiros anos daquele século falava-se da necessidade de organização de tribunais voltados para as questões concernentes ao trabalho assalariado. Essa discussão estava ligada à “questão operária” no plano

¹Para preservar a identidade das partes envolvidas no processo, por se tratar de casos que têm pouco mais de 50 anos, sendo possível haver pessoas envolvidas que ainda estejam vivas ou empresas ainda em atuação, não iremos identificar o nome das partes, utilizando siglas, sendo o respeito à privacidade uma das prerrogativas de um dos convênios já assinados pelo Arquivo onde estão localizados os processos. Para fins de pesquisa, todos os processos da JCJ Goiana/PE do ano de 1965 estão disponíveis no Laboratório História e Memória da UFPE/TRT 6ª Região.

internacional. Após a Primeira Guerra Mundial, tanto a Conferência de Paz quanto o Tratado de Versalhes, que tinha o Brasil como signatário, recomendavam o reconhecimento de novos direitos sociais daquela sociedade do pós-guerra. A Justiça do Trabalho seria uma das bases fundamentais de um projeto para o cumprimento da legislação trabalhista.

Antes das JCJs, a Justiça Comum era o órgão responsável pela resolução dos conflitos entre empregadores e empregados, baseando-se no Código de Processo Civil (Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916). As JCJs foram criadas pelo Decreto nº 22.132 em 1932, com o objetivo de conciliar demandas entre empregadores e empregados.

A Justiça do Trabalho foi um meio que possibilitou novas dinâmicas nas relações trabalhistas (MELO, 2018, p. 16). Prevista com a promulgação da Constituição de 1934, ela é fruto da Lei nº 1.237, de 2 de maio de 1939 — tendo suas competências definidas em 12 de dezembro de 1940, pelo Decreto nº 6.596 —, sendo vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e estruturada em oito órgãos, entre eles as Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJs).

Entretanto, apenas em 1941 é que essa legislação foi implementada e que as JCJs passaram a funcionar de fato (TAVARES, 2018, p. 35-36). Com a Constituição de 1946, a Justiça do Trabalho foi separada do Poder Executivo e passou a integrar o Poder Judiciário, tornando-se uma instituição autônoma, com o Tribunal Superior do Trabalho (TST); os Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) e as JCJs. Essa estrutura se manteve até 1988 (TAVARES, 2018, p. 36). As primeiras JCJs a serem implementadas em Pernambuco surgiram 30 anos depois de sua criação, a partir de 1962. Neste ano, foram criadas as oito primeiras JCJs de Pernambuco, através da Lei nº 4.088, de 12 de julho de 1962. Entre essas primeiras, estava a JCJ Goiana/PE, que atendia também o município de També (hoje Itambé).

Garantias de direitos aos trabalhadores urbanos e industriais foram estabelecidas no Governo Vargas, com a criação de JCJs (1932) e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, 1943), mas não contemplavam os trabalhadores rurais. Apenas em 1963, após muita luta, como destaca Maria do Socorro de Abreu e Lima (2005), estes passaram a ter direitos reconhecidos pelo Estatuto do Trabalhador

Rural (ETR), que reforçava e detalhava as disposições gerais da CLT para os assalariados agrícolas, como direito ao salário mínimo, férias anuais remuneradas, repouso semanal, direito aos trabalhadores se organizarem em sindicatos iguais aos urbanos, registrados no Ministério do Trabalho:

O Estatuto se limitava a levar ao campo os direitos que já eram desfrutados pelos trabalhadores urbanos [...] Não era fácil a aplicação da lei no meio rural, ante a complexidade e diversidade das formas de relações de trabalho” (ANDRADE, 1989, p. 57 apud FERREIRA FILHO, 2012, p. 31).

Ainda assim, artimanhas e violência foram usadas pela agroindústria açucareira para burlar direitos trabalhistas, como se vê em processos da JCJ Goiana/PE, de 1965. A partir de uma pesquisa que analisou 535 processos trabalhistas, é notável a continuidade da exploração enquanto o Estado criava uma fachada legal. Apesar das pressões patronais e do drible às leis, esses trabalhadores buscavam as JCJs para reivindicar seus direitos, não apenas para que estes fossem reconhecidos, mas para que fossem, de fato, efetivados através do cumprimento legal.

Contudo, a partir do golpe militar de 1964 e da instituição do regime autoritário, a violência permanente e o desrespeito às leis trabalhistas passaram a ser “instituídos”, nas palavras de Ferreira Filho (2012). Os “direitos conquistados” (FERREIRA FILHO, 2009) nem sempre foram respeitados, além de que os trabalhadores rurais só tiveram garantida a previdência social, com direitos como aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez, auxílio-funeral, etc., através do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), instituído pela Lei Complementar nº 11, de 11 de maio de 1971, e que passou a vigorar em 26 de maio de 1971, já durante o período ditatorial.

Para esta análise, também foram tomados como referência Pierre Bourdieu (2014), para tratar da violência simbólica e dos atos oficiais de Estado; Silvia Federici (2017), para abordar a luta pelo acesso à terra sob uma perspectiva marxista original e a criação do Estado

moderno; e Achille Mbembe (2017), que contribui para a reflexão sobre o surgimento das democracias modernas ancoradas na violência, monopolizada pelo Estado moderno.

Desenvolvimento

Um Perfil dos Trabalhadores a partir da História Serial.

Como método para esta pesquisa, foi utilizada a abordagem da história serial, criando-se uma série histórica a partir dos processos pesquisados. Com a história serial, é possível analisar um volume expressivo de documentos que mantêm uma certa homogeneidade de informações. Assim, tem-se um retrato mais próximo desses trabalhadores, que produziram a maior riqueza da história de Pernambuco, numa tentativa de traçar um perfil mais fiel deles.

Exemplo das informações que são recorrentes nos processos e que permitem a construção de uma tabela com dados relevantes são: data do início do processo trabalhista, dados dos trabalhadores (como função que exerciam, quantos anos tinham de serviço, se tinham carteira assinada, se eram sindicalizados, se assinavam o próprio nome e quais as principais reivindicações que faziam) e qual era o desenlace (o resultado final) dos processos (se eram arquivados, se eram julgados procedentes, improcedentes, entre outros). Os trabalhadores, rurais ou urbanos, podiam recorrer às JCJs quando queriam reivindicar algum direito trabalhista ou resolver alguma questão relativa ao trabalho. Também era comum que os empregadores recorressem às JCJs para solicitar a homologação de demissões de empregados.

Em nossa pesquisa, foram analisados 535 processos trabalhistas do ano de 1965. Desse total, 208 processos (38,7% do total) tinham seus solicitantes classificados como trabalhadores rurais, 153 (28,5%) como operários. A terceira maior categoria eram os serventes, 28 (5,23%), seguidos pelos industriários, 12 (2,24%). A categoria de ajudantes apareceu em 10 processos (1,86%), sendo especificados ainda de acordo com a tarefa que exerciam (ajudante de caminhão; de caldeireiro; de laminação; etc.). Algumas categorias mais específicas de atividades nas usinas também eram citadas: 5 trefiladores; 4 guindasteiros; 3 forneiros;

2 foguistas de locomotivas; 3 motoristas; 4 vigias; 6 pedreiros, sendo que dentre estes últimos um se autodesignava como Artista, como abordado por José Sérgio Leite Lopes (1976). Pela leitura do processo, aparece a informação que o trabalhador era pedreiro. Ou seja, sua Arte era a construção.

Outras 28 categorias de profissionais também entraram com processos trabalhistas na JCJ Goiana/PE, mas eram casos isolados ou que não tinham tanta expressividade numérica quanto a de funções relacionadas ao setor sucroalcooleiro, como: advogado; alfaiate; bilheteira; comerciário; entregador de pães; tecelã; gerente de serviço de água e esgoto; garçom, telefonista e zelador. No entanto, mesmo entre esses, é possível identificar categorias que trabalhavam no setor sucroalcooleiro, como cabo geral, desbastador, agricultor, apontador, oleiro, mecânico de autos, guarda-freio e até um jardineiro da residência do proprietário de um engenho. De todos os processos, 69 não especificavam a profissão do trabalhador (12,89%), uma quantidade expressiva se comparada aos demais percentuais, sendo o terceiro maior percentual.

De todos os processos, 323 (60%) tinham como assunto reclamação trabalhista, muitos em razão de demissão sem justa causa, enquanto havia 208 (39%) homologações de rescisão de trabalho, nos quais operários e serventes eram demitidos sob a lei trabalhista. Dos demais 5 processos, 2 (0,4%) tratavam de inquérito com vista à uma futura demissão por justa causa e, dos outros 3 processos, não foi possível identificar o objeto.

Os processos pesquisados estão disponíveis no Laboratório Memória e História do TRT 6ª Região/UFPE, no 4º andar do CFCH, sob coordenação do Professor Antônio Torres Montenegro (PROJETO..., 2020). Esse arquivo é resultado dos esforços dos professores do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História em preservar os processos trabalhistas do arquivo do TRT 6ª Região, através de um convênio entre o TRT e a UFPE desde 2004. O acesso a esses documentos tem possibilitado que muitas pesquisas acadêmicas sobre os trabalhadores sejam realizadas, o que comprova a importância desse arquivo e de seu acesso por estudantes, pesquisadores e professores.

Terra, Estado Moderno, Violências: Autoritarismo e Democracias Modernas.

A luta pelo acesso à terra é uma constante ao longo da História. Partindo de uma perspectiva marxista, a historiadora italiana Silvia Federici (2017) vai desenvolver uma proposta de ampliação do materialismo histórico de Marx ao acrescentar como a apropriação de capital pela chamada acumulação primitiva ocorreu com a exploração das mulheres, de sua força de trabalho e de seus corpos. Embora o recorte da historiadora italiana seja bastante distinto da pesquisa realizada na zona canavieira pernambucana no século XX, alguns dos aspectos abordados por Federici podem ser tomados emprestados para tecer considerações sobre a condição dos trabalhadores rurais na zona canavieira nos anos 1960.

Com o devido cuidado para não cair no anacronismo, é possível refletir como as regulamentações do fim do período medieval europeu tinham um caráter distinto das que eram implementadas na zona canavieira pernambucana no ano aqui pesquisado. No medievo europeu, as regulamentações tinham a ver com uma disputa de uma “invenção de tradições” entre senhores e camponeses, com certo poder de barganha por parte dos camponeses na definição de tarefas e de usos de ferramentas e da terra através de um direito consuetudinário, mesmo que no fim do século XVIII tenha havido o estabelecimento de normas escritas pelos senhores que haviam se apropriado das terras (FEDERICI, 2017, p. 59).

A própria constituição do Estado moderno que surge com o desenvolvimento do sistema capitalista é indissociável das instituições que serão criadas para a sua legitimação. As instituições seriam o “fiduciário organizado”, a “confiança organizada”, a “ficção coletiva reconhecida como real pela crença e, por isso, tornando-se real” (BOURDIEU, 2014, p. 91).

Os próprios agentes do Estado são aquelas pessoas que lhe estão associadas desde a sua origem, enquanto agentes de uma instituição de normas, regras, leis, atos que elas mesmas criaram para se tornarem detentoras de um “poder de Estado” (BOURDIEU, 2014, p. 93). O Estado transparece como uma “ficção jurídica”, algo que não existe de fato. Isso, no entanto, não faz com que não se produza um efeito real, concreto:

Não é porque o oficial nunca é mais que o oficial, não é porque a comissão não é o que quer fazer crer que é, que ela não produz, ainda assim, um efeito, pois apesar de tudo consegue fazer crer que é aquilo que quer fazer crer (BOURDIEU, 2014, p. 46).

O importante, segundo Bourdieu, é que o oficial, mesmo não sendo aquilo que faz crer, seja eficaz. Toda a teatralização que é inerente aos atos praticados, portanto, tem uma eficácia que é real, além de que as operações simbólicas de oficialização fazem com que o Estado passe a ser percebido como a própria manifestação estatal não apenas no sentido de governo, mas daquilo que o Estado “reconhece e concede”.

A função das comissões será a de produzir uma visão oficial que irá se impor como uma visão legítima, que faz a versão oficial ser aceita, muito embora essa verdade oficial não venha a ser universal e reconhecida por todos, em qualquer momento (BOURDIEU, 2014, p. 82). O sociólogo ressalta que há também um cuidado especial na escolha das pessoas de uma comissão, que deve ter como cerne a escolha de “pessoas respeitáveis, respeitadas das formas”, que agem segundo as formas e as regras do jogo, inclusive sabendo deixar o direito de seu lado: “e é uma fórmula magnífica que não quer dizer ‘respeitar o direito’” (BOURDIEU, 2014, p. 88).

Além dos atos, os efeitos do *obsequium* também desempenharão um papel relevante para a construção do oficial. Bourdieu lembra o caso de negociações patronato-sindicatos sob a arbitragem de funcionários: “[...] os efeitos do *obsequium*, do oficial, os efeitos de ‘Senhor presidente’ desempenham um papel considerável, porque agem sobre o oficial inscrito nos cérebros” (BOURDIEU, 2014, p. 89).

Além da questão da legitimação para a criação do Estado moderno, a violência é um dos elementos cruciais para o capitalismo e para o tipo de Estado que é desenvolvido com esse sistema. Um dos meios de se executar essa violência é através do insulto, colocado por Bourdieu como um “ato individual de nomeação” que aspira à universalidade, embora não a alcance:

Se imaginamos esse estado de luta simbólica de todos contra todos, em que cada um reivindicaria para si, e só

para si, o poder de nomeação, vemos muito bem que se apresenta a questão de saber como se operou essa espécie de abdicação progressiva das pretensões individuais em benefício de um lugar central que, pouco a pouco, concentrou o poder de nomeação (BOURDIEU, 2014, p. 140).

A língua oficial é um dos elementos desse contrato tácito, um código simultaneamente legislativo e comunicativo. É um código que deve ser respeitado por todos, para que não corra o risco de se tornar ininteligível ou

Rejeitado em meio à algaravia ou na barbárie. O Estado concentrou o capital linguístico constituindo uma língua oficial, o que quer dizer que obteve dos agentes individuais que eles renunciassem ao privilégio da criação linguística livre e que o abandonassem a alguns — legisladores linguísticos, poetas etc. [...] a instituição de uma língua oficial — que é o produto de uma ação histórica de imposição, de normalização [...] (BOURDIEU, 2014, p. 142).

A questão da língua relaciona-se, dessa maneira, com uma violência. Ressalte-se que muitos dos trabalhadores da agroindústria açucareira retratados nesta pesquisa nem sequer assinavam de próprio punho, um dos indícios de que não eram alfabetizados na língua oficial do País. Dos 535 processos analisados, em 278 observamos que não havia a assinatura. Um número bastante significativo, chegando a mais da metade o número de trabalhadores que não assinavam (51,96%), ante 241 que assinavam (45,04%) e 16 processos em que não foi possível identificar se assinavam ou não (2,99%).

Federici fala da necessidade de uma ofensiva global que estabeleceu as bases do sistema capitalista sob o pilar da violência (FEDERICI, 2017, p. 116). A autora trata a chamada “transição para o capitalismo” como uma ficção. Pois “transição” é um termo incapaz de evocar as mudanças que abriram caminho para a chegada do capitalismo e das forças que conformaram essa mudança. Ou seja, transição pressupõe uma naturalização da origem de um sistema que, na realidade, foi

forjado enquanto reação entre setores sociais de uma aristocracia e de uma burguesia com um Estado (formado por eles mesmos) para excluir a maior parcela da população de se ver livre de uma subjugação social, sobretudo se mantivesse o acesso à terra.

A autora defende que é impossível dizer que a separação entre trabalhador e terra e o advento da economia monetária foram o ponto culminante da luta travada entre trabalhadores medievais para se libertarem da servidão, pois não foram os trabalhadores que se libertaram, e sim o capital. Assim, a terra ficou livre para funcionar como meio de acumulação e exploração, e não como meio de subsistência (FEDERICI, 2017, p. 146).

Bourdieu também sublinha esse paradoxo apontado por Marx, de que o trabalhador precisa ser livre para que seja explorável, devendo ser liberado de suas relações de dependência — o que teoricamente trazia também uma proteção inerente a um “pacto social” estabelecido — com o empregador, sendo “jogado” no mercado de modo a que seja submetido a uma dominação impessoal, aplicada a indivíduos que foram tornados “intercambiáveis”. O trabalhador se tornou um recurso circulante, ou seja, “o instrumento de poder dos primeiros acumuladores de capital, o instrumento de sua dominação e, ao mesmo tempo, o objeto de sua luta [...]” (BOURDIEU, 2014, p. 157).

Uma crítica contundente que Federici lança à visão de Marx é o fato de ele ter considerado os aspectos para a transição para o capitalismo como pré-condições históricas do desenvolvimento capitalista, mas a historiadora defende que a semelhança daqueles eventos com a fase da globalização atual mostra que o empobrecimento, as rebeliões e a escalada do “crime” são elementos estruturais da acumulação capitalista (FEDERICI, 2017, p. 160). Na constituição do capitalismo, não houve uma redução da miséria e da rebeldia proletária, o que ocorreu foi que a superexploração dos trabalhadores foi exportada através da institucionalização da escravidão (FEDERICI, 2017, p. 161).

Passada essa etapa, hoje vemos um movimento mundial de trabalhadores migrantes, como Achille Mbembe (2017) nos chama a atenção. A propósito, este mesmo autor faz uma reflexão sobre as democracias modernas, que têm suas origens na violência, encontrando eco no que diz Silvia Federici acerca da violência e do

controle dos corpos. Segundo Mbembe, o monopólio da força para beneficiar o Estado e a interiorização de constrangimentos pelos indivíduos fizeram com que a violência que se exprimia no combate entre os corpos na sociedade medieval até o Renascimento se transformasse na autoinibição, na contenção e na civilidade. “Esta nova forma de governo dos corpos, dos comportamentos e dos afectos levou à pacificação dos espaços sociais” (MBEMBE, 2017, p. 32).

No momento de acumulação primitiva, de transição para o capitalismo, as iniciativas estatais estariam calcadas em três objetivos principais: criar força de trabalho disciplinada; dispersar protestos sociais; e fixar trabalhadores em trabalhos impostos. Sobre a introdução da assistência pública, é bastante importante que Federici coloque este fato como um momento de inflexão na mediação estatal entre trabalhadores e capital e na definição da função do Estado (FEDERICI, 2017, p. 163). Foi quando houve o primeiro reconhecimento da insustentabilidade do sistema capitalista, regido pela fome e pelo terror.

O sistema capitalista também tem o ímpeto de se colocar como democrático, a antítese do autoritarismo, da fome, do terror e da violência. No entanto, Mbembe não deixa de nos lembrar que a brutalidade da democracia nunca esteve “abafada”, sendo parte constitutiva dela a violência, que também é integrante do capitalismo. Estamos tratando neste artigo de um longo período autoritário do Estado brasileiro (entre 1964 e 1985, oficialmente; no entanto, a Constituição brasileira do período considerado democrático foi promulgada apenas em 1988), em que a violência era a tônica, embora fosse negada, assim como as democracias também a negarão. Longe de querer dizer que as democracias equivalem a regimes autoritários, não podemos esquecer que as

Democracias modernas mostraram tolerância perante uma certa violência política, inclusivamente ilegal. Integraram na sua cultura formas de brutalidade levadas a cabo por uma série de instituições privadas agindo como mais-valia do Estado, sejam elas corpos francos, milícias ou outras formações paramilitares ou corporativistas (MBEMBE, 2017, p. 33).

Dito isto, há de se considerar uma nova forma de pensar o que entendemos e queremos enquanto democracia, mas com a certeza de que uma democracia para alguns poucos é também uma forma de autoritarismo, é a manutenção da “inimizade” (MBEMBE, 2017) enquanto força-motriz das diferenças, do medo e do controle, de uma democracia que segue o autoritarismo, que necessariamente está ligado a uma manutenção de desigualdades e da violência.

Outro ponto interessante na visão de Federici é enxergar que a acumulação primitiva não foi simplesmente uma acumulação e concentração de trabalhadores exploráveis e de capital: “Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora” (FEDERICI, 2017, p. 119). Essa apropriação ocorreu seguindo uma hierarquia forjada sob a idade, o gênero e a noção de raça. Em relação às mulheres e aos filhos, estes não recebiam salário pela “ajuda” que davam ao homem (esposo, pai).

O trabalho das mulheres em casa era o “não trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 182), submetidas ao patriarcado do salário. Sobre as condições de moradia e trabalho da mulher e dos filhos, os trabalhadores canavieiros frequentemente estavam submetidos a sobreviver em casebres, com a utilização da mão de obra de todos os integrantes do núcleo familiar, mas com apenas o marido recebendo um salário correspondente ao conjunto das tarefas desempenhadas por todos os membros da família. Além disso, nos processos trabalhistas há situações em que é possível perceber como a própria legislação trabalhista favorecia a exploração dos trabalhadores.

É o caso de um processo em que o trabalhador de um engenho, que foi mandado para a casa do proprietário para realizar as tarefas de jardineiro, teve sua reclamação julgada improcedente, não devendo ser remunerado pela função que exerceu, tendo em vista que tal atividade não era considerada um trabalho, segundo a própria legislação de então. Neste caso, parece que a desvalorização do trabalho doméstico, realizado pelas mulheres, extrapola o limite do sexo, sendo a atividade realizada em casa menosprezada como um “não trabalho” (FEDERICI, 2017) mesmo quando é exercida por um homem.

Transpondo essa discussão sobre a criação do Estado e de normas e regulamentações para a realidade da zona canavieira pernambucana,

observamos que, em pleno período autoritário, entre meados dos anos 1960 e os anos 1970, houve a efetivação da expulsão dos trabalhadores rurais de sítios em terras dos seus empregadores, sem que tivessem algum poder de barganha ante a violência que sofriam (destruição de suas casas, roças, expulsões, ameaças e a própria efetivação de mortes).

Dessa maneira, uma luta entre esses diferentes graus de forças entre trabalhadores e empregadores, de forma relativamente equilibrada, quase não era possível na zona canavieira, já que os trabalhadores não tinham como se contrapor em pé de igualdade aos abusos que sofriam, o que configurava uma espécie de via de mão única entre proprietários e o Estado, prescindindo mesmo das leis escritas, já que estas não seriam efetivamente cumpridas. Além do mais, a própria estruturação das normas e regulamentos a partir da escrita também já se configurava uma legitimação desigual, considerando que a maior parcela dos trabalhadores rurais nem sequer sabia ler ou escrever.

Tomando cuidado para não cair em uma comparação descabida entre camponeses medievais europeus e trabalhadores da zona canavieira nordestina no Brasil do século XX, essa reflexão não deixa de ser interessante para se pensar nos próprios mecanismos legais criados pelo Estado moderno que atendiam aos interesses de uma parcela que detinha as terras, os meios de produção, o capital e criava as leis.

No governo de Getúlio Vargas, foram criados mecanismos de garantia ao direito dos trabalhadores, como foi visto: Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), marcos nas relações trabalhistas. Tais mecanismos legais, entretanto, não contemplavam os trabalhadores rurais, ou o faziam de modo muito pontual. Após um longo processo de lutas, os assalariados do campo conquistariam uma legislação que reconheceria seus direitos apenas em 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), garantindo direitos ao trabalhador rural como salário mínimo; aviso prévio; etc.

Essa lei não era a certeza do cumprimento dos direitos desses assalariados, tendo em vista que os empregadores encontraram artifícios para driblar a legislação e demitir trabalhadores rurais de modo a parecer que eles é que tivessem abandonado o emprego. Vale acrescentar que o período pesquisado corresponde a dois anos de

existência do ETR, que foi promulgado em março e entrou em vigor em julho de 1963, e a um ano da ditadura militar, que teve início com o golpe de abril de 1964 (1964-85).

Se a situação trabalhista dos assalariados agrícolas nunca havia sido das melhores, esses trabalhadores continuaram sem verificar avanços significativos de seus direitos até o ETR, em 1963. Mesmo com a promulgação da CLT e do ETR, o Código Civil ainda era utilizado nas reclamações trabalhistas. Ferreira Filho afirma que “Embora, já em 1943, a CLT incluísse várias cláusulas que também eram estendidas aos trabalhadores rurais, na prática, foi o vazio jurídico que predominou até 1963” (FERREIRA FILHO, 2009, p. 9).

Esse “campo minado” agrário levou a tensões, revoltas e mobilizações no campo, como a organização das Ligas Camponesas. A região açucareira da Zona da Mata pernambucana, por exemplo, foi uma área de forte tensão social e de choques entre proprietários e assalariados, como o que ocorreu no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão. Essas mobilizações foram fortemente reprimidas pelos proprietários de terra a partir do golpe militar de 1964 e do Estado de exceção durante o período autoritário entre 1964 e 1985, quando os trabalhadores rurais e todos os que se contrapunham às visões do Estado brasileiro de então foram fortemente reprimidos, perseguidos, assassinados.

Vale ressaltar que, no início dos anos 1960, durante o primeiro mandato do governador Miguel Arraes em Pernambuco, houve um período de grande melhoria nas condições de vida dos trabalhadores do campo. A culminância desse período foi a assinatura do Acordo do Campo (AC), em 1963. Christine Dabat (2012) reforça que aquela foi a primeira vez na história em que houve um “clima democrático no campo, pelo menos no que dizia respeito às autoridades públicas”:

A polícia foi disciplinada e deixou de servir de capanga aos plantadores. O momento mais importante para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco foi, sem dúvida, o Acordo do Campo, que garantiu não só um nível salarial convencionado, com base no salário mínimo, mas sobretudo estabeleceu a Tabela de Tarefas (DABAT, 2012, p. 116).

A grande greve de 1963 terminou com o AC, celebrado entre as partes (trabalhadores e proprietários) e mediado pelo Governador Miguel Arraes, proporcionando ganhos econômicos e políticos aos trabalhadores. As principais reivindicações foram: 80% de reajuste salarial, assinatura das carteiras, obrigatoriedade das empresas em recolher as contribuições sindicais e a obrigação de haver um delegado sindical em cada engenho, eleito por dois anos.

Através do AC, foi conquistado também o direito de reivindicação e de greve, além de que foi afastada da polícia a função repressiva contra os trabalhadores. Surgiram outras propostas, como pagamento de 13º salário, assistência médica, entre outras. Essas medidas puderam fomentar o comércio local, promovendo uma melhor realocação dos recursos financeiros na economia, uma espécie de distribuição de renda.

Essas melhorias, no entanto, foram verificadas apenas até o golpe de 1964 — além do descumprimento latente da legislação por parte dos empregadores, o ETR foi revogado pela Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, quando os trabalhadores rurais passaram a ser regidos pela CLT, exceto em relação às normas relativas à prescrição bial e à estabilidade. Dabat e Rogers (2017) demonstram que, enquanto os empregadores demitiam os trabalhadores em massa após o ETR, posteriormente divisaram outros meios de negar obrigações legais aos seus empregados.

Havia um conjunto de estratégias que os empregadores usavam para manipular as condições de trabalho e colocar os trabalhadores fora das regras do contrato. Por exemplo, os trabalhadores frequentemente reclamavam a respeito das demandas de tarefas muito extensas, o que poderia ocasionar ao trabalhador perder seu descanso remunerado. O inverso dessa estratégia consistia em refutar aos trabalhadores qualquer tarefa, forçando eles a procurarem trabalho em outros lugares (DABAT; ROGERS, 2017, p. 14).

Com o golpe militar em 1964, os trabalhadores rurais foram reprimidos duramente e “todas as esferas da vida social e política do país sofreram mudanças. No campo, o governo passou a promover perseguições aos líderes de movimentos sociais, aos grupos e organizações que discordavam de seu projeto político e de sua ideologia” (SIQUEIRA, 2016, p. 87). Na zona canavieira, aquela foi

uma oportunidade de “vingança” para aqueles plantadores que se sentiam ameaçados em seus privilégios, podendo retomar a “antiga tradição de domínio acima da lei nas suas propriedades” (DABAT, 2012, p. 136).

Manuel Correia de Andrade (1994) mostra que foi nesse período autoritário que o governo buscou intensificar o processo de modernização, mas sem que houvesse uma preocupação com mudanças sociais ou ecológicas. Foi nesse período que se desenvolveram programas como o Programa Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar (Planalçúcar) e o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) (ANDRADE, 1994, p. 21). Com esses programas, haverá uma expansão açucareira para novas fronteiras agrícolas, impulsionada pelos estímulos estatais:

Os canaviais, verdadeiros oceanos por sua imensidão e continuidade, ocuparam grandes áreas no Nordeste, em São Paulo, no Paraná, em Minas Gerais e no Centro-Oeste. O governo, preocupado com o crescimento do PIB, esqueceu que nos espaços em transformação havia populações que estavam sendo expropriadas dos seus direitos mais elementares. O importante era que o Brasil se colocasse como a sétima economia do mundo capitalista, não importando que ficasse ente os países de pior qualidade de vida (ANDRADE, 1994, p. 31)

O papel do Estado enquanto planejador, investidor e controlador da produção e da comercialização e o dos empresários, com objetivos e mentalidade voltada para seus investimentos e a utilização de seu poder político para o controle social, não devem ser esquecidos. “Como se pode ver, trata-se de uma indústria privada que faz a apropriação capitalista do lucro e socializa os prejuízos” (ANDRADE, 1994, p. 43). Federici também lembra a repressão como função central do Estado. Seguindo movimentos contrários, na medida em que houve o aumento da produção de açúcar com o uso de técnicas agrícolas e industriais mais avançadas, o homem do campo ficou “mais pobre, mais necessitado, com menos direitos [...]” (ANDRADE, 2005, p. 130), o que fica explícito nos processos trabalhistas pesquisados.

Um “Insulto Autorizado”.

Com a história serial, além de encontrar dados que mantêm certa regularidade, também é possível observar casos excepcionais, nos quais pode-se analisar situações específicas. É o caso do Processo nº 585, de 1965, da JCJ Goiana/PE, que ilustra como a violência aos trabalhadores não precisa ser necessariamente física.

Num contexto de ditadura militar, que desde o início foi bastante agressiva contra os trabalhadores do campo, a violência se revestiu de formas talvez mais sutis, como a desqualificação verbal ou através de estratégias dos empregadores para descumprir a lei permanecendo impunes, valendo-se de atitudes para forçar uma demissão disfarçada, burlando direitos trabalhistas. Através dos processos, é possível perceber a continuidade de exploração dos trabalhadores enquanto o Estado criava uma fachada legal a caminho do chamado “desenvolvimento” e da “democracia” (DABAT; ROGERS, 2017).

O processo JCJ Goiana/PE nº 585/65 teve início em 05 de agosto de 1965 e se refere a uma reclamação de um trabalhador que começou a trabalhar em um engenho de propriedade de uma companhia açucareira em junho de 1961 até julho de 1965, no serviço de campo, juntamente com seu pai e irmão, até que a proprietária do engenho o arrendou e fez a transferência de vários trabalhadores para um segundo engenho de sua propriedade.

O trabalhador conta na reclamação que foi transferido com seu pai para esse segundo engenho. Como a casa de sua família no primeiro engenho foi entregue a outra família, o trabalhador e seus parentes passaram a viver em uma nova casa, no segundo engenho. De acordo com o trabalhador, quando este chegou ao segundo engenho, a gerência o informou que não havia serviço para ele, apenas para seu pai. Apesar dos pedidos feitos por ele para que fosse aceito no segundo engenho, já que não teria casa para morar no primeiro engenho, a empregadora não aceitou seus apelos. Portanto, o trabalhador reivindicou direitos como: férias atrasadas, aviso prévio, 13º salário, indenização e diferença salarial.

Diante da reclamação, o advogado da empresa apresentou uma contestação, alegando que o trabalhador não foi demitido nem transferido do primeiro engenho e que, entre os trabalhadores que

havam sido transferidos para o segundo engenho, havia um que “não [era]”² o pai do reclamante, mas simplesmente amásio de sua mãe” (JCJ GOIANA/PE N° 585.65, 1965, folha 8).

Analisamos que tal expressão adotada pelo advogado da empregadora, “amásio”, se caracteriza como uma violência simbólica, verbal, que tem o objetivo de desqualificar a família do trabalhador com um termo que tem o sentido de *concubinato*. Dessa forma, atingindo a honra daquela família, o advogado enquanto autoridade legal induziria à dúvida a respeito da legitimidade da reclamação feita pelo trabalhador.

Tal escolha do termo funciona como um “insulto autorizado, legítimo” (BOURDIEU, 2014, p. 46). A companhia empregadora se achou no direito de utilizar o que Bourdieu trata como um ato de Estado (2014, p. 46), um julgamento autorizado tendo a seu favor a força da ordem social, a força do Estado, de atos que seriam ações realizadas por agentes dotados de uma autoridade simbólica, seguidas de efeitos.

Essa autoridade simbólica, no caso do processo em questão, seria representada pelo advogado da empresa e pela própria Justiça do Trabalho com seus ritos, dinâmicas e etapas, que remeteriam a uma espécie de “comunidade ilusória, de consenso último”, no qual as pessoas, mesmo que se revoltassem, ainda consentiriam por participarem de uma “comunidade ilusória”, de forma consciente ou não. É esse pertencimento a uma comunidade que Bourdieu define como nação ou Estado, pelo reconhecimento dos mesmos princípios universais por um conjunto de pessoas (BOURDIEU, 2014, p. 48).

Esses atos de Estado também possuem diferentes dimensões. A própria ideia de oficial, de público e de universal:

Esse julgamento pode ser proferido abertamente, por oposição ao julgamento como o insulto, que tem algo não só de oficioso, mas de um pouco vergonhoso, quando não fosse porque pode ser modificado. O julgamento autorizado é, portanto, enquadrado em seu fundo e em sua forma. Entre os constrangimentos que se impõem aos detentores de uma capacidade de julgamento oficial, há a necessidade de respeitar as formas que fazem que o julgamento oficial seja realmente oficial (BOURDIEU, 2014, p. 48).

²Mudança efetuada pela autora, colocando o tempo verbal utilizado no processo para o passado, para melhor compreensão do texto hoje.

Os atos de Estado são autorizados, “dotados de uma autoridade que, gradualmente, por uma série de delegações em cadeia, remete a um lugar último [...] Se observamos os julgamentos da justiça, é ainda mais evidente” (BOURDIEU, 2014, p. 47). Tais atos são também atos de categorização. Bourdieu remete à etimologia da palavra *categoria* como “acusar publicamente”, até mesmo “insultar”: “o *catégoriein* de Estado acusa publicamente, com a autoridade pública: ‘Eu o acuso publicamente de ser culpado’” (BOURDIEU, 2014, p. 47).

Além dessa expressão utilizada com o intuito de desmerecer o trabalhador e sua família, a empresa ainda alegou que não demitiu o trabalhador. Após a transferência da família do trabalhador para o segundo engenho, o advogado da companhia disse que “provavelmente por não querer continuar sozinho no engenho [...], resolveu, por sua própria conta, mudar-se [para o segundo engenho]³, o que não foi permitido” pela empresa, mas que sua vaga no primeiro engenho continuava aberta.

No interrogatório prestado ao juiz da JCJ Goiana/PE, o trabalhador explicou que não foi mandado embora, mas que ficou sem casa onde viver, já que morava com seu padrasto e sua família e que como este tinha sido mandado para o outro engenho, o trabalhador ficou sem a antiga casa, tendo que se mudar com a sua família, com quem vivia desde pequeno. Em junho de 1966, o juiz da JCJ Goiana/PE julgou a reclamação procedente, dando razão ao trabalhador. Segundo o juiz, o procedimento da empresa

Alterou profundamente as condições de trabalho do empregado, pois, se este residia desde a mais tenra idade com sua mãe e seu padrasto, a quem tinha como seu próprio pai, como iria ficar isolado dos seus, sem casa para morar e sem condições de manutenção? É costume no serviço do campo os trabalhadores serem agrupados em família e, por essa razão, quase sempre todos os membros de uma família trabalham no mesmo serviço, até mesmo a esposa. Se o empregador separa cada um desses elementos, está provocando alteração das condições de trabalho e concorrendo para a dissolução dos laços de família (JCJ GOIANA/PE N° 585.65, 1965, fls. 43-44).

³Informação acrescentada pela autora, para melhor compreensão do trecho citado.

Dessa forma, a transferência foi considerada injusta e sem razão, equivalente a uma demissão sem justa causa, sendo determinado que a empresa pagasse ao reclamante Cr\$ 363.500 (referente a indenização por 4 anos de serviço, demissão indireta sem aviso prévio, férias, 13º salário, além da diferença de salário, já que o trabalhador recebia abaixo do salário mínimo regional que havia sido determinado pelo Decreto nº 55.803 de 26/02/65, no valor de Cr\$ 1.720 por dia).

Com a decisão da JCJ Goiana/PE, a empresa entrou com recurso em segunda instância, no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, mas o TRT 6ª não acatou o recurso, seguindo a decisão da JCJ Goiana/PE. Em dezembro de 1967, o trabalhador ainda não havia recebido o valor determinado pela JCJ Goiana/PE, a ser pago pela empresa. Foi quando a Junta expediu um Mandado de Execução (JCJ GOIANA/PE Nº 585.65, 1965, fl. 83). Apenas em 08/02/1968 é que o valor devido foi depositado para o trabalhador.

Esse processo teve início em 1965 e apenas em 1968 é que o trabalhador veio receber o que lhe cabia. Outros aspectos curiosos no decurso desse processo: nesse tempo, a moeda já havia mudando de Cruzeiro (Cr\$) para Cruzeiro Novo (NCr\$); no início do processo, não há a assinatura do trabalhador nem o número de sua Carteira Profissional de Trabalho (CPT), mas ao final do processo há a assinatura do trabalhador e o número de sua carteira.

Isso não significa que o trabalhador não soubesse assinar nem tivesse a CPT no início do processo. Contudo, devemos considerar as duas hipóteses: numa primeira hipótese, o processo demorou tempo suficiente para que o trabalhador aprendesse a assinar e passasse a ter seu documento trabalhista. Numa segunda hipótese, o trabalhador não foi instado a assinar nem a apresentar sua CPT na abertura do processo, com o descumprimento dos ritos legais.

Conclusão

Um aspecto fundamental que precisa ser ressaltado é que tais processos pesquisados nos remetem ao período ditatorial imposto ao Brasil em 1964 e que perdurou oficialmente até 1985. Nos processos, além de referências ao ETR, encontramos uma crítica às práticas

autoritárias de Governo que eram impostas à sociedade brasileira, sobretudo aos trabalhadores do campo.

No Processo JCJ Goiana/PE nº 641/65, são apresentadas fichas de pagamento da reclamada comprovando a quitação ao reclamante. Em 05/04/66, na ata de julgamento, o juiz apresentou solução para o dissídio, no sentido de a reclamação ser julgada procedente, o que foi aceito por maioria. A reclamada foi condenada a fazer a reintegração do reclamante na função de folguista, com salário de Cr\$ 215/h, além de outros direitos trabalhistas. Em 25/04/66, a reclamada apresentou à JCJ Goiana/PE recurso ordinário ao TRT 6ª Região. Nas contra-razões apresentadas pelo reclamante ante o recurso ordinário, um trecho faz uma crítica ao governo de então:

Seja feita a sua vontade, desde que não há outro meio para abstar essas procrastinações, desde que o Governo, com tantos Atos Institucionais, não se lembra de impôr a 'Correção Monetária' para esses desabusados patrões, que além de deshumanidades (sic) de despedidas injustas, até dos de estabilidade, recorrem das Decisões, para ficar 'girando' com os valores das condenações pertencentes ao recorrido (JCJ GOIANA/PE Nº 641.65, 1965, fl. 83)

O reclamante também questionou as provas apresentadas pela reclamada, as folhas de pagamento, marcadas com digitais, levantando dúvidas sobre a veracidade daquelas folhas, bem como das digitais. Quanto a isso, de fato é perceptível que as digitais são diferentes. O que reforça a alegação do trabalhador é que ele assina seu próprio nome nos documentos da reclamação trabalhista, não utilizando sua digital:

[...] aqueles documentos não representam a verdade, porque o recorrente é alfabetizado, tanto que assinou a inicial [...] assim, aquelas 'impressões digitais' não podem representar sua 'assinatura', quando a sua assinatura é feita daquele modo, de seu próprio punho! (JCJ GOIANA/PE Nº 641.65, 1965, fl. 65).

O parecer da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região foi pela manutenção da sentença da JCJ Goiana/PE (JCJ GOIANA/PE

Nº 641.65, 1965, fl. 69). Já a certidão de julgamento do processo nº TRT 371/66 deu provimento parcial ao recurso, excluindo a condenação de pagamento das horas extras e de férias simples (JCJ GOIANA/PE Nº 641.65, 1965, fl. 74). Na fl. 83, há uma certidão informando que o reclamante compareceu à JCJ Goiana/PE para informar que a Usina NM o convidou a voltar ao trabalho em 10/10/66, o que o reclamante aceitou, assumindo suas antigas funções de folguista. O reclamante apresentou artigos de liquidação, após a decisão do TRT 6ª Região, no qual o valor a ser pago a ele pela reclamada totalizava Cr\$ 1.239.234. A reclamada questionou o valor, alegando que o trabalhador havia se conformado com a reintegração:

Era, pois, dever do reclamante, ora exequente, promover, de imediato, a execução da sentença, voltando ao serviço. A reclamada aguardou a iniciativa do reclamante. Não resolvendo este a voltar ao serviço, a empresa, então, dirigiu-lhe uma carta, datada de 30 de maio do ano em curso, convidando-o a reassumir as suas funções, e advertindo que o recurso interposto somente se restringiu a férias e horas extras (JCJ GOIANA/PE Nº 641.65, 1965, fl. 88).

Consta mandado de execução em favor do reclamante, para o cumprimento da decisão do acórdão do TRT 6ª Região, inclusive julgando procedentes os artigos de liquidação apresentados pelo reclamado. A reclamada solicitou a realização do depósito, para que assim pudesse embargar a execução. Na ata de instrução e julgamento da JCJ Goiana/PE, de 03/05/67, o juiz apresentou solução para os embargos. O reclamante fez uma declaração de que entraria com um recurso de agravo de petição: “Como seria possível acreditar que a agravada tivesse convidado o agravante ‘em 30/05/66’, quando o seu recurso protelatório ainda não tinha sido julgado na Superior Instância, nesse E. Tribunal, no que ocorreu em ‘26/07/1966’? Francamente!” (JCJ GOIANA/PE Nº 641.65, 1965).

O trabalhador também alegou, em relação ao atestado de pobreza que apresentou, que seria para evitar o trancamento do referido recurso e da interposição do agravo de instrumento “apesar de reconhecido

estado de pobreza, como de todos os trabalhadores rurais dessa Região pela MM. Junta” (JCJ GOIANA/PE N° 641.65, 1965, fl. 124).

Além da crítica ao Estado brasileiro e à condição de miserabilidade dos trabalhadores explorados até a desumanidade por parte dos empregadores, esses casos também ilustram um aspecto muito raro e tão pouco explorado nos processos, propositalmente pensamos: os trabalhadores rurais podiam ser destituídos de seus meios de trabalho, de suas moradias, de seus direitos trabalhistas, mas isso não significou que eles não eram sujeitos ativos na História deles mesmos e dos trabalhadores de um modo mais abrangente.

O setor sucroalcooleiro, através do latifúndio e das políticas estatais, sempre manteve uma profunda exploração da mão de obra e uma divisão social que marca as relações trabalhistas no Brasil, com destaque para a situação dos trabalhadores rurais, como nos casos apresentados ao longo deste artigo. Em situação oposta ao desenvolvimento do setor sucroalcooleiro com o incentivo estatal, a situação do trabalhador da indústria sucroalcooleira foi marcada pela degradação social.

A marginalização que pudemos apontar na análise dos processos trabalhistas da JCJ Goiana/PE em 1965 nos remete novamente ao filósofo Achille Mbembe (2014), quando ele critica a forma indistinta para se referir a “muçulmanos” ou “imigrantes”. Ora, se essas palavras aspeadas forem substituídas por “trabalhadores canavieiros”, certamente que o sentido permanecerá, posto que todas essas figuras são colocadas no discurso público como categorias depreciativas, e não sujeitos morais de direitos plenos.

Os trabalhadores rurais “não tinham a cultura da indolência nem se resignavam coletivamente à miséria” (ROGERS, 2017, p. 185), assim como todos os marginalizados da sociedade, como “muçulmanos”, “imigrantes”, os “outros”. Tanto é que nos processos trabalhistas analisados constatamos que os trabalhadores eram sujeitos históricos que reagiram, negociaram e fizeram críticas às condições desumanas que lhes foram impostas desde a plantação até seu herdeiro direto, o agronegócio e seus latifúndios monocultores que contaram com o incentivo estatal para a exploração de grande contingente de mão de obra e produção voltada para o mercado externo.

Referências

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**: Lutas, Partidos, Projetos. Recife: Ed. UFPE, 2005.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Goiana**: município do agronegócio. Projeto Memória e História. Disponível em: <http://www.trt6.jus.br/memoriaehistoria/site/artigos.php>. Acesso: 10 abr. 2018.

ANDRADE, Manuel Correia. **A Terra e o Homem no Nordeste**: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. [1963]. 7ª ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia. **Modernização e Pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DABAT, C. R. **Moradores de Engenho**. Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2ª ed. rev. Recife: Ed. UFPE, 2012.

DABAT, Christine Rufino; ROGERS, Thomas D. Sugarcane Workers in Search of Justice: Rural Labour through the Lens of the State. **International Review of Social History**, v.62, p. 219-243, 2017.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem Mudança**. A Indústria Açucareira em Pernambuco (1840-1910). São Paulo: Paz e Terra, 1977.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Corpos Exauridos**: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973). Recife, 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Direitos Conquistados**,

Discretas Esperanças. As leis, os canavieiros e os conflitos na Justiça do Trabalho (Escada, 1963-1969). Recife, 2009. Monografia (Curso de História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

FGV. **Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).** Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-do-acucar-e-do-alcool-iaa>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

GOMES, Ângela de Castro; DA SILVA, Fernando Teixeira. (Org.s) **A Justiça do Trabalho e sua História.** São Paulo: Ed. Unicamp, 2013.

LOPES, José Sérgio Leite. **O Vapor do Diabo.** O trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade.** Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Sair da Grande Noite.** Ensaio sobre a África descolonizada. Luanda/Mangualde: Edições Mulemba/Edições Pedagogo, 2014.

MELO, Camila Maria de Araújo. **Entre Dois Senhores, o Patrão e a Fome:** as greves dos trabalhadores rurais no município do Cabo de Santo Agostinho – PE (1966 – 1968). Recife, 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

PROJETO MEMÓRIA E HISTÓRIA. **Projeto Memória e História.** Por uma política de preservação da memória das disputas trabalhistas em Pernambuco. Disponível em: <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br/>. Acesso em: 11 maio. 2020.

ROGERS, Thomas. **As Feridas Mais Profundas.** Uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

SIQUEIRA, Renata Borba Cahú. A Demissão das Canavieiras da Usina Catende S/A (1973). **Cadernos de História.** Dossiê: Gênero e Trabalho. Recife, v. 11, n. 11, ISSN 2594-3766, 2016.

TAVARES, Marcelo Góes; MONTENEGRO, Antônio Torres (Orgs.). **Histórias de Trabalhadores e da Justiça do Trabalho.** Alagoas: Eduneal, 2018.

Capítulo 9

O PCB em João Pessoa no pré-1964: cultura política e arte engajada

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Introdução

Meu contato inicial, como pesquisador, com a história dos comunistas na Paraíba se deu em 1997, último ano da minha graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), quando preparava um projeto de mestrado sobre o tema¹. Àquele momento, a lacuna historiográfica era evidente. Se os comunistas apareciam como atores relevantes em diversos estudos sobre o processo político e sobre os movimentos sociais na Paraíba até o Golpe de 1964 (por exemplo, AUED, 1986; BLONDEL, 1994; CITTADINO, 1995; ASSIS LEMOS, 1996; MELLO, 2001), fazia falta um estudo monográfico que tivesse como foco a história e a organização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no estado.

O primeiro interlocutor que procurei para tratar do assunto foi José Anísio Correia Maia, conhecido nos meios da esquerda paraibana simplesmente como “Maia”. Em seguida, entrevistei outros antigos dirigentes comunistas do período anterior a 1964, como João Batista Barbosa, o “Batistão”, o sapateiro José Pereira dos Santos, o “Peba” - veterano comunista desde a década de 1930 que, entre 1983 e 1988, foi vereador em Campina Grande - e o mais jovem deles, o engenheiro Antônio Augusto Almeida. Maia e Antônio Augusto integravam o Comitê Estadual (CE) do PCB da Paraíba quando do golpe de 1964. Estas memórias foram um rico instrumento na tarefa de traçar um panorama do comunismo paraibano no período anterior ao golpe de 1964. Minha pesquisa, entretanto, encontrou um forte obstáculo, que

¹Mestrado este que vim a realizar junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE, onde abordei a história do PCB da Paraíba entre 1954 e 1964 (SILVA, 2002).

seja, a ausência em arquivos públicos de documentos produzidos pelos comunistas paraibanos naquele período, assim como documentos dos órgãos de repressão que reportassem à atuação comunista no estado.

Um caso é especialmente paradigmático para exemplificar essa ausência documental. Entre 1946 e meados da década de 1950, o PCB paraibano editou o “Jornal do Povo”. Inicialmente circulando como um órgão legal, cumprindo papel importante na campanha eleitoral comunista de 1947 no estado – ocasião em que o Partido elegeu o advogado João Santa Cruz de Oliveira como deputado estadual –, após a cassação do registro do PCB e a subsequente cassação dos mandatos comunistas, o Jornal do Povo passou a ser editado clandestinamente, tendo sobrevivido até meados dos anos 1950 (BARBOSA, 1985). Simplesmente inexistente em arquivos da Paraíba qualquer coleção do Jornal do Povo, e até o já citado Batistão teve acesso a apenas um exemplar deste periódico comunista quando pesquisava para o livro que escreveu sobre o assunto (BARBOSA, 1985).

Maia, já na primeira entrevista que realizei com ele, em 1997, contou que, nos primeiros dias de abril de 1964, quando ele já estava em fuga, sua família havia queimado, no quintal da sua casa, uma grande quantidade de documentos do Partido, além de exemplares do jornal “Novos Rumos” – uma temeridade, comentou-me, já que, na ocasião, residia um oficial do Exército na sua vizinhança, que certamente teria estranhado caso tivesse visto sinais de fumaça vindos justamente da casa do comunista. Episódios semelhantes de destruição de documentos me foram narrados por Antônio Augusto Almeida e também por sua esposa, a artista plástica Marlene Costa Almeida², ela própria encarregada de “limpar” o escritório que servia de sede ao PCB em João Pessoa em 1964 nos instantes que se seguiram ao golpe, com a ajuda de um amigo, o economista Heitor Cabral. O cineasta Vladimir Carvalho prestou um depoimento semelhante:

²O depoimento de Marlene Almeida foi prestado em 04 de maio de 2016 à Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa (CMV). A CMV foi criada pela Lei Ordinária 12.633/2013, regulamentada pelo Decreto 8.168/2014, do Prefeito Municipal, e instalada em 03 de abril de 2014, tendo como integrantes Monique Cittadino, Nazaré Zenaide e a própria Marlene Almeida, além do autor deste artigo.

Peguei um inquérito na VII Região Militar, acusado de praticar subversão no serviço público. Não respondi, fui julgado à revelia e demitido. Minha mãe, preocupada com o inquérito policial, jogou algumas centenas de livros numa fossa em João Pessoa. Minha biblioteca se dissolveu em papa no lençol freático (MATTOS, 2008, p. 100).

Diante de tal ausência documental, além dos importantes depoimentos supra-citados, serviram-me como fonte na pesquisa de mestrado apenas os grandes jornais publicados no estado. Desses, um dos que mais se reportavam às atividades dos comunistas era justamente “A Imprensa”, periódico conservador editado pela Arquidiocese da Paraíba. Ferreamente anticomunista, “A Imprensa”, paradoxalmente, acabou por servir como uma das principais fontes para uma pesquisa histórica sobre os comunistas paraibanos.

Tal situação mudou radicalmente a partir da segunda metade da década de 2000, quando diversos arquivos dos órgãos de repressão política da ditadura militar começaram a ter seu acesso disponibilizado ao grande público, fruto de iniciativas do próprio Estado. O Decreto 5.584/2005, assinado pelo então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, determinou o recolhimento ao Arquivo Nacional dos “documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN”. Este decreto foi reforçado por Aviso Circular emitido em 2007 pela Casa Civil da Presidência da República, determinando que fossem recolhidos ao Arquivo Nacional todos os documentos relacionados à segurança e informação produzidos pelos ministérios civis durante a ditadura militar. Mesmo com a importante ausência dos arquivos produzidos pelos ministérios militares³, tais documentos, hoje disponíveis à consulta pública⁴, constituem uma rica fonte documental

³Desde a década de 1990, os Ministérios Militares sustentam a duvidosa afirmação de que seus arquivos da repressão política do período ditatorial foram destruídos.

⁴Inclusive, através de pesquisa digital no sítio do SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional) na internet.

tanto sobre a história da ditadura militar, como também das próprias organizações da esquerda brasileira. Com a promulgação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) que, ao considerar o acesso à informação um direito fundamental, reduziu o prazo de sigilo dos documentos classificados como “ultrassecretos” para 25 anos, renováveis uma única vez, o volume de documentos produzidos pela ditadura militar com acesso aberto ao público foi ainda mais ampliado.

Pesquisando nesse acervo colocado à disposição do público pelo Arquivo Nacional, por exemplo, encontrei o Informe 227/15/ARE/82, datado de 10 de dezembro de 1982 e produzido pela Agência de Recife do SNI⁵, que trazia anexo um longo prontuário do então vereador de João Pessoa, João Cabral Batista (Dossiê Nº 13, Armário 10, Gaveta “A”), atualizado desde a década de 1950, quando ele ainda tinha militância comunista. No meio do prontuário, havia um recorte da edição de número 403 do Jornal do Povo, datado de 11 de setembro de 1955, que tratava justamente da expulsão de Cabral Batista do Partido. Consta, ainda, desse prontuário um documento sem data e sem origem de produção, introdutório a um longo anexo documental sobre Cabral Batista, que findava dizendo que “os dados constantes do anexo foram, em grande parte, colhidos nos arquivos do I/15º RI”⁶. Tal afirmação serve de confirmação, portanto, de que o 15º RI mantinha um arquivo de informações sobre personalidades paraibanas que, no caso de Cabral Batista, remetia, ao menos, à década de 1950. Onde está este arquivo é um mistério que os militares brasileiros não respondem.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada através da Lei 12.528/2011 e instalada pela então presidenta da República, Dilma Rousseff, em maio de 2012, foi outro passo importante, proporcionando acesso público a novos documentos e, principalmente, a depoimentos de vítimas e de agentes do Estado a serviço da ditadura militar. Mais ainda, a CNV proporcionou um clima de construção da memória e da verdade sobre o período ditatorial no país que ensejou a criação de outras comissões congêneres, tanto por organizações da sociedade civil (sindicatos, associações de classe etc.) como por estados e municípios em

⁵Constante do documento ARE_ACE_3875_82, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

⁶Referência ao 15º Regimento de Infantaria (15º RI) do Exército, atualmente 15º Batalhão de Infantaria Motorizado (15º BI Mtz), localizado no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa.

diversos locais do país. A criação da CMV de João Pessoa está situada nesse processo. Outra iniciativa emblemática é o site “Brasil Nunca Mais Digital (BNM Digital)”⁷. O BNM Digital reúne todo o acervo documental do projeto Brasil Nunca Mais, construído na década de 1970 a partir de processos do STM, e que agora pode ser consultado na internet. No caso específico do PCB, destaco o documento BNM 279, que reúne as mais de 29 mil páginas do processo que foi resultado do Inquérito Policial Militar sobre o Partido, conduzido pelo Coronel Ferdinando de Carvalho em 1964. Por fim, merece destaque a Hemeroteca da Biblioteca Nacional, com um impressionante acervo de jornais digitalizados, de diversos períodos e partes do país.

O presente capítulo apresenta um breve perfil do PCB em João Pessoa entre o final dos anos 1950 e o golpe militar de 1964, período de grande efervescência das lutas sociais em todo o país. Será dada atenção especial à participação de intelectuais e artistas comunistas nessas lutas, preocupados com a produção de uma arte politicamente engajada e identificada com as posições nacionalistas e democráticas então sustentadas pelo Partido, que servisse de instrumento de intervenção social. Para tanto, utilizaremos de depoimentos de militantes comunistas do pré-1964, articulados com as novas descobertas documentais propiciadas pelas recentes aberturas de arquivos.

O PCB e sua cultura política em tempos de renovação

A partir da segunda metade da década de 1950, o PCB passou por um processo de renovação política. O documento que consolidou esta renovação foi a “Declaração de Março de 1958”, que afastou o partido da postura isolacionista que caracterizou seu período anterior, fundado com o “Manifesto de Agosto de 1950”. Com aquela postura, o PCB chamou o voto nulo nas eleições de 1950 e dedicou frontal oposição ao segundo governo Vargas, mesmo quando esse se aproximava dos sindicatos e

⁷Criação conjunta do Ministério Público Federal e do Armazém Memória, junto com o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Conta com a colaboração de diversas universidades, centros de pesquisa e organismos da sociedade civil. Acessado pelo endereço <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>

se confrontava com os liberais da UDN, defendendo uma plataforma econômica nacionalista. Como resultado, o PCB foi hostilizado, junto com os golpistas de direita, pelas massas trabalhadoras que saíram às ruas em fúria quando do suicídio de Vargas, em agosto 1954.

Os sinais de renovação começaram a soar nas bases sindicais comunistas, que forçaram uma aproximação com os trabalhistas, principalmente, após o desfecho fatídico da crise política de 1954. Assumindo as plataformas democráticas e nacionalistas, anteriormente monopolizadas pelos trabalhistas, o PCB decidiu se expor no espaço público. Assim, apoiou as candidaturas de Juscelino Kubistchek (PSD) para presidente e de João Goulart (PTB) para vice-presidente em 1955 e, em 1957, abandonou a situação de rigorosa clandestinidade que impunha aos seus principais dirigentes – incluindo o secretário-geral, Luis Carlos Prestes - desde a cassação do registro do Partido, em 1947 (SEGATTO, 1995).

Também contribuiu para esta renovação do PCB a realização do XX Congresso do PCUS, em 1956, ocasião em que seu novo secretário-geral, Nikita Krushev, denunciou os chamados “crimes de Stálin”, condenando o chamado “culto à personalidade” e propondo a “coexistência pacífica” com o bloco ocidental. No Brasil, apesar do bloqueio inicial do debate sobre o XX Congresso pelo Comitê Central do PCB, as discussões renovadoras tomaram conta da imprensa comunista, abrindo o caminho que resultou na Declaração de Março de 1958 (SEGATTO, 1995). Com este documento, o PCB reconhecia que o Brasil avançara no desenvolvimento de um capitalismo de bases nacionais, mas que ainda convivía com relações semifeudais de produção, sobretudo, no campo. Tal desenvolvimento capitalista, segundo o PCB, aguçara a contradição entre os interesses nacionais e o imperialismo norte-americano, justificando uma aliança entre a classe operária e os setores da burguesia supostamente interessados num desenvolvimento capitalista independente dos EUA. A tarefa principal dos comunistas, naquela etapa histórica, consistiria na construção de uma “frente única nacionalista e democrática” que impulsionasse o desenvolvimento autônomo do capitalismo nacional, sob bases democráticas. Assim, o PCB afirmava o caminho pacífico da revolução brasileira, através do aprofundamento das lutas de massas e da democratização da vida

nacional. Esta linha política foi reafirmada pelo V Congresso do PCB, realizado em 1961, o que resultou no rompimento com o Partido do seu setor mais ortodoxo, que havia hegemonizado o Comitê Central desde 1943, e que a partir de 1962 passou a se organizar no PCdoB.

Tal renovação influenciou em definitivo a cultura política⁸ do PCB que, junto com os elementos da cultura política do comunismo internacional - como o internacionalismo, particularmente associado à defesa da URSS -, passou a evidenciar “traços peculiares” desenvolvidos “sob influência da cultura política brasileira” (MOTTA, 2013, p. 21) como, por exemplo, a flexibilização de sua política alianças, que incorporava diversos partidos, ao sabor dos contextos estaduais/locais. Com a renovação política, o PCB também passou a sustentar a defesa uma arte de base nacional e popular, que cumprisse um papel de intervenção na realidade social, coerente com sua nova retórica nacionalista e a favor da democratização da sociedade brasileiras. Mas foi superada a posição stalinista de controle estrito da produção artística, que prevaleceu nas décadas anteriores e que levou ao afastamento de diversos intelectuais do Partido, como Raquel de Queiroz e Jorge Amado.

Como lembra Ridenti, “havia Comitês Culturais do PCB em várias cidades, antes e depois de 1964” (RIDENTI, 2000, p. 74), entretanto,

o Comitê Cultural do PCB não impunha regras às atividades artísticas dos comunistas. Havia respeito à autonomia dos movimentos artísticos marcados diferenciadamente pelo ideário comunista. De modo que seria equivocado supor, por exemplo, que as ideias dos militantes e simpatizantes do PCB no interior do CPC da UNE expressassem posições do partido (RIDENTI, 2000, p.75).

⁸O conceito de “cultura política” está aqui sendo trabalhado tal como caracterizado por Motta: “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. Vale ressaltar que se trata de ‘representações’ em sentido amplo, configurando conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, implicando a mobilização de mitos, símbolos, discursos, vocabulários e diversa cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, filmes, fotografias, bandeiras etc.). (...) trata-se de conceito de cultura próximo à perspectiva antropológica, mas que comporta também, e as integra, expressões artísticas e manifestações estéticas” (MOTTA, 2013, p. 17-18).

Se não havia mais a intervenção direta da direção comunista na produção dos artistas vinculados ao PCB, é certo que sua linha política inspirou, sobretudo, jovens artistas a produzirem uma arte engajada e comprometida com a revolução brasileira. Ou, mais precisamente, comprometida com as tarefas nacionalistas e democráticas daquela etapa da revolução brasileira, segundo a nova linha política do PCB. Esta situação foi relatada pelo filósofo Leandro Konder:

O Comitê Cultural [do Rio de Janeiro no início da década de 1960] era um órgão do Partido para atuar no *front* da política cultural. (...) A grande preocupação era de, no diálogo com os produtores e difusores da cultura, exercer uma influência no sentido de fortalecer elementos na atividade deles que contribuíssem para um esclarecimento, uma consciência mais crítica, crítica social, política. (RIDENTI, 2000, p. 72)

Esta foi uma situação que veio a se reproduzir, no final da década de 1960, com artistas vinculados às novas organizações da esquerda armada que surgiram de rachas do PCB após o golpe de 1964 (RIDENTI, 2000).

Nas palavras de Frederico, a renovação política iniciada com a Declaração de Março de 1958 permitiu ao PCB inserir-se

(...) na ampla frente social que então se formara, tendo como eixo a aposta numa via de desenvolvimento econômico não-atrelado ao imperialismo e na campanha pelas *reformas de base* (em especial, a reforma agrária). (...) Evidentemente, os intelectuais e artistas não ficaram indiferentes a ele. Não por acaso surgiram nesse período o Iseb, os programas de alfabetização inspirados no método Paulo Freire, os Centros Populares de Cultura, o Cinema Novo, a renovação cultural, a bossa nova etc. Um olhar sobre a produção cultural da época é suficiente para se perceberem os vínculos entre as grandes questões agitadas pelo PCB e as manifestações artísticas. A luta contra o subdesenvolvimento e contra os fatores internos e externos que sustentavam a campanha pela reforma agrária etc. deixaram marcas profundas no fazer artístico. A movimentação cultural debatia-se na afirmação de uma arte *nacional e popular*. (...) No pré-64, o nacional, correlato da luta anti-imperialista, reivindicava a afirmação de uma

arte não-alienada que refletisse a realidade brasileira que se queria conhecer para transformar. O popular, por sua vez, acenava para a democratização da cultura e a consequente crítica à nossa tradição elitista de uma arte concebida como “ornamento” (FREDERICO, 1998, pp. 276-277).

Tais caracterizações das atitudes dos comunistas perante a produção artística e cultural, a partir da renovação política iniciada com a Declaração de Março de 1958, bem expressam a forma como o PCB se inseriu no cenário político paraibano entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960.

O PCB na Paraíba do pré-1964: lutas sociais e arte engajada

Em documento datado de setembro de 1960⁹, se propondo a fazer um balanço autocrítico da participação dos comunistas da Paraíba nas eleições daquele ano, o Comitê Estadual (CE) do PCB escreveu:

Camaradas. Rompamos de vez com as barreiras do isolacionismo, consequência de uma política sectária e exclusivista. Saibamos ganhar de fato as grandes massas, vivendo e sentindo com elas os seus problemas”. Este mesmo documento findava com a seguinte observação manuscrita: “No mês de setembro tivemos a colaboração do camarada João Macena, do CC [Comitê Central], que muito útil nos foi na assimilação e aplicação da linha política do Partido em nosso estado. Camarada fraternal e simples que conquistou a confiança de nossos aliados (BNM 279, p. 9610).

Nas eleições de 1960, Pedro Gondim foi eleito governador da Paraíba, pela aliança PDC/UDN/PSB. O PCB havia apoiado a candidatura adversária, de Janduhy Carneiro, do PSD/PTB. A despeito de ter sido votado pelos latifundiários do “Grupo da Várzea”¹⁰,

⁹BNM Digital. Processo BNM 279, página 9610.

¹⁰Grupo de plantadores de cana-de-açúcar na região da várzea do Rio Paraíba, constituíam-se como o setor mais agressivo do latifundiário no estado, tendo sido acusados de envolvimento nos assassinatos de diversas lideranças camponesas, como João Pedro Teixeira, em 1962, e Margarida Maria Alves, em 1983.

Gondim tratou com tolerância a expansão do movimento camponês no estado, organizado nas Ligas Camponesas, postura que perdurou, pelo menos, até o final de 1963, quando a situação no campo se agudizou. Na Paraíba, as Ligas Camponesas tinham influência decisiva do PCB. João Pedro Teixeira, Alfredo Nascimento, Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo Dias (Nêgo Fuba), líderes das Ligas Camponesas paraibanas assassinados entre 1961 e 1964, eram todos militantes do PCB. O Partido prestava assistência estreita às Ligas Camponesas, tanto através de seus principais dirigentes, como de militantes de base, com especial destaque aos estudantes comunistas (AUED, 1986; ASSIS LEMOS, 1996).

Gondim também abriu espaço para políticas progressistas no seu governo. Durante o seu governo, os órgãos oficiais de comunicação do estado – a Rádio Tabajara e o jornal A União – publicaram várias matérias favoráveis às lutas camponesas, e empregaram jornalistas e intelectuais ligados à luta nacionalista e ao PCB (CITTADINO, 2014). No início do governo de Gondim, quem assumiu a superintendência da Rádio Tabajara foi Adalberto Barreto, jornalista de larga militância nacionalista e filiado ao PCB, que levou para a rádio o teatrólogo Paulo Pontes, também comunista, e Marlene Almeida, que testemunhou à CMV: “Adalberto e Paulo mudaram tudo que era da rádio, e tinha programa social em tudo que era possível”.

Gondim também criou o Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), órgão de planejamento econômico inspirado pela experiência então nascente da SUDENE, embrião da futura Secretaria de Planejamento, criada já após o golpe de 1964. À frente do CED estava o economista Ronald Queiroz, um católico progressista, amigo de Celso Furtado, que contratou como seus assessores os já citados Antônio Augusto Almeida e José Anísio Correia Maia, então integrantes do CE do PCB, que permaneceram em ambas posições – de funcionários do CED e de dirigentes comunistas – até o golpe de 1964, quando foram demitidos e fugiram da cidade – em maio de 1964, Antônio Augusto se entregou, e foi preso em quartéis do Exército em João Pessoa.

Abrigada no CED, foi criada em 1962 a CEPLAR – Campanha de Educação Popular – que, inspirada no método de Paulo Freire, realizava atividades de alfabetização nos bairros periféricos de João

Pessoa, posteriormente se expandindo para outras cidades. Na base da CEPLAR estavam intelectuais da ala progressista da Igreja Católica, ligados à Juventude Universitária Católica (JUC), ao lado de intelectuais e estudantes comunistas, como Paulo Pontes, Marlene Almeida, Breno Matos e Zezita Matos que, em depoimento à CMV, afirmou que foi “fazer parte da CEPLAR como uma tarefa do Partido”. Outra tarefa que o Partido indicou para Zezita foi a de oferecer cursos de corte e costura para mulheres em bairros populares de João Pessoa:

A tarefa era realmente se aproximar das comunidades. A gente tinha que ir pelos bairros tanto para ler o jornal “Novos Rumos” e, para as mulheres, descobrir uma atividade que elas pudessem se organizar, ficar juntas... Eu dava aula de corte e costura, enquanto isso as conversas surgiam e a gente ia articulando, vendo, ouvindo as necessidades, para voltar e de fato criar um núcleo que fosse uma célula para a gente e para os movimentos sociais. Então tínhamos lá no Varjão, tinha outro lá em Oitizeiro, ali na divisa entre Oitizeiro e Cruz das Armas, acho que era atrás daquele Grupo Escolar, perto do cemitério, eu tinha outra célula ali, não me lembro na casa de quem, como também não me lembro na casa de quem no Varjão. Era essa realmente a tarefa, como foi a tarefa de alfabetização da CEPLAR, que eu estava lá como uma tarefa do partido e íamos nas discussões e levantávamos exatamente o que o pessoal da JUC não levantava, que era, de fato, a luta de classes, um pensamento mais voltado para as contradições, isso eles não levantavam¹¹.

Expor as contradições sociais e levar a temática nacional e popular às grandes massas através da arte, que assim cumpriria um papel pedagógico para o despertar da consciência de classe, era uma atitude que também podia ser observada na produção cultural realizada, àquele momento, pelo teatrólogo comunista Paulo Pontes, o que podia ser observado tanto nas suas peças teatrais como nas esquetes e jingles que produzia para a Rádio Tabajara e para a CEPLAR. Sobre esse assunto, Marlene Almeida comentou para a CMV:

¹¹Em depoimento ao autor, em 13 de abril de 2020, por meio eletrônico.

Paulo [Pontes] era do Partido Comunista e, por exemplo: tinha um problema na Ilha do Bispo¹², problema da comunidade, problema de poeira, um problema de falta de habitação... Paulo transformava aquilo em uma história e a gente preparava e levava pra apresentar lá no núcleo da CEPLAR. Às vezes uma peça de teatro com artistas mesmo, às vezes bonecos, mamulengos com bonecos, às vezes só música, umas pessoas cantavam. (...) Ou uma peça grande, ou uma coisa pequena, ou para o programa de rádio [da CEPLAR, transmitido pela Rádio Tabajara]. (...) A gente [referindo-se a ela e a seu marido, Antônio Augusto Almeida] se lembra muito também de uma vez que a gente foi para uma intervenção dessas em Cabedelo¹³, e o problema de Cabedelo é que os cocos caíam nas casas de palha. (...) A terra quase toda de Cabedelo pertencia a um latifundiário urbano, e ele tinha plantação de coco e não queria que ninguém tirasse coco. Mesmo se tivesse caindo a palha era proibido às pessoas que morassem nas casas providenciar a retirada daquilo lá, só poderia ele e os funcionários dele. E quando ele demorava e não fazia limpeza, os coqueiros eram muito altos, os coqueiros velhos, aconteciam muitos acidentes. (...) Paulo fez uma peça. Eu me lembro que dessa vez foi de teatro de boneco (...). E lá nós fizemos esse trabalho. Durante alguns dias apresentava num lugar, no outro, numa rua, na outra... Convencendo as pessoas que elas tinham direito de mexer naqueles coqueiros, que se elas se reunissem elas iam conseguir, e terminou acontecendo isso, que todo mundo se reuniu e tal, e criou uma espécie de associação e foi até o cara (...) e conseguiram que os coqueiros que estavam em cima das casas, prejudicando, que eles fossem cortados. Então era um trabalho assim da CEPLAR, que era muito mais do que um trabalho de educação, era uma verdadeira (...) intervenção na sociedade, de mudança de paradigmas.

A própria Marlene Almeida, a partir dos anos 1970, virou uma artista plástica consagrada¹⁴, e exerceu sua criação artística sintonizada

¹²Bairro periférico de João Pessoa.

¹³Cidade da região metropolitana de João Pessoa.

¹⁴Vide o verbete “Marlene Almeida” na Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível na internet no sítio <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10165/marlene-almeida>

com a estética nacional e popular que vivenciara no Partido nos anos 1960. Em depoimento recente¹⁵, Marlene afirmou:

Claro que minha ideologia, e a formação na base do PC, influenciaram todo meu trabalho como artista. Toda a minha trajetória foi marcada pela minha relação com a terra. Muitas exposições com “terra” no título: “Terra Nua”, “Terra Viva”, “A Cor da Terra”, “TERRA”. [Estas exposições] fizeram com que eu fosse chamada por muitos de “artista da terra”. Na base dessa escolha, a luta pela terra que descobri no PC e nas Ligas. Nas primeiras exposições, as pinturas e desenhos mostravam tanto a terra como os homens. Depois, com o pró- álcool e a destruição dos pequenos pomares, a terra, os frutos e a cana.

Breno Matos, militante do PCB desde a década de 1950, oriundo do movimento estudantil e do movimento nacionalista, também atuava como um artista comunista engajado politicamente, seja como ator, mas principalmente como cenógrafo e escultor, suas especialidades. Zezita Matos – que se casou com Breno na década de 1960 – recordou no seu depoimento à CMV que Breno criara a bandeira das Ligas Camponesas, além de também ter produzido uma escultura simbolizando o assassinato de João Pedro Teixeira. Zezita ainda relatou à CMV que o grupo de jovens artistas comunistas no qual ela se incluía encenou esquetes e peças que problematizavam as contradições sociais em cidades como Sapé, Mari – epicentros das Ligas Camponesas – e Rio Tinto, cidade do Litoral Norte da Paraíba que, além de situar-se na região canavieira, sediava uma fábrica de tecidos – a Companhia de Tecidos Paulista, da família Lundgren –, o que lhe garantia uma concentração operária pouco comum no estado¹⁶. Zezita citou “Chapetuba Futebol Clube”, de Oduvaldo Vianna Filho (o “Vianinha”), como uma das peças encenadas pelo seu grupo teatral para camponeses e operários. “Eles não usam

¹⁵Prestado ao autor, em 15 de abril de 2020, por meio eletrônico.

¹⁶Em 1963, foi eleito como prefeito de Rio Tinto o presidente do sindicato têxtil, Antônio Fernandes “Bolinha”, pela legenda do PSB. Na verdade, “Bolinha” era militante do PCB, e teve seu mandato cassado logo nos primeiros dias após o golpe 1964, tendo sido preso pelo Exército no 15º RI, em João Pessoa.

black-tie”, de Gianfrancesco Guarnieri, segundo Zezita, estava sendo trabalhada para ser encenada pelo seu grupo quando da eclosão do Golpe de 1964. Tanto Vianinha como Guarnieri eram filiados ao PCB, haviam participado do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE e incorporavam a temática nacional e popular na sua produção teatral.

Entre os jovens artistas comunistas que conviviam com Breno e Zezita Matos no PCB entre o fim dos anos 1950 e o início dos anos 1960, estava Vladimir Carvalho, paraibano de Itabaiana, que trabalhava e estudava em João Pessoa, onde deu seus primeiros passos como cineasta e foi correspondente do jornal comunista “Novos Rumos”, cobrindo a atuação das Ligas Camponesas. Sobre sua atuação como artista comunista no período, Vladimir comentou: “integrei (...) o grupo fundador do Teatro Popular de Arte, iniciativa pomposa de teatro socialista de rua, cujo manifesto proclamava *Não faremos arte dirigida. Dirigiremos arte para o povo*” (MATTOS, 2008, p. 67). Quando do golpe de 1964, Vladimir atuava como assistente de direção de Eduardo Coutinho na primeira locação do filme “Cabra Marcado para Morrer”. Em 1962, Vladimir apresentara Coutinho a Elizabeth Teixeira, quando da visita da “UNE Volante” a João Pessoa (MATTOS, 2008). Em seu livro de memórias, Vladimir relembra sua atuação como militante do movimento nacionalista em João Pessoa no final dos anos 1950:

Em matéria de ativismo e *agit prop*, meu grupo teve lá seus momentos. Com as mãos, pichávamos a cidade com *slogans* nacionalistas. Com os pés, penetrávamos na Festa das Neves¹⁷, para promover o enterro simbólico do secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles, agressivo adversário do socialismo em nível mundial. Com a voz de pretense locutor, eu saía num carro de som fazendo propaganda intensiva de palestras do Partido. No palco da Rádio Tabajara, dirigi e atuei na peça radiofônica *Vas Bien, Fidel*, de Oduvaldo Viana Filho, verdadeira apologia do líder cubano (MATTOS, 2008, p. 69).

¹⁷Trata-se da festa em homenagem à santa padroeira de João Pessoa, Nossa Senhora das Neves que, na época, era um dos principais eventos sociais da cidade.

Na sua edição 124, de 28 de agosto a 04 de setembro de 1958, o jornal nacionalista carioca “Semanário”, sob o título de “O enterro de ‘João Fostes Dólar’ na capital paraibana”, noticiou que “mais uma vez, pois, a mocidade de João Pessoa demonstrou que está vigilante e ativa na defesa do Brasil e contra os inimigos da nossa Pátria”¹⁸. A referida matéria ainda destacou que, entre os oradores do ato, estava o dentista comunista Leonardo Leal, que foi um grande aglutinador para essa juventude comunista intelectualizada e engajada nas artes e na educação popular em João Pessoa no período anterior ao golpe de 1964.

Dentista de profissão e professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Leonardo Leal veio a residir em João Pessoa no início da década de 1950, vindo de Pernambuco, seu estado natal, onde já desenvolvia militância comunista desde a década de 1940. Sua transferência para João Pessoa foi uma tarefa que recebeu do Partido. Em João Pessoa, onde chegou como protético, formou-se em Odontologia, e passou a desenvolver intensa militância no movimento nacionalista durante toda a década de 1950, além de atuar na direção partidária e envolver-se diretamente com o movimento camponês. Foi o tesoureiro da primeira direção da Federação das Ligas Camponesas no estado, fundada em 1962 (ASSIS LEMOS, 1996). Segundo lembrou sua cunhada, Ednalva Sena, em depoimento à CMV, para além das atividades propriamente políticas, Leonardo Leal costumava prestar atendimento odontológico gratuito a camponeses que vinham do interior do estado, no consultório localizado na sua residência.

Em 1963, Leonardo Leal foi lançado como o candidato dos comunistas a vereador de João Pessoa, pela legenda do PSB. Em carta dirigida “ao povo paraibano” e ao “eleitorado de João Pessoa”¹⁹, os comunistas justificavam sua participação naquelas eleições pela influência que elas teriam sobre os “problemas nacionais das reformas de base, principalmente a agrária, e a luta pela integração do proletariado e dos camponeses na vida política social e econômica do país”. No mesmo documento, os comunistas apresentavam Leonardo Leal como

¹⁸Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=149322&pesq=%22leonardo%20moreira%20leal%22&pasta=ano%20195>

¹⁹Consta do chamado “IPM da Subversão”, instalado em abril de 1964 em João Pessoa, sob a presidência do Major Ney Aquino.

o “legítimo representante das reivindicações do proletariado, dos camponeses e das forças populares e progressistas”.

Leonardo Leal também era artista plástico, o que ajudava a lhe aproximar da juventude e da intelectualidade progressista. A edição de 07 de janeiro de 1950 do jornal carioca “Correio da Manhã” trouxe a seguinte notícia:

O Centro de Artes Plásticas da Paraíba está promovendo o “III Salão da Pintura”, no edifício da Biblioteca Pública do Estado, na Av. General Osório. Figuram trabalhos dos artistas paraibanos Hermano José, Elcir Dias, Leonardo Leal, José Lira e outros (CORREIO DA MANHÃ, 7 jan. 1950).

Provavelmente, este salão foi uma das suas primeiras aparições no espaço público da cidade. Mais adiante, Leonardo Leal ajudou a fundar a “Escola de Arte Tomás Santa Rosa”, no início dos anos 1960, que funcionava no Teatro Santa Rosa, em João Pessoa, junto com outros artistas da esquerda, como Vladimir Carvalho. Zezita Matos²⁰ referiu-se a Leonardo Leal como “meu mentor”, recordando-se – sem usar a expressão de “Comitê Cultural” – das reuniões que eram realizadas na residência de Leonardo para discutir questões relacionadas à produção artística e à intervenção dos comunistas na CEPLAR e em outros espaços de atuação dos intelectuais.

O golpe de 1964 veio para destruir esse ambiente político progressista em João Pessoa. Pressionado pelos militares²¹, o governador Pedro Gondim decidiu aderir ao rompimento da ordem constitucional. Da mesma forma agiu o prefeito de João Pessoa, Domingos Mendonça (PSD), eleito em 1963 com o apoio dos comunistas²². A CEPLAR foi fechada, assim como foram demitidos os militantes de esquerda que eram funcionários públicos. Dentre os comunistas, quem não fugiu, foi

²⁰Em depoimento ao autor, em 13 de abril de 2020, por meio eletrônico.

²¹O golpe de 1964 em João Pessoa teve como comandantes militares os então coronéis Plínio Pitaluga e Ednardo D’Ávila Melo, que posteriormente ficou célebre ao ser demitido do comando do II Exército pelo presidente Ernesto Geisel, na ocasião dos assassinatos de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho nas dependências do DOI-Codi paulista.

²²Domingos Mendonça teve seu mandato de prefeito cassado pelos militares em 1966.

preso. Leonardo Leal e Maia estavam entre os que conseguiram escapar. Antônio Augusto Almeida também fugiu para o interior do estado, mas findou por se entregar ao Exército quando o cerco se fechou sobre seus amigos e familiares. Nos cárceres do 15º RI, Antônio Augusto encontrou a maioria dos seus camaradas da esquerda paraibana. Destes, apenas dois não sobreviveram: os camponeses Pedro Fazendeiro e Nêgo Fuba, que desapareceram após serem libertados pelos comandantes do 15º RI em setembro de 1964, constando até hoje na lista dos desaparecidos políticos da ditadura militar. É por demais simbólico da natureza do bloco histórico que liderou o golpe civil-militar de 1964 que os únicos comunistas paraibanos que foram assassinados após serem libertados da prisão, nos meses que sucederam o golpe, tenham sido justamente os líderes camponeses.

Epílogo: encontros e esconderijos no Rio de Janeiro

No início da década de 1970, Zezita Matos esteve no Rio de Janeiro, para encenar uma peça junto com o grupo teatral do qual fazia parte. Na plateia, estava Leonardo Leal e sua esposa, casal que Zezita não via desde 1964. Logo após o golpe, Leonardo refugiou-se em um sítio na cidade de Paudalho-PE, para onde chegou com a ajuda do seu pai. Meses depois, seguiu para o Rio de Janeiro, instalando-se primeiro na casa de um antigo camarada da militância comunista em Pernambuco, nos anos 1940. Em seguida, levou a família, instalando-se definitivamente naquela cidade (JESUS, 2003), onde faleceu na década de 2000. O que Leonardo não falou para Zezita, nesse encontro fortuito no teatro, foi que seguiu em contato com o Partido no Rio de Janeiro – agora, sob clandestinidade.

Um documento publicado pelo sítio na internet do dissidente soviético Vladimir Bukovisk²³ traz uma pista da atuação clandestina de Leonardo Leal junto ao Partido no Rio de Janeiro dos anos 1970. Tal documento tratava-se de uma carta remetida por Luis Carlos Prestes ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (PCUS),

²³Disponível na internet no endereço <https://bukovsky-archive.com/2017/06/06/9278/>. Consultado: 10 maio. 2020.

datada de 08 de maio de 1974. Na missiva, Prestes solicitava ao partido soviético que recebesse, para a realização de um curso de “operações especiais”, o “camarada Leonardo Leal”, líder do PCB “no estado da Paraíba que, depois do golpe reacionário de 1964, foi transferido para o Rio de Janeiro para prestar apoio às atividades ilegais do braço clandestino do Comitê Central” do PCB²⁴. O Comitê Central do PCUS acatou a solicitação de Prestes em cartas de 15 e 20 de maio de 1974, e Leonardo Leal foi recebido em Moscou. Em e-mail dirigido à CMV, a historiadora Anita Leocádia Prestes, que nos anos 1970 integrava o CC do PCB, informou que o curso que Leonardo Leal foi fazer em Moscou tinha como finalidade aprofundar conhecimentos para a “produção de documentos falsos para a atividade dos dirigentes do PCB, do qual ele continuou a ser militante de toda a confiança, mesmo após 1964, até o final da vida”. Tratava-se de uma atividade, seguiu Anita Prestes, “muito importante no período de clandestinidade do PCB”, que foi cumprida por Leonardo Leal com sua habilidade de artista.

No Rio de Janeiro, Leonardo Leal seguiu com a profissão de dentista, tendo atendido muitos dirigentes e militantes do PCB – inclusive Luis Carlos Prestes e sua família, já após a anistia e o fim da ditadura militar, nos anos 1980. Também seguiu a carreira de artista plástico, realizando diversas exposições. Uma das obras de Leonardo Leal estampou a capa de um livro de Carlos Nelson Coutinho – outro militante comunista nordestino radicado no Rio de Janeiro –, “Cultura e sociedade no Brasil” (da edição publicada pela editora DP&A, em 2000). Trata-se de uma xilogravura, que retrata a tocaia que assassinou João Pedro Teixeira. A arte de base nacional e popular, engajada nas lutas sociais da Paraíba da década de 1960, ainda falava alto na memória de Leonardo.

Referências

ASSIS LEMOS, Francisco de. **Nordeste: o Vietnã que não houve.** Ligas camponesas e o golpe de 64. Londrina: Ed. UEL; João Pessoa: Ed. UFPB, 1996.

²⁴Tradução livre feita a partir dos originais em inglês.

AUED, Bernadete Wrubleski. **A Vitória dos Vencidos**. Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas. (1955 - 1964). Florianópolis: Ed. UFSC, 1986.

BARBOSA, João Batista. **Santa Cruz e o Jornal do Povo**: uma contribuição à história das lutas sociais na Paraíba. João Pessoa: Santa Marta, 1985.

BLONDEL, Jean. **As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba / A União, 1994.

CITTADINO, Monique. **Emergência e Declínio da Política Populista (1945 / 1964)**. Impactos do Golpe Militar. João Pessoa, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, 1995.

CITTADINO, Monique. Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho (Orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba**. História, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Ed. UFPB, 2014.

FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In: MORAES, J. Q. de. **História do marxismo no Brasil**. v. III. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

JESUS, Bianka de. Leonardo Moreira Leal, presente! **Jornal Inverta**. Rio de Janeiro, 05 a 15 jul. 2003.

MATTOS, Carlos Alberto. **Vladimir Carvalho**: pedras na lua e pelejas no planalto. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Sociedade e poder político no Nordeste**. O Caso da Paraíba 1945/1964. João Pessoa: Universitária, 2001.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, M.; CZAJKA, R.; MOTTA, R. P. S. **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEGATTO, José Antônio. **Reforma e Revolução**. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho. **Os comunistas e a democracia:** a “nova política” do Partido Comunista Brasileiro na Paraíba (1954 – 1964). Recife, 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

Capítulo 10

A atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): a vigilância sobre as atividades acadêmicas extracurriculares (1977-1986)

Paulo Giovani Antonino Nunes

Introdução

Segundo Alves (1989), com o golpe civil-militar, uma das primeiras medidas de institucionalização do novo governo foi a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI).

A lei que criara o SNI foi aprovada em 13 de junho de 1964. O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi instituído como órgão diretamente subordinado à Presidência da República e operaria em proveito do presidente e do Conselho de Segurança Nacional. De acordo com esta lei, o SNI tinha a responsabilidade de superintender e coordenar as atividades de informação e contra-informação no país em particular, as que interessassem à Segurança Nacional (ANTUNES, 2001, p.52).

Esse órgão teve como primeiro presidente, seu idealizador, o general Golbery do Couto e Silva, que “dezessete anos depois de tê-lo criado viria a chamá-lo de ‘monstro’” (GASPARI, 2002, p. 153). Segundo Alves:

A lei determinava explicitamente que o SNI deveria colaborar com o Conselho de Segurança Nacional em ‘todas as questões afetas à Segurança Nacional’. Declarava que seu principal objetivo seria ‘coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional,

à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna. Na prática, o SNI tornou-se um poder político de facto quase tão importante quanto o do próprio Executivo (1989, p. 72-73).

Em sua estrutura orgânica o Serviço era composto pelo Gabinete do Ministro-Chefe e Agência Central e as doze Agências Regionais¹ com sede em estados considerados importantes para a Segurança Nacional.

A Agência Central era a responsável pelo processo de triagem da grande massa de informações que eram recolhidas pelo SNI. De acordo com o decreto 55.194, compreendia uma Chefia, um a Seção de Informações Estratégicas, uma Seção de Segurança Interna uma Seção de Operações Especiais. À Seção de Informações Estratégicas cabia planejar a pesquisa e a busca de dados que lhe fossem determinados, bem como reunir, processar e atualizar os dados colhidos e os estudos realizados. À Seção de Operações Especiais cabia realizar a busca especializada de informes e participar do planejamento de operações a serem realizadas com outras agências. E, por fim, à Seção de Segurança Interna cabia identificar e avaliar os antagonismos existentes ou em potencial, que pudessem afetar à segurança nacional e realizar a análise e a adequada disseminação dos estudos realizados. [...]. Com a diferença de ter um número de efetivos bem menor do que a Agência Central, as Agências Regionais também eram divididas desta mesma forma. Seus efetivos, de acordo com a grande parte dos depoentes, foram inicialmente na área militar, tanto da ativa quanto da reserva e a força que tinha maior presença era o Exército. Alguns civis também foram inicialmente contratados, mas normalmente para desenvolver atividades específicas, como escritórios etc. (ANTUNES, 2001, p.53-54).

Segundo Fico (2001), quando se tem contato com o pensamento da comunidade de informações, a primeira reação é o riso. Pois, na

¹ Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

produção dos documentos dos órgãos, a preocupação com a força do “inimigo” parece excessiva e o jargão dos militares envolvidos emprestam aos documentos um tom grandiloquente e tecnicista de algum modo incompatível com real dimensão do problema. Por fim, de acordo com o referido autor, o tratamento ideológico é de tal forma precário, que soa como o mais elementar “falseamento da realidade”.

Ao longo dos anos, o Serviço Nacional de Informações (SNI) constituiu-se em fonte bastante profissional de informações para os generais-presidentes, permanecendo quase sempre nos níveis subalternos as avaliações equivocadas, filtradas que eram, naturalmente, pelos escalões superiores e mais habilitados. Desse modo, a comunidade de informações gerou situações muito sérias, com consequências gravíssimas para a sociedade brasileira. É necessário, portanto, compreendê-lo em profundidade, pois o folclore sobre as ‘trapalhadas’ pode ocultar a verdadeira dimensão do problema (FICO, 2001, p. 74-75).

Em 1970, o governo militar, visando aperfeiçoar o sistema de informações, institui o Sistema Nacional de Informações (SISNI). Este passou a ser integrado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), pelos “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis”, pelos “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares”, pelo “Subsistema de Informações Estratégicas Militares” (SUSIEM) e por outros órgãos setoriais. De acordo com Fico:

O SNI era o órgão central do SISNI. Seu chefe tinha *status* de ministro de Estado e assessorava diretamente o presidente da República. Competia-lhe superintender e coordenar as atividades de informações em todo o território nacional. Paulatinamente, o Serviço foi buscando recolher informações também no exterior, sobretudo em relação aos países da América Latina (2001, p. 81).

Os “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis” eram constituídos pelos órgãos de informações dos respectivos

ministérios e das autarquias, fundações e empresas estatais vinculadas. O órgão central de informações de um ministério civil era a sua “Divisão de Segurança e Informações”.

O papel das DSIs era assessorar os titulares dos ministérios no processo de tomada de decisão e em questões de segurança. Mas elas funcionavam sob um duplo comando: eram subordinadas ao ministro respectivo, nominalmente seu chefe, porém, ao mesmo tempo, eram coordenadas pelo CSN até 1970, e a partir daí pelo SNI. Os diretores das DSIs em geral eram oficiais superiores reformados das Forças Armadas – coronéis ou generais do Exército, brigadeiros da Aeronáutica (MOTTA, 2014, p. 193-194).

Em cada órgão importante de administração pública existia uma “Assessoria de Segurança e Informações” (ASI), em alguns casos, também chamada de “Assessoria Especial de Segurança e Informações” (AESI).² Entre as várias “Assessorias” criadas, uma das mais importantes foi a das instituições de ensino superior, especialmente nas Universidades públicas, com objetivo de vigiar o meio acadêmico, considerado um foco de subversão. Segundo Motta:

A partir de 1970, o governo criou órgãos de informação dentro das universidades, as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis ou ASIs), que fariam parte da vida acadêmica nos anos seguintes. Na lógica dos responsáveis pela área de segurança e repressão, o expurgo de professores e estudantes inconvenientes deveria ser seguido de constante vigilância para impedir o ‘retorno’ das ameaças. Daí a ideia de criar assessorias de informação dentro das instituições de ensino superior: elas seriam um ‘braço’ do Sistema Nacional de Informações (Sisni): funcionariam como uma espécie de correia de transmissão, fazendo chegar determinações e pressões políticas provenientes dos escalões superiores; e, ao mesmo tempo, vigiariam a comunidade universitária e os próprios dirigentes, nem sempre fiéis aos desígnios do regime militar (2014, p. 193).

²Essas agências foram denominadas inicialmente Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis), porém, após nova reformulação do sistema, em 1975, a denominação oficial passou a ser ASI (MOTTA, 2014, p. 195).

Os “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares”-, eram específicos das Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica. No âmbito do sistema da Marinha, o principal órgão³ era o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); no Exército, o Centro de Informação do Exército (CIE), e na Aeronáutica, o Centro de Informações de Segurança Aeronáutica (CISA). Segundo Fico:

Os órgãos militares de informações também realizavam operações de segurança, isto é, eram ‘executantes’, podendo ser caracterizados como ‘órgãos mistos’, de informações e de segurança. Diferentemente das DSI e, em boa medida, do próprio SNI, o CIE, o CENIMAR e o CISA também patrocinavam ‘operações’, ou seja, saíam à rua para prender pessoas que seriam interrogadas, sendo conhecidos diversos relatos de presos políticos torturados por agentes desses órgãos (2001, p. 92).

Os “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares”, pelo “Subsistema de Informações Estratégicas Militares” (SUSIEM) era o órgão responsável por tratar as informações relacionadas às operações militares. Ele era coordenado pelo ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

De acordo com Fico (2001), o que o SISNI entendia como “Outros Órgãos Setoriais de Informações” eram assessorias de informações situadas em importantes esferas da administração pública ou em empresas estatais.

Com relação à vigilância da comunidade universitária na UFPB, foi criado, logo após o golpe civil-militar, o Serviço de Segurança e Informações (SSI), que passou por uma reestruturação com a criação da Divisão de Segurança e Informações (DSI), no início dos de 1970. Na UFPB, a fundação oficial da Aesi se deu em março de 1971. Segundo Motta:

Na UFPB, cujo reitor ‘anfíbio’ (o militar e professor Guilardo Martins Alves) também já demonstrara seu empenho ‘purificador’, no início de 1969 já estava em

³Para uma relação completa dos órgãos das três Forças e da montagem de todo sistema de espionagem e repressão ver Fico (2001), Antunes (2001) e Figueiredo (2005).

funcionamento um Serviço de Segurança e Informação. Essas experiências precursoras podem ter estimulado e inspirado a criação de agência de informação em todo o sistema universitário, o que só aconteceu efetivamente em 1971. Graças a seu pioneirismo, a Aesi/UFPB foi das mais bem organizadas e atuantes na primeira metade dos anos 1970, quando seu regimento interno servia de modelo para agências congêneres (2014, p. 196).

O referido regime interno da Aesi/UFPB, que pode ter servido de modelo para outras agências de informação no âmbito das universidades, foi aprovada pelo reitor Guilardo Martins Alves no dia 19 de março de 1971, com as seguintes competências:

I – No que se refere à Segurança Nacional:

a) Coletar dados necessários aos estudos e planejamentos relativos à Segurança Nacional, particularmente aos que se referem à mobilização nacional, de conformidade com a orientação recebida da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura.

b) realizar outras missões e tarefas atribuídas pelo Reitor, coerentes com finalidade do órgão.

II- No que se refere às informações e contra-informações:

a) Coordenar e supervisionar a execução do Plano Setorial de Informações, consoante com as instruções emanadas da DSIEC e do Reitor da UFPB.

b) produzir informações:

- necessárias às decisões do Reitor da UFPB.

- para atender às determinações contidas no Plano Setorial de Informações (PSI – desmembramento).

c) encaminhar a DSIEC as informações necessárias, segundo a periodicidade estabelecida no PSI e, em documento especial, aquelas que, pelo Princípio da Oportunidade, devem ser do conhecimento dos clientes principais da DSIEC;

d) obter informações que caracterizem os antagonismos atuais ou potenciais, existentes na área de influência da Universidade, bem como os grupos do de pressão, que os explorem e que possam afetar à execução da Política Ministerial;

e) estudar e dar parecer sobre assuntos inerentes às atribuições do órgão, quando lhe forem submetidas pelo Reitor da UFPB.

- f) executar outras missões referentes à Segurança Nacional e às informações que lhe forem atribuídas pelo Reitor;
- g) acompanhar o desenvolvimento da Política Nacional no seu amplo sentido;
- h) criar uma correta mentalidade de informações, tendo viva a ideia do Desenvolvimento com informações para melhor Decisão;
- i) desenvolver o serviço de contra-informações, nos diversos campos ao seu alcance, tais como: teatro – rádio – cinema – revista – etc.
- j) informar sobre assuntos que transcendem a esfera da Universidade. (PARAÍBA, 2017, p. 169-170).

A estrutura da Aesi/UFPB contava com uma direção composta pela Chefia (CH/AESI) e Auxiliar (A/AESI), pela Seção de Segurança e Informações (SSI/AESI), e pela Seção Administrativa (AS/AESI). (PARAÍBA, 2017, p. 170). Durante muito tempo, o cargo de chefia foi exercido pelo sargento do Exército e depois professor da UFPB, no curso de Farmácia, Ediláudio Luna de Carvalho.

Diante do que foi exposto, este texto pretende analisar a produção de informações feita pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) referentes a atividades acadêmicas extracurriculares no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Para a consecução desse objetivo, tomamos como base fontes primárias impressas, especificamente, os documentos dos do Fundo SNI – Agência Pernambuco - arquivados no acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado Paraíba, na Casa Fundação José Américo⁴. A referida Agência desenvolvia seu trabalho no estado de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Os documentos do SNI são o que Caroline Silveira Bauer e René E. Gertz chamam de “fontes sensíveis”. Segundo os referidos autores:

Esses documentos afetam, de forma direta, a sociedade em que foram produzidos e recuperados

⁴Na pesquisa empírica tivemos a colaboração de Elissandra Maria Costa Dias, aluna da pós graduação em História da UFPB e, na época da pesquisa, bolsista de Iniciação Científica no projeto por nós coordenado, intitulado, “A sociedade civil sob vigilância: a atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba (1964-1985)”.

(Estado, agentes da repressão, vítimas, familiares, organizações de Direitos Humanos, Forças Armadas), principalmente porque, no caso das ditaduras militares, seus protagonistas ainda estão vivos e por constituírem fatos do passado recente dessas sociedades. Isso traz à tona a discussão sobre privacidade e preservação da intimidade das pessoas. Além disso, esses arquivos possuem, somado ao valor histórico e judicial, grande valor para a definição da memória histórica e para a constituição da identidade (2015, p. 178).

Nesse contexto, pós ditadura militar e após longa luta pela abertura de parte dos arquivos da mesma, “os documentos que compõem os acervos provenientes das forças repressivas servem [...] para atividades opostas à sua origem – produzidos para coordenar ações repressivas, agora podem ser usados para compensar vítimas por arbitrariedades e violações de seus direitos” (BAUER; GERTZ, 2015, p. 178).

Vigilância das atividades acadêmicas extracurriculares na UFPB

De acordo com o site da UFPB, o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), implantado em 1976, é um órgão suplementar da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, que tem como objetivos básicos o resgate e a preservação da memória e a produção do conhecimento crítico sobre a realidade nordestina. Entre 12 e 17 de janeiro de 1981, o referido órgão realizou um curso de extensão intitulado, “Geografia e Marxismo”. Todas as atividades do mesmo foram relatadas pela Asi/UFPB e divulgadas nos documentos do SNI. Além da programação e dos objetivos do curso, o documento informa os nomes dos ministrantes e do coordenador do curso, que foram: Wanderley Messias da Costa (USP), Antônio Carlos Robert Moraes (UNICAMP) e Antônio Moacyr Madruga - coordenador do curso e presidente em exercício do Ndihr. Também informa que o curso realizou-se sem a aprovação do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

A tramitação do processo de aprovação de Cursos de Extensão pelo CONSEPE é sempre muito demorada, razão porque os cursos quase sempre se realizam antes que esta exigência legal seja cumprida. Foi o caso do Curso em tela, que somente será apreciado na próxima reunião do CONSEPE. Para a apreciação pelo CONSEPE, quando da reunião do órgão, deverá ser exigida da Coordenação do Curso uma documentação detalhada ao respeito do mesmo. Esta ASI está atenta para conseguir cópia da documentação. A Coordenação do Curso também pretende publicar a matéria ministrada, tendo para isto feito gravação das aulas ministradas. (ARE_ ACE_ 1609/81 I/I. Fundo SNI – Agência Recife).

Em 1977, uma palestra do professor Paul Singer, vinculado ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), para professores e alunos do Programa de Pós Graduação Integrado de Economia Rural e Sociologia Rural, da UFPB, campus de Campina Grande, foi monitorada pelos órgãos de informação.

Em atenção ao documento acima mencionado, esta Agência informa o seguinte:

- a. Em 18 de out. 77, PAULO ISRAEL SINGER pronunciou uma palestra no Centro de Ciência e Tecnologia da UFPB em CAMPINA GRANDE/PB, para professores e alunos do Programa Integrado do Mestrado em Economia Rural e Sociologia Rural, versando sobre o tema “A Conjuntura Atual da Economia Brasileira”. No dia seguinte, o nominado participou de um Seminário sobre Elementos Para Uma Teoria do Emprego Aplicável a Países não Desenvolvidos. O evento foi coordenado pela professora GISÉLIA PONTENGY GRABOIS, da UFPB;
- b. PAULO ISRAEL SINGER, filho de ARTHUR SINGER e CAROLINA SINGER, natural de VIENA/ÁUSTRIA, (naturalizado brasileiro), nascido em 1932. Em 1969, o nominado, funcionário público, foi aposentado com base nos § 1º e 2º do Artigo nº do Ato Institucional nº 5, de 13 dez. 68;
- c. GISÉLIA PONTENGY GRABOIS, natural do RIO DE JANEIRO/RJ nascida em 07 Abr. 1942. Profissão: Professora e Antropóloga. Residência: Rua Antonio Campos, nº 516 – CAMPINA GRANDE/PB.

Atualmente, exerce a função de Professora Assistente do Centro de Ciência e Tecnologia da UFPB (ARE_ACE_1959/81 Fundo SNI – Agência Recife).

No final de 1982, entre os dias 10 e 12 de novembro, o Programa de Mestrado em Filosofia da UFPB, realizou um evento com a participação do professor Florestan Fernandes, que também foi registrada pelos agentes do SNI:

1. Promovido pela turma de Mestrado de Filosofia da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), realizou-se no período de 10 a 12 Nov 82, em JOÃO PESSOA/PB, um ciclo de palestras sobre Doutrina Marxista, proferidas pelo Prof. FLORESTAN FERNANDES. Dentre os temas expostos pelo conferencista, figuram: “MARXISMO, TEORIA E POLÍTICA EM LENIN” e “BRASIL, REALIDADE E POLÍTICA: HOJE E AMANHÃ”.
2. A realização do evento teve boa receptividade, contando com o auditório lotado, durante os três dias de conferência. Durante as exposições, o nominado limitou-se a explicar a doutrina Marxista, dentro dos temas propostos, sem, contudo, opinar, favorável ou desfavoravelmente, quanto a mesma (ARE_ACE_3915/83 I/I. Fundo SNI – Agência Recife).

Atividades acadêmicas de professores da UFPB, em outras instituições de ensino também eram monitoradas pelo SNI. Foi o caso de uma palestra com tema “Educação de Adultos”, feita pela professora Maria Salete Van Der Pol na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) em agosto de 1979. Sobre a referida professora e o tema da palestra, o documento diz:

Maria Salete é radicalmente contra o atual regime do BRASIL e o método de alfabetização do país, citando como pontos negativos os projetos Minerva e Mobral. Declarou que a experiência foi vivida na Penitenciária Modelo de JOÃO PESSOA/PB, quando empregou o sistema de alfabetização “PAULO FREIRE” naquele estabelecimento penal, e que, segundo ela, o método de

alfabetização por ele idealizado é perfeito, “sendo o mais eficiente o mundo”.

Convidou os elementos presentes para a chegada de PAULO FREIRE, que ocorreu dia 29 Ago 79, às 21:00hs e solicitou presença de todos no Aeroporto dos Guararapes, para receber aquele “insigne homem, que é mais uma vítima do regime de opressão que se instalou no BRASIL, em 64”.

O evento foi assistido por cerca de 60 pessoas e teve a cobertura da Rede Globo de TV.

No dia 20 Ago 79, no período de 19:00 hs às 20:30 hs, a Professora MARIA SALETE VAN DER POL proferiu nova conferência, no auditório da UNICAP, nesta capital, voltando a abordar o sistema de alfabetização de adultos PAULO FREIRE, por ela aplicado na Penitenciária Modelo de JOÃO PESSOA/PB e cujos resultados foram a conscientização política dos presos (ARE_ACE_454/79. Fundo SNI – Agência Recife).

Além das informações sobre o curso, os órgãos de informação anexaram um prontuário contendo o histórico das atividades profissionais da professora Maria Salette, desde do ano 1962, até o ano de 1979.

1. Em 1962 fazia parte do grupo de redatores do boletim “CENTELHA”, órgão informativo da Paróquia do Rosário.
2. Em 1964, foi indiciada pelo IPM-PB-1 (Subversão da Paraíba) – Do relatório se destaca: “Participava da equipe da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) de Campina Grande/PB; responsável pela elaboração das “fichas roteiros” de politização, de teor subversivo. Integrava o movimento de Ação Popular do Estado.”
3. Em 1965, foi denunciada pelo Promotor da Auditoria da 7ª CJM, como incurso na LSN.
4. Em 1966, Figura como uma das pessoas da área de CAMPINA GRANDE-PB, comprometida com a Revolução.
5. Em 1967, mediante Habeas-Corpus foi excluída do Processo a que respondia (IPM-PB-1), conforme radio nº 1843, de 07 Dez 67.
6. 1969: Estudante em Campina Grande/PB, comprometida com a subversão no meio estudantil.
7. 1972: No dia 05 de fevereiro de 1972, apresentou

neste QG um requerimento com o objetivo de esclarecer fatos registrados sobre a mesma, de modo a ficar isenta de qualquer suspeita de atividades contrárias ao regime ou aos princípios da Revolução de Março de 1964. Em consequência, foram acionados os órgãos de busca na área O 1º /15º RI e a 23ª CSM informaram nada constar a seu respeito. A 5º CIA Inf (Campina Grande/PB) informou: "... Os mesmos dados referentes a sua atuação na CEPLAR. Com relação as atividades atuais da nominada nada pode informar tendo em vista que a mesma reside em João Pessoa/PB. A Polícia Militar do Estado informou: "... A epigrafada participou dos movimentos subversivos, em 1964, na cidade de Campina Grande/PB. Pertence ao PCB...". A Assessoria Especial de Segurança e Informações da Universidade Federal da Paraíba, informou: "..... os mesmos dados referentes a sua atuação no CEPLAR".

1979: Participou como comunicadora do ciclo de debates sobre Educação Brasileira, realizado no período de 24 a 31 Jan do corrente ano, numa promoção da Coordenação dos Cursos de Extensão da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários (PRAC), que teve como coordenador o professor SEVERINO ELIAS SOBRINHO e como expositores, entre outros. DARCY RIBEIRO e DERMEVAL SAVIANI da PUC/SP (ARE_ ACE_ 454/79. Fundo SNI – Agência Recife).

Além das informações prestadas sobre determinado evento, era frequente o SNI anexar outros dados sobre as pessoas envolvidas nos informes, muitas vezes em forma de prontuários relatando todas as formas de atuação do indivíduo. Segundo Soares:

era comum a prática de constante anexação de dados em casos já existentes. Nos documentos sobre indivíduos essa situação gerava principalmente grandes prontuários com informações de várias datas e fontes; já em assuntos diversos, como partidos, encontros, manifestações, etc., os documentos possuíam vários anexos informativos. Esta prática de reintegração era bastante utilizada pela comunidade de informações como técnica de inculpação, tratava-se do lançamento de uma dúvida que ficaria atrelada aquele indivíduo como uma suspeita sobre o caráter político e ideológico de suas atividades (2020, p. 216).

Também atividades como lançamentos de livros eram monitoradas pela ASI e outros órgãos de informações. A mesma professora, Maria Salete Van Der Pol, citada acima, foi monitorada quando lançou seu livro sobre o processo de alfabetização de adultos nas cidades de Recife e João Pessoa no final de 1981:

A professora MARIA SALETE VAN DER POEL, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), lançou nas cidades do RECIFE/PE e de JOÃO PESSOA, o seu livro “ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS – SISTEMA PAULO FREIRE: ESTUDO DE CASO NUM PRESÍDIO”, que segundo a crítica especializada, retrata a aplicação do sistema PAULO FREIRE de alfabetização de adultos na Penitenciária Modelo do Estado, esclarecendo as más condições de vida no presídio e exprimindo o aspecto repressor dessas instituições no BRASIL, que marginalizou o homem e impõe um novo conceito de sobrevivência na sociedade, baseado na violência (ARE_ ACE_3132/82. Fundo SNI – Agência Recife).

Foi também monitorado o lançamento do livro de memórias do militante político Gregório Bezerra, integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), evento realizado na UFPB, em novembro de 1979 e descrita em detalhes à fala do mesmo.

Elogiou o sistema de vida na União Soviética, onde disse ter vivido dez anos e em todo esse tempo nenhum gênero alimentício de primeira necessidade subiu de preço. Nunca aumentou o preço do leite, nunca aumentou o preço da manteiga, nunca aumentou o preço da carne. Disse que viu a felicidade estampada no rosto de todas as crianças; que constatou a liberdade política, social e econômica que goza a mulher soviética.

Manifestou-se totalmente contrário a reforma partidária proposta pelo governo, afirmando que ela tem o objetivo principal de destruir o MDB por ser o único reduto de oposição organizado, dentro do reduto do sistema militar implantado.

Condenou a penetração das ideias do eurocomunismo no Brasil, dizendo “acho até contrabando”, e disse que

a burguesia brasileira não entregará a condição de classe pacificamente.

Disse que o PCB apoia integralmente o trabalho desenvolvido atualmente pela Igreja Católica no Brasil em defesa da pobreza e que ela (a Igreja), faz agora uma autocrítica que nunca fez em sua história – fazendo questão de ressaltar, que não é católico.

Condenou o modelo econômico brasileiro e a reforma agrária, dizendo que “essa reforma” preconizada pelo governo – lembrou desde o 1º governo revolucionário – o “arrepia de medo” porque tem certeza que milhares de camponeses serão despejados de suas terras, para cedê-las a grupos capitalistas nacionais e multinacionais. O aglomerado que presenciou e participou dos debates formulando perguntas, formado principalmente por estudantes da UFPB, não chegou a mais de 300 (trezentas) pessoas (ARE_ACE_608/79. Fundo SNI – Agência Recife).

Outra atividade que sofreu vigilância dos órgãos de informação foi o conteúdo das provas do Vestibular Unificado para acesso a UFPB, especificamente a da área de humanas, que na época era unificada como o nome de Estudos Sociais, contendo conteúdo das disciplinas e História e Geografia. Além de fazer juízo de valor sobre o conteúdo da mesma, colocava sob suspeita os professores que elaboraram a prova.

1. Em 08 DEZ 81, foi publicado pelos órgãos de imprensa da PARAÍBA, o gabarito da Prova de Estudos Sociais do Vestibular/81, na PARAÍBA, contendo algumas questões elaboradas de maneira tendenciosa e de contestação ao modelo econômico e social vigente no País.

2. Apesar do sigilo mantido a respeito da equipe responsável pela elaboração da aludida prova, foi apurado que integraram essa equipe os professores FRANCISCO PEREIRA NÓBREGA e ROSA MARIA GODOY DA SILVEIRA, do CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (CCHLA/UFPB).

a. FRANCISCO PEREIRA DA NÓBREGA

Antecedentes:

Ex-padre, professor da ex-FACULDADE DE FILOSOFIA DA UFPB, cassado pela Revolução de 1964. Residiu 10 anos em BRASÍLIA/DF, após seu

afastamento das atividades docentes universitárias. Define-se como ideólogo de esquerda.

- 1967 – Em 02 OUT publicou no jornal “A IMPRENSA”, de JOÃO PESSOA/PB, um artigo de sua autoria intitulado “PROPRIEDADE PRIVADA”, no qual defende a doutrina marxista, dizendo que “todo homem tem direito a um mínimo de propriedade privada e esse mínimo deve ser limitado e o limite é bem comum”.

Em 05 OUT 67, quando da prisão na PARAÍBA, do presidente da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE), LUIZ GONZAGA TRAVASSOS DA ROSA, desenvolveu intensas atividades, juntamente com elementos esquerdistas, no sentido de libertá-los.

Em 26 OUT 67, pronunciou uma conferência na Igreja da Misericórdia, em JOÃO PESSOA/PB, sob o tema “O POVO DE DEUS NO INTINERÁRIO DOS HOMENS”, no qual defendia o comunismo e o socialismo, e disse “dependendo da situação a Igreja pode marchar ao lado do comunismo”.

Atualmente, exerce as funções de professor colaborador junto ao Departamento de Filosofia da UFPB, integrando também a ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (ADUFPB).

b. ROSA MARIA GODOY DA SILVEIRA

Filiação: ANTONIO DA SILVEIRA E LEONOR GODOY DA SILVEIRA

DLN: 10 AGO 1949 JUNDIAÍ/SP

Antecedentes:

Dirigente de todos os movimentos de contestação no âmbito da UFPB, como ativa integrante da ADUFPB. Elaborou, juntamente com os professores SILVIO FRANK ALLEN e JOANA NEVES, uma proposta curricular para o curso e História da UFPB, de cunho marxista. Além de professora colaboradora junto ao Departamento de História da Universidade, é, ainda, coordenadora do Núcleo e Documentação e Informação Histórica Regional (ARE_ ACE_ 3189/81. Fundo SNI – Agência Recife).

Mesmo com o fim da ditadura e o início da chamada Nova República, as provas das áreas de humanas do vestibular unificado da UFPB continuaram sendo alvo de investigação do SNI:

1. No dia 06 JAN 86 realizou-se a prova de Estudos Sociais do Vestibular Unificado do Estado da PARAÍBA. A referida prova – em particular a de História Geral e do Brasil – apresentou grande incidência de questões de fundamentação ideológica de esquerda, transformando-se num verdadeiro “teste de capacitação política” na relação dos futuros universitários paraibanos.

2. Os responsáveis pela elaboração da mencionada prova foram os seguintes professores da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB (B1331991): SÍLVIO FRANK ALLEN; ROSA MARIA GODOY DA SILVEIRA (B0580684); JOANA NEVES (B0104978) e JOSÉ OTÁVIO DE ALMEIDA NETO (ARE_ ACE_7210/86. Fundo SNI – Agência Recife).

Segundo Dória (*apud* FERREIRA, 2018, p. 56), após o fracasso do Plano Cruzado e de seu isolamento político, com as constantes manifestações contra seu governo, o presidente José Sarney utilizou a Lei de Segurança Nacional – um dos mais rigorosos “entulhos autoritários” da ditadura militar para invadir residências e prender suspeitos sem mandato judicial. Também o SNI continuou atuando na época, o mesmo “interceptou cartas, infiltrou agentes e espionou líderes e organizações de oposição ao governo. Sindicatos, MST, religiosos da Teologia da Libertação e, sobretudo, os principais líderes do Partido dos Trabalhadores foram espionados e fichados” (FERREIRA, 2018, p. 56-57). Como vimos, as universidades públicas também continuavam sob vigilância dos órgãos de informação.

Questões cotidianas da Universidade Federal da Paraíba, como a reprovação de alunos também foi alvo dos órgãos de repressão e informações da ditadura. Neste caso específico, uma professora da UFPB, campus de Campina Grande e aluna de pós-graduação na mesma instituição, entrou com um recurso no Conselho de Centro contra sua reprovação por falta, alegando questões de ordem política ideológicas, e este processo gerou um documento produzido pelo IV Exército, com sede na cidade de Recife, e difundido pelo CIE, SNI e o DOI/IV Exército.

1. A professora CILEIDE QUEIROZ E FARIAS do Departamento de Engenharia Agrícola e aluna do

curso de Mestrado em Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba, requereu do CCT/UFPB - CAMPINA GRANDE/PB, dar provimento ao recurso junto ao Conselho de Centro, em virtude de haver sido reprovada pelo professor PAULO NAKATAMI na cadeira Metodologia Científica o qual a reprovou “por falta”. O requerimento é datado de 11 de Set 78 e ainda não foi despachado.

2. Além das considerações regulamentares de praxe, a referida aluna, em seu requerimento, acusou o Professor acima mencionado de “pregar idéias e pensamentos contrários ao regime vigorante no País”. Segundo a Professora CILEIDE, a “Metodologia Científica”, dada como foi, em textos de exclusiva teoria marxista ou impregnação ideológica, não tem sentido como pré-requisito para a Cadeira de Método e Pesquisa Social (ARE_ACE_ 667/80. Fundo SNI – Agência Recife).

De acordo com o referido documento a requerente fez uma série de acusações contra o professor Nakatami.

3. Sobre o professor PAULO NAKATAMI consta, ainda, o seguinte:

a. Estaria requerendo passaporte para fazer curso em PARIS e, junto com outros brasileiros, fazer campanha contra o BRASIL.

b. É professor colaborador e, como tal, não pode se afastar do cargo.

c. Mesmo não sendo professor titular, pois não defendeu tese, vem gozando dos privilégios daquele.

d. Fez campanha contra alunos não marxistas, declarando que só passariam os que “evoluíssem”, entendendo-se, dentro de seu conceito o sentido de evolução como comunização.

e. É muito ligado ao Professor WAGNER BRAGA BATISTA, presidente do CBA de CAMPINA GRANDE/PB, o qual possui registro nesta Agência (ARE_ACE_ 667/80. Fundo SNI – Agência Recife).

Também foi alvo da ASI/UFPB - que repassou as informações para o SNI - um Seminário sobre o sistema universitário e a sociedade brasileira, promovido pelo Conselho de Reitores das universidades

brasileiras, e que teve o apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da UFPB.

Esta agência recebeu a informação nº 272/78/ASI/UFPB de 31 OUT, abaixo transcrita:

No período de 25 a 27 de outubro, na ESCOLA E SERVIÇO PÚBLICO e no HOTELO TAMBAÚ, em JOÃO PESSOA (PB), realizou-se o SEMINÁRIO SOBRE O SISTEMA UNIVERSITÁRIO E A SOCIEDADE BRASILEIRA, [...] presidido pelo Reitor LYNALDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (UFPB) [...]

O encontro tinha por finalidade analisar o panorama universitário brasileiro e suas implicações com a sociedade, após os anos de vigência da Reforma Universitária, para uma avaliação dos resultados obtidos. Ao evento compareceram Reitores de várias Universidades e educadores de quase todo País.

Os participantes foram divididos em grupos de trabalho, para debater diversos temas apresentados. [...]

Dentro de mais algum tempo, serão publicados, em BRASÍLIA, as recomendações finais do encontro. [...]

Destaca-se a série de propostas apresentadas pelo GRUPO I, entre as quais a de “retirar das Instituições Universitárias as Assessorias de Segurança e a prestação de Informações a Órgãos dessa natureza” (ARE_ ACE2108/81. Fundo SNI – Agência Recife).

Outro evento acadêmico-científico acompanhado pelo SNI na UFPB, foi a XXXI reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada entre os dias 11 e 18 de julho de 1979. Além de acompanhar todo processo de pedido de apoio financeiro por parte de professores e estudantes da instituição para participarem do mesmo, também elaborou uma lista de todas as pessoas da UFPB que foram para o referido evento, elaborada pelo IV Exército. Além disso, o SNI enviou um telegrama informando a ida de algumas pessoas e um dos temas que seriam discutidos:

SEGUIRAM PARA FORTALEZA/CE PARA PARTICIPAR DA XXXI REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO

DA CIÊNCIA (SBPC), OS PROFESSORES DA UFPB, SILVIO FRANK ALEM, PAULO IGNACIO FONSECA, PAULO RAMOS COELHO FILHO, JOANA NEVES, JOSÉ CARLOS DA SILVA (REPRESENTANTE DA SBPC NA PARAÍBA), E WANDERLEY AMERICO AMADO.

PARALELAMENTE A REUNIÃO DO SBPC, QUE CONSTARÁ COM A PRESENÇA DE ESTUDANTES, HAVERÁ UMA REUNIÃO DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU), DE CONCEPÇÃO CEARENSE, DIFERENTE DO MNU/BA. OS CEARENSES PRETENDEM ESTRUTURAR O MNU NOS MOLDES DE UMA ORGANIZAÇÃO AMERICANA, DE TENDÊNCIA RADICAL ATÉ O TERRORISMO, CONTRA A SOCIEDADE BRANCA (ARE_ ACE_ 562/79. Fundo SNI – Agência Recife).

Durante todo o período da ditadura militar no Brasil, os relatos dos órgãos de informações do regime serviram para a efetuação de prisões por parte dos órgãos de repressão, além de cassações de mandatos de detentores de cargos eletivos, afastamento de professores e estudantes das universidades, impedimento de contratação de servidores públicos, etc. Na conjuntura estudada, época da transição da ditadura para democracia, provavelmente os agentes dos referidos órgãos sabiam que essas informações não levariam a essas ações extremas, mas continuavam a produzi-las, destacando a permanência do perigo comunista, com o objetivo de justificar sua existência.

Algumas técnicas não serviam apenas para incriminar inocentes.

“Alimentar” permanentemente o sistema de informações com novos dados sobre velhos casos era uma forma de evidenciar a necessidade dos órgãos de informações, que assim mostravam-se atentos à evolução dos problemas. Longos e intermináveis processos eram constituídos, com o acúmulo de sucessivos anexos ou novos inquéritos. Com isso, os envolvidos eram lançados num clima permanente de incerteza e tinham a impressão de uma vigilância constante (FICO, 2001, p.103-104).

Considerações finais

Com a ditadura militar instalada no Brasil em 1964, um amplo sistema de vigilância foi montado contra a sociedade civil e órgãos do Estado com a criação do SNI. Fato que demonstra a característica autoritária e violadora de direitos humanos fundamentais de referido regime.

Com o processo de “distensão” política, iniciada no governo do presidente Ernesto Geisel, de forma “lenta, gradual e segura”, que duraria até o governo de seu substituto, João Batista de Figueiredo, quando a ditadura militar chegou ao fim, a polícia política e os órgãos de informações, que boicotaram o processo, procuraram demonstrar que a “ameaça comunista” persistia, apesar do desmantelamento, depois de forte repressão, das organizações de esquerda que realizaram ações armadas, inclusive para demonstrar a necessidade de sua existência. Segundo Figueiredo:

O serviço secreto continuava a viver de fabricar perigos. Por mais que Geisel desse sinais de que não dissolveria a *comunidade de informações* o SNI se sentia a obrigação de justificar sua existência. Para tanto, tentava convencer o presidente, a cúpula das Forças Armadas e as principais autoridades civis do governo de que a subversão não estava controlada e que os movimentos guerrilheiros continuavam sendo uma ameaça. Nem uma coisa nem outra era verdade, mas o *Serviço* caprichava na lorota (2005, p. 250).

Esta postura, se manteve durante todo o período de transição da ditadura para a democracia, ou seja, os órgãos de informações procuraram demonstrar que a “ameaça comunista” persistia em todos os setores da sociedade. Segundo Soares,

A prática da reiteração não serviu apenas para se “informar” sobre um indivíduo que poderia ser uma “ameaça comunista”. A constante criação de informações e de novos documentos também foi uma prática da comunidade de informações, especificamente do SNI, para reiterar ao comando da ditadura sua

importância no combate ao “perigo comunista” que, segundo evidenciava a própria comunidade através da sua alta produtividade, ainda existia no país. Neste sentido, o Fundo SNI – Agência Recife mostra-se um bom exemplo desta atuação da comunidade, visto que, a primeira data de produção a constar nos documentos principais 217 dos mais de 7 mil ACEs que compõem o Fundo, é o ano de 1979. Ou seja, os documentos informativos que abrem os dossiês foram produzidos durante o período da chamada “abertura política” do regime ditatorial.

Esta situação demonstra justamente o modo de ação do SNI e da comunidade de informações, principalmente após anunciada por Ernesto Geisel a chamada “distensão política”. Em resumo, a ideia do Serviço era a seguinte: evidenciar como ele era necessário para o monitoramento da segurança interna, visto que em seu entendimento o comunismo ainda era um “perigo” para a nação e, ao mesmo tempo, buscava assegurar para a comunidade de informações alguma garantia durante a transição para a democracia. Assim, durante os anos finais dos governos militares, mesmo com a promessa de “abertura”, os olhos e ouvidos do SNI e de demais Órgãos de Informações continuavam a vigiar a sociedade brasileira (2020, p. 216-217).

O SNI atuava em todo território nacional, e no caso do estado Paraíba, através da Agência Pernambuco. Como vimos, na UFPB, o Serviço desenvolveu a vigilância, em parceria com a ASI e outros órgãos de informações e repressão ligados às forças armadas sobre comunidade acadêmica, no caso estudado, sobre atividades extracurriculares desenvolvidas na instituição ou por membros desta.

Fontes

Documentos do Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), localizado na Fundação Casa José Américo.

ARE_ACE_ 1609/81 I/I. Fundo SNI – Agência Recife

ARE_ACE_ 1959/81. Fundo SNI – Agência Recife

ARE_ACE_ 3915/83 I/I. Fundo SNI – Agência Recife
ARE_ACE_ 454/79. Fundo SNI – Agência Recife
ARE_ACE_ 3132/82. Fundo SNI – Agência Recife
ARE_ACE_ 608/79. Fundo SNI – Agência Recife
ARE_ACE_ 3189/81. Fundo SNI – Agência Recife
ARE_ACE_ 7210/86. Fundo SNI – Agência Recife
ARE_ACE_ 667/80. Fundo SNI – Agência Recife
ARE_ACE_ 2108/81. Fundo SNI – Agência Recife
ARE_ACE_ 562/79. Fundo SNI – Agência Recife.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANTUNES, Priscila C. B. **SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

BAUER, Caroline Silveira.; GERTZ, René E. Fontes sensíveis na história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (O Brasil Republicano, vol. 5).

FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba: a vigilância aos políticos. In: BEZERRA, Josineide da Silva; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; NUNES, Paulo Giovanni Antonino Nunes. (Orgs.). **História Política:** rupturas institucionais e revoluções. João Pessoa: Ed. UFPB, 2018.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): Vigilância sobre os dirigentes universitários (1976-1985). **Saeculum:** Revista de História, João Pessoa, n. 39, jul.- dez. 2018.

PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. **Relatório Final.** João Pessoa: A União, 2017.

SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **A política paraibana vigiada:** Políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964-1985). João Pessoa, 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, 2020.

Capítulo 11

Anseios constituintes contra a institucionalidade autoritária da Ditadura de 1964

Ozias Paese Neves

Uma Constituinte como *remédio* contra a ditadura¹

A *cultura política* brasileira tem incrustadas facetas autoritárias de longa data. A ditadura militar iniciada em 1964 deve ser compreendida como uma delas. A saída dos militares do governo, em 1985, marcada pela passagem do poder aos civis foi arquitetada em meio a acomodações e cessões entre a elite parlamentar de oposição e o governo ditatorial². Tal arranjo frustrou a grande mobilização social em torno da tentativa de mudança constitucional representada pela campanha das Diretas Já e é amostra da persistência de práticas e das relações de sujeição que marcam o período.

No Brasil, o Direito e as constituições foram comumente instrumentos do exercício do poder autoritário e mesmo ditatorial. Segundo Anthony Pereira, “é muito comum que os regimes autoritários usem a lei e os tribunais para reforçar seu poder, de modo a tornar obscura uma distinção simplista entre regimes de facto e regimes constitucionais”, o que ele define como o “fenômeno da ‘legalidade autoritária’” (PEREIRA, 2020, p. 36). Particularmente no caso brasileiro, podemos dizer que há consenso na historiografia de que a ditadura de 1964 construiu um aparato autoritário constitucional e

¹Este texto é fruto do desenvolvimento de pesquisas deste autor sobre a passagem da ditadura de 1964 para a redemocratização expresso na tese de seu doutorado realizado na Universidade Federal do Paraná (2013-2017) e nas pesquisas de pós-doutoramento realizado Universidade de São Paulo (2017-2020).

²Tomamos cultura política a partir da refiguração que a historiografia francesa elaborou nas últimas décadas sobre o conceito, percebendo-o como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundido no seio de uma família ou tradição políticas” (BERSTEIN, 1998, p. 350).

infraconstitucional para buscar uma espécie de legitimação formal do regime³.

Dito isso, nosso objetivo nesse texto é buscar mapear como o tema da necessidade de uma nova Constituição, via Assembleia Nacional Constituinte, transformou-se numa pauta da oposição ao regime, entre 1967 e 1984. Neste momento, anterior às grandes mobilizações populares pós-*Diretas Já* e da criação do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte, os protagonistas de tal demanda foram os “doutores”, juristas e o políticos, que buscavam um modo institucional de tentar barrar ou mesmo reverter os avanços autoritários.

Na Ditadura Militar de 1964, formas mais plurais de regulação da sociedade foram deixadas de lado e o Direito foi visto estritamente como a lei do Estado. A representação parlamentar, tipicamente liberal, era tomada como algo limitado, subordinada aos interesses nacionais, dos quais essa elite militar seria a legítima gestora. A *Doutrina de Segurança Nacional* e a *Doutrina da Guerra Revolucionária* são ilustrativas desse quadro, para as quais, no seio do povo, encontram-se inimigos internos desestabilizadores da harmonia social, que deviam ser combatidos com armas institucionais e parainstitucionais, como a prisão, a tortura, o assassinato e o desaparecimento político⁴. Nesse cenário, os militares não estavam sós: faziam parte de um campo mais amplo em que se delineava um imaginário conservador e nacionalista, em que uma série de *signos emocionais* foi alicerçada nos sentimentos de temor – de polo negativo – pela “ameaça populista e comunista” que poderia levar o país ao caos⁵. O polo afetivo positivo dar-se-ia como pantomima da unanimidade da nação. Exemplo disso é a mobilização de afetos vista nas *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*, que conferiram apoio significativo ao tempo do golpe (PRESOT, 2010).

A mudança entre a ordem estabelecida pela Constituição de 1946 e a nova institucionalidade aprofundava o autoritarismo estrutural da sociedade e mergulhou o país na ditadura. Em princípio, os militares pretenderam conferir ao movimento a pecha de “Revolução” e a ela

³Sobre a temática, ver o artigo de Napolitano (2011, p. 208-217).

⁴Sobre a Doutrina de Segurança Nacional consultar Borges Filho ([1996], p. 52-53); sobre Doutrina da Guerra Revolucionária (MARTINS FILHO, 2009, p. 179-202).

⁵Sobre as mensagens comoventes ou signos emocionais vide: (ANSART, 2019, p. 69).

uma espécie de poder constituinte por meio dos Atos Institucionais (BRASIL, 09 abr. 1964). Assim, subordinariam a ordem jurídica e o Direito, à lógica do poder militar⁶.

Castelo Branco tinha sido derrotado por integrantes da Linha dura, aliados de Costa e Silva. Assim, resolveu encaminhar projeto que derivou para a Constituição de 1967, elaborada por um Congresso cerceado⁷. A tentativa era construir uma narrativa de normalidade institucional e, ao mesmo tempo, desenhar um limite à atuação do novo grupo militar que assumiria o centro das decisões. Diante da resistência civil e armada ao seu regime, militares de vários matizes preferiram arcar com os *custos da repressão* em vez dos *custos da tolerância* e optaram por impor novos atos institucionais sobre a Constituição de 1967 – caso do Ato Institucional n. 5 – e até mesmo emendá-la em 1969 (dahl, 1997). Tal prática e lógica autoritária persistiram em todos os governos militares, deixando rastros mesmo após a chamada redemocratização⁸. Seus remédios jurídicos pretendiam normalizar o campo institucional, porém foram continuamente refutados pela sociedade civil e a ordem se impôs por meio de uma lógica da *cultura política de sujeição*.

O relativo consenso que os militares obtiveram entre setores conservadores e liberais no instante do golpe foi logo fraturado e parte daqueles que o apoiaram passaram a viver entre a oposição e acomodação⁹. Uma dentre as várias estratégias da oposição era a de pleitear uma nova Constituinte. Esse texto tem como objetivo construir o cenário dessas contestações entre a Carta de 1967 e o governo Figueiredo. Vamos nos preocupar em apontar duas lógicas distintas que foram desenvolvidas por aqueles chamados de “doutores” por setores populares: a dos partidos políticos e a dos juristas.

⁶Aliás, como adverte Marcos Napolitano, cabe ressaltar que desde os primeiros momentos do regime as práticas mais autoritárias se fizeram presentes ao contrário do que uma certa memória liberal que pretende caracterizar o regime como “ditabranda”, para ver a crítica a tal conceito vide: (NAPOLITANO, 2014 e 2018).

⁷Sobre as tensões internas dos grupos militares vide: (MARTINS FILHO, 1995, p. 114).

⁸Sobre o tema da influência dos militares e da sua lógica de atuação nos governos de Sarney, Collor e FHC ver: (ZAVERUCHA, 2010).

⁹Sobre a questão da acomodação vide: (MOTTA, 2014).

As demandas por um novo texto constitucional no campo parlamentar e entre os juristas

No campo parlamentar, não tardou para que a Carta Constitucional de 1967 fosse refutada formalmente. Em dezembro de 1967, no VI Congresso do PCB, já se defendia sua substituição. De um lado, os comunistas refletiam valores de segmentos da oposição, negando qualquer legitimidade ao governo ditatorial; de outro, a demanda tinha um caráter simbólico, um modo de a cúpula que restava do PCB afirmar sua posição política em detrimento da luta armada. Constava na primeira de suas teses a seguinte demanda: “I – abolição das leis de exceção implantadas pelos militares que tomaram o poder em 1964, estabelecimento das liberdades democráticas, a realização de eleições, a adoção de uma constituição democrática e a anistia aos presos políticos” (ABREU, 2001, p. 4276). Transparece que, alijados da vida institucional desde a cassação do registro do partido pelo TST, em 1947, e dos mandatos de seus deputados em 1948, os comunistas propunham um movimento que simultaneamente se colocava contra seus dissidentes, que partiriam para a luta armada, dispondo-se numa posição de “diálogo” no campo político-institucional, ao mesmo tempo que refutavam a validade da Carta recém-editada pelos militares¹⁰.

A extinção dos partidos políticos com a imposição do bipartidarismo dava ares de “partido oficial de oposição” ao recém-criado MDB (BRASIL, 27 out. 1965; ALVES, 2005, p. 127). Até a eleição de 1974 sua atuação parlamentar carecia de legitimidade junto à população. No seu interior, albergava opositores de várias nuances, desde lideranças comunistas até conservadores que ficaram desalojados em disputas locais com outras elites arenistas, mas que com ela pactuavam valores e interesses. Suas disputas e divisões internas eram notórias. Nesse cenário, um grupo de integrantes da chamada ala “autêntica” do MDB, mais à esquerda, lançou a Carta de Recife, em 1971, que propunha a necessidade de estabelecer-se uma nova ordem constitucional e questionava até mesmo a possibilidade

¹⁰Para uma análise sobre a perseguição aos comunistas vide: (COSTA, 2006).

de autodissolução do Partido como forma de negar legitimidade ao Congresso¹¹.

No entanto, durante os *Anos de Chumbo*, “a ideia de convocação da Constituinte exerceu influência muito limitada sobre a oposição legal” (BARBOSA, 2009, p. 126)¹². Internamente, parlamentares divergiam nas estratégias de enfrentamento do regime, e externamente os militares eram capazes de editar, sem grandes escrúpulos, textos como o do AI-5, e da emenda 1 de 1969, permitindo-lhes a eles mesmos cassações e subordinando seus interlocutores de oposição a limites de atuação mais estreitos.

A oposição parlamentar vivia suas próprias escolhas difíceis: acirrar os ânimos ou temporizar. Tais procedimentos se alternaram, especialmente durante o período em que a luta armada preocupava os militares e mostrava-se mais radical do que a luta parlamentar¹³.

A necessidade de uma nova Constituinte frutificava apenas em fragmentos da oposição até o governo Médici, e servia mais como uma das várias bandeiras contra a ordem instituída do que como expectativa de realização. A questão submergia no discurso parlamentar diante dos fechamentos do regime e das diversas estratégias que a oposição parlamentar discutia entre si no seu escasso campo de atuação. Esse silenciamento sobre a temática da Constituinte foi recorrente nas décadas de 1970 e 1980. Quando a conjuntura não parecia apropriada, ela era superada em importância e energia por pautas do momento, como a defesa de prerrogativas dos parlamentares, reabertura do Congresso, crítica ao Pacote de Abril, fim do AI-5, luta pela anistia e, mais adiante, pelas *Diretas Já*.

Entre outros “doutores”, os juristas, a trajetória da reivindicação por uma nova Constituinte seguia uma lógica diversa. Para compreendê-la, tomamos a OAB como uma amostra da dinâmica do

¹¹Sobre a temática vide: (KINZO, 1988). Sobre a Carta de Recife vide (WHITAKER, 1989). Ver também: (BRASIL, Diário do Congresso Nacional, 20 jul. 1971).

¹²Para uma leitura sobre as questões político-parlamentares vide: (PAIXÃO; BARBOSA, 2008, p. 121-132).

¹³Sobre a luta armada há uma extensa bibliografia; ver: (FICO, 2004). Sobre os ciclos de abertura e fechamento do regime, vide o texto de Alves (2005).

campo do direito, que, num primeiro momento, endossara o golpe de estado de 1964 e seus primeiros anos de governo¹⁴.

Usualmente se compreende tal apoio inicial ao Regime Militar em razão da ideologia conservadora e ligada aos valores da tradição, anticomunismo e antipopulismo que marcavam sua gestão em 1964 e, em um segundo plano, a opção dos militares por um discurso de legitimação de seu poder via “manutenção” do aparato legal. O Conselho Federal da OAB via a ação das Forças Armadas como emergencial e até mesmo como forma de “defesa do estado democrático”, assim, a “Ordem recebeu com satisfação a notícia do golpe, ratificando as declarações do presidente Povina Cavalcanti, que louvaram a derrocada das forças subversivas. Povina parabenizou a atuação do Conselho, considerando-a lúcida e patriótica ao alertar, durante a reunião realizada a 20 de março, os poderes constituídos da República para a defesa da ordem jurídica e da Constituição” (OAB, 2020).

Nesse mesmo sentido, diversos docentes de faculdades de direito, como a do Largo do São Francisco, na USP, manifestaram seu júbilo pela derrubada do Governo Goulart, não apenas os antigos integralistas ou católicos conservadores, mas destacados liberais da casa (SEELAENDER, 2008).

No entanto, nos anos 1970, a dinâmica na OAB e no campo jurídico se alterou. De início, suas escaramuças com o regime eram restritas a uma pauta corporativista, marcada por um discurso vago de defesa dos direitos humanos e, preponderantemente, com uma preocupação com integrantes de seus quadros (MOTA, 2008; COELHO, COELHO, 1999). Porém, reconfigurações internas e a exposição da violência do regime fizeram crescer uma pauta social em torno da defesa das liberdades sindicais e retorno do *habeas corpus*. Adiante, voltou-se também para questões da anistia e da necessidade de uma leitura alternativa ao direito posto pelos militares e até mesmo à necessidade de uma nova constituição¹⁵. Tal guinada é comumente descrita como

¹⁴Tomaremos a OAB como uma amostra da cultura política dos juristas, órgão representativo da categoria, particularmente daqueles mais estabelecidos nas estruturas de poder. Isto nos servirá de amostra das disputas e das insatisfações com o regime. Sobre a temática ver (COELHO, 1999).

¹⁵Sobre direito alternativo vide: (RODRIGUES, 1993; GUANABARA, 1996).

resultado dos seguidos ataques contra os próprios advogados e das consecutivas violações dos direitos humanos que levaram a OAB a denominar de “sistema legal ilegítimo” o sistema paralelo imposto pelo governo ditatorial¹⁶. Esse sistema convivia com o sistema legítimo, gerando instabilidade jurídica e dificultando a atuação no campo do direito (PEREIRA, 2010, p. 36). Cresceu na OAB uma oposição que buscava a defesa dos direitos humanos e, no debate em torno da revogação da legislação repressiva, o esclarecimento da opinião pública sobre questões legais e direitos públicos e civis (ALVES, 2005, p. 210). Assim, na chamada sociedade civil “em 1975, o tema dos ‘direitos humanos’ encontrava eco como palavra-de-ordem central contra o Regime Militar, bandeira ligada sobretudo aos militantes ligados à classe média de esquerda” (NAPOLITANO, 2014, p. 59).

Quando se aborda essa transformação no campo do direito e da OAB, pelo viés de uma *história cultural da política* – ou seja, tomando-a como um campo temático integral –, deixando de lado a diferença entre “contexto” e política propriamente dita, pode-se pensá-la buscando seus códigos e conjuntos de referentes que se difundem em suas tradições políticas (MERGEL, 2020). Assim, na *cultura política* desse momento (RIBEIRO, 2014) acomodavam-se uma série de ferramentas, utensílios mentais e culturais que modelavam parte dos juristas, impondo e sobrevalorizando a ordem legal, em sentido estrito e, alinhando-se ao pensamento de centro direita, o que estaria em conformidade com o apoio ao regime golpista, e, por isso, nesse sentido, o sentimento anticomunista não pode ser desconsiderado na análise. No entanto, o contexto da década seguinte e as constantes violações aos direitos humanos, a tortura e as denúncias nacionais e internacionais sobre o fato de o regime usar violência para reprimir opositores chocavam-se com outros valores também importantes para o próprio discurso do jurista local: a liberdade, as garantias individuais e a proibição da tortura¹⁷.

¹⁶Vide o caso do advogado preso e torturado Washington Rocha Cantral (In: SKIDMORE, 2000, p. 329).

¹⁷Berstein, “esta osmose entre culturas políticas muito afastadas na origem implica que, longe de constituir um dado fixo, sinônimo de tradição política, estejamos em presença de um fenômeno evolutivo que corresponde a um dado momento da história e de que se pode identificar o aparecimento, verificar o período de elaboração e acompanhar a evolução no tempo” (BERSTEIN, 1998, p. 355). Nesse sentido vide também Berstein (2009, p. 31).

Noutras palavras, a defesa do Regime Militar e da ordem paralela ao direito legítimo tornava-se cada vez mais problemática para uma OAB inserida em conjuntura de crescente valorização da democracia, fosse como valor liberal ou “universal” – segundo Nelson Coutinho –, como seguimentos do próprio PCB, via eurocomunismo, passavam a apregoar. Em outras palavras, a OAB precisava constituir uma nova linguagem simbólica, que permitisse uma “leitura comum do passado” e uma “projeção no futuro vivida em conjunto”. Então, era necessário afastar-se do regime até o rompimento. Os juristas, assim como boa parte da sociedade que defendera o golpe, ficaram numa situação vexatória ao endossar medidas autoritárias, muitas delas infligidas aos próprios membros da corporação dos juristas presos, torturados, impedidos de trabalhar¹⁸. Certamente, isso ocorreu até meados da década de 1970, com a forte repressão. Simultaneamente, com o fenômeno do “milagre econômico” e a escusa da “luta armada”, alguns setores moderados e liberais procuravam acomodar suas posições junto à “inescapável” força dos militares. Porém, no novo contexto de meados dos anos 1970, migrar dessa acomodação para a oposição tornava-se menos custoso, quiçá necessário¹⁹.

Temas como anistia, estado de sítio, segurança nacional, retorno do *habeas corpus*, criminalidade e direitos do povo foram debatidos em sessões lotadas em Conferências Nacionais da OAB. Várias resoluções foram tomadas pleiteando o restabelecimento do Estado de Direito, assim como a revogação do “entulho autoritário” – legislação de cunho autoritário que entrava em confronto com valores democráticos. Tais manifestações efusivas dos advogados não eram isoladas. Em 1977, foi publicada *Carta aos Brasileiros*, em que professores da USP, ao comemorar os 150 anos do curso de Direito do Largo de São Francisco, fizeram uma dura manifestação contra o regime. A carta foi assinada por ilustres juristas e intelectuais como Fabio Konder Comparato, Miguel Reale Junior e Antônio Cândido,

¹⁸É possível sugerir que a ruptura da OAB com o regime deu-se em face da persistência dos militares no poder, quando muitos esperavam uma intervenção curta contra a ameaça “comunista e populista” de Goulart. Para o debate sobre poder moderador, vide: (FICO, 2004, p. 31). Vide também: (MORAES, 2001, p. 108).

¹⁹A partir de 1973, as sucessivas eleições para a direção da OAB trouxeram incômodos para o Regime Militar. Sobre o tema, vide: (MOTTA, 2008, p. 12). E ainda: (NEVES, 2009).

sendo a fala do decano, prof. Goffredo Telles Jr., demandava “Estado de Direito Já”:

sustentamos que somente o Povo, por meio de seus representantes, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, tem competência para elaborar a Constituição; que somente o Povo tem competência para substituir a Constituição vigente por outra, nos casos em que isso se faz necessário (...) declaramos ilegítima a Constituição outorgada por autoridade que não seja a Assembleia Nacional Constituinte”, porém, deixava claro os limites da mudança: “o que queremos é Ordem. Somos contrários a qualquer tipo de subversão. Mas a Ordem que queremos é a Ordem no Estado de Direito. A consciência jurídica do Brasil quer uma coisa só: o Estado de Direito, já (TELLES JUNIOR, 1986, p. 157).

Percebemos em sua fala uma combinação dos valores de uma *cultura política* de matiz liberal-conservador em sua advertência de que “é contrário a todo tipo de subversão”, ou seja, ainda se valia de expressões do jargão de direita para definir como deveria ser a nova ordem social brasileira afastada dos valores de esquerda. De todo modo, o valor de seu discurso foi simbolicamente bastante expressivo, afinal pertencera ao grupo de advogados que apoiara o golpe, nos anos 1960.

Depois dessas falas, e mais particularmente nos anos 1980, foram inúmeras as manifestações de juristas em favor de uma nova Constituinte, como ocorreu nos Encontros dos advogados do Brasil pró-Constituinte (1983-1988), e as próprias conferências nacionais da OAB passaram a dar conta de que a institucionalidade do regime, marcado pela CF de 1967 e da emenda de 1969, não era mais tolerada na cultura jurídica do período.

A guinada na OAB desde o apoio ao golpe de 1964 sugere que segmentos mais progressistas entre os “os doutores”, os juristas, efetivamente refutavam a institucionalidade autoritária e não enxergavam o retorno da carta de 1946 como uma saída para a crise institucional. Assim, a demanda por uma nova Constituinte foi lenta e gradativamente se instalando no discurso dos juristas mais progressistas e mesmo na OAB, sem prejuízo de que setores bem

acomodados junto ao regime procurassem criar alternativas de uma constitucionalização mais conservadora com Figueiredo ou a negar a legitimidade da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 (NEVES, 2009; MOTTA, 2008), até porque para entender tal guinada da OAB e essa “aceleração” em sua atuação contra o regime é preciso situá-la no “projeto de distensão” de Geisel.

Essas manifestações de juristas em prol de uma nova ANC, particularmente a partir de 1977, podem ser compreendidas como parte de um novo ciclo de demanda pró-Constituinte. Elas existiram em conjunto com as reivindicações que foram produzidas na esfera parlamentar e eram uma reação ao projeto de “distensão” controlada que os militares procuravam engendrar de modo “lento, seguro e gradual” nos governos Geisel e Figueiredo.

A crise econômica caracterizada pela mudança no cenário dos países exportadores do petróleo e, a seguir, da crise da dívida externa brasileira subsidiam explicações historiográficas que apontam para situações estruturais econômicas a guiar o término do Regime Militar (MACIEL, 2012). No entanto, a nosso ver, os movimentos políticos da oposição parlamentar (MDB), dos governos promotores da “distensão e abertura” programadas, assim como seus pares mais radicais – a direita armada e terrorista –, não podem deixar de ser considerados para compreender os cenários em que se moviam políticos, o campo jurídico e os movimentos sociais em um processo de mudança na *cultura política* (NAPOLITANO, 2002; GOHN, 2012; ARGOLO, 1996).

No âmbito militar entre 1975-1976 e 1979-1984, rearticularam-se “em torno da comunidade de informações, os CIES, os DOI-CODI e mesmo no interior do ministério do Exército, com o ministro Silvío Frota à frente. Aumentaram os atos de violência, em especial em São Paulo” (NAPOLITANO, 2014, p. 269-271). Ficava cada vez mais claro que o comando central dos militares não tinha o controle do processo de transição que pretendia desenvolver²⁰. De um lado, eram

²⁰Em síntese, pode-se dizer que houve uma significativa diferença entre o projeto de distensão e o processo de distensão. Sobre o tema, vide: (FORGET, 1994) A explicação mais recorrente na historiografia é que essa “direita explosiva” não aceitava o rumo que as recentes transformações do final dos anos 1970 trouxeram, como as inovações do campo político – em sentido estrito: fim do AI-5, lei de anistia, reformas eleitorais e novos partidos. Vide também: (VERSIANI, 2014).

pressionados pelos partidos de oposição e pelo decréscimo eleitoral dos seus apoiadores; de outro, porque os setores mais duros protagonizaram uma série de ações terroristas com atentados a livrarias, universidades, jornais, instituições tomadas como oposicionistas, além de haver sequestros e espancamento de opositores. Não é novidade no campo historiográfico que após a Lei de Anistia, setores militares continuaram agindo impunemente de dentro do Estado a perpetrar ações de violência sobre a sociedade civil, de certa forma representam a violência inserida no regime que não era mais contida pelo pacto transicional²¹.

Constituinte como instrumento da “abertura”

Ao longo da segunda metade da década de 1970, os movimentos estudantis e operário reascenderam suas forças, levando a novas greves no ABC paulista e ao ressurgimento da UNE (HAGEMEYER, 2016). Houve também respostas por parte dos grupos mais autoritários vinculados ao regime, insatisfeitos com a condução da “transição”. Além desses atores sociais tradicionais, ganharam fôlego associações locais desvinculadas dos partidos e grupos tradicionais a reclamar das condições de vida e da violência policial (NAPOLITANO, 2002; MARTINS FILHO, 1995; ROCHA, 2013).

A falta de legitimidade da oposição parlamentar foi aos poucos sanada por contramedidas, como a anticandidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República, em 1974. O risco de perder a maioria no Congresso, diante do avanço eleitoral da oposição em 1974, passou a ser real. Para os militares, o quadro era grave porque, com a simples maioria parlamentar, era possível alterar a Constituição e, dependendo da extensão dessa maioria, a oposição poderia controlar o colégio eleitoral que definiria o próximo presidente da República. Tais riscos fizeram o grupo do presidente Geisel fundar-se no seu “poder instituinte” para fechar o Congresso e editar o Pacote de Abril, conjunto de medidas também conhecido como a Constituinte do Riacho Fundo. Por meio dele, foi alterada a estrutura institucional da disputa eleitoral

²¹Lília Schwarcz mapeia algumas dessas ações: entre atentados, sequestros execuções, vide (SCHWARCZ, 2015).

com mudanças em temas importantes como: os coeficientes eleitorais entre população e número de deputados, favorecendo os estados pró-Arena; criação dos senadores biônicos, que deveriam ser indicados pelas assembleias legislativas estaduais, sob o controle da Arena; extensão do mandato presidencial e alteração à forma pela qual se fariam emendas a constituição. Tais regras deveriam consolidar o poder da Arena até o final do projeto de “transição política” engendrado pelos militares²².

A manutenção da capacidade de o regime produzir normas fundadas em seu poder instituinte, de caráter mais fático do que jurídico, persistia. Diante de tais medidas, o MDB e parte da sociedade civil retomaram o debate sobre a necessidade de uma nova Constituinte. Nesse momento, a intelectualidade foi instada a se manifestar. O Jornal Movimento, p.e., promoveu um debate sobre o tema, tendo a participação de Marilena Chauí e Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Discutia-se a necessidade de uma Constituinte ou sua “inconveniência” (AZEVEDO, 2011, p. 181).²³

Não que se imaginasse que uma Constituinte fosse suficiente para conter o poderio dos militares, mas o debate tinha um alcance simbólico, e como nova estratégia integrantes do MDB tentaram ampliar o debate com segmentos populares. Assim, a necessidade de uma nova Constituinte deveria ser repensada e ampliada em sua base social para que eventual medida arbitrária fosse escancaradamente ditatorial. No início de novembro de 1977, o MDB, sob a supervisão de Ulysses Guimarães, editou o *Manual da Constituinte*, confeccionando 100 mil exemplares, texto que fazia parte da Coleção Alberto Pasqualini (era o volume XIV). Ao tema da Constituinte era associada a questão da anistia. Tinha características bastante didáticas, tentando definir a Constituinte “por partes” em 25 tópicos ao longo de 91 páginas (VERSIANI, 2014, p. 69). Parece-nos uma mudança de estratégia na forma de embate político contra o regime: não se trata apenas de apelar para a necessidade de novas regras,

²²Algumas reuniões que foram feitas anos depois indicam que certos grupos pensavam em concluí-la no ano 2000 (VERSIANI, 2014, p. 65).

²³Para a análise da proposta de alguns anos antes, em setembro de 1973, do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, sobre a sugestão de que a ordem fosse descomprimida em etapas para evitar riscos de “recompressão”, tendo sido criticado por intelectuais e autênticos do MDB (ROCHA, 2013, p. 450).

mas de tentar levar essa preocupação didaticamente à população, fosse com manuais, cordéis ou cartilhas. Portanto, era uma forma de sensibilização que vinha a produzir *signos emocionais* a amplos segmentos em movimento contrário à Constituinte do Riacho Fundo, marca do autoritarismo antidemocrático e antipopular do regime²⁴.

Se a discussão sobre uma nova Constituinte ainda era coisa de “doutores”, os esforços do MDB, via manual, tratavam de abordar o fenômeno de cima para baixo, faltando-lhes base de mobilização social. Seu foco permanecia na oposição parlamentar e seus textos pareciam provir de gabinetes com resquício de certo posicionamento, o de “ensinar o povo”²⁵.

A demanda pela Constituinte em 1977 pelo MDB também pode ser pensada em termos eleitorais, afinal as eleições parlamentares de 1978 acabaram por ganhar cores novas. A oposição não só combatia a forma de governar dos militares, mas também se propunha a reordenar toda a ordem institucional pensando em “varrer o aparato” autoritário.

De toda sorte, apesar do Pacote de Abril, o MDB teve largo êxito eleitoral em 1978, passando a ter nova força no Congresso. Iniciou-se um novo ciclo de disputas, e a temática da Constituinte foi superada no parlamento por outras discussões mais urgentes, como o fim do AI-5 e a anistia. Daí resultaram êxitos parciais da oposição, principalmente quando se vê a diferença entre a campanha pela anistia e o resultado da lei de anistia²⁶.

De certa forma, os militares tentaram tornar o fim do AI-5 e a edição da Lei de anistia uma espécie de trunfo, posando com a pecha de “democratizantes”, simultaneamente fragmentando a oposição com uma reforma partidária que implodiu o grande guarda-chuva de correntes ideológicas distintas que era o MDB. Dele, surgiram vários partidos de oposição. Antigas e novas lideranças passavam

²⁴Neste sentido, sobre o inimigo não como um concorrente desejoso de aumentar seus ganhos, mas portador de falsos valores e portanto nocivo à sociedade, ver: (ANSART, 2019, p. 79).

²⁵Sobre elites reformistas e seu papel reformador e educador, vide: (GOHN, 2012; ARGOLO, 1996).

²⁶Sobre as demandas, inclusive por uma constituinte com poderes limitados em 1978, vide: (SALGADO, 2007).

a concorrer por espaço no campo institucional, como Brizola, Lula, entre outros. Assim, apesar de algumas manifestações em favor da elaboração de uma nova carta constitucional, tal como a recriação da Federação das Mulheres Paulistas para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, ou de congressos de advogados em prol da ANC, a oposição e parte da intelectualidade não enxergavam uma boa conjuntura para a Constituinte. Tratava-se antes de retirar os militares do governo.

De todo modo, nesse cenário, o pleito Constituinte voltava a ficar fora da pauta imediata. Por outro lado, instrumentalizou uma experiência institucional aos partidos e a população elegeu em 1982 um Congresso com a maior bancada de oposição desde 1964.

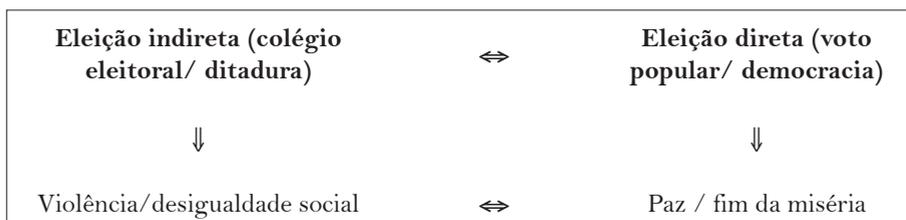
A demanda por eleições diretas para todos os âmbitos do executivo nunca deixou de ser pauta das ações da oposição institucional. Ela passou a ocupar um espaço especial em sua linguagem e no imaginário político a partir da segunda metade dos anos 1970, com a perspectiva de êxito nas campanhas eleitorais de 1978 e de 1982. A partir desta última eleição, parte da oposição parlamentar recém empossada buscou trazer a população para as ruas depois do seu significativo crescimento. Lideranças do PMDB e do PT propuseram a elaboração de uma emenda Constitucional para a alterar a forma de sucessão restabelecendo o voto direto para presidência da República – a Emenda Dante de Oliveira ou das *Diretas Já*²⁷.

No entanto, a oposição não tinha número suficiente de parlamentares para aprovação da emenda. Então, partiram para a pressão popular, visando constranger os deputados governistas. A estratégia foi a de difundir a campanha inicialmente em cidades de médio porte do interior, levando o debate a se disseminar amplamente durante um período de forte crise econômica e de legitimidade do governo.

²⁷Para evitar uma leitura truncada em razão da partícula Já da expressão Diretas Já, a substituiremos simplesmente por *Diretas*. Segundo Bertonecelo (2007, p. 137), “as disputas internas às oposições partidárias deram lugar aos poucos a uma ação unificada pelo restabelecimento imediato da eleição presidencial direta. No PMDB, unificou-se o discurso em torno da defesa da emenda Dante de Oliveira, embora a intenção de realizar uma campanha pró-diretas tenha, inicialmente, gerado enormes divisões dentro desse partido”.

A campanha congregou uma frente suprapartidária envolvendo lideranças de amplos segmentos²⁸. A expectativa de vitória acendeu sentimentos de esperança na participação popular e na superação do regime por meio da eleição direta.

Pierre Ansart, ao analisar os *signos emocionais*, sugere que os sistemas ideológicos promovem uma relação de lógica de oposição, com benefícios e malefícios numa relação de combate. No seu modelo, propõe-se um quadrado lógico-emocional que opõe bens e males. Partindo da metodologia por ele sugerida, pensamos que a mensagem que a campanha das *Diretas* trazia embutida fazia uma associação entre os males: assim *colégio eleitoral* equivaleria a *ditadura*, de onde decorreriam a violência na sociedade e a desigualdade social; de outro lado, teríamos as eleições diretas como sinônimo de democracia e esta a paz e a superação da miséria (ANSART, 2019, p. 79).



Entre 1983 e 1984, houve inúmeras manifestações de diversos portes, desde a primeira registrada com 5.000 pessoas em Goiânia, passando pela primeira convocada pelos partidos, em Curitiba, que teve 40.000, até as grandes manifestações de mais de um milhão de pessoas no Rio de Janeiro e São Paulo em abril de 1984 (RODRIGUES, 2003, p. 41). Estima-se que mais de 5 milhões de pessoas saíram às ruas²⁹.

²⁸Dentre as personalidades que participaram, podemos elencar: Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, José Richa, Roberto Requião, Miguel Arraes, Mario Juruna, Doutel de Andrade, Leonel Brizola, Lula, entre outros; diversos intelectuais como Antônio Candido, Celso Furtado, Lygia Fagundes Teles; artistas como Chico Buarque, Paulinho da Viola, Fafá de Belém, Mário Lago, Fernanda Montenegro, Juca de Oliveira, Maria Bethânia, entre outros; além de jogadores de futebol, como Sócrates e Reinaldo (RODRIGUES, 2003, p. 74-75).

²⁹Segundo Lucas Brandão Coelho “A campanha em prol das *Diretas Já* em 88 foi, na verdade, múltiplas campanhas ao mesmo tempo, ora unindo as vertentes, ora mesclando-se com a pré-campanha eleitoral para a sucessão presidencial, na qual as três lideranças despontavam na época como fortes contendores” (2011, p. 49).

O partido do governo, o PDS, antiga ARENA, ficara numa situação difícil, pois mais de 70% do seu próprio eleitorado era favorável às eleições diretas³⁰.

No campo da oposição, importantes figuras, como os governadores Tancredo Neves, de Minas Gerais, e Franco Montoro, de São Paulo, tiveram participações dúbias na campanha das *Diretas Já*. Apesar de terem participado do Movimento, fizeram recuos estratégicos. Montoro retirou apoio ao comitê paulista pró-diretas em março de 1984, às vésperas da votação; Tancredo foi além, ajudando a coibir manifestações pró-diretas³¹. Tais ações explicitam que entre a oposição instituída e a nova esquerda (movimentos e novos partidos) havia divergências quanto ao método e intensidade de atuação. Segundo Napolitano:

A avaliação da oposição institucional e dos movimentos sociais de base coincidia num ponto: o Regime Militar tinha se esgotado. As alternativas para a superação do “ciclo militar” é que divergiam e expressavam as contradições de fundo da sociedade brasileira que o discurso do “consenso” procurava neutralizar. Exemplo dessa divergência surgia nas táticas de pressão contra o regime: quando representantes dos trabalhadores, integrantes da comissão pró-diretas, sugeriam uma “greve geral”, a ideia foi mal recebida pela ala mais conservadora do movimento e condenada pela imprensa liberal que em manchete declarava “sociedade civil critica proposta de greve dia 25. Apesar disso, a FSP destacou que 57% da população da cidade de São Paulo seria favorável a uma paralização no dia da votação. A imprensa liberal deixava claros os limites de sua opção política pelo movimento das “diretas” [...] a radicalização do confronto com o Regime Militar não fazia parte da estratégia liberal de transição política, fazendo a própria FSP, um dos arautos do movimento, oscilar em suas posições (2002, p. 133).

³⁰Segundo Bertonceo, cerca de 73% do eleitorado do PDS era favorável à aprovação das *Diretas Já* (BERTONCELO, 2007, p. 139).-

³¹Sobre o recuo dos governadores, vide também: (NAPOLITANO, 2002, p.132). Sobre as manobras de Tancredo Neves desde a criação do PP até a volta ao PMDB e a consolidação como candidato, vide: (ROCHA, 2013, p. 51).

Às vésperas da votação, as oposições tinham acordado que só tratariam de alternativas depois de ter ocorrido a votação no Congresso; no entanto, Tancredo chamou à imprensa e afirmou que aceitaria de bom grado liderar uma negociação com as forças do governo, com os generais e com o próprio Palácio do Planalto (SCHWARCZ, 2015, p. 485-486). Estava viabilizada a candidatura de Tancredo, a oposição confiável³².

A campanha pelas *Diretas* fomentou expectativas de mudança e uma impressão de que, com a participação popular, via eleições, poderiam advir as soluções para problemas que se agravavam no Regime Militar, particularmente a crise econômica dos anos 1980. Entendemos que vê-la exclusivamente pela análise da conjuntura política é insuficiente. Foram movidos afetos e paixões políticas que levavam à mobilização de milhões às ruas³³. Nesse sentido, a campanha das *Diretas* foi o resultado exitoso, no plano simbólico, da percepção de partidos de oposição investidos de um ânimo muito particular: o de que, com o resultado das eleições de 1982, resolveram buscar para si a responsabilidade de obter o retorno das eleições diretas. Ao fazê-lo, tiraram um coelho da cartola expondo os militares ao dilema de aceitá-la, absorvendo a derrota e correndo o risco do jogo eleitoral, ou de impedi-la e expor seu capital político ao ônus da negativa. No jogo da abertura, os militares viram seu projeto de “transição” lenta ameaçado (DAHL, 1997, p. 55). Tinham como opção aceitar a derrota ou endurecer e tentar a Constituinte com Figueiredo ou mesmo um fechamento do regime³⁴. Ao fim, resolveram por uma solução intermediária, encaminhando uma emenda com eleições diretas para 1988-1989, cedendo aos moderados do regime, porém com a outra mão fecharam o cerco às manifestações, particularmente no dia da votação, quando Brasília amanheceu cercada por barreiras e a imprensa foi contida (BERTONCELO, 2007 P. 143). Os militares conseguiram impedir a aprovação da emenda Dante de Oliveira, porém seus cálculos de uma possível vitória no colégio eleitoral acabaram por não se realizar (DELGADO, 2007, p. 412).

³²Sobre a ascensão de Tancredo e a “oposição confiável” ver: (GASPARI, 2016, p. 278).

³³Sobre as mobilizações e seus números vide: (DELGADO, 2007, p. 423).

³⁴Sobre a possibilidade da Constituinte com Figueiredo vide: (CEDI, 1986).

Os juristas também participaram da campanha das *Diretas* como protagonistas. Em peso, a OAB e grandes juristas abraçaram a causa, em plena sintonia com a guinada que aquela organização tivera desde meados dos anos 1970. Como dissemos, tal demanda alinhava valores de liberais, desde então desconfiados e depois contrários ao regime, e aqueles mais progressistas, ou a esquerda, que se opunham com mais vigor. Mas a grande novidade nas manifestações foi a presença do terceiro grupo, os movimentos sociais. Ausentes do debate da Constituinte na década de 1970, ingressam de plano na campanha e acabam por empurrá-la, junto com setores mais progressistas ou radicais dos dois primeiros grupos. Eles tiveram um papel significativo na campanha das *Diretas Já*, e mais do que isso introjetaram valores, vivências, experiências, com amplos segmentos populares que compunham suas bases³⁵. Tal movimentação – assim como o sentimento de frustração com a derrota das diretas, assim como com a ascensão de José Sarney, em razão da doença e da morte de Tancredo, é fundamental para investigar refletir-se sobre a energia canalizada na luta pró-Constituinte nos movimentos populares.

Conclusões

A mobilização suprapartidária e de amplos segmentos da sociedade se formatou numa *memória social* de que a *paixão democrática* seria a combinação de forças contrárias ao regime levando à superação das mazelas sociais³⁶. A ação da Ditadura Militar para barrar a aprovação da emenda e a forma truculenta com que visava suprimir a possibilidade de pressão popular sobre os parlamentares tiveram vários efeitos políticos, institucionais e no campo das sensibilidades. Manteve-se o cronograma e a forma de sucessão projetado ao término do governo Figueiredo. Barrou-se a figura de Ulysses Guimarães, então forte candidato opositorista se as eleições fossem diretas.

³⁵Para uma relação de mais de cinquenta organizações da sociedade civil e movimentos sociais que participaram da campanha Pró-diretas, vide: (BERTONCELO, 2007, p. 206-207).

³⁶Sobre a construção discursiva de que as manifestações foram ordeiras, vide: (NAPOLITANO, 2002, p. 135). Sobre a memória social da redemocratização vide (ROLLEMBERG, 2010).

Mostrou-se que os militares não dispunham de força para impedir manifestações populares antagônicas ao seu cronograma, mas os militares conseguiram criar barreiras no Congresso (RODRIGUES, 2003, p. 96; BERTONCELO, 2007, p. 176-179).

Em breve síntese, podemos dizer que, desde o final dos anos 1960 até o começo dos anos 1980, a Constituinte como um instrumento de refundação da sociedade e crítica ao regime estabelecido teve diversos matizes dentre os partidos políticos e os juristas. Podemos dizer que os anseios por uma Assembleia Constituinte foram uma espécie de sombra ao regime, constantemente lembrando à sociedade mobilizada de que havia necessidade de superar o *status quo* via potência da mobilização organizada. Assim, se a aliança de diferentes grupos como parlamentares e juristas com entre setores populares organizados não logrou êxito em aprovar a emenda das Diretas Já, foi embrião que se desenvolveu de forma consistente a unir tais grupos em mobilização social que ainda não fora vista na construção do pacto político mais amplo e democrático em nossa trajetória constitucional, a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988³⁷.

Referências

ABREU, Alzira Alves; et al. (Coords.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. V. 4. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

ARGOLO, José. A.; et al. **A direita explosiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

AZEVEDO, Carlos. **Movimento uma reportagem**. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

³⁷Tratei do período subsequente numa análise sobre o Movimento Pró-participação Popular na Constituinte, uma espécie de continuação cronológica do presente artigo (NEVES, 2019).

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. **Mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil do pós-1964**. Brasília, 2009. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, 2009.

BERSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-364.

BERSTEIN, S. Culturas políticas e historiografia. In: QUADRAT, Samanta; et al. (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

BERTONCELO, Edison. **A Campanha das Diretas e a Democratização**. São Paulo: FAPESP, 2007.

BORGES FILHO, N. **Sobre o sagrado e o profano**. Civil e militares na política brasileira. Florianópolis: Letras contemporâneas, [1996?].

BRASIL. **Ato Institucional no 1**, 9 abr. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BRASIL. **Ato Institucional no 2**, 27 out. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em: 22 jun. 2020

BRASIL. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional de 20 jul. 1971**, Brasília, a. 26, n. 72. p. 3037-3038. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD20JUL1971.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. **Dossiê Constituinte: A constituinte de 1986: construção a democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Pastoral Vergueiro, 1986.

COELHO, Fernando. **A OAB e o Regime Militar: (1964-1986)**. 2ª ed. Brasília: OAB, 1999.

COELHO, Lucas Brandão. **Os movimentos sociais e a Assembleia nacional constituinte de 1987-1988**. Entre a política institucional e a participação social. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH/USP, 2011.

COSTA, Emilia Viotti da. Perseguição aos comunistas: In: **STF: o Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

DAHL, Robert. **Participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Diretas Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge; et al. (Orgs.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 409-428.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FORGET, Daniele. **Conquistas e resistências ao poder: a emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Edusp, 1994.

GASPARI, Elio. **A Ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

GUANABARA, Ricardo. Visões alternativas do direito no Brasil. **Estudos Históricos**, v.9, n. 18, p. 404-416, 1996.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. **O imaginário do movimento estudantil brasileiro de 1968**. São Paulo: USP, 2016.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-79**. São Paulo: Vértice, 1988.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **A transição e a consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. São Paulo: Alameda, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Paulo: Ed. UFSCar, 1995.

MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da guerre révolutionnaire (1959-1974). In: SANTOS, Cecília M. et all (Orgs.) **Desarquivando a ditadura**. São Paulo: Aderaldo & Rothchild Editores, 2009. p. 179-202.

MERGEL, Thomas. **História cultural da política**. Disponível em: <<http://www.renegertz.com/publicacoes/artigos/86-mergel>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MORAES, João C. K. Quartim de. **Liberalismo e ditadura no Cone Sul**. Campinas: Unicamp, 2001.

MOTTA, Marly. “Dentro da névoa autoritária acendemos a fogueira...” a OAB na redemocratização brasileira (1974-80). **Revista Culturas Jurídicas**. Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.1-29, jan./jun.2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In:_____. (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 13-37.

NAPOLITANO, Marcos. **1964 – História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos. **Saeculum** (UFPB), v. 39, p. 205-218, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e poder no Brasil contemporâneo (1977-1984)**. Curitiba: Juruá, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. **Contemporânea - Historia y problemas del siglo XX**, v. 2, p. 208-217, 2011.

NEVES, Ozias Paese. A trajetória dos primeiros embates do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte — MPPC (1985-1988): afetos e temores na “transição política”. **Diálogos**, Maringá, v. 23, n. 3, p. 176-195, 2019

NEVES, Ozias Paese. Transformações na sociedade e no campo do Direito durante a ditadura militar: o papel da OAB. In: **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza: Anpuh, 2009.

OAB. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. **História da OAB**. Disponível em: <http://www.oab.org.br/hist_oab/estado_excecao.htm> Acesso em 22 jun. 2020.

PAIXÃO, Cristiano; BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. Cidadania, democracia e Constituição: o processo de convocação da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. In: PEREIRA, Flavio Henrique Unes; et all. **Cidadania e inclusão social**: estudos em homenagem à professora Miracy Barbosa de Sousa Gustin. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 121-132.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 71-95.

RIBEIRO, David Ricardo Sousa Ribeiro. **Da crise política ao Golpe de Estado**: conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2014.

ROCHA, Antônio Sérgio. Genealogia da constituinte: do autoritarismo à democratização. **Lua Nova**, São Paulo, n. 88, p. 29-87, 2013.

ROCHA, Antônio Sérgio. Processo constituinte e Transição Política no Brasil, 1971-1987. In: AMADEO, Javier; et al. (Orgs.). **Pensamento político e social, estado e ação coletiva**. São Paulo: Faap-Unifesp, 2014.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já**. O grito preso na garganta. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, Horário Vanderlei. **Ensino jurídico e direito alternativo**. São Paulo: Acadêmica, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. As Trincheiras da Memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a Ditadura (1964-1974). QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. (Orgs.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 97-144.

SALGADO, Eneida D. **Constituição e democracia**: tijolo por tijolo um desenho (quase) lógico: vinte anos de construção do projeto democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

SCHWARCZ, Lilia. M.; et al. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEELAENDER, Airton Cerqueria Leite. Juristas e ditaduras: uma leitura brasileira. In: SEELAENDER, Airton Cerqueria Leite; FONSECA, R. M. (Orgs.). **História do direito em perspectiva**: do antigo regime à modernidade. Curitiba: Juruá, 2008, p. 415-432.

SKIDMORE, T. **Brasil**: de Castelo a Tancredo (1964-1985). 7^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

TELLES JÚNIOR, G. Carta aos brasileiros. In: BIERRENBACH, F. **Quem tem medo da constituinte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VERSIANI, Maria Helena. **Correio político**: os brasileiros escrevem a democracia (1985-1988). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

WHITAKER, Francisco; et al. (Orgs.). **Cidadão constituinte**: a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: [s.n.], 1989.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civis militares; o legado autoritário da Constituição de 1988. In: SAFATLE, Vladimir; TELLES, Edson. (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 41-77.

SOBRE OS AUTORES

Angelo Priori é Doutor em História pela UNESP/SP. Realizou estágio de Pós-Doutorado na UFMG. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá/PR. E-mail: angelopriori@uem.br

Carla Brandalise é Doutora em História Política pelo *Institut d'Études Politiques* de Paris, França. Professora de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. E-mail: cbranda@gmail.com

Ede Ricardo de Assis Soares é Doutorando em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Professor substituto da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). E-mail: ede.soares@gmail.com

Eliana Evangelista Batista é Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. E-mail: elianaevangelista@ifba.edu.br

Guilherme Alves Bomba é Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá/PR. Bolsista CAPES. E-mail: guilherme.bomba@live.com

José Rodrigo de Araújo Silva é mestre em História pela UFPB. Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE). E-mail: rodrigope81@hotmail.com

Lara Maria de Holanda Soares é Mestranda em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: laraholandas@gmail.com

Luciana de Fátima Marinho Evangelista é Doutora em História pela UFF. Professora colaboradora da Universidade Estadual de Maringá/Pr. E-mail: lufmaev@yahoo.com.br

Marcio Luiz Carreri é Doutor em História pela PUC/SP. Realizou estágio de Pós-Doutorado na USP. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), campus de Jacarezinho/PR. E-mail: carreri@uenp.edu.br

Martinho Guedes dos Santos Neto é Doutor em História pela UFPE. Professor Adjunto do Departamento de História na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: martinho.clio@gmail.com

Ozias Paese Neves é Doutor em História pela UFPR. Realizou estágio de Pós-Doutorado na USP. Professor contratado do Departamento de História da USP. E-mail: ozias.pn@gmail.com

Paulo Giovanni Antonino Nunes é Doutor em História pela UFPE. Realizou estágio de Pós-Doutorado na UFMG. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, campus I de João Pessoa/PB. E-mail: pauloantoninonunes@hotmail.com

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva é Doutor em Ciências Sociais pela UnB. Professor Associado de Ciência Política na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) da UFPB. E-mail: rfreirecs@hotmail.com

“Ambientadas no Brasil do século XX, as reflexões deste livro enfocam análises sobre política, violência e autoritarismo, expressões que representam nossa história recente. O autoritarismo e a sua ação mais insana, a violência, devastou percepções democráticas, experiências exitosas e a participação popular na política brasileira, o que nos tornou uma nação com intensos conflitos e uma sensação de insegurança social, capitaneada pela repressão e pela injustiça social”.

